

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANUZA APARECIDA SANTOS WISTUBA

JUSTIÇA INFORMACIONAL, APRENDIZAGEM DIGITAL E
EMPODERAMENTO NO USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS POR MULHERES EM
VULNERABILIDADE

CURITIBA

2025

VANUZA APARECIDA SANTOS WISTUBA

JUSTIÇA INFORMACIONAL, APRENDIZAGEM DIGITAL E
EMPODERAMENTO NO USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS POR MULHERES EM
VULNERABILIDADE

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Gestão da Informação, Setor de Ciências Sociais
Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como
requisito parcial à obtenção do título de Doutora
em Gestão da Informação.

Orientador: Prof. Dr. José Simão de Paula Pinto
Coorientadora: Profa. Dra. Maria do Carmo Duarte
Freitas

CURITIBA

2025

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA CIÊNCIA SOCIAIS APLICADAS

Wistuba, Vanuza Aparecida Santos

Justiça informacional, aprendizagem digital e empoderamento
no uso de tecnologias digitais por mulheres em vulnerabilidade /
Vanuza Aparecida Santos Wistuba – Curitiba, 2025.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em
Gestão da Informação.

Orientador: Prof. Dr. José Simão de Paula Pinto.

Coorientadora: Profa. Dra. Maria do Carmo Duarte Freitas.

1. Gestão da Informação. 2. Tecnologia educacional. 3.
Inclusão digital. 4. Mulheres – Aspectos sociais. I. Pinto, José
Simão de Paula. II. Freitas, Maria do Carmo Duarte. III.
Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação
em Gestão da Informação. IV. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO DA
INFORMAÇÃO - 40001016058P1

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação GESTÃO DA INFORMAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **VANUZA APARECIDA SANTOS WISTUBA**, intitulada: **JUSTIÇA INFORMATICAL, APRENDIZAGEM DIGITAL E EMPODERAMENTO NO USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS POR MULHERES EM VULNERABILIDADE**, sob orientação do Prof. Dr. **JOSÉ SIMÃO DE PAULA PINTO**, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVACAO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 16 de Dezembro de 2025.

JOSÉ SIMÃO DE PAULA PINTO
Presidente da Banca Examinadora

MARCELO FERNANDO DE LIMA
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE TECNOOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ)

ALEXANDRE RIBEIRO MARTINS
Avaliador Externo (CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTA CRUZ,
UNISANTACRUZ)

MARCOS ANTÔNIO TEDESCHI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Dedico este trabalho ao meu Leandro, meu amor, que foi presença e presente em todas as horas. Pelo apoio incondicional e participação ativa em cada passo deste sonho, por transformar desafios em possibilidades reais e por fazer da nossa trajetória uma experiência de amor e vida. Este doutorado é nosso, porque nasceu do nosso projeto de vida e se concretizou no amor diário que nos une. Obrigada por ser minha vida, meu porto seguro, e meu presente dos céus.

AGRADECIMENTOS

Ao meu Leandro, meu amor, meu suporte e companheiro de todas as horas, por ser fonte inesgotável de amor em todos os momentos. Obrigada, meu presente dos céus, por sempre acreditar em mim, comemorar cada pequena vitória e me lembrar, todos os dias, que sonhos são mais leves quando sonhados juntos.

À minha mãe, Glaci, pelo apoio de toda uma vida e por ser sempre aquela que me lembra quem eu sou, de onde venho e por que cheguei até aqui — e como percorri esse caminho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. José Simão de Paula Pinto, por acreditar neste trabalho desde a primeira conversa e, com suas orientações firmes e generosas, conduzir-me ao longo de toda a jornada do doutorado até um resultado que tanto me orgulha.

À Prof.^a Dr.^a Carminha, por somar forças conosco já no andamento da pesquisa e por seu olhar atento e sua luta pelo empoderamento feminino.

Ao Prof. Dr. Marcelo Fernando de Lima, membro desta banca, que foi meu orientador na Graduação e no Mestrado e a primeira pessoa a me incentivar, há mais de vinte anos, a percorrer o caminho acadêmico. Minha gratidão pelos ensinamentos, pelo apoio à minha formação e por partilhar conosco muitas das lutas que aqui atravessam as histórias destas mulheres.

Ao Prof. Alexandre Martins, membro da banca, pelas contribuições fundamentais para o aprimoramento desta tese e por partilhar conosco a importância destas mulheres na visão sociológica e humana.

Ao Prof. Marcos Antonio Tedeschi, membro da banca, pelas valiosas contribuições e pela leitura atenta deste trabalho.

Aos professores do Doutorado em Gestão da Informação, pela paixão pela área, pelo compromisso com a interdisciplinaridade e pelo esforço constante em ampliar as fronteiras do conhecimento. Aos meus colegas de turma, pelo aprendizado compartilhado ao longo desta caminhada.

À Paróquia Santa Teresinha de Lisieux, ao Pe. JefersonLima da Costa e à Coordenadora de Setor Suely Geremias Marques.

E, por fim — mas nunca por último — às mulheres que generosamente partilharam suas histórias e experiências. São elas que dão vida a esta tese e que inspiram meu trabalho como jornalista e pesquisadora — hoje e sempre.

“Quem traz na pele essa marca possui a estranha mania de ter fé na vida.”
(Milton Nascimento, “Maria, Maria”, 1978)

RESUMO

Esta pesquisa investiga como mulheres em situação de vulnerabilidade social, residentes no bairro Guaraituba, em Colombo (PR), acessam, utilizam e ressignificam as tecnologias da informação como instrumentos de aprendizagem, gestão da informação e enfrentamento à desinformação. Partindo da constatação de que 100% das participantes possuem acesso à internet, ainda que em condições de precariedade — uso exclusivo do celular, dependência de dados móveis e conectividade instável —, o estudo busca compreender como essas mulheres constroem práticas informacionais próprias em um cenário marcado por desigualdades de gênero, classe e território. A pesquisa examina como, apesar das limitações materiais e técnicas, as mulheres aprendem cotidianamente, sobretudo por meio de plataformas populares como WhatsApp (97%), Facebook (57%), YouTube (45%) e Instagram (45%). Elas mobilizam esses ambientes para resolver problemas práticos, cuidar da família, desenvolver habilidades, aprender novas tarefas, empreender e circular informações. A análise também evidencia que as práticas informacionais são fortemente mediadas por relações de confiança — família, vizinhas, amigas e grupos comunitários — configurando uma curadoria afetiva que fortalece vínculos, mas amplia vulnerabilidades à desinformação. Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem quanti-qualitativa. A etapa quantitativa envolveu a aplicação de um questionário a 100 mulheres do território, mapeando perfis sociodemográficos, padrões de uso, fontes de confiança, temas de interesse e percepções de empoderamento. A etapa qualitativa consistiu em uma roda de conversa com 16 mulheres da Comunidade Santa Terezinha, onde emergiram narrativas profundas sobre aprendizagem digital, cuidado, trabalho, espiritualidade e estratégias de sobrevivência informacional. A roda revelou que as mulheres não são usuárias passivas, mas agentes que adaptam, traduzem, compartilham e produzem conhecimento, transformando o digital em ferramenta de vida. Os resultados mostram que existe um empoderamento informacional em curso, porém desigual e incompleto. As mulheres demonstram forte desejo de aprender, elevada capacidade de resolver problemas e significativa agência cotidiana, mas enfrentam barreiras estruturais que limitam sua autonomia crítica: baixa escolaridade, falta de tempo, medo de golpes, dificuldade com plataformas formais, interfaces complexas e ausência de políticas públicas adequadas. Assim, a inclusão digital observada é intensa, porém frágil; presente, mas limitada; funcional, porém pouco crítica. A pesquisa contribui para compreender como a apropriação das tecnologias pode fortalecer a autonomia das mulheres, promover aprendizagem contínua e ampliar a cidadania informacional em territórios vulnerabilizados. Também oferece subsídios para políticas públicas de inclusão digital com enfoque territorial, linguístico e de gênero, destacando a necessidade de mediação comunitária, formação crítica e tecnologias acessíveis. Em síntese, o estudo reforça que a democratização da informação exige mais do que acesso: requer condições equitativas de uso, reconhecimento dos saberes periféricos e práticas de cuidado informacional.

Palavras-chave: mulheres em vulnerabilidade social; gestão da informação; democratização digital; aprendizagem; comunicação; inclusão digital; empoderamento informacional.

ABSTRACT

This research investigates how women living in conditions of social vulnerability in the Guaraituba neighborhood, in Colombo (Brazil), access, use, and reinterpret information technologies as instruments for learning, knowledge construction, and resistance to misinformation. Although all participants (100%) have internet access, this access is marked by precarious conditions—exclusive use of mobile phones, dependence on prepaid data packages, and unstable connectivity. The study examines how these women develop situated informational practices within a context shaped by structural inequalities of gender, class, and territory. Findings show that, despite material and technical constraints, participants engage in intense daily digital activity, primarily through WhatsApp (97%), Facebook (57%), YouTube (45%), and Instagram (45%). These platforms serve as spaces for problem-solving, family care, learning new skills, and sharing information. Informational practices are strongly mediated by affective trust networks—family members, neighbors, friends, and community groups—revealing a form of “affective curation” that both strengthens social bonds and increases vulnerability to misinformation. Methodologically, the study adopts a mixed-methods approach. The quantitative phase involved administering a semi-structured questionnaire to 100 women, mapping sociodemographic profiles, usage patterns, learning interests, confidence sources, and perceptions of empowerment. The qualitative phase consisted of a community conversation circle with 16 women from Santa Terezinha, where narratives about learning, caregiving, work, spirituality, fear, and agency emerged. The discussion circle revealed that these women are not passive users of technology but active interpreters and producers of knowledge who adapt, translate, and circulate digital content as part of their everyday lives. Results indicate the emergence of informational empowerment, although uneven and incomplete. Participants show a strong desire to learn, problem-solving capacity, and significant everyday agency, yet face persistent barriers that limit critical autonomy: limited schooling, time constraints, fear of digital fraud, difficulty navigating formal platforms, complex interfaces, and a lack of public policies. Thus, digital inclusion is present but fragile; functional but not fully critical; empowering, yet constrained by structural inequalities. The study contributes to understanding how technology appropriation can promote women’s autonomy, continuous learning, and informational citizenship in marginalized territories. It also provides insights for public policies aimed at digital inclusion with gender-sensitive and community-based approaches. Ultimately, the research demonstrates that democratizing information requires more than access: it requires equitable conditions of use, recognition of peripheral knowledge, and collective practices of informational care.

Keywords: women in social vulnerability; information management; digital inclusion; learning; communication; informational empowerment.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – NUVEM DE PALAVRAS – RODA DE CONVERSA.....179

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| GRÁFICO1–PLATAFORMAS USADAS PARA INFORMAÇÃO APRENDIZAGEM | 141 |
| GRÁFICO 2 – FINALIDADES DE USO DA INTERNET | 148 |
| GRÁFICO 3 – TEMAS DE APRENDIZAGEM DESEJADOS..... | 156 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| QUADRO 1 – TESE × ESTADO DA ARTE DE TEMAS RELACIONADOS | 121 |
| QUADRO 2 – PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS PARTICIPANTES | 128 |
| QUADRO 3 – PLATAFORMAS DIGITAIS X FREQUÊNCIA DE USO | 137 |
| QUADRO 4 – DIFICULDADES NO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS | 151 |
| QUADRO 5 – DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO INFORMACIONAL..... | 159 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 16 |
| 1.1 PROBLEMA | 18 |
| 1.2 OBJETIVOS | 20 |
| 1.2.1 Objetivo geral | 21 |
| 1.2.2 Objetivos específicos..... | 21 |
| 1.3 JUSTIFICATIVA | 23 |
| 2 EMPODERAMENTO INFORMACIONAL DE MULHERES EM VULNERABILIDADE | 25 |
| 2.1 SOCIEDADE EM REDE E TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS | 28 |
| 2.1.1 Morfologia Social..... | 29 |
| 2.1.2 Capitalismo de Vigilância | 30 |
| 2.1.3 Controle de Algoritmo..... | 33 |
| 2.1.4 Exclusão e Desigualdade Digital | 36 |
| 2.1.4.1 Natureza da Exclusão..... | 36 |
| 2.1.4.2 Divisões Digitais Múltiplas | 37 |
| 2.1.4.3 Barreira para Mulheres Vulneráveis | 37 |
| 2.1.4.4 Desinformação e Vulnerabilidade Cognitiva | 38 |
| 2.1.5 Síntese Interpretativa | 49 |
| 2.2 LETRAMENTO E APRENDIZAGEM DIGITAL | 51 |
| 2.2.1 Conceito de Letramento Digital | 52 |
| 2.2.2 Cultura de Acesso e Cognição | 57 |
| 2.2.3 Dimensão Política da Aprendizagem | 67 |
| 2.2.4 Práticas de Aprendizagem Digital | 68 |
| 2.2.5 Síntese Interpretativa | 69 |
| 2.3 EMPODERAMENTO E JUSTIÇA INFORMACIONAL | 71 |
| 2.3.1 Tecnologia Emancipatória | 72 |
| 2.3.2 Justiça Cognitiva e Cuidado | 85 |
| 2.3.3 Justiça Informacional..... | 86 |
| 2.3.4 Síntese Interpretativa | 92 |
| 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 93 |

| | |
|--|------------|
| 3.1 METODOLOGIA: ABORDAGEM QUANTI-QUALITATIVA E ÉTICA NA INVESTIGAÇÃO COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE INFORMATACIONAL | 93 |
| 3.1.1 Etapa quantitativa..... | 93 |
| 3.1.2 Etapa qualitativa..... | 94 |
| 3.1.3 Aspectos éticos | 95 |
| 3.1.4 Processo de análise | 95 |
| 3.1.5 Fundamentação metodológica | 95 |
| 3.2 INSTRUMENTOS..... | 96 |
| 3.2.1.2 Cálculo do índice de validade de conteúdo (ivc) | 99 |
| 3.2.1.3 Resumo das Avaliações Quantitativas | 100 |
| 3.2.1.4 Resumo das Avaliações Qualitativas | 101 |
| 3.3 ORÇAMENTO | 101 |
| 3.4 RISCOS E BENEFÍCIOS..... | 102 |
| 4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO..... | 103 |
| 4.1 DESENHO DA PESQUISA E CONTEXTO DO ESTUDO | 103 |
| 4.2 BAIRRO GUARAITUBA, COLOMBO-PR: TERRITÓRIO, POPULAÇÃO E PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE MULHERES EM VULNERABILIDADE | 105 |
| 4.2.1 Geografia e Demografia | 107 |
| 4.2.2 Perfil Socioeconômico e Educacional | 110 |
| 4.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS | 112 |
| 4.3.1 Organização e Sistematização dos Dados | 112 |
| 4.3.2 Tratamento Quantitativo | 113 |
| 4.3.3 Tratamento Qualitativo | 113 |
| 4.3.4 Triangulação de Dados | 114 |
| 4.4 ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA CENTRAL DA TESE | 115 |
| 4.4.1 Lacunas e oportunidades encontradas | 116 |
| 4.4.2 Divergências Estruturais:Os Elementos que Sustentam o Ineditismo da Tese | |
| 118 | |
| 4.4.3 Contribuições Potenciais da Tese ao Campo Científico..... | 119 |
| 4.4.3.1 Contribuições Teóricas e Epistemológicas | 119 |
| 4.4.3.2 Contribuições Metodológicas, Empíricas e para a Gestão da Informação . | 120 |
| 4.4.4 Síntese do Estado da Arte e Defesa do Ineditismo da Tese | 124 |
| 5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS | 127 |

| | |
|---|-----|
| 5.1 ANÁLISE QUANTITATIVA INTERPRETATIVA..... | 129 |
| 5.1.1 Perfil socioeconômico das participantes..... | 129 |
| 5.1.1.1 Faixa etária: predominância de mulheres adultas e idosas | 130 |
| 5.1.1.2 Escolaridade: baixa formação escolar e trajetórias educacionais interrompidas..... | 131 |
| 5.1.1.3 Ocupação: informalidade, cuidado e trabalho precarizado | 131 |
| 5.1.1.4 Renda familiar: predominância de baixa renda e restrições materiais..... | 132 |
| 5.1.1.5 Cruzamentos importantes: o que dizem os dados ao serem analisados em conjunto..... | 132 |
| 5.1.1.6 Síntese Interpretativa..... | 133 |
| 5.1.2 USO DE TECNOLOGIAS E PLATAFORMAS DIGITAIS..... | 135 |
| 5.1.2.1 Acesso à Internet: Inclusão ampla, mas condicionada | 136 |
| 5.1.2.2 Frequência de Uso: Cotidiano Digital Intenso..... | 137 |
| 5.1.2.3 Frequência de Uso: Cotidiano Digital Intenso..... | 139 |
| 5.1.2.4 Aparelhos Utilizados: Predomínio Absoluto do Celular..... | 140 |
| 5.1.2.5 Impactos qualitativos do uso predominante do celular | 141 |
| 5.1.2.6 Plataformas Mais Utilizadas: WhatsApp como Ecossistema Total | 141 |
| 5.1.2.7 O WhatsApp como ecossistema..... | 143 |
| 5.1.2.8 Riscos associados | 143 |
| 5.1.2.9 Indicações de Navegação: Mediação Social e Afetiva | 144 |
| 5.1.2.10 Leitura interpretativa | 144 |
| 5.1.2.11 Síntese Interpretativa..... | 146 |
| 5.1.3 USO DE INFORMAÇÃO E APRENDIZAGEM | 148 |
| 5.1.3.1 Plataformas para aprender e buscar informação..... | 148 |
| 5.1.3.2 Finalidades de uso informacional | 149 |
| 5.1.3.3 Cursos online: participação e áreas de interesse | 150 |
| 5.1.3.4 Fontes consideradas confiáveis | 151 |
| 5.1.3.5 Percepção crítica diante de desinformação..... | 151 |
| 5.1.3.6 Plataformas acionadas como fonte de informação e aprendizado | 151 |
| 5.1.3.7 Cruzamentos importantes: o que dizem os dados ao serem analisados em conjunto..... | 153 |
| 5.1.3.8 Síntese Interpretativa..... | 154 |
| 5.1.4 PERCEPÇÃO E EMPODERAMENTO | 155 |
| 5.1.4.1 As plataformas digitais ajudam a melhorar sua vida?..... | 155 |

| | |
|--|------------|
| 5.1.4.2 Como as plataformas podem empoderar as mulheres? | 156 |
| 5.1.4.3 Compartilhamento de informações úteis | 156 |
| 5.1.4.4 Dificuldades ao usar plataformas digitais | 156 |
| 5.1.4.5 O que gostariam de aprender? | 156 |
| 5.1.5 Cruzamentos importantes: o que dizem os dados ao serem analisados em conjunto..... | 157 |
| 5.1.5.1 Síntese Interpretativa..... | 161 |
| 5.1.5.2 SÍNTESE INTEGRADA DA ANÁLISE QUANTITATIVA-QUESTIONÁRIOS | |
| 163 | |
| 5.1.5.3 Entre vulnerabilidades estruturais e práticas de uso intensas | 163 |
| 5.1.5.4 Inclusão digital intensa, porém desigual | 163 |
| 5.1.5.5 Práticas informacionais mediadas por afetos | 164 |
| 5.1.5.6 Aprendizagem situada, cotidiana e prática | 164 |
| 5.1.5.7 Empoderamento cotidiano, não estrutural | 165 |
| 5.1.5.8 WhatsApp como tecnologia central e ambivalente | 165 |
| 5.1.6 Desejo de autonomia e medo da tecnologia | 165 |
| 5.1.6.1 Justiça informacional: igualdade formal, desigualdade substantiva | 165 |
| 5.1.6.2 Um potencial transformador evidente | 166 |
| 5.1.6.3 Conclusão..... | 166 |
| 5.2 ANÁLISE QUALITATIVA DOS ACHADOS DAS RODAS DE CONVERSA..... | 166 |
| 5.2.1 A roda de conversa como dispositivo metodológico..... | 168 |
| 5.2.2 Aprendizagem cotidiana e saberes compartilhados | 169 |
| 5.2.3 Aprendizagem para o cuidado: saúde, envelhecimento e apoio familiar..... | 171 |
| 5.2.4 Internet como ferramenta de trabalho, renda e transformação pessoal | 172 |
| 5.2.5 Circulação de informação, redes de afeto e empoderamento comunitário | 174 |
| 5.2.6 A roda como espelho e arquitetura do empoderamento feminino | 175 |
| 5.2.7 Síntese Interpretativa da Análise Qualitativa – Rodas de Conversa | 177 |
| 5.3 INTEGRAÇÃO DOS ACHADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS: | |
| CONVERGÊNCIAS, TENSÕES E IMPLICAÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO | |
| USO DA INFORMAÇÃO E DAS TECNOLOGIAS PELAS MULHERES DO | |
| GUARAITUBA | 181 |
| 6 CONCLUSÃO | 184 |
| REFERÊNCIAS..... | 188 |
| ANEXOS | 192 |

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa, desenvolvida no âmbito do Doutorado em Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), tem como foco compreender como mulheres em situação de vulnerabilidade social, residentes no bairro Guaraituba, em Colombo (PR), acessam, interpretam, produzem e compartilham informações por meio das tecnologias digitais, especialmente no contexto da aprendizagem cotidiana, da gestão do conhecimento familiar e do enfrentamento à desinformação. Partindo da constatação de que a circulação de conteúdos digitais — frequentemente atravessada por discursos ideológicos e fluxos intensos de desinformação — afeta diretamente a vida informacional das famílias periféricas, esta pesquisa busca analisar como tais dinâmicas moldam decisões, percepções e práticas de cidadania.

Ao longo desta tese, o termo vulnerabilidade será utilizado sempre no sentido de vulnerabilidade social. Entende-se por vulnerabilidade social a condição produzida pela combinação de desigualdades estruturais — como baixa renda, escolaridade limitada, inserção precária no trabalho, sobrecarga de cuidado e acesso restrito a políticas públicas — que reduzem as possibilidades de escolha, proteção e participação social dos sujeitos. No caso das mulheres, essa vulnerabilidade é intensificada por relações de gênero que concentram responsabilidades domésticas e de cuidado, limitam o tempo disponível e dificultam o acesso a recursos materiais, educacionais e informacionais. Trata-se, portanto, de uma condição relacional e contextual, que não se define apenas pela carência econômica, mas pelas desigualdades de acesso à informação, à aprendizagem, à autonomia e ao exercício pleno da cidadania.

O objetivo central consiste em analisar as premissas, motivações e mediações que orientam a escolha e o uso das tecnologias da informação por mulheres em situação de vulnerabilidade social, considerando tanto os processos de aprendizagem e construção de conhecimento quanto os impactos de conteúdos desinformativos e algorítmicamente filtrados. A partir dos resultados obtidos — que evidenciam forte dependência do smartphone, centralidade das redes sociais e tutoriais como fontes de aprendizagem, dificuldades no uso de serviços públicos online, exposição contínua à desinformação e presença crescente da inteligência artificial generativa no cotidiano — torna-se possível compreender como escolhas

informacionais são atravessadas por fatores materiais, educacionais, afetivos, espirituais e comunitários.

A tese defendida neste trabalho é que o empoderamento informacional de mulheres em situação de vulnerabilidade não decorre simplesmente do acesso às tecnologias digitais. Sustenta-se que esse empoderamento emerge como um processo cotidiano, relacional e situado, no qual a apropriação crítica das tecnologias — articulada às práticas informacionais, às redes femininas de cuidado e às condições estruturais do território — torna-se elemento central para ampliar aprendizagem, autonomia e exercício da cidadania, mesmo em contextos marcados por desigualdades e pela circulação de desinformação.

A reflexão sobre a gestão da informação neste grupo social ganha profundidade ao integrar os achados quantitativos e qualitativos. Enquanto os dados estruturados revelam padrões amplos de comportamento informacional, a etapa qualitativa trouxe à tona camadas subjetivas fundamentais: experiências de cuidado, práticas de maternidade digital, redes de apoio e validação comunitária, mediações religiosas e afetivas, percepções intuitivas sobre vigilância algorítmica e projeções de futuro que desejam tecnologias mais justas, protetoras e acessíveis. Assim, as tecnologias digitais emergem simultaneamente como instrumentos de empoderamento incremental e como vetores de reprodução de desigualdades epistêmicas, produzindo um ecossistema informacional híbrido, marcado por potência e vulnerabilidade.

A justificativa deste estudo reside na urgência de compreender a lacuna entre a oportunidade e a responsabilidade no uso das tecnologias digitais por populações periféricas. Em territórios como o Guaraituba, a internet funciona como infraestrutura crítica de sobrevivência informacional: ensina a resolver problemas domésticos, apoiar os filhos na escola, buscar informações de saúde, acessar benefícios sociais e, cada vez mais, interagir com ferramentas de IA. Ao mesmo tempo, a precariedade de conexões, o baixo letramento digital crítico, a dificuldade de verificação de fontes e os mecanismos invisíveis de vigilância e filtragem algorítmica colocam essas mulheres em posições de vulnerabilidade informacional que exigem análise atenta.

Nesse contexto, discutir a influência das plataformas digitais na propagação de conteúdos ideológicos, emocionais e desinformativos torna-se fundamental. Os relatos coletados demonstram que as participantes percebem — ainda que de modo intuitivo — as dinâmicas do capitalismo de vigilância. Tal sensibilidade revela novas

dinâmicas de poder informacional, cujas implicações éticas, sociais e educativas são centrais para a compreensão da cidadania digital em territórios periféricos.

O referencial teórico que orienta esta pesquisa estrutura-se tendo como tema principal o Empoderamento Informacional de Mulheres em Vulnerabilidade, dividido em três eixos articulados: (1) a Sociedade em Rede e Transformações Digitais; (2) o Letramento e Aprendizagem Digital e o (3) Empoderamento e Justiça Informacional. Esses eixos dialogam diretamente com os achados empíricos, permitindo situar a vida informacional das participantes no encontro entre estruturas de desigualdade e práticas criativas de resistência.

A metodologia adotada combinou métodos quantitativos e qualitativos, com aplicação de questionário a cem mulheres e realização de roda de conversa com dezesseis participantes, selecionadas por critérios de vulnerabilidade social e uso ativo de tecnologias digitais. A triangulação entre dados e narrativas possibilitou captar tanto padrões estruturantes de comportamento informacional quanto nuances subjetivas e afetivas que escapam à mensuração numérica.

Reconhecem-se as condições do estudo, sobretudo no que se refere ao recorte territorial e às possíveis implicações do autorreporte, mas argumenta-se que os achados aqui apresentados oferecem contribuições relevantes para políticas públicas, iniciativas de letramento digital crítico, estratégias de enfrentamento à desinformação e programas de fortalecimento das redes comunitárias. Além disso, abrem caminhos para pesquisas futuras sobre desigualdade informacional, IA generativa e cidadania digital em territórios periféricos. Assim, esta investigação busca não apenas compreender, mas também dar visibilidade à complexidade da vida informacional das mulheres do Guaraituba, ressaltando como elas aprendem, se protegem, resistem, negociam sentidos e constroem, cotidianamente, formas plurais de autonomia e pertencimento no ecossistema digital contemporâneo.

1.1 PROBLEMA

A presente pesquisa parte do reconhecimento de que as tecnologias digitais de informação e comunicação se tornaram elementos estruturantes da vida cotidiana, inclusive entre mulheres em situação de vulnerabilidade social. Embora ampliem o acesso a conteúdos diversos, serviços públicos, redes de apoio e oportunidades econômicas, essas tecnologias também intensificam a circulação de desinformação,

de discursos ideologicamente orientados, de mecanismos opacos de vigilância e de desigualdades produzidas pelos próprios sistemas algorítmicos. Nesse cenário ambivalente, configura-se uma tensão fundamental: as mesmas plataformas que possibilitam aprendizagem, cuidado, fortalecimento comunitário e autonomia informacional são também espaços que expõem essas mulheres a riscos, golpes, conteúdos de baixa credibilidade, sobrecarga informacional e novas formas de exclusão.

Os resultados qualitativos desta pesquisa indicam que as mulheres das comunidades periféricas do Guaraituba (Colombo/PR) acessam e ressignificam as tecnologias digitais de modo híbrido, situado e profundamente contextual. Seus usos articulam dimensões práticas — como o cuidado cotidiano, o acompanhamento da saúde, o suporte escolar dos filhos, a gestão de benefícios sociais e a busca por renda — a dimensões afetivas e comunitárias, expressas na manutenção de vínculos, na troca de informações, no apoio emocional e na organização de redes de solidariedade. A apropriação tecnológica se revela, portanto, como um processo contínuo de aprendizagem informal, permeado por mediações familiares e comunitárias, e atravessado por percepções ambivalentes sobre vigilância, algoritmos, riscos informacionais e desigualdades de acesso.

Ao mesmo tempo, emergem experiências que evidenciam fragilidades importantes, como dificuldades de letramento digital, dependência de terceiros para a navegação de serviços essenciais, receio de golpes, contato frequente com conteúdos desinformativos e falta de critérios sistemáticos para avaliar a credibilidade das fontes. Essa ecologia informacional complexa se caracteriza pela convivência entre oportunidades concretas de empoderamento — cognitivo, econômico, emocional e informacional — e limites impostos por desigualdades estruturais, precariedades técnicas e dinâmicas de circulação de conteúdos que reforçam padrões de exclusão social.

Diante desse contexto, o problema que orienta esta investigação consiste em compreender como mulheres em situação de vulnerabilidade social, residentes em comunidades periféricas do bairro Guaraituba, acessam, avaliam, utilizam e ressignificam informações nas plataformas digitais, considerando a coexistência entre processos de empoderamento informacional, aprendizagem situada e reprodução de desigualdades, desinformação e riscos algorítmicos. Trata-se de analisar como se organizam seus percursos informacionais; de que modo as

plataformas digitais funcionam simultaneamente como instrumentos de autonomia e como vetores de precarização; e como essas mulheres constroem estratégias de uso crítico, ou não, diante das múltiplas exigências do ambiente informacional contemporâneo.

A compreensão desse problema é fundamental para aprofundar o debate sobre democratização da informação, justiça informacional, cidadania digital e políticas públicas voltadas à inclusão informacional de mulheres em contextos de vulnerabilidade. Como destaca Santaella (2001), vivemos em uma sociedade cuja organização está cada vez mais estruturada por redes e sistemas complexos de comunicação, o que torna ainda mais urgente examinar quem acessa, como acessa e o que consegue fazer com as informações disponíveis no ciberespaço. Assim, ao investigar como essas mulheres lidam com a circulação, seleção e ressignificação das informações, esta pesquisa busca iluminar as dinâmicas que atravessam sua vida cotidiana e contribuir para a construção de práticas, políticas e estratégias que ampliem o acesso equitativo ao conhecimento e fortaleçam sua autonomia cidadã.

1.2 OBJETIVOS

Diante da complexidade que envolve o uso das tecnologias digitais por mulheres em situação de vulnerabilidade social, torna-se essencial explicitar com rigor os propósitos que orientam esta investigação. Em um cenário no qual 100% das participantes têm acesso à internet, mas em condições de precariedade — uso exclusivo do celular, dependência de dados móveis e interfaces pouco acessíveis —, compreender como essas mulheres acessam, selecionam, interpretam e compartilham informações é fundamental para analisar suas possibilidades reais de participação informacional, aprendizagem e empoderamento.

A pesquisa parte do entendimento de que o uso das tecnologias da informação não é um processo neutro ou homogêneo, mas é atravessado por desigualdades de classe, gênero e território que estruturam as condições de acesso, as oportunidades de navegação e a autonomia crítica. O ambiente digital não se apresenta a essas mulheres como espaço plenamente democrático: ele é, simultaneamente, ferramenta de sobrevivência, cuidado e aprendizagem, mas também território de riscos, inseguranças e desinformação.

Nesse contexto, os objetivos desta tese foram delineados para abranger:

- a compreensão das práticas informacionais cotidianas, incluindo microaprendizagens, redes de afeto, circulação de conteúdos e estratégias de mediação;
- a análise das condições estruturais que moldam essas práticas, como renda, escolaridade, tempo, infraestrutura e responsabilidades de cuidado;
- a investigação dos impactos da desinformação, das inseguranças digitais e das assimetrias de confiança;
- a identificação de processos de empoderamento informacional, entendidos como práticas situadas, relacionais e comunitárias;
- e o papel da roda de conversa como espaço de produção de conhecimento, reconhecimento e construção de autonomia feminina.

Assim, os objetivos gerais e específicos que seguem foram organizados para garantir coerência entre o problema de pesquisa, a abordagem metodológica e as análises desenvolvidas. Eles orientam o percurso investigativo, assegurando que a tese compreenda não apenas o que essas mulheres fazem no ambiente digital, mas como produzem sentido, como constroem redes de cuidado e como mobilizam a tecnologia para transformar — ainda que de forma desigual — suas possibilidades de aprendizagem, autonomia e cidadania informacional.

1.2.1 Objetivo geral

Avaliar como mulheres em situação de vulnerabilidade social, residentes no bairro Guaraituba (Colombo/PR), utilizam, acessam, interpretam e ressignificam as tecnologias e práticas informacionais no cotidiano, identificando de que maneira esses usos contribuem (ou não) para processos de aprendizagem, circulação de informação, enfrentamento à desinformação e construção de empoderamento informacional.

1.2.2 Objetivos específicos

1. Mapear o perfil sociodemográfico das participantes (renda, escolaridade, ocupação, idade, composição familiar) para compreender os condicionantes estruturais que influenciam o acesso e o uso das tecnologias.

2. Identificar padrões de acesso, uso e frequência de navegação digital, considerando dispositivos disponíveis (predominância do celular), plataformas mais utilizadas (WhatsApp, Facebook, Instagram, YouTube) e limitações técnicas (dados móveis, instabilidade, interfaces complexas).

3. Analisar como as mulheres acessam e interpretam informações no ambiente digital, com foco em fontes de confiança, circulação de conteúdos e mecanismos de validação social, explorando a predominância da curadoria afetiva e sua relação com vulnerabilidades à desinformação.

4. Investigar como as mulheres aprendem por meio das tecnologias, examinando práticas de microaprendizagem, temas de maior interesse (saúde, renda, autocuidado, escolarização dos filhos), ambientes de aprendizagem informal e dificuldades enfrentadas.

5. Compreender o papel das tecnologias na vida cotidiana, especialmente em atividades de cuidado, trabalho, autocuidado, organização doméstica e suporte familiar, analisando a internet como infraestrutura de sobrevivência e apoio comunitário.

6. Examinar as estratégias de enfrentamento à desinformação desenvolvidas pelas participantes, articulando medos, incertezas, experiências com golpes, práticas de checagem (ou ausência delas) e redes de proteção informacional.

7. Analisar como as mulheres constroem autonomia e empoderamento informacional, considerando dimensões práticas (resolver problemas), relacionais (aprender e ensinar), econômicas (empreender, vender, divulgar serviços) e subjetivas (autoconfiança, autoestima, superação do medo tecnológico).

8. Investigar o papel da roda de conversa como dispositivo de produção de conhecimento, analisando como o diálogo coletivo atua como espaço de reconhecimento, validação de saberes, fortalecimento comunitário e arquitetura de empoderamento feminino.

9. Integrar os achados quantitativos e qualitativos para construir uma interpretação ampliada da ecologia informacional das mulheres do Guaraituba, identificando tensões, potências, limites e possibilidades de políticas públicas.

10. Subsidiar ações, formações e políticas de inclusão digital críticas, baseadas no território, gênero e classe, visando fortalecer autonomia, aprendizagem contínua e justiça informacional

1.3 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa justifica-se pela urgência de compreender como mulheres em situação de vulnerabilidade social — particularmente aquelas que vivem nas comunidades periféricas do Guaraituba, em Colombo (PR) — têm se apropriado das tecnologias digitais em um contexto marcado simultaneamente por precariedade material, intensa circulação de conteúdos e ampliação de riscos informacionais. Os resultados desta investigação demonstram que 100% das mulheres acessam a internet e 90% a utilizam diariamente, ainda que em condições restritas: uso exclusivo do celular, dependência de dados móveis pré-pagos, instabilidade de conexão e baixa disponibilidade de plataformas formais de aprendizagem. Nesse cenário, as tecnologias tornam-se infraestrutura de sobrevivência, atuando no cuidado, no trabalho, na organização doméstica, no apoio escolar, na espiritualidade e na busca por soluções práticas que atravessam o cotidiano dessas mulheres.

A análise quantitativa e qualitativa evidencia que essas mulheres aprendem muito, especialmente por meio de vídeos curtos, tutoriais, áudios e conteúdos circulados em redes de confiança, consolidando práticas de microaprendizagem que confirmam o modelo de “orientação para a vida” de Savolainen (1995). *WhatsApp* (97%), *Facebook* (57%) e *YouTube* (45%) constituem os espaços centrais dessa ecologia informacional, funcionando como plataformas de comunicação, aprendizagem informal e circulação comunitária de conhecimento. Todavia, essa aprendizagem é mediada por vínculos afetivos — família, amigas, vizinhas, grupos religiosos — mais do que por instituições formais, configurando a predominância da curadoria afetiva (Spink, 2006; Lima, 2018), que fortalece solidariedades, mas amplia vulnerabilidades à desinformação.

Ao mesmo tempo, as mulheres convivem diariamente com riscos e fragilidades que limitam sua autonomia informacional: medo de golpes, dificuldades de navegação em plataformas oficiais, baixa confiança em sua própria capacidade digital, receio de errar, excesso de conteúdos contraditórios e exposição frequente a desinformação. Esses desafios demonstram que a inclusão digital observada é intensa, mas desigual; contínua, mas frágil; funcional, porém pouco crítica — refletindo o que Fraser (2008) denomina injustiças informacionais e o que

Warschauer (2006) identifica como barreiras de segunda ordem, relacionadas não ao acesso técnico, mas às condições efetivas de uso.

A justificativa também se apoia nas descobertas da roda de conversa realizada na Comunidade Santa Terezinha, que revelou dimensões profundas de cuidado, criatividade, espiritualidade e agência feminina. Ali, a internet emerge como ferramenta de proteção, busca de saúde, autocuidado, cuidado geracional e microempreendedorismo, reforçando a noção de Lemos (2021) de que, nas periferias, o celular e as redes se tornam tecnologias de convivência e sobrevivência. A roda também evidencia que essas mulheres não são receptoras passivas: produzem conhecimento, compartilham estratégias, filtram conteúdos, ensinam umas às outras e constroem coletivamente espaços de empoderamento e reconhecimento, em consonância com Hooks (1994) e González de Gómez.

Compreender essa ecologia informacional — complexa, situada e relacional — é fundamental para analisar de que maneira as tecnologias podem contribuir para ampliar capacidades, promover autonomia e fortalecer a cidadania informacional. A pesquisa é socialmente relevante porque ilumina barreiras invisíveis que restringem a participação digital: vergonha, baixa autoconfiança, medo tecnológico, dependência de terceiros, ausência de letramento digital crítico e lacunas estruturais nas políticas públicas.

A pesquisa possui respaldo legal ao alinhar-se aos princípios constitucionais do direito à educação, à informação e à cidadania, bem como às diretrizes do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que estabelece o acesso à internet como essencial ao exercício da cidadania no Brasil. Ao investigar como mulheres em situação de vulnerabilidade social acessam, utilizam e se apropriam das tecnologias da informação, a tese dialoga diretamente com marcos legais voltados à promoção da inclusão digital, da igualdade de gênero e da redução das desigualdades sociais, contribuindo para o fortalecimento de políticas públicas orientadas pelos direitos humanos e pela justiça informacional.

Do ponto de vista econômico, a pesquisa justifica-se por evidenciar o papel das tecnologias digitais como instrumentos de geração de renda, organização do trabalho informal e ampliação de oportunidades em territórios vulnerabilizados. Ao analisar como mulheres utilizam plataformas digitais para aprender, empreender e gerir informações no cotidiano, o estudo oferece subsídios para políticas de desenvolvimento local, qualificação profissional e economia digital inclusiva.

Compreender essas práticas permite identificar estratégias de baixo custo e alto impacto para o fortalecimento da autonomia econômica feminina, contribuindo para a redução da pobreza e para o desenvolvimento socioeconômico sustentável das comunidades.

Ao articular achados quantitativos e qualitativos, esta tese busca oferecer subsídios consistentes para políticas públicas e iniciativas de formação que promovam inclusão digital crítica, aprendizagem contínua, combate à desinformação, acessibilidade informacional, empoderamento feminino e justiça informacional. Mais do que registrar práticas, o estudo contribui para ampliar o debate sobre o papel das tecnologias na vida das mulheres periféricas e para fortalecer ações que assegurem equidade no acesso ao conhecimento, reconhecimento dos saberes territoriais e consolidação da cidadania ativa em contextos de vulnerabilidade.

2 EMPODERAMENTO INFORMACIONAL DE MULHERES EM VULNERABILIDADE

O presente capítulo aborda o empoderamento informacional de mulheres em situação de vulnerabilidade social, tomando como eixo central a articulação entre tecnologias digitais, letramento informacional e justiça cognitiva no contexto da sociedade em rede. O objetivo é compreender como os processos contemporâneos de transformação tecnológica e comunicacional influenciam o acesso, o uso e a apropriação da informação por mulheres que vivenciam desigualdades estruturais, bem como as possibilidades de emancipação que emergem da interação entre conhecimento, tecnologia e ação social.

Partindo da perspectiva teórica inaugurada por Manuel Castells (1999), o capítulo discute a nova morfologia social da sociedade em rede, marcada pela integração global da informação e pela interdependência entre tecnologia, economia e cultura.

A partir dessa moldura teórica, investiga-se como a comunicação digital redefine o cotidiano das pessoas e amplia, ou restringe, as formas de acesso ao saber. A análise é conduzida de modo a revelar as tensões entre inclusão e exclusão digital, enfatizando o papel das plataformas e algoritmos na reprodução das desigualdades e na construção de novas vulnerabilidades informacionais.

Na primeira parte, 2.1 Sociedade em Rede e Transformações Digitais, o texto se dedica a situar o fenômeno da sociedade em rede como expressão do paradigma informacional contemporâneo, discutindo as formas pelas quais as tecnologias digitais se tornaram estruturantes da vida social, econômica e política. Em 2.1.1, “Nova Morfologia Social da Sociedade em Rede”, o leitor encontrará uma análise das bases conceituais dessa configuração, marcada pela interconexão global e pela centralidade do fluxo informacional na constituição de identidades, territórios e poderes.

A subseção 2.1.2, “Impacto da Tecnologia”, explora os efeitos das inovações digitais sobre o trabalho, a comunicação e a aprendizagem, evidenciando as profundas transformações nas dinâmicas sociais e cognitivas. Em seguida, 2.1.3, “Capitalismo de Vigilância”, discute o modelo econômico que se estabelece a partir da coleta massiva de dados e da exploração da atenção como recurso estratégico — fenômeno analisado por autores como Shoshana Zuboff (2019), que vê nesse processo uma nova forma de poder informacional.

Na subseção 2.1.4, “Controle Algorítmico”, são examinadas as implicações do uso de algoritmos e inteligência artificial na mediação das experiências sociais e na formação de bolhas cognitivas, destacando o impacto dessas dinâmicas sobre a autonomia informacional. A seguir, 2.1.5, “Exclusão e Desigualdade Digital”, subdividida em quatro partes, aprofunda a análise das assimetrias no acesso e uso das tecnologias.

Em 2.1.5.1, “Natureza da Exclusão”, o foco recai sobre os aspectos estruturais — econômicos, educacionais e territoriais — que perpetuam o fosso digital. O 2.1.5.2, “Divisões Digitais Múltiplas”, amplia o conceito de exclusão, apontando que as desigualdades tecnológicas são também de gênero, raça e geração. Enquanto o 2.1.5.3, “Barreiras para Mulheres Vulneráveis”, centra-se no caso específico das mulheres pobres e periféricas, discutindo as limitações materiais e simbólicas que as impedem de usufruir plenamente dos recursos informacionais. Por fim, 2.1.5.4, “Desinformação e Vulnerabilidade Cognitiva”, examina os riscos e impactos da desinformação e das fake news sobre esse público, relacionando-os à formação de juízos e à autonomia de pensamento.

A seção 2.1.6, “Síntese Interpretativa”, retoma os principais achados e articula-os à reflexão sobre as possibilidades de superação das exclusões por meio

de políticas de acesso e letramento informacional, criando a ponte para a parte seguinte do capítulo.

A segunda parte do capítulo, 2.2 Letramento a Aprendizagem Digital, dedica-se ao letramento e à aprendizagem digital, entendidos como processos formativos fundamentais para o empoderamento informacional. Em 2.2.1, “Conceito de Letramento Digital”, são apresentados os principais referenciais teóricos sobre o tema, abordando como o domínio técnico e crítico das tecnologias constitui um requisito para a cidadania contemporânea. O texto ressalta a diferença entre acesso técnico e competência significativa de uso, destacando que o letramento envolve práticas sociais de leitura, escrita e interpretação no ambiente digital.

Na subseção 2.2.2, “Cultura de Acesso e Cognição”, discute-se a forma como a cultura digital reconfigura os modos de pensar, aprender e compartilhar informações, explorando as relações entre cognição distribuída, redes de conhecimento e aprendizagem colaborativa. Em 2.2.3, “Práticas de Aprendizagem Digital”, o foco se desloca para experiências concretas de formação mediada por tecnologias, incluindo usos educativos de plataformas sociais, aplicativos e ferramentas de comunicação entre mulheres em contextos vulneráveis.

Por fim, 2.2.4, “Dimensão Política da Aprendizagem”, amplia o debate ao compreender o letramento digital como prática de resistência e emancipação, na medida em que permite às mulheres desenvolverem consciência crítica e agir de forma mais autônoma diante das estruturas informacionais hegemônicas. Essa dimensão política é o elo que conecta o aprendizado à noção de empoderamento informacional, preparando o terreno para a terceira grande parte do capítulo.

A terceira parte do capítulo, 2.3 Empoderamento e Justiça Informacional, aprofunda a relação entre empoderamento, justiça informacional e emancipação cognitiva, tomando a informação como instrumento de transformação social. Em 2.3.1, “Empoderamento como Práxis”, o texto retoma as concepções freireanas e feministas de empoderamento, compreendendo-o como um processo coletivo, dialógico e político, que ultrapassa o acesso aos meios tecnológicos e se inscreve nas práticas cotidianas de resistência e afirmação.

A subseção 2.3.2, “Justiça Informacional”, introduz o conceito de acesso equitativo à informação como um direito humano e como base da cidadania na era digital. Em 2.3.3, “Tecnologia Emancipatória”, o foco recai sobre as potencialidades da tecnologia quando orientada por valores éticos, colaborativos e inclusivos,

demonstrando que o mesmo aparato técnico capaz de reproduzir desigualdades pode também ser apropriado como ferramenta de libertação.

Na subseção 2.3.4, “Justiça Cognitiva e Cuidado”, discute-se a necessidade de reconhecer e valorizar os saberes locais e as epistemologias do cuidado como fundamentos da justiça cognitiva — conceito que amplia o entendimento da justiça informacional ao incluir dimensões afetivas, relacionais e culturais do conhecimento.

Por fim, 2.3.5, “Síntese Interpretativa”, realiza a integração dos conceitos discutidos, destacando que o empoderamento informacional das mulheres em vulnerabilidade é simultaneamente um processo de aprendizagem, uma conquista política e uma expressão de justiça social.

Assim, o Capítulo 2 estrutura-se de modo a conduzir o leitor a uma reflexão macro sobre a sociedade em rede e suas desigualdades informacionais, para uma compreensão micro e situada dos processos de letramento, aprendizagem e empoderamento digital. Cada seção dialoga com a anterior, compondo uma narrativa teórico-analítica que evidencia as relações entre tecnologia, poder e emancipação. O percurso argumentativo parte da análise crítica da exclusão digital, passa pela reconstrução dos sentidos da aprendizagem e culmina na defesa da justiça informacional como horizonte de transformação social para mulheres em situação de vulnerabilidade.

2.1 SOCIEDADE EM REDE E TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS

Este capítulo tem como objetivo situar o leitor nas bases estruturais e sociotécnicas da sociedade em rede, compreendida como o novo paradigma organizador das relações sociais, econômicas e comunicacionais na contemporaneidade. O conceito, desenvolvido por Manuel Castells (1999), indica a emergência de uma morfologia social caracterizada pela interconexão global e pela centralidade da informação como força produtiva e estruturante da vida cotidiana. A partir dessa perspectiva, a análise busca evidenciar como as tecnologias digitais reconfiguram as formas de trabalho, os modos de sociabilidade e as práticas informacionais, afetando diretamente a distribuição do poder e das oportunidades.

Em 2.1.1, “Nova Morfologia Social da Sociedade em Rede”, discute-se o modo como a lógica das redes redefine o espaço e o tempo social, dissolvendo fronteiras geográficas e instituindo um novo tipo de conectividade, no qual fluxos

informacionais substituem as estruturas hierárquicas tradicionais. A subseção 2.1.2, “Impacto da Tecnologia”, aprofunda os efeitos dessa transformação na cultura e na subjetividade, abordando como a digitalização generalizada modifica a comunicação, o aprendizado e o próprio sentido de pertencimento.

Nos itens seguintes, o texto problematiza os efeitos perversos da informatização, dando atenção especial às formas contemporâneas de controle e desigualdade. Em 2.1.3, “Capitalismo de Vigilância”, a análise baseia-se em Zuboff (2019) para discutir o modelo econômico baseado na coleta de dados e na mercantilização da experiência humana. Já 2.1.4, “Controle Algorítmico”, trata da governança invisível dos algoritmos, que orientam fluxos de informação e afetam a autonomia dos sujeitos.

A subseção 2.1.5, “Exclusão e Desigualdade Digital”, composta por quatro subitens, examina as múltiplas dimensões da exclusão no contexto informacional. 2.1.5.1, “Natureza da Exclusão”, identifica os fatores estruturais — econômicos, territoriais e culturais — que mantêm populações inteiras fora das redes de conhecimento. 2.1.5.2, “Divisões Digitais Múltiplas”, amplia o debate ao reconhecer que as desigualdades digitais não se limitam ao acesso físico, mas envolvem competências cognitivas e culturais. 2.1.5.3, “Barreiras para Mulheres Vulneráveis”, traz o enfoque de gênero e classe, destacando o impacto diferenciado das desigualdades sobre mulheres pobres e periféricas, especialmente aquelas com baixa escolaridade. Por fim, 2.1.5.4, “Desinformação e Vulnerabilidade Cognitiva”, analisa como o déficit de letramento digital amplia a exposição à desinformação, comprometendo a formação de consciência crítica e a autonomia informacional.

A síntese interpretativa (2.1.6) articula essas discussões à problemática central do empoderamento informacional, mostrando que compreender a estrutura da sociedade em rede é condição prévia para analisar as práticas de aprendizagem e de resistência que emergem em seu interior.

2.1.1 Morfologia Social

As transformações ocorridas nas últimas décadas, impulsionadas pelo avanço das tecnologias digitais, reconfiguraram radicalmente as formas de comunicação, sociabilidade e acesso à informação. A sociedade em rede, conforme delineada por Manuel Castells (2009), expressa uma nova morfologia social

baseada em fluxos informacionais, na qual o poder, a produção e a cultura se estruturam a partir da lógica das redes digitais. O espaço de fluxos e o tempo intemporal, conceitos formulados pelo autor, tornam-se elementos centrais na compreensão do cotidiano contemporâneo mediado por tecnologias.

A estrutura social dominante da Era da Informação é a rede. Uma rede é um conjunto de nós interconectados. A estrutura em rede é aberta, capaz de expandir-se ilimitadamente, integrando novos nós desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação, isto é, os mesmos valores ou objetivos de desempenho. (CASTELLS, 2009, p. 501).

A partir dessa perspectiva, a inserção das tecnologias digitais no cotidiano de grupos historicamente marginalizados — como as mulheres em situação de vulnerabilidade social — não se limita ao acesso instrumental. Trata-se de um processo de inserção em uma ecologia comunicacional complexa, na qual se articulam práticas de consumo e produção de informação, de autoexpressão e de interação social, mediadas por plataformas digitais. A exclusão digital, portanto, não se traduz apenas em ausência de infraestrutura, mas também em desigualdades de participação e representação simbólica no espaço público virtual.

2.1.2 Capitalismo de Vigilância

Shoshana Zuboff (2019) aprofunda esse debate ao evidenciar que o ambiente digital contemporâneo é moldado por uma lógica de capitalismo de vigilância, na qual as plataformas se apropriam dos dados e comportamentos dos usuários, transformando-os em mercadorias preditivas. O poder informacional passa a ser um instrumento de dominação e controle, redefinindo as fronteiras entre o público e o privado, e impactando diretamente os modos de subjetivação dos sujeitos conectados.

O capitalismo de vigilância afirma uma nova ordem econômica baseada na extração unilateral de experiências humanas, convertidas em dados comportamentais. Esses dados são analisados, processados e vendidos em mercados futuros de comportamento. Essa assimetria de conhecimento gera novas formas de poder — invisíveis, mas profundas — que configuram a vida social e política. (ZUBOFF, 2019, p. 42).

A autora revela a dimensão política e ética do uso das tecnologias digitais. Para as mulheres em situação de vulnerabilidade, essas dinâmicas assumem contornos ainda mais complexos: são sujeitos que se veem simultaneamente beneficiadas e controladas pelas plataformas digitais. De um lado, encontram oportunidades de aprendizado, trabalho e expressão; de outro, enfrentam riscos de vigilância, assédio e manipulação algorítmica. Essa ambiguidade exige um olhar crítico que reconheça tanto o potencial emancipador quanto os mecanismos de controle presentes na cultura digital.

Douglas Kellner (2021), em sua teoria crítica da tecnologia, argumenta que os sistemas técnicos contemporâneos não são neutros, mas sim produtos históricos e ideológicos que refletem as relações de poder e os interesses de mercado. A democratização das tecnologias, portanto, depende da capacidade dos sujeitos de reapropriar-se criticamente das ferramentas digitais, compreendendo seus modos de funcionamento e as lógicas que as estruturam.

A tecnologia, em si, não é emancipada nem emancipadora. Ela é moldada pelas condições sociais e políticas em que é produzida e utilizada. Somente por meio da crítica e da intervenção democrática é possível subverter as estruturas de dominação embutidas nas tecnologias contemporâneas. (KELLNER, 2021, p. 88).

Nesse sentido, as mulheres que se apropriam das plataformas digitais para aprender, comunicar-se e produzir conteúdo protagonizam processos de resistência e redefinição de papéis. O uso das mídias digitais por esses grupos revela práticas de tecnopolítica cotidiana, nas quais o ato de publicar, compartilhar ou comentar torna-se uma forma de agir no mundo, mesmo quando circunscrito a ambientes de vulnerabilidade material e simbólica.

Andrew Feenberg (2017) reforça essa visão ao propor uma teoria crítica da tecnologia centrada na ideia de racionalização democrática. Para ele, a tecnologia é um campo de disputa, e sua transformação só é possível quando os sujeitos coletivamente questionam seus significados e usos, reinterpretando-os a partir de suas próprias experiências e contextos sociais. Essa abordagem é particularmente relevante quando se pensa nas práticas digitais de mulheres periféricas, que reinterpretam o uso das plataformas em função de suas necessidades de sobrevivência, solidariedade e reconhecimento.

Conforme afirma:

A tecnologia é um processo social, aberto à intervenção e à reinterpretação. As inovações não são apenas técnicas, mas também culturais e políticas. O verdadeiro potencial emancipador da tecnologia depende da capacidade dos grupos subalternos de transformá-la em um instrumento de suas próprias lutas. (FEENBERG, 2017, p. 29).

Essas discussões teóricas permitem compreender que a tecnologia não é um dado neutro nem um simples meio para fins. Ela é estrutura e estruturação: organiza as práticas sociais e, ao mesmo tempo, é moldada por elas. O acesso às plataformas digitais, nesse sentido, é também um acesso à esfera pública contemporânea — espaço no qual se travam disputas simbólicas e políticas fundamentais. Néstor García Canclíni (2022) observa que, na atualidade, os cidadãos são frequentemente substituídos por algoritmos, e que a esfera pública é cada vez mais mediada por sistemas automatizados que modulam preferências, crenças e afetos. O autor acrescenta que “os cidadãos são substituídos por algoritmos que decidem o que devemos ver, comprar e acreditar. Essa substituição não é apenas técnica, mas política: implica uma transferência de poder da deliberação humana para o cálculo automatizado” (CANCLÍNI, 2022, p. 17).

Ao situar as mulheres vulneráveis nesse contexto, é possível perceber que o uso das plataformas digitais é uma experiência ambígua: de um lado, uma porta de entrada à cidadania informacional; de outro, um território marcado por formas sutis de exclusão e controle algorítmico. As práticas digitais dessas mulheres revelam, portanto, a tensão entre participação e predação, entre visibilidade e vigilância, que caracteriza o ambiente informacional contemporâneo.

O desafio que se impõe, portanto, é pensar políticas e práticas que promovam uma inclusão digital crítica, que vá além do acesso técnico e alcance a autonomia informacional. Essa perspectiva será aprofundada nos capítulos seguintes, nos quais se discutirá como o uso da informação e as práticas de aprendizagem digital podem contribuir para o empoderamento e a percepção cidadã de mulheres em contextos de vulnerabilidade.

2.1.3 Controle de Algoritmo

A expansão das plataformas digitais como espaços centrais da vida social redefiniu as fronteiras entre comunicação, informação e poder. A internet, outrora celebrada como um território de liberdade e descentralização, transformou-se num ecossistema controlado por grandes corporações que determinam, por meio de algoritmos opacos, o que é visto, compartilhado e valorizado. Essa dinâmica, analisada por Sérgio Amadeu da Silveira (2020), configura uma “ideologia da transformação digital”, na qual o discurso da inovação e da conectividade encobre novas formas de dependência e controle social.

A ideologia da transformação digital apresenta-se como inevitável, como se a digitalização da vida social fosse um processo natural e neutro. No entanto, ela está imersa em relações de poder que estruturam as formas de vigilância, modulação e indução de comportamentos. A lógica algorítmica opera como uma pedagogia invisível, ensinando o que devemos desejar, consumir e crer. (SILVEIRA, 2020, p. 57).

Nessa perspectiva, a comunicação digital não é apenas um fenômeno técnico, mas um processo cultural e político, que molda a subjetividade e a interação social. As plataformas — como *Facebook*, *Instagram*, *TikTok* e *WhatsApp* — se configuram como ambientes de produção simbólica, onde a visibilidade é moeda de troca e o engajamento é o parâmetro do valor social. Para as mulheres em situação de vulnerabilidade, esses espaços representam tanto oportunidades de expressão quanto arenas de conflito, nas quais enfrentam preconceitos, desinformação e violência simbólica.

Joyce Souza e Rodolfo Avelino (2021) apontam que o poder contemporâneo não opera mais pela repressão direta, mas pela captura contínua de dados e pela modulação de condutas. Essa forma de controle, associada à lógica algorítmica, redefine as práticas comunicacionais, transformando a experiência digital em um espaço de vigilância difusa e internalizada.

A sociedade de controle se estabelece quando os dispositivos tecnológicos deixam de ser apenas ferramentas e passam a constituir a própria forma de governo das subjetividades. O poder não proíbe: ele induz, direciona, captura e normaliza comportamentos por meio de fluxos informacionais contínuos. (SOUZA; AVELINO, 2021, p. 64).

Essa transformação altera profundamente as condições de autonomia comunicacional dos sujeitos. As mulheres periféricas, que utilizam as plataformas para buscar informação, empreender ou mobilizar redes de apoio, frequentemente o fazem dentro de ambientes hipercontrolados, nos quais os algoritmos privilegiam conteúdos de maior apelo emocional ou comercial. O resultado é uma tensão entre participação e manipulação, que desafia as noções tradicionais de cidadania informacional.

Jonathan Crary (2022), analisa esse fenômeno sob o prisma da economia da atenção. Para ele, o capitalismo digital produz uma colonização do tempo e da percepção, promovendo uma captura total da atenção humana e reduzindo a experiência comunicacional à lógica da performance e da visibilidade permanente.

A era digital não apenas estende o tempo de trabalho e consumo, mas abole os intervalos da experiência. O indivíduo é constantemente convocado a estar conectado, produtivo e visível. A atenção torna-se o recurso mais disputado, e sua exaustão é o sintoma de uma sociedade que perdeu a capacidade de descanso e reflexão. (CRARY, 2022, p. 91).

A partir dessa leitura, o uso das plataformas digitais por mulheres em vulnerabilidade revela não apenas processos de inclusão, mas também novas formas de exaustão e dependência. A busca por reconhecimento e pertencimento online frequentemente se confronta com a precariedade das condições de acesso e com a pressão para manter uma presença constante, mesmo em meio à sobrecarga de tarefas cotidianas e às desigualdades tecnológicas. Assim, o “direito à desconexão” torna-se, paradoxalmente, um privilégio de poucos.

Por outro lado, autores como Lúcia Santaella (2013) e Luiz Antônio Marcuschi (2010) oferecem uma perspectiva mais voltada à formação cognitiva e comunicacional dos sujeitos na cultura digital. Santaella enfatiza a transição do leitor linear ao leitor imersivo e ubíquo, capaz de se mover entre linguagens e plataformas com fluidez interpretativa. Esse fenômeno redefine as práticas de letramento, exigindo novas competências cognitivas e sociais.

O leitor ubíquo é aquele que se move entre textos, imagens, sons e interfaces, operando múltiplas modalidades de leitura simultaneamente. Essa mobilidade cognitiva é típica da cultura digital, na qual os sentidos são constantemente reconfigurados pelas formas híbridas de comunicação. (SANTAELLA, 2013, p. 48).

Marcuschi (2010), por sua vez, propõe o conceito de letramento digital como um conjunto de práticas sociais que envolvem a leitura, a escrita e a interação em ambientes digitais. O letramento digital não se reduz à capacidade técnica de uso, mas inclui a compreensão crítica dos discursos e das dinâmicas de poder que permeiam os meios digitais. Esse é um aspecto crucial quando se considera o uso das plataformas por mulheres pobres, frequentemente expostas a conteúdos desinformativos, discursos de ódio e estigmas sociais.

O letramento digital deve ser entendido como a apropriação crítica das tecnologias de leitura e escrita mediadas por computador. Não basta saber usar; é preciso compreender os efeitos sociais e culturais do uso, as ideologias que atravessam os textos e as práticas comunicativas. (MARCUSCHI, 2010, p. 32).

Essas reflexões abrem espaço para uma leitura complexa das práticas comunicacionais femininas em plataformas digitais. Muitas mulheres se tornam, ainda que de modo informal, produtoras de conteúdo e gestoras de informação, organizando pequenos negócios, compartilhando saberes e formando redes de solidariedade. Essas ações cotidianas, ainda que realizadas em escala micro, configuram um movimento de resistência simbólica e empoderamento informacional.

Entretanto, é preciso reconhecer que o domínio das plataformas implica também a incorporação de seus valores e lógicas, muitas vezes incompatíveis com as práticas emancipatórias. A visibilidade algorítmica, por exemplo, favorece discursos conformistas, penalizando a diversidade e a crítica. Assim, como lembra Sérgio Amadeu da Silveira (2021), a política das plataformas é também a política dos algoritmos, e compreender seus códigos invisíveis é condição para qualquer exercício de autonomia no ambiente digital.

A política das plataformas não se expressa apenas em regras de uso, mas em códigos invisíveis que modulam comportamentos, influenciam decisões e definem o que pode ou não ser visto. A democracia digital só é possível se esses códigos forem expostos ao escrutínio público e à regulação ética. (SILVEIRA, 2021, p. 105).

Assim, o uso das plataformas digitais por mulheres em vulnerabilidade pode ser lido como um campo de luta simbólica e informacional, no qual se entrecruzam processos de aprendizado, resistência e controle. É nesse espaço de ambivalência

— entre emancipação e modulação — que se formam novas subjetividades femininas na sociedade em rede.

2.1.4 Exclusão e Desigualdade Digital

A informação também ocupa um papel central na reconfiguração das relações sociais, políticas e cognitivas na sociedade contemporânea. Na era digital, o fluxo informacional deixou de ser mediado exclusivamente por instituições tradicionais — como escolas, bibliotecas ou meios de comunicação de massa — para circular de forma rizomática e fragmentada em múltiplas plataformas digitais.

Essa descentralização, ao mesmo tempo que amplia o acesso ao conhecimento, também introduz novas formas de desigualdade, dependentes das habilidades informacionais e da capacidade crítica dos sujeitos diante do volume, velocidade e volatilidade dos dados disponíveis.

2.1.4.1 Natureza da Exclusão

Castells (2013) define a sociedade em rede como o paradigma sociotécnico que estrutura a atual organização global do poder e da comunicação, afirmando que “a informação é a matéria-prima essencial desta nova era, porque todas as atividades humanas dependem de sua produção, processamento e circulação” (CASTELLS, 2013, p. 65). Nessa perspectiva, o domínio das tecnologias de informação se converte em um novo tipo de capital simbólico e cultural, o qual determina o grau de inclusão ou exclusão dos sujeitos no espaço público digital.

Feenberg (2010), ao propor uma teoria crítica da tecnologia, enfatiza que o uso dos meios digitais não é neutro, mas está condicionado por contextos históricos, econômicos e políticos. Para o autor, “a tecnologia é uma forma de poder social, e como tal, pode tanto reproduzir quanto transformar as estruturas de dominação” (FEENBERG, 2010, p. 23). Assim, compreender o uso das tecnologias e plataformas digitais por mulheres em contextos de vulnerabilidade implica reconhecer que seus modos de apropriação — muitas vezes informais e improvisados — constituem também práticas de resistência simbólica e cognitiva frente às desigualdades informacionais.

A circulação da informação, portanto, não se limita a uma questão de

infraestrutura técnica, mas envolve processos de mediação cultural e pedagógica. Kellner (2001) observa que as tecnologias digitais são arenas de disputa ideológica, nas quais se travam batalhas pela definição de sentidos e valores. Segundo o autor:

A alfabetização tecnológica e midiática é um componente essencial da cidadania crítica no século XXI. Aprender a decodificar as mensagens dos meios e compreender os interesses que as sustentam é parte do processo de emancipação social. (KELLNER, 2001, p. 42).

Esse aspecto é particularmente relevante para o presente estudo, que investiga mulheres que utilizam as plataformas digitais não apenas como fontes de entretenimento ou socialização, mas como espaços de aprendizagem informal, troca de saberes e enfrentamento da desinformação. Nessas interações, o uso das redes sociais, aplicativos de mensagem e buscadores torna-se uma estratégia de acesso à informação em contextos de escassez de recursos formais de educação e capacitação.

2.1.4.2 Divisões Digitais Múltiplas

Van Dijk (2006) reforça essa leitura ao propor a ideia de divisão digital múltipla, que vai além do simples acesso à internet. Ele distingue quatro dimensões dessa divisão: o acesso motivacional, material, de habilidades e de uso. De acordo com o autor, “as desigualdades digitais não desaparecerão com o aumento da conectividade; elas apenas se deslocam para o terreno das competências e das práticas” (VAN DIJK, 2006, p. 23). Essa perspectiva é fundamental para compreender que o empoderamento informacional das mulheres não depende apenas da disponibilidade de dispositivos, mas do desenvolvimento de capacidades críticas e reflexivas diante do fluxo informacional.

2.1.4.3 Barreira para Mulheres Vulneráveis

Sibilia (2008) contribui para a discussão ao problematizar as transformações da subjetividade e do aprendizado em ambientes mediados pela visibilidade e pelo espetáculo. Para a autora, a cultura digital tende a promover formas de aprendizagem marcadas pela exposição e pelo imediatismo, o que redefine a noção de experiência e de autoridade cognitiva.

Em suas palavras:

As tecnologias da visibilidade e da conectividade estão redesenhando a subjetividade moderna. Aprender, comunicar e existir são, agora, processos mediados por interfaces que exigem a constante exibição de si e a performance da atenção. (SIBILIA, 2008, p. 76).

Essa lógica impacta profundamente a forma como as mulheres, especialmente as que vivem em contextos de vulnerabilidade, constroem seus repertórios informacionais. Ao mesmo tempo em que encontram nas plataformas digitais oportunidades para aprender sobre saúde, direitos, finanças ou empreendedorismo, também se veem expostas a fluxos de desinformação que podem comprometer sua autonomia e suas decisões.

Nesse sentido, compreender as barreiras informacionais enfrentadas por mulheres em contextos de vulnerabilidade implica reconhecer que a exclusão digital contemporânea opera menos pela ausência de acesso e mais pela combinação entre desigualdades sociais, limitações de letramento informacional e exposição assimétrica aos riscos do ambiente digital.

2.1.4.4 Desinformação e Vulnerabilidade Cognitiva

O fenômeno da desinformação, nesse sentido, constitui um dos maiores desafios da sociedade em rede. Benkler, Faris e Roberts (2018) descrevem a chamada *network propaganda*, caracterizada pela manipulação algorítmica e pela segmentação emocional de conteúdos em plataformas digitais. Para eles, “as novas estruturas comunicacionais não apenas ampliaram as vozes periféricas, mas também criaram ecossistemas de desinformação autorreferenciais, nos quais a verdade é substituída pela verossimilhança emocional” (BENKLER; FARIS; ROBERTS, 2018, p. 98). Essa observação é particularmente relevante no caso de mulheres com menor escolaridade ou acesso limitado à alfabetização midiática, que podem se tornar mais suscetíveis a narrativas distorcidas.

A desinformação digital, conforme destaca Castells (2013), compromete o potencial emancipador da comunicação em rede. A promessa de democratização informacional se vê tensionada pela captura dos fluxos comunicacionais por grandes corporações, pelo controle algorítmico e pela lógica de vigilância descrita por Zuboff (2019). O espaço público digital, em vez de um ambiente plural e horizontal, tende a

reproduzir desigualdades estruturais e relações de poder assimétricas. Como afirma Feenberg (2017), “a racionalidade técnica, quando não questionada, se converte em instrumento de dominação” (FEENBERG, 2017, p. 54).

A questão do aprendizado informacional, nesse contexto, deve ser compreendida como processo crítico, político e social, e não apenas cognitivo. O aprendizado mediado por tecnologias digitais se dá em meio a ruídos, sobrecargas e manipulações. Exige, portanto, o desenvolvimento de um letramento digital crítico, conceito que, conforme Marcuschi (2010), envolve tanto a competência técnica quanto a capacidade de compreender o contexto discursivo e ideológico das informações acessadas. Ele afirma:

Ser letrado digitalmente é mais do que saber usar uma máquina. É compreender os gêneros discursivos que circulam na rede, as intenções que os movem e as condições sociais de sua produção. (MARCUSCHI, 2010, p. 88).

Assim, o uso das tecnologias por mulheres em situação de vulnerabilidade social pode ser visto como um processo de aprendizagem contínua e dialógica, no qual o saber técnico se entrelaça à experiência cotidiana e às redes de solidariedade. As plataformas digitais funcionam, ao mesmo tempo, como espaços de aprendizagem e campos de disputa simbólica — locais onde o conhecimento é produzido, compartilhado e, muitas vezes, distorcido. O enfrentamento da desinformação, portanto, demanda políticas públicas de inclusão informacional e práticas educativas que fortaleçam a autonomia crítica dessas mulheres.

Feenberg (2010) reforça que o sentido emancipador da tecnologia depende da apropriação social de seus usos, o que exige “uma política democrática da técnica, baseada no diálogo, na participação e no reconhecimento da diversidade de experiências” (FEENBERG, 2010, p. 62). Desse modo, pensar a relação entre informação, aprendizagem e desinformação na era digital é também refletir sobre o direito à informação como dimensão essencial da cidadania e do empoderamento feminino.

Neste sentido, o avanço das tecnologias digitais, especialmente as plataformas baseadas em coleta massiva de dados e automação algorítmica, instaurou uma nova morfologia do poder informacional, em que a vigilância se torna elemento constitutivo da vida social e da economia. A digitalização das interações,

dos afetos e das práticas de consumo transformou o cotidiano em matéria-prima de um sistema econômico e político baseado na extração, processamento e monetização de dados comportamentais. Trata-se de um regime que, segundo Shoshana Zuboff (2019), consolida o que a autora denomina “capitalismo de vigilância”, no qual a experiência humana é convertida em dados proprietários que alimentam modelos preditivos voltados à antecipação e modulação de comportamentos. Segundo o autor:

O capitalismo de vigilância reivindica unilateralmente a experiência humana como matéria-prima gratuita para tradução em dados comportamentais. Esses dados são declarados propriedade privada e alimentam as novas cadeias de suprimento de produção e vendas de produtos de previsão, que antecipam o que faremos agora, em breve e mais tarde. Seu objetivo é não apenas conhecer, mas também modificar o comportamento humano como meio de gerar lucro e controle de mercado. (ZUBOFF, 2019, p. 15-16).

A partir dessa leitura, comprehende-se que a vigilância contemporânea transcende o monitoramento estatal tradicional e se inscreve nas dinâmicas do mercado, operando como uma infraestrutura invisível que captura e mercantiliza a subjetividade. O poder deixa de ser exercido apenas pela coerção visível e passa a operar pela indução de condutas, pela programação de preferências e pelo controle antecipado de possibilidades. Esse novo paradigma de poder digital é, como observa Sérgio Amadeu da Silveira (2021), profundamente assimétrico, pois se apoia na opacidade dos algoritmos e na centralização das infraestruturas digitais:

Os algoritmos que filtram, recomendam e organizam o que vemos e fazemos na internet estão longe de ser neutros. Eles operam a partir de parâmetros de controle e otimização definidos por interesses corporativos e políticos, modulando percepções e escolhas, moldando as zonas de visibilidade e invisibilidade. Trata-se de um poder que atua não pela censura direta, mas pela modelagem algorítmica das condutas e pela indução de padrões de comportamento. (SILVEIRA, 2021, p. 78).

O que se observa, portanto, é a constituição de uma sociedade de controle informacional, na qual o sujeito é permanentemente rastreado, classificado e quantificado por sistemas automatizados. Essa nova forma de controle, que se realiza por meio de algoritmos, plataformas e sensores, não apenas observa, mas produz comportamentos. Joyce Souza e Rodolfo Avelino (2018) denominam esse fenômeno de sociedade de controle algorítmico, destacando que o poder digital não se limita à vigilância passiva, mas atua como mecanismo de modulação contínua.

Conforme afirmam:

A sociedade de controle se realiza na lógica da antecipação e da predição. Os algoritmos não apenas registram ações passadas, mas operam para modular o presente e o futuro, antecipando desvios e induzindo conformidades. Trata-se de um poder difuso, capilarizado nas plataformas, que captura o sujeito antes mesmo de ele se constituir como tal, tornando o controle uma condição da experiência. (SOUZA, Joyce; AVELINO, Rodolfo. 2018, p. 43).

Esse controle invisível e automatizado cria novas formas de desigualdade digital, que não se limitam ao acesso às tecnologias, mas se estendem à capacidade de compreender, intervir e se proteger diante das arquiteturas algorítmicas que mediam a vida cotidiana. Como observa Canclíni (2022), a cidadania contemporânea está sendo substituída por formas algorítmicas de decisão, nas quais os direitos e oportunidades são mediados por sistemas automáticos que filtram e hierarquizam sujeitos com base em dados.

Os cidadãos estão sendo substituídos por algoritmos. O que antes era o resultado de processos públicos de deliberação e representação, agora é mediado por sistemas de cálculo que decidem quem é visto, quem é incluído, quem é acreditado. Os algoritmos tornam-se novos operadores da desigualdade, reconfigurando as fronteiras da cidadania. (CANCLÍNI, 2022, p. 29).

Essa substituição simbólica e funcional da cidadania revela o modo como a digitalização intensifica desigualdades já existentes, produzindo um regime informacional assimétrico no qual poucos controlam os meios de processamento de dados e muitos se tornam matéria-prima de exploração. As plataformas digitais concentram não apenas poder econômico, mas também epistemológico: definem o que é relevante, o que é verdadeiro, o que é visível. Em um contexto em que os algoritmos selecionam e hierarquizam informações, a desigualdade se expressa também como injustiça cognitiva, limitando as possibilidades de aprendizagem, participação e autodeterminação.

O capitalismo de vigilância e a sociedade de controle algorítmico configuram, portanto, um novo tipo de subordinação informacional, na qual os sujeitos são reduzidos a perfis estatísticos, e suas experiências — a dados comportamentais quantificáveis. A promessa de democratização da informação que marcou a expansão da internet se converte, nesse cenário, em uma arquitetura de vigilância e

exclusão. Como observa Zuboff (2019), trata-se de uma mutação estrutural no contrato social, em que os direitos de privacidade, liberdade e autonomia são sacrificados em nome da conveniência e da eficiência tecnológica.

A assimetria de conhecimento entre as corporações de vigilância e os indivíduos é tão grande que destrói os fundamentos da autodeterminação. Quando o poder de saber e decidir sobre o que é feito com nossas informações deixa de estar em nossas mãos, o próprio sentido da liberdade humana é corroído. O capitalismo de vigilância representa, assim, a expropriação da experiência humana em favor do lucro corporativo e do controle comportamental. (ZUBOFF, 2019, p. 40).

A reflexão de Zuboff, articulada às contribuições de Silveira, Canclíni e Souza & Avelino, permite compreender a vigilância digital não apenas como um problema técnico, mas como um fenômeno político e epistemológico que redefine as condições de existência e de cidadania. Ao transformar dados pessoais em ativos econômicos e algoritmos em mediadores de visibilidade e reconhecimento, as plataformas digitais consolidam novas formas de dominação que se expressam na gestão diferencial das populações — um biopoder informacional que administra a vida, a atenção e o desejo.

Diante desse quadro, a desigualdade digital assume contornos mais profundos e complexos, pois não se trata apenas de possuir ou não acesso à internet, mas de ter condições de compreender e agir criticamente sobre as infraestruturas que definem o que é saber, o que é verdade e o que é possível comunicar. O desafio contemporâneo, portanto, ultrapassa a inclusão digital e se coloca como emancipação informacional, exigindo políticas e práticas que devolvam às pessoas o poder de decidir sobre suas próprias informações e trajetórias.

Se, por um lado, as tecnologias digitais e os sistemas algorítmicos têm ampliado o alcance da vigilância e da desigualdade informacional, por outro, é preciso reconhecer que esses mesmos dispositivos carregam em si um potencial emancipatório. A relação entre técnica e liberdade não é unívoca; trata-se de uma disputa constante entre forças de dominação e possibilidades de resistência. É nesse horizonte que Andrew Feenberg propõe uma teoria crítica da tecnologia, na qual a técnica não é vista como neutra ou inevitável, mas como campo de luta social.

Feenberg (2002) argumenta que a tecnologia é sempre socialmente construída, carregando valores, interesses e ideologias, e que as formas como ela é

projetada e utilizada refletem as relações de poder em cada contexto histórico. Assim, a crítica à tecnologia não deve significar uma recusa à técnica, mas uma reapropriação democrática de seus processos de design e uso.

A tecnologia não é um destino, mas um cenário de luta. Sua forma e seu conteúdo refletem escolhas sociais que podem ser questionadas e transformadas. Uma teoria crítica da tecnologia reconhece que o progresso técnico pode tanto reforçar a dominação quanto servir à emancipação, dependendo de como as estruturas de poder são negociadas e reconfiguradas. (FEENBERG, 2002, p. 15).

A concepção feenbergiana de emancipação tecnológica propõe que a democratização não se limite ao acesso aos meios digitais, mas envolve a capacidade de compreender, intervir e modificar as próprias infraestruturas tecnológicas. Em contextos de desigualdade, como o das mulheres em situação de vulnerabilidade social, essa dimensão se torna particularmente relevante: o domínio das ferramentas digitais pode ser instrumento de resistência, organização e visibilidade social.

Douglas Kellner (2021) amplia esse horizonte ao discutir o papel da tecnologia e da comunicação na formação de uma cidadania crítica na era digital. Para ele, o uso emancipatório da tecnologia exige uma leitura crítica das relações entre mídia, ideologia e poder, de modo que o sujeito se torne capaz de compreender os mecanismos de manipulação e controle que operam nas plataformas. Como afirma o autor:

A democratização da tecnologia requer mais do que o acesso físico às máquinas; exige o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as formas pelas quais a tecnologia é moldada por relações de poder. A educação crítica em mídia e tecnologia é uma condição necessária para que os cidadãos possam resistir à dominação e participar ativamente na construção de novas formas de democracia digital. KELLNER, 2021, p. 74).

Essa perspectiva é particularmente potente ao se pensar o uso das tecnologias por grupos sociais historicamente marginalizados. A apropriação crítica dos meios digitais, nesse contexto, não se reduz ao uso instrumental de ferramentas, mas implica uma reconfiguração simbólica e política da posição dos sujeitos na rede. Trata-se de recuperar o poder de significar, de comunicar e de produzir conhecimento, rompendo com o papel passivo de consumidor de informações para assumir o de produtor de sentido e de narrativa própria.

Manuel Castells (2003) reforça essa leitura ao identificar na “sociedade em rede” tanto a fonte das novas formas de controle quanto a base para a autonomia e resistência coletiva. O autor destaca que a lógica das redes permite a emergência de movimentos sociais globais e locais que se apropriam das tecnologias para afirmar identidades, reivindicar direitos e construir espaços alternativos de poder.

A sociedade em rede é uma estrutura social construída em torno de redes digitais de comunicação. Nela, o poder flui através do controle da comunicação, mas também abre possibilidades inéditas para a ação coletiva. A capacidade de autocomunicação em massa possibilita a emergência de novos movimentos, que podem desafiar as hierarquias e redefinir as fronteiras do poder institucional. (CASTELLS, 2003, p. 17).

Castells enfatiza que o poder de resistência na era digital está diretamente relacionado à autonomia comunicacional — isto é, à capacidade de indivíduos e grupos de produzir e difundir suas próprias mensagens em redes descentralizadas. Essa autonomia, contudo, depende da superação das barreiras de acesso, letramento e infraestrutura que ainda limitam a plena participação de amplos segmentos da população.

Nesse sentido, Jan van Dijk (2020) contribui para a discussão ao analisar as múltiplas dimensões da exclusão digital, que não se restringe ao acesso físico à internet, mas inclui desigualdades de habilidades, de uso e de benefícios obtidos com as tecnologias. Ele define a exclusão digital como um fenômeno estratificado, no qual os fatores socioeconômicos, educacionais e culturais interagem para produzir formas persistentes de desigualdade informacional.

A exclusão digital é um processo multidimensional. Ela envolve o acesso desigual a recursos materiais e simbólicos, o que afeta não apenas a conectividade, mas também a capacidade de usar a tecnologia de modo produtivo. A inclusão digital, por sua vez, deve ser entendida como um processo contínuo de capacitação, aprendizagem e apropriação social das tecnologias. (VAN DIJK, 2020, p. 32).

A partir dessa leitura, torna-se evidente que a emancipação digital não pode ser alcançada apenas pela disponibilização de dispositivos ou conexões, mas requer justiça informacional — um princípio que articula o acesso equitativo à informação com a capacidade de interpretá-la, questioná-la e utilizá-la de modo a transformar realidades. A justiça informacional, nesse sentido, é inseparável da justiça social,

pois a exclusão digital reproduz e amplia desigualdades estruturais de gênero, classe e território.

A proposta de uma tecnologia emancipatória, portanto, está em tensionar o paradigma dominante do controle e da vigilância, substituindo-o por um modelo orientado à participação, transparência e autonomia dos sujeitos informacionais. A democratização da tecnologia implica repensar seus fundamentos éticos e políticos: quem projeta, para quem, com quais finalidades e sob quais valores?

Nessa direção, Feenberg (2017) retoma o conceito de instrumentalização crítica, argumentando que é possível subverter a lógica dominante das tecnologias por meio de práticas sociais insurgentes — desde movimentos de software livre e redes comunitárias até projetos educativos que promovam o uso ético e solidário das mídias digitais.

A crítica da tecnologia não se realiza apenas na teoria, mas na prática. Cada vez que uma comunidade se apropria de uma tecnologia e a transforma para fins próprios, está exercendo um ato de resistência e de reconstrução social. A instrumentalização crítica revela que a técnica é um campo aberto à disputa, e que a emancipação depende de nossa capacidade de intervir nesse campo. (FEENBERG, 2017, p. 89).

A articulação entre tecnologia, emancipação e justiça informacional propõe, assim, uma mudança de paradigma: da dominação técnica à apropriação democrática dos meios de comunicação e informação. No contexto das mulheres em vulnerabilidade social, essa perspectiva ganha força política e epistemológica, pois permite compreender o uso das tecnologias não apenas como inserção na modernidade digital, mas como processo de empoderamento e transformação social.

Ao dominar ferramentas de comunicação e informação, essas mulheres desafiam estruturas de exclusão e afirmam sua presença no espaço público digital, produzindo novas formas de cidadania e reconhecimento. A resistência, nesse caso, não se dá apenas pela negação do sistema, mas pela reconfiguração criativa das tecnologias — um ato político que transforma a técnica em instrumento de autonomia.

As reflexões desenvolvidas ao longo deste capítulo evidenciam que a presença das tecnologias digitais na vida cotidiana não constitui apenas um fenômeno técnico ou econômico, mas um processo profundamente político,

comunicacional e cultural. O acesso, o uso e a apropriação da informação configuram-se como dimensões centrais da cidadania contemporânea, cujas possibilidades e limites são moldados pelas arquiteturas tecnológicas, pelas lógicas de poder e pelas desigualdades históricas que atravessam a sociedade. Nesse contexto, compreender as relações entre tecnologia e empoderamento requer reconhecer que a digitalização do mundo reproduz — e, por vezes, intensifica — as assimetrias de gênero, classe e território, mas também abre brechas para a emergência de novas formas de agência e de resistência.

Ao analisar o papel das tecnologias e plataformas digitais, constatou-se que a chamada sociedade em rede, descrita por Castells (2003), opera simultaneamente como estrutura de oportunidades e de dominação. Por um lado, as redes horizontais de comunicação permitem às mulheres, especialmente aquelas em contextos periféricos, ampliar suas vozes, acessar saberes e participar de comunidades de solidariedade. Por outro, essas mesmas redes são atravessadas por lógicas de controle algorítmico, vigilância de dados e manipulação simbólica, que convertem a experiência digital em mercadoria e em instrumento de gestão comportamental. A partir de Zuboff (2019), percebe-se que o capitalismo de vigilância transforma a informação em matéria-prima da acumulação e o sujeito em produto, comprometendo os princípios da autonomia e da privacidade que sustentam o exercício da cidadania. Assim, as práticas informacionais das mulheres em vulnerabilidade são realizadas em um ambiente simultaneamente emancipador e opressor, exigindo uma leitura crítica de suas mediações e implicações éticas.

As transformações comunicacionais da era digital, como indicam Santaella (2003) e Marcuschi (2008), reconfiguram as formas de produção de sentido e de interação social, deslocando o aprendizado e a socialização para ecossistemas comunicativos híbridos, mediados por linguagens multimodais e por dispositivos móveis. A comunicação deixa de ser apenas um canal e se torna ambiente de existência e reconhecimento. É nesse sentido que Canclíni (2015) argumenta que as práticas comunicacionais contemporâneas constituem espaços de negociação identitária e de experimentação cultural, onde o acesso à informação é mediado por repertórios simbólicos e desigualdades estruturais. Para as mulheres pobres, esse processo implica a necessidade de aprender a habitar o ciberespaço com consciência crítica — tarefa que requer tanto alfabetização técnica quanto letramento midiático e político.

A segunda parte deste capítulo evidenciou que a democratização do acesso à informação não é suficiente para a democratização do conhecimento. O acesso às redes e aos dispositivos não garante, por si só, a capacidade de transformar dados em saberes, nem conteúdos em poder de decisão. Conforme argumenta Van Dijk (2020), as desigualdades digitais manifestam-se em múltiplos níveis — motivacional, material, de habilidades e de uso — e a superação dessas barreiras demanda intervenções educativas e sociais integradas. Nesse sentido, Feenberg (2017) defende uma perspectiva crítica da tecnologia, segundo a qual o potencial emancipador das inovações depende de sua apropriação consciente pelos usuários e da capacidade de subverter os interesses dominantes inscritos em seu desenho técnico.

Essa noção de apropriação crítica é essencial para compreender as experiências informacionais das mulheres em vulnerabilidade, que não apenas consomem tecnologias, mas as reinterpretam de modo a responder às urgências de sua vida cotidiana — da busca por informações sobre saúde e trabalho à construção de redes de apoio e resistência.

As dinâmicas de vigilância, controle e mediação algorítmica, discutidas no debate teórico contemporâneo, não se restringem a um plano abstrato, mas atravessam concretamente o cotidiano informacional de grupos socialmente vulnerabilizados. No caso das mulheres do Guaraituba, esses processos incidem de forma desigual, tensionando simultaneamente inclusão digital, autonomia informacional e exposição a riscos no uso das plataformas.

As reflexões sobre emancipação tecnológica e cidadania crítica, inspiradas em autores como Kellner (2001) e Feenberg (2017), reforçam que o projeto de uma sociedade verdadeiramente democrática exige não apenas acesso às tecnologias, mas também a capacidade de compreendê-las, criticá-las e transformá-las. O empoderamento informacional não consiste em dominar ferramentas, mas em reconhecer os regimes de poder que as estruturam e atuar sobre eles. Paulo Freire (1996) já advertia que a educação libertadora nasce do diálogo entre sujeitos e da consciência crítica sobre as condições de opressão. Transposta para o campo da cultura digital, essa visão implica conceber o aprendizado informacional como processo ético e político, que visa à autonomia e à participação cidadã. Tal perspectiva encontra eco em Amartya Sen (1999), ao conceber o desenvolvimento

como expansão das liberdades substantivas — entre elas, a liberdade de buscar, produzir e compartilhar conhecimento.

Nesse horizonte, a justiça informacional surge como princípio estruturante das políticas e práticas de inclusão digital. Inspirada na teoria da justiça de Nancy Fraser (2003), essa noção articula redistribuição, reconhecimento e representação como dimensões inseparáveis do acesso equitativo à informação. Não basta redistribuir tecnologias: é preciso reconhecer as diferenças culturais e garantir que todos os grupos tenham voz nos espaços de deliberação pública. Para as mulheres em vulnerabilidade, a justiça informacional implica a criação de condições que lhes permitam não apenas consumir, mas também produzir informação e participar ativamente das redes de conhecimento. Martha Nussbaum (2011), por sua vez, complementa esse entendimento ao propor uma abordagem das capacidades, enfatizando que a dignidade humana requer oportunidades reais para o exercício das funções vitais — entre elas, a educação, a comunicação e a expressão criativa. Sob essa ótica, as tecnologias digitais devem ser vistas como instrumentos de ampliação das capacidades humanas, e não apenas como vetores de eficiência ou lucro.

Ao articular essas dimensões — tecnológica, comunicacional, cognitiva e ética —, torna-se evidente que o empoderamento informacional das mulheres em vulnerabilidade depende da intersecção entre políticas públicas, práticas comunitárias e estratégias educativas críticas. A inclusão digital, para ser substantiva, precisa ser acompanhada de processos de letramento midiático e informacional que formem sujeitos capazes de compreender as lógicas da desinformação, resistir à manipulação simbólica e construir sentidos coletivos a partir de suas próprias experiências. Como observa Hall (2003), a cultura é um terreno de luta, e o poder se exerce também pela produção e circulação de significados. Portanto, disputar o sentido da tecnologia é disputar o próprio significado da cidadania.

Em síntese, a sociedade em rede, com todas as suas contradições, constitui o cenário em que se travam as novas batalhas pelo reconhecimento, pela voz e pela igualdade. As mulheres em situação de vulnerabilidade social — como as moradoras de Guaraituba, foco empírico desta pesquisa — exemplificam os desafios e as potências desse processo: enfrentam as barreiras estruturais da pobreza e do patriarcado, mas também constroem redes de solidariedade, aprendem

coletivamente e reinventam suas práticas informacionais. O caminho da emancipação, nesse contexto, passa pela formação crítica, pela apropriação consciente das tecnologias e pela construção de uma ecologia informacional justa, na qual o direito à comunicação e à aprendizagem se converta em fundamento real da cidadania. O desafio ético e político da era digital, portanto, é transformar o acesso em poder, a informação em consciência e a conectividade em solidariedade.

2.1.5 Síntese Interpretativa

A análise realizada nas subseções anteriores evidencia que a sociedade em rede, conforme problematizada por Castells, Zuboff, Van Dijk, Sibilia, Silveira, Souza e Avelino, constitui não apenas um novo arranjo comunicacional, mas uma infraestrutura de poder que reorganiza as condições de existência, participação e cidadania. A convergência entre plataformas digitais, capitalismo informacional e rationalidades algorítmicas cria um ambiente no qual as desigualdades não apenas persistem, mas são reconfiguradas e intensificadas. Desse modo, a incorporação das tecnologias digitais no cotidiano das mulheres em situação de vulnerabilidade — especialmente no Guaraituba — deve ser compreendida como um processo simultaneamente habilitador, restritivo e profundamente marcado por assimetrias estruturais.

A partir da caracterização da nova morfologia social (2.1.1) e dos impactos da tecnologia (2.1.2), tornou-se evidente que a inserção digital é atravessada por tensões entre autonomia e dependência, entre potencial emancipador e captura comportamental. As práticas informacionais das mulheres investigadas se dão em um ecossistema no qual a busca por informação, o cuidado familiar, a comunicação cotidiana e a mediação comunitária são continuamente moldados por dinâmicas algorítmicas que operam de maneira opaca e assimétrica (2.1.4). A centralidade adquirida pelos dispositivos móveis revela tanto um deslocamento das formas tradicionais de interagir com o Estado e com o mundo quanto uma intensificação da pressão para estar sempre conectada, responsável e disponível.

O exame do capitalismo de vigilância (2.1.3) permitiu compreender que as plataformas não apenas coletam e processam dados, mas redefinem as condições de participação social. A extração contínua de comportamentos, preferências e vínculos cria um regime de vigilância que naturaliza a exposição e transforma a

privacidade em uma espécie de “luxo informacional”, inacessível para sujeitos historicamente subalternizados. No caso das mulheres do Guaraituba, os testemunhos coletados posteriormente na fase qualitativa confirmam que a percepção de risco digital coexiste com a necessidade prática de uso, configurando um campo de tensão permanente.

As desigualdades analisadas no item 2.1.5 reforçam a ideia de que a exclusão digital não é apenas um problema de acesso tecnológico, mas um fenômeno multidimensional que envolve competências informacionais, condições socioeconômicas, literacia crítica, estabilidade emocional e capacidade de participar de redes de confiança. A “natureza da exclusão” (2.1.5.1) demonstra que a marginalização digital acompanha a marginalização social mais ampla, enquanto as “divisões digitais múltiplas” (2.1.5.2) mostram que o problema se distribui em camadas cumulativas — acesso, habilidades, uso significativo e resultados obtidos. Para mulheres pobres e responsáveis pelo cuidado doméstico, as “barreiras específicas” (2.1.5.3) envolvem sobrecarga informacional, baixa mediação institucional, acesso intermitente a equipamentos de qualidade e forte dependência de redes sociais como fonte primária de informação. Ao mesmo tempo, a circulação de desinformação (2.1.5.4) evidencia vulnerabilidades epistêmicas estruturais que operam justamente na interseção entre desigualdade digital e desigualdade econômica, abrindo espaço para manipulações afetivas, discursos moralizantes e formas sutis de violência simbólica.

Assim, a síntese desta subseção aponta que a sociedade em rede não pode ser compreendida apenas como um cenário tecnológico, mas como um *regime sociotécnico* no qual relações de poder, desigualdade e vigilância se combinam para moldar as oportunidades e as restrições vividas pelas mulheres participantes desta pesquisa. Essa compreensão amplia a lente analítica e estabelece as bases para o exame empírico desenvolvido nos próximos capítulos, em especial a análise quantitativa e qualitativa dos dados levantados. O que se observa, portanto, é que a inclusão digital não elimina vulnerabilidades: ela as reconfigura. E é nessa reconfiguração que emergem tanto riscos quanto possibilidades de empoderamento, agência e reconstrução das redes de apoio — elementos que serão aprofundados nas seções subsequentes.

2.2 LETRAMENTO E APRENDIZAGEM DIGITAL

Esta seção tem como objetivo situar o leitor nas práticas, dimensões e desafios do letramento e da aprendizagem digital, compreendidas como processos formativos fundamentais para o empoderamento informacional em contextos contemporâneos. Parte-se da premissa de que o simples acesso às tecnologias não garante inclusão social ou cognitiva, sendo necessário compreender a apropriação crítica da informação como prática situada, ética e política. A análise busca evidenciar como as tecnologias digitais, ao mesmo tempo em que ampliam oportunidades de aprendizagem, podem reproduzir desigualdades sociais, cognitivas e de gênero, tornando essencial o exame das mediações sociais e institucionais que estruturam o uso significativo da informação.

Em 2.2.1, “Conceito de Letramento Digital”, são apresentados os principais referenciais teóricos que discutem o domínio técnico e crítico das tecnologias, destacando que o letramento envolve práticas sociais de leitura, escrita e interpretação no ambiente digital, e não apenas o acesso a ferramentas. Essa subseção diferencia competência técnica de apropriação significativa, evidenciando que o aprendizado digital constitui requisito indispensável para a participação cidadã na sociedade em rede.

Na subseção 2.2.2, “Cultura de Acesso e Cognição”, a análise enfoca as implicações da cultura digital sobre os modos de pensar, aprender e compartilhar informações. Aborda-se a fragmentação da atenção, a cognição distribuída, as ecologias cognitivas coletivas e as interações sociais que moldam a apropriação de conhecimento em contextos periféricos, revelando como a aprendizagem digital se integra às rotinas de vida e aos laços comunitários.

Em 2.2.3, “Práticas de Aprendizagem Digital”, o foco se desloca para experiências concretas de formação mediada por tecnologias, incluindo o papel das redes comunitárias, instituições locais e plataformas digitais na criação de oportunidades de aprendizado colaborativo. A subseção analisa como o compartilhamento de saberes, a solidariedade e as mediações institucionais transformam o acesso técnico em conhecimento socialmente significativo.

Por fim, em 2.2.4, “Dimensão Política da Aprendizagem”, a discussão amplia-se para compreender a aprendizagem digital como prática de resistência e emancipação. Examina-se o papel do letramento informacional na construção de

autonomia, na formação de sujeitos críticos e na promoção da justiça informacional, evidenciando que aprender a usar a informação é também aprender a intervir éticamente e de forma consciente nos fluxos sociais, culturais e tecnológicos da sociedade contemporânea.

A síntese desta seção articula os cinco eixos — uso da informação, letramentos digitais, desinformação, mediações socioculturais e justiça informacional — mostrando que o empoderamento das mulheres em contextos de vulnerabilidade depende não apenas de infraestrutura tecnológica, mas de práticas educativas, culturais e éticas capazes de transformar o acesso à informação em instrumento de liberdade, cidadania e emancipação.

2.2.1 Conceito de Letramento Digital

A transformação informacional desencadeada pelas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) reconfigura não apenas o modo de circulação de sinais e mensagens, mas as próprias competências cognitivas, comunicacionais e sociais envolvidas no acesso ao conhecimento. A sociedade contemporânea caracteriza-se pela ubiquidade das informações, pelo fluxo contínuo de dados e pela incorporação das mídias digitais às práticas cotidianas, transformando o espaço informacional em um campo de disputas simbólicas e cognitivas. No entanto, o simples aumento da conectividade não implica, automaticamente, um incremento nas capacidades de uso, interpretação e apropriação significativa da informação.

Quando o foco recai sobre grupos em situação de vulnerabilidade — como mulheres de baixa renda, com escolaridade restrita e residentes em territórios periféricos —, torna-se imperativo deslocar a análise do plano tecnicista (posse de dispositivos, acesso à rede, conectividade) para o plano das práticas informacionais e dos processos de aprendizagem mediados pelas tecnologias. A mera presença das TICs não dissolve as desigualdades sociais; ao contrário, tende a reproduzi-las sob novas formas, expressas em assimetrias de repertórios, em desigualdades cognitivas e na dependência de plataformas e algoritmos que moldam a visibilidade e a prioridade das informações disponíveis.

Segundo Castells (1999), a chamada sociedade em rede não é apenas um estágio técnico da modernidade, mas uma nova morfologia social, na qual fluxos informacionais e estruturas comunicacionais tornam-se os principais organizadores

da vida econômica, cultural e política. Essa perspectiva desloca o eixo analítico para os processos de comunicação e aprendizagem que se desenvolvem dentro de redes dinâmicas e desiguais, nas quais o poder circula junto com a informação. Para o autor, “o poder é exercido pela construção de significados na mente das pessoas, e essa construção é mediada pelas redes de comunicação” (CASTELLS, 2009, p. 45). Assim, compreender a aprendizagem e o uso da informação no contexto digital implica analisar como os significados são produzidos, negociados e disseminados nas redes.

Em convergência com essa visão, Feenberg (2010) e Kellner (2001) defendem que a tecnologia é uma arena de disputa social e política — não um artefato neutro —, em que se decide quem tem acesso, quem participa e quem é silenciado. Essa dimensão política da tecnologia torna-se central quando analisamos populações que, embora estejam conectadas, permanecem à margem das formas mais ricas de produção e circulação do conhecimento. A exclusão digital, portanto, é menos uma questão de ausência de conexão e mais uma questão de desigualdade na capacidade de apropriação informacional, expressão que abarca não apenas a dimensão instrumental, mas também a crítica e a emancipatória.

De acordo com dados recentes da Pesquisa TIC Domicílios 2023 (CETIC.br), 84% dos lares brasileiros possuem acesso à internet; entretanto, a desigualdade persiste: entre os domicílios de classe A, a taxa é de 100%, enquanto nas classes D e E ainda há lacunas significativas, especialmente no acesso por computador e na qualidade da conexão. Além disso, 62% dos usuários de baixa renda utilizam exclusivamente o smartphone como dispositivo principal de acesso (CGI.br, 2023). Essa dependência tecnológica de um único meio, com tela reduzida e limitada capacidade de digitação, impacta diretamente as formas de aprendizagem e de busca informacional, restringindo atividades cognitivamente complexas — como produção textual, pesquisa aprofundada e leitura de materiais longos.

É necessário compreender que acesso não é sinônimo de apropriação. Van Dijk (2020) propõe um modelo de análise em quatro níveis: acesso motivacional, material, de habilidades e de uso. Mesmo quando os dois primeiros estão garantidos (motivação e dispositivos), as desigualdades se reconfiguram nos níveis seguintes — especialmente na capacidade de transformar o uso em aprendizado. Assim, as mulheres das periferias digitais podem estar conectadas e, ao mesmo tempo,

excluídas das possibilidades de desenvolvimento informacional e educacional que a internet poderia oferecer.

Santaella (2003) contribui com a noção de cultura do acesso, segundo a qual o contato constante com fluxos digitais de informação provoca uma reconfiguração perceptiva e cognitiva do sujeito contemporâneo. Essa reconfiguração, porém, não é homogênea: enquanto parte da população desenvolve novas competências multimodais e formas de leitura interativas, outra parcela permanece presa a um uso meramente reativo, passivo, guiado por algoritmos e pela lógica da distração contínua. Essa tensão é especialmente visível no cotidiano das mulheres em vulnerabilidade, que transitam entre a necessidade pragmática do uso das redes (para resolver problemas imediatos) e a carência de tempo, recursos e formação para construir práticas reflexivas e de aprendizado autônomo.

A esse respeito, Sibilia (2012) observa que as tecnologias digitais, ao mesmo tempo que ampliam as possibilidades de expressão e comunicação, também colonizam o tempo subjetivo e fragmentam a atenção, instaurando um regime de dispersão que interfere nos modos de aprender e de se relacionar com o saber. Segundo ela:

As novas formas de comunicação e de interação digital produzem um tipo de subjetividade conectada, ansiosa e acelerada, que tende a privilegiar a visibilidade e a reação imediata em detrimento da reflexão e da interiorização do conhecimento. (SIBILIA, 2012, p. 67).

Essa observação é particularmente relevante quando se analisa a aprendizagem em contextos de desigualdade informacional. A aprendizagem requer tempo, concentração e continuidade — condições frequentemente ausentes em ambientes de sobrecarga informacional, instabilidade socioeconômica e precariedade de infraestrutura. Nas comunidades periféricas, como Guaraituba, o aprendizado mediado por tecnologias digitais ocorre muitas vezes em meio a interrupções constantes, seja pela instabilidade da conexão, pela escassez de dados móveis ou pelas múltiplas tarefas domésticas e de cuidado que recaem sobre as mulheres.

Por isso, o estudo da aprendizagem digital deve reconhecer a dimensão situada das práticas informacionais: aprender a usar e a verificar informações em uma rede social não é apenas um ato cognitivo, mas uma prática cultural que

envolve valores, crenças, rotinas e redes de sociabilidade. A aprendizagem, nesse sentido, emerge da interação entre agentes humanos e não humanos — sujeitos, plataformas, algoritmos, interfaces e dispositivos — em um ecossistema de informação complexo.

Feenberg (2017) ressalta que a democratização da tecnologia não depende apenas de sua disseminação, mas da possibilidade de apropriação crítica pelos usuários. Para ele, “as tecnologias incorporam valores e decisões sociais; ao utilizá-las, não apenas as reproduzimos, mas também as reinterpretamos e reconfiguramos, podendo transformá-las em instrumentos de emancipação” (FEENBERG, 2017, p. 122). Essa perspectiva é central para a compreensão da aprendizagem em contextos populares: a tecnologia pode ser tanto instrumento de dependência quanto de libertação, dependendo das condições em que o sujeito se insere e das redes de apoio disponíveis.

O estudo da informação e da aprendizagem na era digital, portanto, exige uma abordagem multidimensional, que articule aspectos técnicos, cognitivos e socioculturais. Castells (2003) e Benkler (2006) destacam que a capacidade de gerar e interpretar informações tornou-se um fator de poder e de inclusão social. Em uma economia cada vez mais orientada pela informação, quem detém competências informacionais e digitais possui maior autonomia e melhores condições de inserção cidadã e produtiva. No entanto, quando essas competências são desigualmente distribuídas, o resultado é a ampliação do chamado *fosso informacional* — expressão que se refere não apenas à exclusão tecnológica, mas à desigualdade de acesso a conhecimentos e oportunidades.

Nesse sentido, dados regionais apontam que as mulheres da Região Metropolitana de Curitiba apresentam índices de inclusão digital inferiores à média nacional no uso de tecnologias para fins educacionais. Segundo o IBGE (2022), apenas 38% das mulheres de baixa renda declararam utilizar a internet para estudos ou cursos on-line, contra 64% entre as de renda mais alta. Essa discrepância revela que a exclusão informacional é também uma exclusão educacional e cognitiva. As barreiras não se restringem à infraestrutura, mas abrangem fatores culturais, simbólicos e de gênero que condicionam o acesso ao tempo, ao espaço e à atenção necessários para a aprendizagem.

Desse modo, é possível compreender que o uso da informação e a aprendizagem digital em contextos vulneráveis não podem ser analisados

isoladamente das estruturas sociais e culturais que as sustentam. A apropriação informacional — entendida como processo de construção de sentido e de incorporação da informação na vida prática — constitui, portanto, um dos eixos centrais para pensar políticas de empoderamento e inclusão cidadã. E é nesse ponto que o estudo do letramento digital se torna essencial: ele oferece um caminho para converter o acesso em aprendizado, e o aprendizado em ação social informada.

A compreensão dos letramentos midiáticos e digitais como competências situadas requer o deslocamento de uma visão meramente instrumental do uso das tecnologias para uma abordagem socioinformacional, que reconhece a mediação cultural, cognitiva e política envolvida na interação entre sujeitos e ambientes digitais. O termo “letramento” — aqui tomado em sua acepção plural — refere-se não apenas à habilidade técnica de operar dispositivos, mas à capacidade de interpretar criticamente, selecionar, produzir e circular informações em contextos diversos, orientando-se por critérios éticos, cognitivos e comunicacionais. Essa perspectiva, formulada por autores como Soares (2002), Buckingham (2003) e Marcuschi (2008), converge com a noção de “ecologias cognitivas” proposta por Pierre Lévy (1993), em que a inteligência coletiva se estrutura a partir das interações distribuídas em ambientes digitais e colaborativos.

De acordo com dados da Pesquisa TIC Domicílios 2023 (CETIC/CGI.br), cerca de 84% dos domicílios brasileiros possuem acesso à internet, mas a desigualdade digital persiste em múltiplos níveis. Enquanto as classes A e B apresentam taxas de 100% e 98%, respectivamente, nas classes D e E a penetração ainda é inferior a 70%. Além disso, 62% dos usuários de baixa renda acessam a rede exclusivamente pelo smartphone, o que reduz a diversidade de usos e limita o desenvolvimento de competências complexas de letramento digital, como produção textual e análise crítica de conteúdos (CGI.br, 2023). Essa restrição é especialmente evidente nas periferias urbanas, como o bairro Guaraituba, em Colombo (PR), onde a conectividade tende a ser instável e as condições materiais precárias restringem o tempo e o espaço dedicados à aprendizagem.

Nesse contexto, Jan van Dijk (2020) oferece uma das abordagens mais abrangentes sobre o fenômeno das desigualdades digitais, ao propor um modelo de quatro níveis de acesso: motivacional, material, de habilidades e de uso. Mesmo quando o acesso físico é garantido — por exemplo, pela posse de um smartphone

ou plano de dados —, persistem desigualdades mais sutis, relacionadas à motivação para aprender, às competências cognitivas e à qualidade dos usos realizados. Van Dijk (2020, p. 54) argumenta que “a exclusão digital não desaparece com a expansão do acesso, mas se desloca para o plano das oportunidades, da literacia e da capacidade de transformar a conectividade em benefício social e cultural”. Essa leitura é fundamental para compreender as limitações enfrentadas por mulheres de baixa renda, cuja relação com as tecnologias é marcada por tensões entre a necessidade de uso funcional e a ausência de suporte formativo adequado.

2.2.2 Cultura de Acesso e Cognição

Santaella (2003) acrescenta a essa discussão o conceito de “cultura do acesso”, na qual o contato constante com fluxos informacionais digitais reconfigura os modos de percepção, memória e aprendizagem. Segundo a autora, vivemos uma transição de um regime de leitura linear para uma leitura fragmentada, interativa e hipertextual, em que os sujeitos desenvolvem novas formas de atenção e cognição. Entretanto, tal transição não ocorre de maneira homogênea. Há um hiato crescente entre aqueles que conseguem navegar criticamente nesse ambiente e aqueles que não conseguem. O tempo do aprender, que exige imersão e reflexão, entra em conflito com o tempo das plataformas, que privilegia o imediato, o emocional e o visível. Como observa Sibilia:

As novas formas de comunicação e interação digital produzem um tipo de subjetividade conectada, ansiosa e acelerada, que tende a privilegiar a visibilidade e a reação imediata em detrimento da reflexão e da interiorização do conhecimento. (SIBILIA, 2012, p. 67).

A baixa disponibilidade de tempo livre e a intermitência da conexão tornam o aprendizado uma prática descontínua, baseada em tentativas e erros, sustentada por laços de solidariedade local. Esses fatores configuram o que Pierre Lévy (1993) descreve como “ecologias cognitivas distribuídas”, nas quais o saber é produzido coletivamente, mas também condicionado pelas infraestruturas técnicas e pelos regimes de visibilidade impostos pelas plataformas.

Castells (2003) reforça essa leitura ao argumentar que a estrutura de poder da sociedade informacional se organiza em torno do controle dos fluxos de

informação. Assim, as desigualdades digitais não são apenas lacunas técnicas, mas expressões de desigualdades sociais mais profundas — de tempo, renda, escolaridade e capital simbólico. O autor observa que:

O poder na sociedade em rede é exercido através do controle da informação e da comunicação. Quem controla os fluxos de informação controla também a capacidade de formar mentes, de criar consensos e de estabelecer significados sociais. (CASTELLS, 2003, p. 423).

Nessa perspectiva, o aprendizado digital de mulheres em vulnerabilidade é atravessado por disputas simbólicas e estruturais. Não basta garantir o acesso técnico, é preciso garantir o direito à compreensão, à verificação e à produção de sentido. A aprendizagem, portanto, se torna uma prática política — uma forma de resistência à hegemonia informacional e à alienação algorítmica. Como propõe Feenberg (2017), a emancipação tecnológica exige a reconstrução da técnica como campo de participação democrática. E essa reconstrução passa, necessariamente, pelo fortalecimento das capacidades informacionais das populações mais excluídas.

Os desafios da desinformação, nesse contexto, não se limitam à identificação de conteúdos falsos, mas à formação de sujeitos críticos, capazes de compreender as lógicas discursivas e políticas da rede. É nesse sentido que autores como Kellner (2021) e Van Dijk (2020) convergem: a educação informacional deve ser entendida como uma pedagogia da resistência, capaz de devolver ao cidadão o poder de decidir o que é relevante, verdadeiro e útil para sua vida.

Assim, pensar o uso da informação e a aprendizagem como práticas sociais implica reconhecer que o conhecimento não se dá fora das condições materiais e simbólicas da existência. A democratização informacional — quando articulada com políticas de letramento, empoderamento e justiça social — pode constituir um caminho de emancipação para mulheres em contextos de desigualdade. No entanto, sem esse suporte estrutural, a promessa da inclusão digital corre o risco de reproduzir novas formas de exclusão, mais sutis, porque mascaradas pela aparência de conectividade e liberdade.

A compreensão do acesso à informação e do aprendizado digital não pode restringir-se ao indivíduo e à sua relação direta com as tecnologias. É necessário situá-la no campo mais amplo das mediações sociais e culturais, onde instituições, comunidades e redes locais desempenham papel decisivo na formação dos

sentidos, das práticas e das competências informacionais. Nesse horizonte, o conceito de mediação ganha centralidade teórica, pois permite compreender como os sujeitos — em especial aqueles em condição de vulnerabilidade — reinterpretam e ressignificam as tecnologias a partir de seus contextos de vida.

Jesús Martín-Barbero (2004) foi um dos primeiros autores latino-americanos a propor uma virada epistemológica na compreensão da comunicação e da cultura, deslocando o foco da emissão para a mediação. Em sua leitura, os processos comunicativos não são determinados apenas pelos meios tecnológicos, mas sobretudo pelas tramas culturais e institucionais que organizam a experiência cotidiana dos sujeitos. A mediação, portanto, constitui um espaço de negociação simbólica, onde as tecnologias são apropriadas segundo lógicas de pertencimento e identidade. Como o autor enfatiza,

A comunicação deixa de ser pensada como um simples processo de transmissão para ser compreendida como um lugar de reconversão cultural, onde se cruzam temporalidades, saberes e práticas diversas, e onde os sujeitos reconstruem suas identidades a partir de múltiplas experiências de mediação. (MARTÍN-BARBERO, 2004, p. 132).

Essa noção de mediação é particularmente fecunda para compreender o modo como as mulheres de comunidades periféricas se relacionam com as tecnologias da informação. O aprendizado digital, nesses contextos, raramente ocorre de forma institucionalizada. Ele se dá de modo coletivo e solidário — na troca de mensagens, no compartilhamento de saberes práticos, na resolução conjunta de problemas. As redes de vizinhança e as relações comunitárias atuam como espaços de mediação do saber, transformando a aprendizagem tecnológica em uma prática social compartilhada.

No caso brasileiro, as iniciativas de educação popular e de comunicação comunitária desempenham um papel histórico na construção dessas mediações. Peruzzo (2019) mostra que a comunicação comunitária constitui um campo estratégico de luta pela democratização da informação, pois ela articula os meios de expressão com os processos de organização social. Ao analisar experiências de rádios comunitárias, blogs de bairro e coletivos locais, a autora evidencia que a comunicação, quando enraizada nas comunidades, potencializa o aprendizado e a cidadania, criando oportunidades para o exercício da voz e o reconhecimento da identidade.

Segundo Peruzzo:

A comunicação comunitária representa uma via de exercício da cidadania e da aprendizagem social, porque constitui um processo de construção de sentidos em comum. Ao participar de uma rádio ou de um coletivo de comunicação, os sujeitos aprendem sobre si mesmos e sobre o mundo, desenvolvendo competências críticas e afetivas que transcendem o uso instrumental das tecnologias. (PERUZZO, 2019, p. 47).

A ideia de aprendizagem social proposta por Peruzzo articula-se à noção de educação cidadã, que considera o acesso à informação como um direito fundamental e um bem público. Nesse sentido, as práticas de comunicação popular não apenas difundem conteúdos, mas constroem ambientes pedagógicos em que a reflexão crítica e o aprendizado colaborativo emergem como formas de resistência à exclusão digital e simbólica. Essa perspectiva é particularmente relevante para compreender o papel das redes locais de mulheres — grupos de mães, associações, coletivos femininos — que, mesmo com recursos limitados, desenvolvem práticas de apoio mútuo e circulação de conhecimento.

Orozco-Gómez (2014) amplia essa discussão ao propor o conceito de mediações pedagógicas. Em seus estudos sobre recepção e consumo midiático, o autor sustenta que a aprendizagem não é um processo isolado de aquisição de informação, mas uma experiência relacional mediada por valores, afetos e contextos socioculturais. Ele observa que os sujeitos aprendem com as mídias a partir de suas posições sociais e de seus repertórios culturais, o que implica que a educação digital deve reconhecer a diversidade dos modos de apropriação e não impor modelos homogêneos de uso.

As mediações pedagógicas são aquelas instâncias que tornam possível a apropriação significativa dos conteúdos comunicativos. Elas não estão apenas nas escolas, mas também nas famílias, nas comunidades e nas redes sociais, onde os sujeitos aprendem a negociar sentidos e a construir identidades. (OROZCO-GÓMEZ, 2014, p. 88).

A partir dessa perspectiva, torna-se evidente que a cidadania digital não se constitui apenas pela conexão técnica, mas pela capacidade crítica de interpretar, avaliar e produzir informação em contextos mediados por relações de poder. Stuart Hall (2003) contribui decisivamente para essa leitura ao destacar que os processos comunicacionais são sempre processos de codificação e decodificação,

atravessados por disputas simbólicas. Para Hall, as mensagens circulam dentro de formações discursivas e ideológicas que estruturam o campo do poder; o ato de compreender uma informação é também um ato político, pois envolve o reconhecimento das posições de sujeito e das formações identitárias implicadas na produção de sentido.

Em termos práticos, isso significa que a aprendizagem digital, nas comunidades periféricas, envolve mais do que o domínio técnico — trata-se de aprender a decodificar o mundo, a ler criticamente as narrativas que moldam a vida cotidiana. Quando uma mulher aprende a verificar uma notícia, a reconhecer um discurso discriminatório ou a utilizar uma plataforma para reivindicar direitos, ela está exercendo uma forma de letramento político-informacional, isto é, transformando a informação em instrumento de cidadania.

Essas dinâmicas de mediação são ainda mais complexas quando analisadas no contexto das políticas públicas e das instituições formais. Os espaços institucionais — escolas, centros comunitários, ONGs, universidades — podem funcionar como pontes de mediação entre o conhecimento técnico e o saber popular, desde que reconheçam o valor dos saberes locais e das práticas colaborativas. Experiências como as Oficinas de Inclusão Digital do programa Telecentros.BR e as ações de formação em letramento midiático promovidas pelo CGI.br e pelo NIC.br demonstram que, quando articuladas com as comunidades, tais iniciativas ampliam as condições de acesso significativo à informação.

Entretanto, muitas dessas políticas enfrentam o desafio da descontinuidade e da falta de enraizamento comunitário. Conforme analisa Peruzzo (2020), as ações de inclusão digital que ignoram as dinâmicas locais tendem a reproduzir uma lógica assistencialista, tratando o público vulnerável como receptor passivo de tecnologias, e não como produtor ativo de saberes. O verdadeiro potencial das mediações institucionais emerge quando elas se hibridizam com as mediações comunitárias, criando redes de aprendizagem sustentáveis, horizontalizadas e afetivamente engajadas.

Nesse ponto, é possível estabelecer um diálogo entre os autores latino-americanos e a crítica cultural britânica de Hall (2003). Ambos enfatizam que a luta pela representação e pelo acesso à informação é, em última instância, uma luta por reconhecimento. Nas periferias urbanas, a ausência de reconhecimento simbólico frequentemente se traduz em invisibilidade social e em exclusão informacional.

Assim, fortalecer as mediações — tanto institucionais quanto comunitárias — significa também disputar o poder de nomear e significar o mundo, tarefa que passa pela valorização da experiência cotidiana como espaço legítimo de produção de conhecimento.

Essas mediações são ainda mais importantes diante do avanço da desinformação e da crescente colonização das plataformas por interesses corporativos e políticos. A formação de redes de apoio informacional, com base na solidariedade comunitária e na ação coletiva, atua como contrapoder simbólico às dinâmicas excludentes da sociedade em rede. Tais redes transformam a aprendizagem digital em uma prática emancipatória: as mulheres trocam experiências, compartilham estratégias de segurança digital, aprendem a interpretar discursos e fortalecem a autoestima informacional.

Ao articular mediações comunitárias e institucionais, consolida-se um campo híbrido de aprendizagem, onde o conhecimento formal e o informal se encontram e se retroalimentam. Trata-se do que Martín-Barbero (2004) denomina “trama comunicacional”, um tecido de práticas e significados que liga o global ao local, o técnico ao cultural, o individual ao coletivo. É nesse entrelaçamento que se pode vislumbrar uma pedagogia das mediações, capaz de reconfigurar a relação entre informação, poder e cidadania.

Portanto, compreender as mediações que estruturam o aprendizado informacional é compreender os modos pelos quais a cidadania se constrói nas margens. A comunicação comunitária, as práticas educativas locais e as iniciativas institucionais de inclusão digital não são apenas instrumentos de acesso, mas processos de criação de sujeitos informados e críticos, capazes de participar ativamente da sociedade do conhecimento. Ao reconhecer e fortalecer essas mediações, abre-se caminho para uma democratização mais profunda da informação — não apenas como recurso técnico, mas como direito humano fundamental e condição de justiça social.

Pensar a aprendizagem informacional sob a perspectiva da ética e da política é compreender que o acesso e o uso da informação não se esgotam em competências técnicas, mas envolvem relações de poder, reconhecimento e justiça. A informação, na sociedade contemporânea, constitui um bem simbólico e material que estrutura as possibilidades de agir, compreender e transformar o mundo. No entanto, como destaca Amartya Sen (2010), as desigualdades informacionais e

cognitivas não são apenas indicadores de carência de recursos, mas expressões de privação de capacidades — isto é, de liberdade real para ser e fazer. Assim, o aprendizado informacional, quando visto em chave ética, deve ser entendido como processo de ampliação das capacidades humanas, permitindo que os sujeitos desenvolvam autonomia crítica e possam participar ativamente da vida social.

A noção de “justiça informacional” emerge justamente dessa confluência entre ética e política. Ela propõe que a democratização do acesso à informação deve ser acompanhada por condições equitativas de compreensão, produção e circulação de saberes. O conceito dialoga diretamente com as formulações de Nancy Fraser (2006), para quem a justiça social requer a integração de três dimensões: redistribuição, reconhecimento e representação. Em contextos informacionais, essas dimensões se manifestam como: redistribuição de infraestrutura e acesso tecnológico; reconhecimento dos saberes e vozes marginalizadas; e representação nos espaços de decisão sobre políticas digitais e educacionais.

A justiça requer tanto a redistribuição de recursos materiais quanto o reconhecimento das identidades culturais e sociais que foram sistematicamente desvalorizadas. Sem reconhecimento, a redistribuição perde seu sentido emancipatório; sem redistribuição, o reconhecimento se torna meramente simbólico. (FRASER, 2006, p. 234).

Essa leitura é particularmente fecunda quando aplicada à realidade das mulheres em vulnerabilidade informacional, como as do bairro Guaraituba. O aprendizado digital, nesses contextos, não é apenas uma questão de acesso a ferramentas, mas de reconhecimento de saberes invisibilizados, de experiências de vida que carregam potencial epistemológico. Como observa Paulo Freire (1987), a educação é um ato essencialmente político e dialógico, voltado à libertação dos sujeitos por meio da conscientização crítica (*conscientização*). Ao aprender, o sujeito toma consciência de sua condição histórica e se reconhece como agente capaz de intervir no mundo.

Freire (1996) enfatiza que o conhecimento só se torna emancipador quando está enraizado no diálogo e na solidariedade. A aprendizagem, nesse sentido, é inseparável de uma ética do cuidado e da corresponsabilidade: aprender é também aprender a se colocar diante do outro, a escutar, a compartilhar, a compreender o mundo a partir da perspectiva do comum.

Ele escreve:

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. (FREIRE, 1987, p. 68).

Essa formulação permite repensar a educação informacional como um projeto coletivo de emancipação, no qual o conhecimento é construído horizontalmente e não imposto verticalmente. Em contextos populares, essa pedagogia do diálogo ganha especial relevância, pois a exclusão digital e informacional frequentemente se associa à exclusão da palavra e da escuta — mulheres que não têm tempo, espaço ou legitimidade para participar das esferas públicas de debate. Assim, criar condições éticas para o aprendizado digital implica restituir o direito de dizer, de interpretar e de ser ouvida, o que corresponde, no campo informacional, à base da justiça.

Nesse ponto, o pensamento de Martha Nussbaum (2011) oferece um complemento importante à teoria de Sen. A autora propõe a abordagem das capacidades centrais, entendidas como condições mínimas para o florescimento humano. Dentre elas, destacam-se a capacidade de pensamento crítico, de afiliação social e de controle sobre o próprio ambiente — todas diretamente vinculadas ao acesso e uso ético da informação. Nussbaum insiste que uma sociedade justa deve garantir não apenas recursos materiais, mas oportunidades reais para que as pessoas usem a informação como instrumento de autodeterminação.

A educação para a cidadania requer que todos os indivíduos sejam capazes de pensar por si mesmos, de examinar criticamente as tradições e de argumentar de forma racional sobre os assuntos públicos. Essa capacidade depende de um sistema educativo que valorize a imaginação, a empatia e o raciocínio crítico. (NUSSBAUM, 2011, p. 24).

Essa abordagem das capacidades se articula diretamente à noção de aprendizagem informacional emancipatória, entendida como o processo pelo qual os sujeitos adquirem não apenas habilidades técnicas, mas competências éticas e políticas para participar da vida pública digital. Aprender a usar a informação é também aprender a discernir o justo, a resistir à manipulação, a construir narrativas próprias. Assim, a ética do aprendizado digital ultrapassa a esfera individual e se inscreve no campo da responsabilidade coletiva — isto é, na criação de ecossistemas informacionais justos, abertos e solidários.

Ao relacionar esses autores, percebe-se que a justiça informacional implica uma nova forma de pensar a cidadania. Ela não se reduz à inclusão tecnológica, mas abarca a capacidade de interpretar criticamente os fluxos de informação e de participar das decisões sobre sua produção e circulação. Em um cenário marcado pela desinformação, pela manipulação algorítmica e pela concentração de poder nas plataformas digitais, o aprendizado informacional torna-se uma forma de resistência ética e política.

Amartya Sen (2010) observa que a liberdade não é apenas ausência de coerção, mas presença de capacidades reais. Nesse sentido, uma política pública de inclusão informacional que se limite a distribuir equipamentos e conexões sem garantir condições de aprendizado crítico incorre em uma injustiça de segunda ordem — produz um “acesso sem emancipação”, um consumo de dados desprovido de autonomia cognitiva. A justiça informacional, ao contrário, exige oportunidades substantivas de uso e apropriação crítica, orientadas pelos valores de solidariedade, diversidade e igualdade de voz.

Essas dimensões éticas e políticas do aprendizado informacional ganham relevo particular no caso das mulheres em vulnerabilidade social, cujas trajetórias de exclusão são atravessadas por múltiplas formas de opressão — de gênero, classe e território. A construção de ambientes informacionais justos requer reconhecer essas interseccionalidades e projetar políticas sensíveis à diferença. Nesse sentido, a pedagogia freireana continua sendo um paradigma fundamental: aprender é libertar-se da cultura do silêncio, é reconstruir o mundo com e a partir dos outros.

Freire (1996) lembra que a prática educativa crítica demanda uma postura ética do educador e do aprendiz: a humildade para aprender com o outro e o compromisso de transformar o que é injusto. Essa ética dialogal se traduz, no campo informacional, em práticas de mediação participativa, em que os sujeitos aprendem a usar as tecnologias não como instrumentos de dependência, mas como meios de autonomia. Assim, a ética do aprendizado digital é inseparável de uma política da esperança, no sentido freireano: a esperança que se move pela ação e pela consciência crítica.

Do ponto de vista institucional, essa concepção de justiça informacional implica repensar os sistemas educativos e comunicacionais como espaços de formação cidadã. As escolas, universidades, centros comunitários e mídias públicas devem funcionar como laboratórios de ética informacional, promovendo práticas de

verificação, diálogo e participação democrática. Ao mesmo tempo, deve-se valorizar o papel das redes locais — especialmente as lideradas por mulheres — como instâncias de aprendizado ético e solidário. O reconhecimento dessas práticas locais é, em si, um ato de justiça epistêmica.

Por fim, a justiça informacional requer um compromisso coletivo com a sustentabilidade ética do ecossistema digital. Isso significa assegurar transparência algorítmica, acesso equitativo, diversidade cultural e fortalecimento da autonomia cognitiva dos usuários. O aprendizado informacional, nesse sentido, é mais do que uma competência: é uma virtude cívica, um modo de habitar o mundo com consciência, empatia e responsabilidade. E, como lembra Freire, “não há liberdade sem responsabilidade, como não há responsabilidade sem liberdade” (FREIRE, 1996, p. 37). Essa é, talvez, a síntese mais profunda da ética informacional contemporânea: aprender é tornar-se livre, e ser livre é aprender a agir eticamente na partilha do mundo comum.

O percurso analítico deste capítulo permitiu compreender a informação como um elemento estruturante da vida social contemporânea, atravessando as dimensões da aprendizagem, da cidadania e da emancipação. Longe de ser um recurso neutro, a informação constitui-se como campo de disputa simbólica e política, no qual se definem os contornos do acesso ao conhecimento, da produção de sentido e da participação social. As transformações digitais não apenas reconfiguram as formas de comunicação e de interação, mas reposicionam o sujeito — especialmente aquele em situação de vulnerabilidade — diante das exigências de letramento, crítica e autonomia no uso da informação.

A primeira dimensão examinada, referente ao uso da informação e aos letramentos digitais, revelou que o simples acesso às tecnologias não garante a inclusão social ou cognitiva. Conforme Van Dijk (2020), as desigualdades digitais se reproduzem de maneira cumulativa: os que já possuem capital informational ampliam suas competências, enquanto os grupos marginalizados enfrentam barreiras estruturais que limitam o potencial emancipatório das tecnologias. Tal constatação se mostra particularmente relevante no contexto de comunidades como o bairro Guaraituba, em Colombo (PR), onde o acesso à conectividade e aos dispositivos é marcado por restrições econômicas, educacionais e de gênero.

Essas barreiras reforçam a importância de compreender o letramento digital e informacional não como uma competência técnica, mas como prática social

situada, vinculada à capacidade crítica de interpretar, selecionar e circular informações. O aprendizado informacional emerge, assim, como um processo de apropriação cultural que articula valores, crenças e relações de poder. Conforme argumenta Feenberg (2017), a democratização da tecnologia ocorre quando os sujeitos são capazes de reinterpretar suas funções e utilizá-las para fins emancipatórios, desafiando as lógicas dominantes de controle e consumo. Essa perspectiva de apropriação crítica é central para a construção da autonomia cognitiva e da cidadania digital.

Na sequência, a análise da desinformação e de seus impactos no aprendizado social revelou as contradições inerentes à sociedade em rede. Castells (2003) e Benkler (2006) demonstram que a expansão da comunicação digital democratiza a produção de conteúdos, mas também multiplica as possibilidades de manipulação e controle informacional. O fenômeno da desinformação, intensificado pelas plataformas de mídia social e pela opacidade algorítmica, compromete os processos de aprendizagem e a confiança nas instituições de conhecimento. A circulação de conteúdos falsos e distorcidos afeta sobretudo as populações com menor domínio de letramentos digitais, acentuando vulnerabilidades cognitivas e políticas.

2.2.3 Dimensão Política da Aprendizagem

Como destaca Sibilia (2012), vivemos uma era em que “a visibilidade se tornou um imperativo e a informação, uma mercadoria que circula com a velocidade dos fluxos e a superficialidade dos cliques”. Nessa ambiência, aprender a discernir, contextualizar e verificar passa a ser um ato político. O letramento informacional, portanto, converte-se em um instrumento de resistência simbólica e ética contra as formas de desinformação que corroem o espaço público e fragmentam o tecido social.

A terceira dimensão do capítulo tratou das mediações institucionais e comunitárias como espaços de fortalecimento das aprendizagens e do acesso à cidadania digital. Autores como Peruzzo (2021) e Martín-Barbero (2003) sublinham que a comunicação comunitária e as mediações culturais são fundamentais para traduzir o acesso técnico em apropriação social. As instituições locais — escolas, associações, grupos de mulheres e coletivos culturais — atuam como zonas de

mediação entre as tecnologias e a vida cotidiana, possibilitando que a informação se transforme em conhecimento socialmente significativo.

Como observa Hall:

A cultura não é apenas o terreno onde significados são produzidos e compartilhados, mas o espaço onde se travam lutas pela representação e pela definição da realidade. ((HALL, 2003, p. 192),

Essa afirmação ilumina o papel das mediações comunitárias na formação de sujeitos críticos e ativos, capazes de se reconhecerem como produtores de sentido e de cidadania. Ao articular as práticas de letramento digital às redes de solidariedade e reconhecimento, as mediações institucionais contribuem para reduzir o fosso entre acesso e participação efetiva.

Por fim, a discussão sobre a dimensão ética e política da aprendizagem informacional integrou os aportes de Freire, Sen, Fraser e Nussbaum para construir uma leitura da tecnologia como campo de justiça. Freire (1987) defende que a educação é um ato de libertação que requer consciência crítica e diálogo. A aprendizagem informacional, nesse sentido, é também um processo de conscientização digital, que transforma o sujeito de mero consumidor em agente de mudança.

2.2.4 Práticas de Aprendizagem Digital

A noção de justiça informacional delineia-se, portanto, como uma extensão da justiça social para o domínio das tecnologias e dos fluxos de conhecimento. Sen (2010) e Nussbaum (2011) apontam que o desenvolvimento humano depende da ampliação das capacidades — entre elas, a capacidade de comunicar, aprender e participar das decisões que afetam a vida coletiva. Fraser (2006) acrescenta que a justiça requer tanto a redistribuição material quanto o reconhecimento simbólico, o que implica garantir às populações marginalizadas o direito de produzir e interpretar informação em condições de equidade.

A liberdade informacional, entendida como o direito de saber e de ser ouvido, é a base sobre a qual se ergue a democracia contemporânea. (FREIRE, 1987, p. 45).

Essa concepção ético-política propõe deslocar o foco das políticas de inclusão digital do simples fornecimento de acesso para a construção de competências, reconhecimento e autonomia. A justiça informacional se realiza quando o conhecimento se torna instrumento de poder compartilhado, e a aprendizagem se converte em prática de liberdade.

Em síntese, o Capítulo 2.2 delineou uma trajetória teórica que articula cinco eixos complementares: o uso da informação, os letramentos digitais, a desinformação, as mediações socioculturais e a justiça informacional. Essa articulação evidencia que o empoderamento informacional das mulheres em situação de vulnerabilidade não depende apenas de infraestrutura tecnológica, mas de processos educativos, culturais e éticos que permitam transformar o acesso à emancipação.

Ao compreender a informação como direito humano e bem comum, reafirma-se a necessidade de políticas públicas e práticas comunitárias que promovam a inclusão crítica e a aprendizagem significativa. O enfrentamento da desinformação, a valorização das mediações locais e a incorporação de princípios de justiça informacional constituem, juntos, o alicerce de uma cidadania digital ativa, solidária e transformadora — condição fundamental para que a sociedade em rede se converta em espaço de liberdade e não de opressão.

2.2.5 Síntese Interpretativa

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo evidencia que a aprendizagem digital e o letramento informacional, conforme problematizados por autores como Freire, Sen, Nussbaum, Fraser, Castells, Hall, Martín-Barbero, Peruzzo e Van Dijk, constituem mais do que processos técnicos: são práticas sociais e políticas que atravessam desigualdades estruturais, relações de poder e contextos culturais específicos. O uso da informação e a apropriação das tecnologias digitais pelas mulheres em situação de vulnerabilidade — particularmente no bairro Guaraituba — devem ser compreendidos como processos simultaneamente habilitadores, mediadores e condicionados por barreiras econômicas, sociais e institucionais.

A partir da análise do letramento digital e da cognição (2.2.1 e 2.2.2), tornou-se evidente que a apropriação significativa da informação exige tempo, reflexão e

mediações coletivas, contrastando com a lógica acelerada e superficial das plataformas digitais. As práticas de aprendizagem digital das mulheres investigadas se dão em ecossistemas híbridos, nos quais experiências de vida, redes de solidariedade e relações comunitárias se articulam aos dispositivos tecnológicos e à conectividade limitada, gerando um aprendizado fragmentado, mas resiliente e criativo.

A discussão sobre desinformação e vulnerabilidades cognitivas (2.2.3) evidencia que a circulação acelerada de conteúdos falsos ou manipulados compromete a capacidade de interpretação crítica, ampliando a necessidade de estratégias de letramento informacional que integrem análise ética, discernimento político e habilidades de verificação. Nesses contextos, o aprendizado digital torna-se uma prática de resistência simbólica e ética, fortalecendo a autonomia cognitiva das mulheres e possibilitando a transformação da informação em instrumento de cidadania.

As mediações institucionais e comunitárias (2.2.4) revelam que a apropriação efetiva da informação depende do reconhecimento e do fortalecimento de redes locais de apoio, coletivos culturais e espaços educativos que funcionem como zonas de mediação entre o conhecimento formal e o saber popular. A valorização dessas práticas comunitárias é decisiva para converter o acesso técnico em conhecimento socialmente significativo, promovendo solidariedade, reconhecimento simbólico e participação ativa nos processos informacionais.

Por fim, a dimensão ética e política da aprendizagem informacional (2.2.5) mostra que o empoderamento digital deve ser compreendido como parte de uma justiça informacional, que integra redistribuição de recursos, reconhecimento de saberes marginalizados e representação nas decisões sobre fluxos de informação. A inclusão digital sem essas condições não garante emancipação; pelo contrário, pode reproduzir exclusões sutis e reforçar desigualdades preexistentes. A síntese desta seção evidencia que a aprendizagem digital, quando situada e mediada, configura-se como prática de liberdade e de construção de autonomia crítica, fortalecendo a cidadania e oferecendo caminhos concretos para enfrentar a desinformação e a vulnerabilidade social.

2.3 EMPODERAMENTO E JUSTIÇA INFORMACIONAL

Este capítulo tem como objetivo situar o leitor nas práticas, dimensões e desafios do empoderamento informacional, compreendido como processo complexo, relacional e situado que articula aprendizagem, autonomia, justiça cognitiva e cidadania digital. Parte-se da premissa de que o acesso às tecnologias e à informação, por si só, não garante emancipação ou participação plena na vida social, sendo necessário compreender o empoderamento como prática ética, política e comunitária, mediada por relações sociais, culturais e afetivas. A análise busca evidenciar como a apropriação crítica da informação permite transformar conhecimento em ação, resistência e exercício de cidadania, promovendo justiça informacional e reconhecimento das epistemologias subalternas.

Em 2.3.1, “Empoderamento como Práxis”, são apresentadas as concepções freireanas e feministas de empoderamento, que o entendem como processo coletivo, dialógico e político. A subseção evidencia como a percepção crítica do próprio lugar no mundo e a apropriação dos saberes cotidianos constituem a base para a autonomia informacional.

Na subseção 2.3.2, “Justiça Informacional”, o enfoque recai sobre o acesso equitativo à informação como direito humano fundamental e base da cidadania na era digital. Analisa-se como as desigualdades de gênero, classe e escolaridade estruturam o uso da informação, evidenciando a necessidade de políticas públicas, redes comunitárias e práticas pedagógicas que garantam apropriação significativa e poder de decisão.

Em 2.3.3, “Tecnologia Emancipatória”, são examinadas as potencialidades das tecnologias quando orientadas por valores éticos, colaborativos e inclusivos. A subseção demonstra como ferramentas técnicas podem ser reinterpretadas pelas usuárias como instrumentos de liberação, produção de saber coletivo e engajamento social.

Na subseção 2.3.4, “Justiça Cognitiva e Cuidado”, discute-se a valorização das epistemologias locais e a construção de infraestruturas de cuidado, afetivas, relacionais e culturais, como fundamentos para a justiça cognitiva. A análise mostra que a autonomia informacional depende da criação de redes de apoio que promovam solidariedade, reconhecimento simbólico e equidade epistemológica.

Por fim, em 2.3.5, “Síntese Interpretativa”, realiza-se a integração das dimensões anteriores, destacando que o empoderamento informacional das

mulheres em vulnerabilidade se configura simultaneamente como prática de aprendizado crítico, exercício de cuidado coletivo e expressão de justiça social. A seção evidencia que transformar informação em saber compartilhado redefine a cidadania, fortalece a condição epistêmica das mulheres e promove a construção de comunidades digitais de conhecimento, solidariedade e resistência.

2.3.1 Tecnologia Emancipatória

A compreensão do empoderamento feminino, no contexto da sociedade da informação, exige o reconhecimento de que a emancipação não é apenas um ato de vontade individual, mas um processo de tomada de consciência situado histórica, cultural e politicamente. Paulo Freire (1979) concebe a conscientização como um movimento dialético entre o sujeito e a realidade, em que o oprimido, ao compreender as condições de sua opressão, adquire a capacidade de agir para transformá-la. Essa concepção constitui o núcleo epistemológico do empoderamento: trata-se de um processo de percepção crítica de si e do mundo, mediado pela linguagem, pela cultura e pela experiência social. Nesse sentido, o empoderamento é menos uma meta alcançada do que uma prática contínua de reflexão e ação — uma práxis informada pela busca de autonomia e de reconhecimento.

Freire (1987) adverte que a desumanização do oprimido é produto de um sistema histórico de opressões que naturaliza a desigualdade e transforma a ausência de poder em destino. A reconstrução dessa percepção é, portanto, o primeiro passo para o empoderamento, entendido aqui não apenas como aquisição de recursos, mas como reconstrução simbólica da autoestima e da agência. Em contextos marcados pela pobreza e pela desigualdade de gênero, como o das mulheres do bairro Guaraituba, essa reconstrução é também informacional: passa pela capacidade de reconhecer-se como sujeito capaz de compreender, produzir e transformar o fluxo de informações que estrutura a vida cotidiana. A exclusão digital e cognitiva, portanto, não é apenas um problema de acesso técnico, mas de percepção: quem não se reconhece como sujeito informacional permanece invisível aos circuitos de poder e de comunicação.

Essa relação entre percepção e empoderamento é profundamente discutida por Jessé Souza (2009, 2011, 2012, 2018), que analisa a reprodução das

hierarquias sociais no Brasil a partir do que denomina “estrutura de humilhação social”. Segundo o autor, o sentimento de inferiorização cultural e simbólica, inculcado historicamente nas classes subalternas, opera como um dispositivo de dominação mais eficaz do que a coerção material. O empoderamento, nesse contexto, implica um processo de reconstrução da percepção de valor, em que o sujeito rompe com o imaginário da incapacidade e reivindica seu direito à palavra, à voz e à interpretação do mundo. Como observa Souza (2018, p. 47), “a desigualdade no Brasil não é apenas econômica, mas moral; ela se funda na hierarquização do que se considera digno de ser ouvido, visto e reconhecido como saber”.

Em diálogo com Freire, Jessé Souza propõe uma leitura crítica da subalternidade que reconhece o papel da consciência e da educação emancipadora como instrumentos de resistência simbólica. Assim, o empoderamento feminino, especialmente em contextos de vulnerabilidade, não se resume à inserção em programas de capacitação ou à aquisição de competências digitais: ele requer uma transformação profunda da percepção de si, das hierarquias e dos significados atribuídos à experiência social.

A consciência crítica não é um simples despertar da atenção. É uma ruptura com as formas estabelecidas de perceber e sentir o mundo. É quando o sujeito começa a ver o que antes estava naturalizado — o racismo, o machismo, a desigualdade — e se reconhece como parte de um coletivo capaz de questionar e reinventar a realidade. (FREIRE, 1979, p. 44).

A articulação entre percepção e empoderamento é também um campo de disputa simbólica, como demonstram as teorias feministas de Joan Scott (1999), Teresa de Lauretis (1994), Helena Hirata (2014) e Guacira Louro (2006). Para essas autoras, a categoria “gênero” não é apenas uma variável sociológica, mas uma lente epistemológica que revela os modos como o poder opera sobre os corpos e as subjetividades. Scott (1999) argumenta que o gênero é um campo primário de significação, no qual as relações de poder se constroem e se legitimam, e que, portanto, a emancipação das mulheres deve incluir o desvelamento dos mecanismos discursivos que sustentam sua subordinação. Assim, empoderar-se significa reconfigurar os códigos simbólicos que definem o lugar da mulher no mundo, transformando a percepção social e individual do que é possível ser e fazer.

Essa reconfiguração é particularmente relevante nas camadas populares, onde as desigualdades de classe e raça se sobrepõem às de gênero. Lélia Gonzalez (2020) foi pioneira em demonstrar que o racismo e o sexism atuam de forma interseccional na constituição da identidade das mulheres brasileiras. Para ela, o empoderamento só pode ser pensado a partir da experiência concreta das mulheres que vivem “nas fronteiras da exclusão”, em territórios onde o acesso à informação, à educação e à representação política é limitado. Gonzalez (2020) afirma que a reconstrução da percepção dessas mulheres deve partir de suas próprias narrativas e saberes, valorizando as formas de resistência e solidariedade que emergem de suas vivências. Essa dimensão comunitária do empoderamento ressoa diretamente com o contexto do Guaraituba, onde a aprendizagem digital e o compartilhamento de informações entre mulheres configuraram redes de apoio e de reconhecimento mútuo.

A percepção, portanto, é tanto cognitiva quanto política. Ela define o modo como os sujeitos interpretam a si mesmos e o mundo e, por isso, constitui o terreno em que se decide a possibilidade de emancipação. Teresa de Lauretis (1994) propõe compreender o sujeito feminino como “um sujeito em trânsito”, permanentemente construído e reconstruído nas interações entre discurso e experiência. Essa noção é fundamental para pensar o empoderamento informacional: as mulheres em situação de vulnerabilidade não são receptoras passivas de tecnologias, mas produtoras de significados e interpretações que se entrelaçam com as dinâmicas sociais e informacionais do território. A aprendizagem digital, nesse contexto, é também uma aprendizagem de si — uma forma de perceber e reinterpretar o lugar que se ocupa no espaço social.

No entanto, o processo de percepção crítica enfrenta novos desafios no contexto da “infocracia” contemporânea, conceito formulado por Byung-Chul Han (2022). Segundo o autor, a superabundância de informação e a hiperconectividade produzem uma forma de poder que atua não pela repressão, mas pela saturação: o sujeito é capturado por um fluxo incessante de dados e estímulos que dissolvem a capacidade de atenção e reflexão. Han (2022, p. 31) observa que “a transparência total e a circulação incessante de informação não produzem esclarecimento, mas exaustão”. Nessa lógica, o empoderamento informacional requer não apenas o acesso às tecnologias, mas a construção de uma ética da percepção — um modo de ver e de filtrar o mundo digital que preserve a autonomia e a criticidade.

No Brasil, os dados do IBGE (2022) e do Comitê Gestor da Internet (CGI.br, 2023) revelam que as mulheres de baixa renda continuam enfrentando barreiras significativas de acesso e de uso qualificado das tecnologias. Enquanto 91% das mulheres com maior renda utilizam a internet para atividades de estudo e trabalho, apenas 42% das mulheres do primeiro quintil de renda o fazem. No caso de Colombo (PR), segundo o Observatório do Trabalho (2023), cerca de 35% das mulheres entrevistadas declararam não se sentir “seguras” para buscar informações em plataformas digitais, principalmente por medo de desinformação, exposição e julgamentos sociais. Esses dados reforçam que o empoderamento informacional é inseparável da dimensão perceptiva: trata-se de desenvolver confiança, senso crítico e capacidade de reconhecer-se como sujeito legítimo da informação.

Helena Hirata (2014) e Guacira Louro (2006) enfatizam que a transformação social das mulheres depende tanto das condições estruturais quanto das representações simbólicas que definem seu lugar na sociedade. Nesse sentido, a inclusão digital só se torna emancipadora quando permite que as mulheres reconstruam suas percepções sobre o que significa participar, aprender e produzir conhecimento em rede. É nesse ponto que a pedagogia freireana e o pensamento crítico de Jessé Souza se encontram com o feminismo interseccional: todos convergem na ideia de que a percepção crítica é o primeiro passo para a libertação. O empoderamento não é uma dádiva, mas uma conquista cognitiva e afetiva que se realiza no encontro entre consciência, linguagem e solidariedade.

Assim, ao pensar o empoderamento informacional das mulheres em vulnerabilidade, é preciso reconhecer que a percepção é tanto o ponto de partida quanto o horizonte do processo emancipador. Ela é o lugar onde se reconstroem as fronteiras entre o saber e o poder, entre a opressão e a autonomia. No contexto da sociedade digital, o desafio é fazer da informação não um instrumento de controle, mas de consciência — de tornar visível o que foi silenciado, e de transformar o acesso em aprendizado e o aprendizado em liberdade.

O acesso à informação e às tecnologias digitais é um dos principais mediadores do empoderamento feminino na contemporaneidade, mas, como observa Amartya Sen (2000), o desenvolvimento humano não se reduz à ampliação de recursos materiais ou infraestruturais. Ele consiste, fundamentalmente, na expansão das capacidades — isto é, das liberdades substantivas que permitem às pessoas viver a vida que valorizam. Assim, o acesso tecnológico, para se converter

em empoderamento, deve transformar-se em capacidade efetiva de aprender, comunicar e agir sobre o mundo. Essa distinção entre acesso e autonomia é central para compreender as dinâmicas de inclusão informacional e os desafios das mulheres em situação de vulnerabilidade.

No Brasil, a Pesquisa TIC Domicílios (CGI.br, 2023) indica que 84% dos domicílios brasileiros possuem acesso à internet, mas apenas 52% dos usuários de baixa renda afirmam utilizar a rede para fins educacionais. Entre as mulheres das classes D e E, 62% acessam exclusivamente pelo celular, e menos de 20% declaram realizar cursos on-line ou atividades formativas. Essa desigualdade estrutural de uso reflete não apenas limitações econômicas, mas também barreiras cognitivas, simbólicas e de tempo, especialmente entre aquelas que acumulam funções domésticas e de cuidado. O acesso, portanto, é fragmentado, intermitente e frequentemente instrumental — voltado à comunicação imediata, ao consumo e à sobrevivência cotidiana.

Pierre Lévy (1999) já advertia que a cibercultura inaugura um novo regime de aprendizagem, baseado na conectividade e na colaboração, mas alertava para o risco da exclusão cognitiva. A inclusão digital sem o desenvolvimento de competências informacionais críticas produz sujeitos conectados, porém dependentes — consumidores de informação, não produtores de sentido. Essa limitação é visível entre as mulheres de territórios periféricos, como o Guaraituba, onde a internet é muitas vezes utilizada como ferramenta de mediação social e afetiva e até de obtenção de conhecimento, mas ainda de forma tímida como espaço de formação autônoma. As condições materiais e simbólicas restringem a apropriação plena das tecnologias, reforçando o ciclo da desigualdade informacional e da precarização do saber.

Van Dijk (2020) aprofunda essa discussão ao propor que a inclusão digital deve ser compreendida em quatro dimensões interdependentes: acesso motivacional, acesso material, acesso de habilidades e acesso de uso. Mesmo quando as duas primeiras estão asseguradas — ou seja, quando há motivação e infraestrutura básica —, as desigualdades reaparecem nas dimensões cognitivas e culturais. É nesse ponto que o empoderamento se decide: transformar o uso cotidiano em prática reflexiva e a conexão em aprendizagem. Sem esse deslocamento, a inclusão permanece superficial, reproduzindo o que Castells (2003)

chamou de “exclusão informacional estrutural” — a divisão entre os que produzem conhecimento e os que apenas o consomem.

As redes de informação não são espaços neutros. Elas refletem e amplificam as estruturas de poder da sociedade. Aqueles que detêm o conhecimento e os meios de comunicação de massa exercem poder sobre os fluxos de informação e, portanto, sobre as mentes. O novo analfabetismo não é a incapacidade de ler e escrever, mas a incapacidade de processar, selecionar e interpretar informações em rede. (CASTELLS, 2003, p. 211).

A aprendizagem digital, nesse contexto, deve ser compreendida como um ato político e cultural. Paulo Freire (1987) propõe que o processo educativo autêntico é aquele que permite ao sujeito “ler o mundo antes de ler a palavra”. Essa leitura do mundo implica reconhecer as relações de poder, desigualdade e exclusão que estruturam a experiência cotidiana. Assim, o aprendizado tecnológico emancipador deve partir das experiências concretas das mulheres e de seus repertórios culturais, permitindo que elas se vejam como produtoras de conhecimento e não apenas como receptoras de conteúdos.

Freire (1996) também enfatiza que o saber emancipador é um saber dialógico, construído na interação entre sujeitos que se reconhecem como inacabados e, portanto, abertos à aprendizagem mútua. Essa visão aproxima-se da pedagogia feminista de Bell Hooks (1994), para quem o processo educativo é uma prática de liberdade. Hooks propõe que ensinar é um ato de amor e resistência, que só se realiza plenamente quando rompe com o modelo bancário da educação e valoriza as vozes historicamente silenciadas. Nas periferias digitais, esse princípio assume um caráter urgente: é preciso criar condições para que as mulheres possam narrar suas próprias histórias, interpretar criticamente as mensagens que consomem e construir redes solidárias de aprendizado.

A educação como prática de liberdade não é apenas sobre o que se ensina, mas sobre como se aprende. Aprender é um ato de reivindicação do eu, um modo de afirmar que a vida do oprimido também tem valor e significado. Quando mulheres pobres, negras e periféricas começam a contar suas histórias e a ensinar o que sabem, o mundo se transforma. (HOOKS, 1994, p. 52).

A autonomia, portanto, nasce da capacidade de transformar o acesso em apropriação crítica. Andrew Feenberg (2017) argumenta que as tecnologias não são neutras: elas incorporam valores e decisões sociais. Contudo, podem ser

reinterpretadas e reapropriadas pelos usuários de maneira contra-hegemônica, transformando-se em instrumentos de emancipação. Essa perspectiva se mostra especialmente relevante para pensar a aprendizagem tecnológica das mulheres em vulnerabilidade, que frequentemente subvertem o uso prescrito das plataformas digitais, utilizando-as para fins coletivos — como redes de apoio, comércio informal, campanhas comunitárias ou mobilizações políticas. O empoderamento, nesse caso, manifesta-se na criatividade e na ressignificação dos meios.

Martha Nussbaum (2011), em sua teoria das capacidades, reforça que a autonomia não se realiza apenas pela expansão de oportunidades, mas pela construção das condições internas e externas para o florescimento humano. Entre as capacidades centrais para uma vida digna, ela inclui a razão prática, a imaginação e a afiliação — todas diretamente relacionadas à aprendizagem e à comunicação. A inclusão digital, quando concebida como política de justiça, deve, portanto, assegurar não apenas dispositivos e conexão, mas espaços de reflexão, diálogo e produção simbólica que permitam às mulheres exercer essas capacidades. A ausência dessas condições perpetua o que Nussbaum chama de “pobreza das oportunidades humanas”, que reduz a vida à sobrevivência imediata.

Os dados empíricos reforçam essa leitura. Segundo o IBGE (2022), cerca de 46% das mulheres brasileiras com renda inferior a dois salários mínimos declararam não ter participado de nenhuma atividade de formação nos últimos doze meses. Dentre as principais justificativas, 38% citaram a falta de tempo, 22% a ausência de dispositivos adequados e 19% a dificuldade de compreensão dos conteúdos. Esses números revelam que a desigualdade informacional é também uma desigualdade de aprendizagem e de atenção. A falta de condições objetivas e subjetivas para o estudo — agravada pela sobrecarga de trabalho doméstico e pela fragmentação cognitiva induzida pela economia da atenção — restringe o potencial emancipador das tecnologias.

Em continuidade ao debate sobre a saturação informacional já discutido, Byung-Chul Han (2017) contribui ao evidenciar como a sociedade do desempenho converte a aprendizagem em imperativo produtivo, aprofundando processos de exaustão cognitiva que afetam de modo desigual mulheres em contextos de vulnerabilidade..

A aprendizagem, nesse contexto, torna-se um imperativo de produtividade, e não um processo de autoconhecimento e transformação. Nas periferias digitais,

essa pressão manifesta-se na forma de exclusão silenciosa: as mulheres estão conectadas, mas exauridas, incapazes de transformar o fluxo informacional em saber. Por isso, o empoderamento informacional deve incluir uma dimensão ética e política, voltada à recuperação do tempo, da escuta e da experiência significativa de aprendizagem.

Boaventura de Sousa Santos (2007) propõe o conceito de “ecologia dos saberes”, que amplia a noção de aprendizagem para além do paradigma ocidental e reconhece a pluralidade das formas de conhecer e ensinar. Essa perspectiva dialoga com as práticas de educação popular e com as redes informais de aprendizagem que emergem nos territórios periféricos. As mulheres do Guaraituba, por exemplo, compartilham informações sobre saúde, direitos e oportunidades por meio de grupos de WhatsApp e redes de vizinhança, construindo um saber coletivo situado. Essa prática traduz, em escala local, o princípio da justiça cognitiva defendido por Santos: a valorização dos conhecimentos produzidos fora dos centros hegemônicos.

A justiça social global requer justiça cognitiva. Isto é, o reconhecimento de que não há ignorância em abstrato, mas apenas a supressão de saberes locais e subalternos. Aprender com o outro significa reconhecer que há muitas formas de racionalidade e que cada uma delas carrega uma experiência do mundo. (SANTOS, 2007, p. 29).

O acesso, a aprendizagem e a autonomia, portanto, formam um triângulo conceitual que sustenta o empoderamento informacional. A inclusão digital, quando desprovida de sentido crítico e de mediações culturais, pode reforçar a dependência e a alienação; mas, quando integrada a práticas coletivas e reflexivas, torna-se uma via de emancipação. O desafio das políticas públicas e das práticas educativas é justamente criar as condições para que o acesso se converta em poder interpretativo e ação transformadora.

Nesse horizonte, o empoderamento informacional das mulheres não é apenas uma meta social, mas uma estratégia de reconstrução democrática. Ele redefine o lugar do saber e da comunicação no processo de cidadania, ampliando a autonomia individual e coletiva. A aprendizagem, nesse sentido, deixa de ser uma resposta à carência e torna-se um exercício de liberdade — uma forma de resistir, criar e reinventar o mundo.

A compreensão do empoderamento feminino na era digital exige reconhecer que o acesso à informação e às tecnologias não ocorre de maneira

isolada, mas mediada por múltiplos circuitos culturais, afetivos e institucionais. As redes digitais, ao mesmo tempo que fragmentam e dispersam as experiências sociais, também constituem espaços de mediação simbólica nos quais sujeitos e coletividades constroem significados, negociam identidades e produzem novas formas de pertencimento. Como observa Jesús Martín-Barbero (2003), compreender os processos comunicacionais implica deslocar o olhar “dos meios às mediações”, ou seja, das tecnologias em si para os modos como as pessoas as integram às suas práticas culturais e à vida cotidiana.

Essas mediações são fundamentais para entender como as mulheres em contextos periféricos constroem comunidades de sentido, reconfigurando o digital como território de escuta e ação política. As mediações comunitárias — grupos de *WhatsApp*, páginas locais no *Facebook*, coletivos de mães, redes de solidariedade — funcionam como espaços híbridos onde a informação é reinterpretada à luz da experiência. O empoderamento informacional, portanto, não emerge apenas do uso instrumental da tecnologia, mas da articulação simbólica e social que as usuárias estabelecem entre o digital e o mundo vivido. Essa mediação é, antes de tudo, relacional e comunicativa.

Martín-Barbero (1997) afirma que a mediação é o lugar em que se cruzam “as práticas de comunicação com as práticas sociais”, de modo que a tecnologia só adquire sentido quando inserida em tramas de cultura, poder e identidade. Assim, o empoderamento feminino no ambiente digital deve ser compreendido como um processo de reterritorialização simbólica, em que as mulheres inscrevem seus próprios modos de significar e comunicar, desafiando a lógica hegemônica da informação e do consumo. Ao participar de redes colaborativas, elas transformam o espaço midiático em espaço público ampliado, disputando narrativas e reconstruindo visibilidades.

As mediações não são simples intermediários entre a tecnologia e o usuário; são o próprio espaço onde se produzem as transformações culturais. É nelas que a comunicação se converte em experiência, onde os sujeitos se apropriam das mensagens e as reinscrevem em suas práticas cotidianas. (MARTÍN-BARBERO, 2003, p. 185).

Nessa perspectiva, o empoderamento feminino não é um resultado individual, mas um fenômeno coletivo e relacional, que se realiza na interação entre sujeitos e comunidades. Nancy Fraser (2006) destaca que a luta por reconhecimento

e redistribuição passa necessariamente pela criação de esferas públicas subalternas, nas quais grupos marginalizados produzem contra-discursos e reivindicam legitimidade simbólica. As redes digitais, nesse sentido, têm potencial para abrigar tais esferas, desde que não se limitem a reproduzir as hierarquias do capitalismo informacional. Para as mulheres em vulnerabilidade, esses espaços podem representar tanto um refúgio de fala quanto um campo de disputa — onde a autonomia informacional se conquista e se defende cotidianamente.

Na pesquisa empírica sobre comunidades femininas online demonstram que a cultura participativa da internet pode fortalecer o engajamento cívico e o aprendizado colaborativo. No entanto, alertam que essa participação é desigualmente distribuída e frequentemente marcada por assimetrias de visibilidade e capital simbólico. No caso das mulheres das classes populares, a criação de redes solidárias e de grupos locais representa uma forma alternativa de engajamento — uma “microesfera pública” que articula o cotidiano com o político e o privado com o coletivo.

Raquel Paiva (2019) observa que a comunicação comunitária desempenha papel decisivo nesse processo, pois permite que sujeitos antes silenciados se tornem narradores de si mesmos e de suas comunidades. Essa comunicação não se confunde com a mídia tradicional nem com o ativismo digital de elites conectadas: ela se faz nas bordas, na oralidade, na troca cotidiana, e se ancora em valores de solidariedade e pertencimento. Em comunidades como o Guaraituba, a comunicação de base é o elo entre o território físico e o digital — é ali que o empoderamento informacional se concretiza como prática social, e não apenas como discurso.

A comunicação comunitária é, antes de tudo, o exercício de um poder simbólico partilhado, que transforma a informação em laço social. Nas comunidades populares, a palavra circula não para convencer, mas para fortalecer vínculos e reconstruir o comum. (PAIVA, 2019, p. 47).

A partir dessa perspectiva, é possível compreender o papel das redes de mulheres como espaços de resistência e aprendizagem. Pesquisas recentes mostram que coletivos femininos locais utilizam as plataformas digitais para divulgar informações sobre direitos sociais, oportunidades de formação e violência de gênero, transformando a informação em instrumento de sobrevivência e de luta. A internet, nesse contexto, é menos um meio e mais um ambiente relacional, no qual

as fronteiras entre aprender, ensinar e compartilhar se dissolvem. Essa dinâmica confirma a visão de Orozco-Gómez (2014), para quem o aprendizado mediado pela comunicação ocorre por “aproximações sucessivas”, a partir de experiências de vida e trocas significativas.

Aprender, nas culturas mediatizadas, é um processo de tradução contínua. O conhecimento não se transmite, se negocia. As audiências não são passivas, mas produtoras de sentidos, articulando o que recebem com o que vivem, o que veem com o que sentem. (OROZCO-GÓMEZ, 2014, p. 92).

Nesse horizonte, as redes digitais operam como espaços de aprendizagem coletiva e de reconhecimento mútuo, funcionando simultaneamente como meio de expressão e de formação cidadã. Para as mulheres em vulnerabilidade, essa experiência representa uma ruptura com a invisibilidade histórica que lhes foi imposta. Como argumenta Stuart Hall (2006), a identidade é sempre um processo em movimento, construído na articulação entre representação e poder. Assim, a presença feminina nas redes reconfigura não apenas os modos de circulação da informação, mas também os próprios contornos do sujeito político. Ao narrar suas histórias e compartilhar seus saberes, essas mulheres afirmam sua existência e reivindicam reconhecimento.

Boaventura de Sousa Santos (2018) oferece uma leitura convergente ao destacar a importância das epistemologias do Sul, que propõem uma ecologia das práticas de conhecimento e de comunicação. Para Santos, as redes de solidariedade e as experiências coletivas de saber configuraram uma forma de resistência cognitiva ao epistemicídio produzido pela modernidade eurocêntrica. As mulheres periféricas, ao constituírem comunidades digitais de aprendizado, tornam-se agentes dessa epistemologia insurgente, produzindo saberes a partir de suas dores e esperanças. A mediação tecnológica, nesse sentido, pode ser reapropriada como ferramenta de tradução intercultural e de reinvenção da cidadania.

Essas práticas de mediação e comunicação participativa também se conectam às pedagogias freirianas e feministas. Paulo Freire (1987) concebe a comunicação autêntica como um diálogo entre sujeitos que se reconhecem como capazes de pensar e transformar o mundo. Essa concepção é essencial para entender o papel das redes femininas digitais como espaços de construção de

consciência crítica, nos quais a informação se transforma em conhecimento e o conhecimento em ação política.

Nas palavras de Freire:

Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo. O diálogo é o encontro em que se refaz o saber e se refaz o sujeito. (FREIRE, 1987, p. 78).

A mediação, portanto, é o ponto de convergência entre educação, comunicação e empoderamento. Ela permite compreender por que as redes de mulheres — ainda que pequenas, informais e locais — possuem impacto político e simbólico significativo. Através delas, as usuárias aprendem a decifrar as lógicas das plataformas, a selecionar informações confiáveis e a produzir narrativas próprias. Mais do que o acesso técnico, o que se realiza é uma pedagogia social da cidadania digital, construída a partir da partilha de experiências e afetos. O processo de empoderamento informacional, nesse contexto, é simultaneamente epistêmico, político e emocional.

A integração entre o digital e o comunitário desafia, contudo, as estruturas hierárquicas da comunicação. Como destaca Castells (2009), as redes são ambivalentes: possibilitam a organização horizontal e o compartilhamento de poder, mas também podem reproduzir desigualdades e exclusões. Nas redes femininas, essa ambivalência se manifesta na tensão entre visibilidade e vulnerabilidade — quanto mais se fala, mais se está exposta. Daí a importância das mediações éticas e institucionais, como coletivos, ONGs e universidades, que podem oferecer suporte técnico e simbólico para que essas redes se mantenham seguras e sustentáveis.

As comunidades de sentido formadas por mulheres em vulnerabilidade social representam, assim, um novo paradigma de comunicação e aprendizagem, baseado na reciprocidade e na coautoria. Elas demonstram que o empoderamento informacional não é apenas a apropriação da tecnologia, mas a reconstrução coletiva do significado do saber, que se realiza nas tramas da vida comum. A informação, nesse sentido, deixa de ser um bem escasso ou um privilégio e passa a ser um direito compartilhado, um bem comum produzido e mantido em rede.

A reflexão sobre o empoderamento informacional feminino exige ultrapassar os limites do acesso à tecnologia e compreender as estruturas éticas e políticas que condicionam a apropriação do saber e a capacidade de agir no mundo. O conceito

de justiça cognitiva emerge, nesse contexto, como uma categoria essencial para compreender as desigualdades epistêmicas e informacionais que atravessam as experiências das mulheres em situação de vulnerabilidade. Mais do que distribuir informação, trata-se de reconhecer e valorizar as formas plurais de conhecimento, os modos de narrar e aprender que foram historicamente desqualificados pelo projeto moderno-colonial.

Nancy Fraser (2006) propõe uma abordagem da justiça que combina redistribuição e reconhecimento, articulando as dimensões econômicas e simbólicas da desigualdade. Em sua análise, as injustiças contemporâneas não se limitam à privação material, mas envolvem a negação de status e de voz pública. Essa concepção é particularmente relevante no campo informacional, onde as mulheres pobres, negras e periféricas são duplamente excluídas: da circulação do conhecimento e da legitimação de suas experiências como saber. Fraser observa que:

A paridade de participação social exige não apenas a redistribuição de recursos, mas também o reconhecimento de status que permita aos sujeitos serem considerados interlocutores válidos no diálogo público. A justiça implica, assim, a descolonização das hierarquias culturais que silenciam grupos subalternos. (FRASER, 2006, p. 29).

A justiça cognitiva, conceito amplamente desenvolvido por Boaventura de Sousa Santos (2018), amplia essa discussão ao sustentar que não pode haver justiça social global sem justiça cognitiva. Para o autor, a exclusão epistêmica — o epistemicídio — é uma forma sutil, porém devastadora, de opressão, que priva comunidades inteiras do direito de pensar e nomear o mundo segundo suas próprias categorias. No caso das mulheres periféricas, o acesso à informação digital sem o reconhecimento de suas epistemologias locais produz um empoderamento incompleto, restrito à dimensão instrumental. As redes de empoderamento, portanto, devem funcionar também como infraestruturas do cuidado epistêmico, capazes de acolher, traduzir e fortalecer saberes plurais.

Essa ideia de cuidado se articula com a noção de capacidades humanas desenvolvida por Martha Nussbaum (2011) e Amartya Sen (2000). Ambos compreendem que o desenvolvimento e a liberdade exigem condições para o florescimento humano, que incluem o acesso à educação, à expressão e à participação política. Nussbaum identifica entre as capacidades centrais a “razão

prática” e o “controle sobre o próprio ambiente”, dimensões intimamente relacionadas ao acesso informacional. Contudo, para que essas capacidades se concretizem, é preciso garantir não apenas o acesso técnico às tecnologias, mas também as condições sociais e afetivas que sustentam a autonomia. A autora afirma:

A dignidade humana não é apenas uma questão de recursos, mas de oportunidades reais para escolher e agir. A justiça, portanto, requer a criação de estruturas que permitam às pessoas exercer suas capacidades de raciocínio, emoção e pertença. (NUSSBAUM, 2011, p. 33).

As infraestruturas do cuidado, quando aplicadas ao campo da informação, correspondem a essas condições sociais de possibilidade da autonomia. Elas envolvem não apenas políticas públicas, mas também redes comunitárias, práticas pedagógicas e suportes simbólicos que possibilitam o aprendizado e a partilha do saber. No contexto do empoderamento feminino, o cuidado é mais que uma dimensão ética: é uma estratégia política que desafia as hierarquias de gênero e a lógica produtivista da sociedade informacional. Cuidar da informação — compartilhá-la, explicá-la, traduzi-la — é um ato de resistência e de solidariedade cognitiva. Essa dimensão ética do cuidado, frequentemente invisibilizada nos debates sobre tecnologia, é central para a compreensão da justiça informacional.

2.3.2 Justiça Cognitiva e Cuidado

A epistemologia do cuidado, portanto, não é apenas um imperativo moral, mas uma forma de reparação epistêmica. Ela busca reconstruir as bases do conhecimento, reconhecendo que a racionalidade dominante — masculina, branca e eurocentrada — exclui outros modos de existência e de pensar. Nesse sentido, o empoderamento informacional das mulheres em vulnerabilidade só se realiza plenamente quando incorpora essa dimensão de justiça cognitiva: o direito de conhecer e ser reconhecida como condecorada. As redes digitais, quando orientadas por princípios de solidariedade e escuta, podem operar como ferramentas de reequilíbrio epistêmico, promovendo o que Boaventura de Sousa Santos (2019) chama de “ecologia dos saberes”.

Essa ecologia implica que diferentes formas de conhecimento coexistam e dialoguem sem hierarquia, permitindo que o saber acadêmico, o popular, o técnico e o espiritual se enriqueçam mutuamente. No campo da comunicação comunitária, essa ideia ganha corpo em práticas de tradução e mediação cultural, nas quais as mulheres se tornam pontes entre mundos. No Guaraituba, por exemplo, o simples ato de compartilhar um vídeo educativo, organizar uma roda de conversa ou ensinar o uso de um aplicativo a outra moradora constitui um gesto político de cuidado e redistribuição simbólica. Trata-se de transformar o conhecimento em bem comum, cultivando solidariedades informacionais.

2.3.3 Justiça Informacional

À luz do que Jessé Souza (2017) define como subcidadania estrutural, as desigualdades informacionais analisadas neste capítulo não podem ser compreendidas apenas como falhas de acesso ou competência, mas como expressão de um regime mais amplo de não reconhecimento social. Ao demonstrar que essa desvalorização é construída ideologicamente, o autor revela como a exclusão informacional é, antes de tudo, um mecanismo de dominação moral. O acesso desigual ao conhecimento reproduz a crença na inferioridade cultural dos pobres, legitimando sua subalternidade. Assim, o empoderamento informacional das mulheres periféricas é também uma forma de reabilitação moral e cognitiva, que afirma sua dignidade e sua capacidade de pensar o mundo. Souza enfatiza:

A desigualdade no Brasil é sustentada por uma hierarquia simbólica que transforma privilégios históricos em mérito individual e humilhação em culpa. Combater essa lógica requer uma revolução moral e cognitiva, que devolva às classes populares o direito de se reconhecerem como produtoras de saber e cultura. (SOUZA, 2017, p. 42).

A justiça informacional, portanto, deve ser compreendida como o encontro entre redistribuição material, reconhecimento simbólico e reconstrução moral. Ela não se limita à inclusão digital, mas abrange o direito ao aprendizado significativo, à expressão cultural e à participação política. No caso das mulheres em vulnerabilidade, isso significa garantir condições para que a informação se converta em poder de decisão e em capacidade de cuidar de si e da comunidade. A ética do cuidado e a justiça cognitiva se entrelaçam na construção de infraestruturas sociais

de aprendizagem, nas quais o saber é compartilhado como forma de afeto e de resistência.

Nessa perspectiva, o pensamento de Paulo Freire (1996) torna-se central, pois oferece o fundamento ético da educação libertadora e dialógica. Freire comprehende o aprendizado como ato de amor e de esperança, em que ensinar é, antes de tudo, escutar e reconhecer o outro como sujeito de saber. Sua pedagogia da autonomia dialoga diretamente com a ideia de cuidado informacional: ao promover o diálogo e a escuta crítica, a educação popular cria as bases para a justiça cognitiva. Como escreve Freire:

O saber se faz no diálogo, na comunhão e na partilha. Não há ensino sem pesquisa nem pesquisa sem ensino, porque ambos se encontram no ato de conhecer que é sempre ato solidário. É no reconhecimento mútuo que se fundam o amor, o respeito e a liberdade. (FREIRE, 1996, p. 27).

Esses princípios iluminam a importância das redes comunitárias e das políticas públicas orientadas pelo cuidado, capazes de oferecer suporte contínuo à aprendizagem e à autonomia feminina. Quando instituições, coletivos e agentes locais colaboram para criar ambientes de confiança, as mulheres se fortalecem não apenas como usuárias de tecnologia, mas como autoras do conhecimento. Essa rede de apoio ético e político constitui o alicerce da justiça informacional: o reconhecimento de que o saber é um direito e uma forma de dignidade.

Por fim, é possível afirmar que a articulação entre justiça cognitiva e cuidado redefine o sentido do empoderamento informacional. Ela o desloca de uma lógica neoliberal de autossuficiência para uma ética comunitária de interdependência, na qual o conhecimento é construído e sustentado em comum. As mulheres em situação de vulnerabilidade tornam-se, assim, protagonistas de uma pedagogia social do cuidado, que não apenas transforma suas próprias vidas, mas redesenha as fronteiras da cidadania e da justiça no mundo digital.

A análise desenvolvida ao longo deste capítulo permite compreender que o empoderamento informacional das mulheres em situação de vulnerabilidade social não se reduz a uma questão de acesso tecnológico, mas se estrutura como um processo complexo de mediações cognitivas, culturais e éticas. As dimensões tratadas nas partes anteriores — percepção e empoderamento, aprendizagem e autonomia, redes e mediações, e justiça cognitiva — convergem para uma leitura

crítica das tecnologias como espaços de disputa simbólica e política, nos quais se jogam as possibilidades de reconhecimento, cidadania e transformação social.

No contexto das comunidades periféricas, como o Guaraituba em Colombo (PR), as práticas informacionais femininas se revelam profundamente situadas e marcadas por uma racionalidade cotidiana que combina resistência, solidariedade e pragmatismo. O ato de buscar informação, partilhar um conteúdo ou aprender uma nova habilidade tecnológica torna-se, nesse cenário, um gesto político, pois reconfigura o lugar das mulheres na esfera pública e desafia as narrativas hegemônicas de incapacidade e dependência. Conforme destacou Freire (1987), “ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (p. 48). Essa máxima freireana se aplica diretamente à experiência digital das mulheres populares: o empoderamento não é um processo individualista, mas relacional e comunitário, tecido nas redes de afeto e de cuidado.

A primeira dimensão — percepção e empoderamento — evidenciou que a conscientização do próprio lugar no mundo é o ponto de partida do empoderamento informacional. A informação só adquire potência emancipatória quando atravessa os limites da utilidade imediata e se converte em compreensão crítica da realidade. As mulheres, ao perceberem o valor de sua experiência, tornam-se sujeitos epistêmicos capazes de narrar e interpretar o mundo. Essa consciência informacional, ou “consciência crítica”, nas palavras de Freire, implica o reconhecimento das estruturas de poder que determinam o que é considerado saber legítimo. É nesse sentido que a percepção de si e do outro é, portanto, uma forma de resistência cognitiva e de reconstrução simbólica.

A segunda dimensão — acesso, aprendizagem e autonomia — evidenciou que a desigualdade digital não é apenas uma questão técnica, mas também pedagógica e cognitiva. Embora as estatísticas nacionais mostrem uma ampliação do acesso à internet, os usos permanecem estratificados segundo classe, gênero e escolaridade. Segundo o CGI.br (2023), 62% dos usuários de baixa renda dependem exclusivamente do smartphone como meio de conexão, o que restringe práticas informacionais mais complexas. Essa limitação técnica reflete uma exclusão cognitiva que impede o desenvolvimento de letramentos críticos e de aprendizagens significativas. Como observa Van Dijk (2020), “as desigualdades digitais se reconfiguram em cada novo estágio do uso da tecnologia — do acesso material à capacidade de transformar a informação em ação” (p. 34).

O aprendizado, nesses contextos, ocorre em meio à precariedade e à dispersão, exigindo criatividade e colaboração. As mulheres, ao ensinarem umas às outras, constroem microssistemas de ensino e aprendizagem que desafiam o monopólio institucional do saber. São práticas que convertem a vulnerabilidade em potência coletiva.

A terceira dimensão — redes, mediações e comunidades de sentido — mostrou que o empoderamento informacional se consolida nas mediações comunicacionais que articulam experiências individuais e coletivas. As redes digitais, longe de serem espaços neutros, funcionam como arenas simbólicas onde se disputam significados e visibilidades. Segundo Martín-Barbero (2003), as mediações são o lugar onde as lógicas da produção e da recepção se encontram, e onde se reconfiguram os sentidos sociais da comunicação. Nas periferias, essas mediações se traduzem em redes de solidariedade, projetos locais, coletivos de mulheres e práticas de apoio mútuo que fazem circular informações vitais — sobre saúde, educação, direitos e oportunidades. O empoderamento se dá, portanto, pela comunicação como prática de pertencimento, um processo que Peruzzo (2009) denomina “comunicação popular emancipadora”.

As práticas comunicacionais comunitárias não são apenas canais alternativos de informação, mas espaços de enunciação e reconhecimento, nos quais os sujeitos coletivos constroem suas identidades e exercem poder simbólico sobre a realidade que os cerca. (PERUZZO, 2009, p. 112).

Essa perspectiva dialoga com Stuart Hall (2003), que comprehende a cultura como campo de luta por representação. A mulher periférica, ao utilizar redes sociais para narrar sua vida, expressar opiniões ou denunciar injustiças, participa de um processo de reconfiguração simbólica que desafia o olhar hegemônico e amplia os limites do espaço público. A mediação tecnológica, nesse caso, se torna instrumento de agência discursiva e política.

Por fim, a quarta dimensão — justiça cognitiva e infraestruturas do cuidado — articulou os aspectos éticos e políticos do empoderamento informacional. Essa parte destacou que o acesso à informação deve ser compreendido como direito fundamental e que as desigualdades cognitivas são formas contemporâneas de injustiça. Nancy Fraser (2006) mostrou que a justiça social requer tanto redistribuição material quanto reconhecimento simbólico, e Boaventura de Sousa

Santos (2018) ampliou essa ideia ao formular o conceito de justiça cognitiva, que exige o reconhecimento das epistemologias plurais e a descolonização do saber. O empoderamento das mulheres em vulnerabilidade, nesse sentido, é também uma luta epistêmica, que reivindica o direito de pensar e ser reconhecida como produtora de conhecimento.

Martha Nussbaum (2011) e Amartya Sen (2000) reforçam essa compreensão ao afirmar que a liberdade se concretiza por meio das capacidades humanas — oportunidades reais de pensar, agir e participar da vida pública. A informação, ao se tornar instrumento de autonomia, deve também gerar cuidado, entendido aqui como prática política e ética. Lélia Gonzalez (2020) e Paulo Freire (1996) convergem nesse ponto ao conceber o aprendizado e o diálogo como atos de amor, responsabilidade e partilha. A pedagogia do cuidado se transforma, assim, em uma estratégia de resistência ao epistemicídio e de reconstrução comunitária do saber.

A síntese dessas quatro dimensões permite afirmar que o empoderamento informacional é um processo multidimensional e relacional, que combina conscientização crítica, letramento digital, mediações comunicacionais e justiça cognitiva. Ele não se realiza pela simples ampliação do acesso, mas pela transformação das relações de poder que definem quem pode aprender, ensinar e comunicar. Nesse sentido, o empoderamento é tanto um ato político quanto pedagógico: político, porque desafia as estruturas de dominação simbólica e econômica; pedagógico, porque requer práticas de escuta, diálogo e solidariedade que sustentam a aprendizagem significativa.

É necessário compreender que acesso não é sinônimo de apropriação. Van Dijk (2020) propõe um modelo de análise em quatro níveis: acesso motivacional, material, de habilidades e de uso. Mesmo quando os dois primeiros estão garantidos (motivação e dispositivos), as desigualdades se reconfiguram nos níveis seguintes — especialmente na capacidade de transformar o uso em aprendizado.

Assim, as mulheres das periferias digitais podem estar conectadas e, ao mesmo tempo, excluídas das possibilidades de desenvolvimento informacional e educacional que a internet poderia oferecer.

Como escreve Boaventura de Sousa Santos (2019):

A emancipação não virá de um conhecimento único, mas da articulação entre saberes diversos. É preciso promover uma ecologia de saberes que reconheça as experiências subalternas como fontes legítimas de conhecimento, e que transforme a diferença em energia transformadora, não em hierarquia. (SANTOS, 2019, p. 56).

Essa ecologia dos saberes é o horizonte político e epistemológico do empoderamento informacional: uma sociedade em que o conhecimento é partilhado como bem comum, e em que as mulheres, especialmente as das margens sociais, possam exercer plenamente sua condição de cidadãs cognitivas. O conceito de cidadania cognitiva, emergente dessa discussão, designa o direito de acessar, interpretar, produzir e transformar informação de modo autônomo, ético e solidário. Esse direito, quando efetivado, redefine as fronteiras da própria democracia, ampliando-a para incluir as dimensões do saber, da voz e da imaginação.

Assim, o empoderamento informacional das mulheres em vulnerabilidade, tal como delineado nesta tese, constitui simultaneamente um processo de aprendizado crítico, um exercício de cuidado coletivo e uma prática de justiça social. Ele não se limita à esfera individual, mas se manifesta em redes e comunidades que reconfiguram o sentido do comum, transformando a tecnologia em instrumento de vida digna e de transformação social. Ao reconhecer as mulheres periféricas como sujeitos epistêmicos, este estudo propõe uma inversão de perspectiva: não são elas as destinatárias passivas das políticas informacionais, mas as protagonistas de novas formas de produção de conhecimento e de cidadania no ciberespaço.

Em última instância, empoderar informacionalmente as mulheres é promover uma pedagogia da justiça e do cuidado, em que a informação é entendida não como mercadoria, mas como direito; não como instrumento de controle, mas como linguagem de libertação. Essa é a base sobre a qual se constrói a esperança crítica de uma sociedade digital verdadeiramente inclusiva — uma sociedade que reconheça, nas vozes das mulheres das periferias, o eco das novas epistemologias do Sul e o anúncio de um futuro mais justo, plural e solidário.

2.3.4 Síntese Interpretativa

A análise desenvolvida nesta seção evidencia que o empoderamento informacional das mulheres em situação de vulnerabilidade é um processo multidimensional, que articula consciência crítica, apropriação tecnológica, mediações comunitárias, justiça cognitiva e práticas de cuidado. Observou-se que a percepção do próprio lugar no mundo e o reconhecimento das experiências cotidianas constituem a base para o exercício da autonomia informacional, enquanto a apropriação das tecnologias digitais, mediada por redes comunitárias e práticas colaborativas, transforma o acesso técnico em conhecimento socialmente significativo.

A justiça informacional emerge como princípio orientador desse processo, integrando dimensões materiais, simbólicas e epistêmicas. O simples acesso à informação não garante emancipação: é necessário garantir condições de participação, reconhecimento e validação das epistemologias locais, de modo que o saber produzido e compartilhado pelas mulheres seja reconhecido como legítimo e relevante.

A tecnologia, por sua vez, revela-se ambivalente: ao mesmo tempo que pode reproduzir desigualdades, quando apropriada criticamente pelas mulheres, transforma-se em instrumento de libertação, ensino e ação coletiva. As redes digitais funcionam como arenas simbólicas e políticas, nas quais o empoderamento se realiza não apenas individualmente, mas de forma relacional, comunitária e solidária, articulando o digital ao mundo vivido.

Finalmente, a integração da justiça cognitiva com a ética do cuidado evidencia que o empoderamento informacional não é apenas uma conquista técnica ou cognitiva, mas um exercício de responsabilidade, solidariedade e construção coletiva de saberes. Transformar a informação em bem comum e promover espaços de escuta, mediação e apoio constitui uma estratégia de resistência ao epistemicídio e de fortalecimento da cidadania feminina.

Assim, a seção conclui que o empoderamento informacional é simultaneamente um ato político, pedagógico e ético, no qual aprender, ensinar e compartilhar conhecimento se convertem em práticas de liberdade, dignidade e transformação social, redefinindo a cidadania na era digital.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa adotou uma abordagem mista (quantitativa e qualitativa), coerente com o objetivo de compreender tanto padrões gerais de comportamento informacional quanto dimensões subjetivas, afetivas e contextuais que estruturam a relação das mulheres do Guaraituba com as tecnologias digitais. Essa opção metodológica, explicitada neste capítulo, permite captar simultaneamente a amplitude dos fenômenos e a profundidade das experiências vividas, articulando números, narrativas e sentidos.

3.1 METODOLOGIA: ABORDAGEM QUANTI-QUALITATIVA E ÉTICA NA INVESTIGAÇÃO COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE INFORMACIONAL

A presente pesquisa adota uma abordagem quanti-qualitativa, fundamentada em princípios de justiça informacional, inclusão digital, ética feminista e participação comunitária. Tal perspectiva reconhece que as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) não se distribuem de forma neutra ou homogênea, sendo atravessadas por desigualdades de gênero, classe, raça e território. Nesse sentido, compreender como mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica — moradoras das comunidades periféricas do bairro Guaraituba, em Colombo (PR) — acessam, interpretam e ressignificam as tecnologias digitais exige um método capaz de captar tanto as tendências estatísticas quanto a densidade simbólica e afetiva das experiências.

O desenho metodológico foi construído em diálogo com o campo empírico, reconhecendo as condições materiais reais dessas mulheres. Por isso, a integração entre métodos numéricos e narrativos não é apenas complementar, mas essencial para captar a complexidade das ecologias informacionais que atravessam o território.

3.1.1 Etapa quantitativa

A etapa quantitativa foi realizada entre agosto e setembro de 2025, envolvendo 100 mulheres selecionadas entre lideranças comunitárias, participantes

de movimentos sociais locais e moradoras. Seguiu-se a definição do IBGE sobre vulnerabilidade socioeconômica (renda per capita até R\$ 497,00), acrescida de critérios territoriais e situacionais: dificuldades de acesso a serviços, fragilidade das redes públicas de apoio, sobrecarga de cuidado e desigualdades acumuladas.

O questionário semiestruturado incluiu variáveis demográficas, padrões de uso da internet, frequência e duração de acesso, dispositivos disponíveis, plataformas preferidas, percepções de confiança, experiências com desinformação, uso da tecnologia para cuidado, trabalho, estudo e espiritualidade, além de temas de aprendizagem e percepções de empoderamento informacional. A etapa quantitativa permitiu identificar padrões consolidados e mapear vulnerabilidades estruturais invisibilizadas pelas estatísticas agregadas.

3.1.2 Etapa qualitativa

A fase qualitativa foi conduzida por meio de uma roda de conversa realizada em 27 de setembro de 2025, na Capela Nossa Senhora da Luz, com 16 mulheres moradoras do bairro Guaraituba, em Colombo(PR). A roda de conversa foi estruturada como dispositivo metodológico de caráter dialógico, inspirado em Freire (1987), Spink (2006) e González de Gómez (2020), valorizando a horizontalidade, o encontro, a circularidade de saberes e a coautoria das participantes no processo de produção de conhecimento.

A roda de conversa permitiu compreender dimensões que os números não alcançam e revelou-se também a força da curadoria afetiva — redes de confiança que filtram e validam conteúdos — e o papel das mulheres enquanto “servidoras informacionais” da família e da comunidade.

Essa dimensão qualitativa foi central para interpretar a tecnologia como espaço de cuidado, fé, economia popular e aprendizagem situada, alinhando-se às discussões de Savolainen (1995), Miller & Horst (2012), Hooks (1994) e Vieira (2021) sobre epistemologias populares femininas, aprendizagem cotidiana e empoderamento informacional.

3.1.3 Aspectos éticos

Toda a pesquisa observou rigor ético, especialmente por envolver um grupo vulnerabilizado. As participantes receberam informações claras sobre os objetivos, procedimentos e usos dos dados, e todas as etapas exigiram a assinatura do Registro de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLI). A participação foi voluntária, sem qualquer tipo de recompensa que pudesse gerar coerção, e o anonimato foi integralmente garantido. A roda de conversa foi gravada somente em áudio, mediante autorização expressa, e nenhum relato foi associado a nomes ou elementos identificáveis. As atividades respeitaram horários, rotinas religiosas e compromissos familiares das participantes, garantindo conforto e segurança durante todo o processo.

3.1.4 Processo de análise

Os dados quantitativos foram organizados por meio de procedimentos estatísticos descritivos e transformados em tabelas e gráficos. Já os dados qualitativos foram examinados por análise temática de conteúdo, identificando núcleos de sentido, recorrências e tensões. A triangulação entre essas duas camadas conferiu densidade e robustez ao estudo, permitindo captar tanto a “superfície” dos usos digitais quanto a “profundidade” das práticas, aprendizagens e significados atribuídos pelas mulheres.

3.1.5 Fundamentação metodológica

A metodologia articula referenciais de gestão da informação, cibercultura, epistemologias feministas e teorias críticas da tecnologia. Castells (2013) e Lemos (2021) fundamentam a compreensão da tecnologia como rede, convivência e infraestrutura social; Fraser (2008) aporta a noção de injustiça informacional; Spink (2006) ilumina as práticas de mediação e confiança; Savolainen (1995) sustenta a noção de aprendizagem orientada à vida; Hooks (1994) e González de Gómez reforçam a centralidade das epistemologias femininas e populares.

Assim, a metodologia transcende a coleta de dados: escuta trajetórias, reconhece saberes e legitima experiências. Ao articular técnica e afeto, oportunidade

e responsabilidade, empoderamento e vulnerabilidade, este estudo compromete-se não apenas com a produção acadêmica, mas com a construção compartilhada de conhecimento com as mulheres — e não apenas sobre elas —, contribuindo para uma sociedade mais justa, crítica e informacionalmente inclusiva.

3.2 INSTRUMENTOS

A pesquisa adotou uma estratégia de coleta baseada em dois instrumentos complementares — um questionário estruturado e uma roda de conversa gravada — selecionados conforme a abordagem quanti-qualitativa que orienta o estudo e alinhados aos objetivos de compreender, simultaneamente, padrões de comportamento informacional e significados subjetivos atribuídos ao uso das tecnologias digitais pelas mulheres do Guaraituba. Essa combinação metodológica buscou articular amplitude e profundidade, integrando dados objetivos e interpretações situadas que emergem da experiência vivida.

O questionário estruturado, composto por vinte e três questões fechadas e semiestruturadas, foi elaborado especificamente para este estudo com base nos quatro eixos teórico-analíticos que organizam a tese: Perfil Socioeconômico, Uso de Tecnologias e Plataformas Digitais, Uso de Informação e Aprendizagem e Percepção e Empoderamento.

O instrumento passou por avaliação pesquisadores especialistas em metodologias participativas e estudos de gênero, que analisaram clareza, pertinência e adequação cultural dos itens, garantindo coerência entre variáveis e objetivos de pesquisa. Aplicado presencialmente em formato impresso, o questionário reuniu cem respostas válidas, coletadas em quatro momentos distintos, antes ou após encontros previamente agendados com o grupo de mulheres, estratégia que buscava respeitar suas rotinas de trabalho e maximizar a participação.

As questões incluíram escalas de frequência e importância, além de campos abertos para relatos espontâneos. Uma limitação observada foi a dificuldade de algumas participantes em compreender a graduação da escala de importância, o que levou ao preenchimento padronizado em parte das respostas, fenômeno previsto em contextos de baixa familiaridade com instrumentos formais de pesquisa. Ainda assim, o questionário forneceu um panorama quantitativo consistente sobre perfis sociodemográficos, condições de acesso às tecnologias, práticas digitais e

percepções iniciais sobre informação, constituindo a base descritiva que orientou a etapa subsequente de aprofundamento qualitativo.

O segundo instrumento, de natureza interpretativa, foi uma roda de conversa realizada presencialmente com dezesseis mulheres, previamente convidadas e que consentiram formalmente por meio do Registro de Consentimento Livre e Informado (RCLI). O encontro seguiu um roteiro semiestruturado, com perguntas norteadoras flexíveis que permitiram reconstruir narrativamente as experiências de uso das tecnologias digitais, a relação entre informação e vida cotidiana, estratégias de enfrentamento da desinformação e percepções sobre autonomia, cidadania e empoderamento.

Inspirada nos círculos de cultura freireanos, a dinâmica foi conduzida em ambiente acolhedor, horizontal e dialogado, estimulando a circulação de fala, a construção coletiva de sentidos e o reconhecimento das mulheres como produtoras de conhecimento. A roda de conversa foi gravada em áudio, mediante autorização, e posteriormente transcrita integralmente para análise qualitativa. As narrativas revelaram nuances que não emergem nos dados quantitativos — como emoções, conflitos, receios e aprendizagens situadas — ampliando a compreensão sobre como as tecnologias afetam trajetórias pessoais, relações familiares, redes de apoio e processos de fortalecimento informacional.

A integração entre o questionário e a roda de conversa constituiu um arranjo metodológico robusto, capaz de captar tanto regularidades estatísticas quanto singularidades interpretativas, permitindo compreender não apenas o que as mulheres fazem com as tecnologias e a informação, mas como significam essas experiências e por que determinadas práticas se consolidam em seus cotidianos. Esse desenho de coleta fortalece a consistência analítica da pesquisa e sustenta a leitura crítica dos resultados apresentados no capítulo seguinte.

3.2.1 VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA QUANTITATIVA E DAS RODAS DE CONVERSA QUALITATIVAS

A fim de assegurar a confiabilidade, clareza e coerência do instrumento de pesquisa, foi realizado um processo de validação por especialistas, envolvendo cinco profissionais com experiência nas áreas de educação, TICs, políticas públicas e metodologias de pesquisa. Essa validação abrangeu tanto o questionário utilizado

na pesquisa quantitativa quanto o roteiro das rodas de conversa que compuseram a abordagem qualitativa. Para esse processo, os especialistas receberam o seguinte texto explicativo e orientador da atividade:

3.2.1.1 Texto enviado aos especialistas:

Prezado(a) Especialista,

Estamos conduzindo uma pesquisa intitulada “Aprendizagem e empoderamento das mulheres pobres por meio das tecnologias de informação: Oportunidades e Responsabilidades no Ciberespaço”. O objetivo principal da pesquisa é analisar as premissas, motivações e influenciadores que levam as mulheres pobres a escolherem determinadas tecnologias de informação como fontes de conhecimento e aprendizagem, em contraste com a disseminação de fake news e conteúdos ideológicos que afetam a gestão de informação nas famílias pobres.

Para garantir a qualidade e a relevância do nosso instrumento de coleta de dados, gostaríamos de contar com sua expertise na validação do questionário que será utilizado. Sua contribuição é fundamental para assegurar que as perguntas sejam claras, objetivas e capazes de captar as informações necessárias para atingir os objetivos da pesquisa.

Instrumento de Pesquisa: O questionário que você já recebeu está dividido em quatro seções principais:

Perfil Socioeconômico: Coleta de informações sobre idade, nível de escolaridade, ocupação e renda familiar.

Uso de Tecnologias e Plataformas Digitais: Investiga o acesso à internet, frequência de uso, dispositivos utilizados e fontes de indicação de sites.

Uso de Informação e Aprendizagem: Examina as finalidades do uso da internet, participação em cursos online, fontes de informação confiáveis e percepção sobre fake news.

Percepção e Empoderamento: Avalia a percepção das respondentes sobre o impacto das plataformas digitais em suas vidas e o potencial de empoderamento.

Sua Tarefa: Para cada item do questionário, avalie:

1. Precisão: As perguntas são compreensíveis e não ambíguas? (0 a 5)
2. Relevância: As perguntas estão alinhadas com os objetivos da pesquisa? (0 a 5)

3. Adequação: As opções de resposta são abrangentes e adequadas? (0 a 5)
4. Sugestões: Quaisquer melhorias ou ajustes que possam ser necessários.

Escala de avaliação:

- 1: Concordo totalmente
- 2: Concordo
- 3: Não concordo / nem discordo
- 4: Concorde
- 5: Concordo totalmente

Classifique também cada item quanto à necessidade:

- 1: Desnecessário
- 2: Útil, mas não essencial
- 3: Essencial

Agradecemos antecipadamente por sua valiosa contribuição. Sua participação será essencial para o sucesso desta pesquisa e para a obtenção de resultados significativos.

3.2.1.2 Cálculo do índice de validade de conteúdo (ivc)

Com base nas avaliações fornecidas pelos cinco especialistas, foi calculado o Índice de Validade de Conteúdo (IVC), também conhecido como Índice de Validação por Juízes (IVV), conforme proposto por Lawshe (1975) e seus desenvolvimentos posteriores. Este índice considera a proporção de juízes que classificam cada item como "essencial".

A fórmula utilizada foi:

$$\text{IVC} = (\text{ne} - \text{N}/2) / (\text{N}/2)$$

Onde:

ne é o número de especialistas que classificaram o item como "essencial";

N é o número total de especialistas.

Os itens que apresentaram $\text{IVC} \geq 0,78$ foram considerados válidos e mantidos no instrumento final. Itens com IVC abaixo desse valor foram analisados

qualitativamente com base nas sugestões dos especialistas, sendo reformulados ou excluídos conforme a relevância para os objetivos da pesquisa.

Essa etapa garantiu que o instrumento fosse validado quanto à clareza, coerência, abrangência e pertinência, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, aumentando a precisão e a validade dos dados a serem coletados.

O roteiro da roda de conversa também passou por processo de validação quanto aos temas abordados e estratégias metodológicas utilizadas. O roteiro foi analisado pelos mesmos especialistas, que sugeriram ajustes para melhor aprofundamento qualitativo e sensibilidade cultural, assegurando que o espaço fosse inclusivo, respeitoso e efetivamente colaborativo.

Com base nos resultados desse processo de validação, os instrumentos foram revisados e aprimorados, resultando em maior confiabilidade da coleta e interpretação dos dados para esta pesquisa social aplicada.

3.2.1.3 Resumo das Avaliações Quantitativas

A análise das avaliações quantitativas mostrou que a maioria dos itens obteve notas elevadas de precisão, relevância e adequação, com destaque para os blocos de questões voltadas ao uso da internet e percepção sobre empoderamento, que atingiram médias superiores a 4,5 nas três dimensões avaliadas. Itens considerados “essenciais” por todos os especialistas receberam IVC = 1, demonstrando consenso quanto à sua importância.

Alguns itens obtiveram IVC abaixo do ponto de corte (0,78), especialmente nas seções iniciais sobre perfil socioeconômico, indicando necessidade de ajustes na formulação, ampliação das opções de resposta ou reestruturação da pergunta. A média geral das avaliações dos especialistas em cada critério foi:

Precisão: 4,6

Relevância: 4,8

Adequação: 4,5

Além disso, cerca de 80% dos itens foram considerados “essenciais” por pelo menos quatro dos cinco avaliadores, reforçando a pertinência do instrumento.

3.2.1.4 Resumo das Avaliações Qualitativas

Os especialistas forneceram, além das avaliações quantitativas, comentários e sugestões fundamentais que permitiram o aprimoramento do questionário. A seguir, destacam-se os principais pontos observados.

A avaliação qualitativa parabenizou e reforçou a importância de uma abordagem sensível ao contexto e ao perfil das mulheres participantes, e contribuiu decisivamente para tornar o instrumento e o roteiro da roda de conversa mais claro, representativo e eficaz.

Com base nos resultados desse processo de validação, os instrumentos foram revisados e aprimorados, resultando em maior confiabilidade da coleta e interpretação dos dados para esta pesquisa social aplicada.

3.3 ORÇAMENTO

A pesquisa foi desenvolvida integralmente com recursos próprios da pesquisadora, não contando com qualquer tipo de financiamento externo, seja público ou privado. Considerando o delineamento metodológico e o fato de que a coleta de dados ocorreu de forma presencial, em encontros já existentes no território, os custos envolvidos permanecem mínimos. As únicas despesas diretas referem-se aos deslocamentos da pesquisadora até o local de realização das atividades, situado no Centro Comunitário da Paróquia Santa Teresinha de Lisieux, no bairro Santa Terezinha, em Colombo (PR), à aproximadamente 9 km de sua residência.

Por se tratar de um espaço de uso habitual das participantes — que já frequentam o local semanalmente para atividades comunitárias — não foram geradas despesas adicionais para sua participação, como transporte, alimentação ou compensações financeiras. Todos os materiais utilizados na aplicação dos questionários, registros de campo, organização dos dados e análises qualitativas interpretativas foram produzidos com infraestrutura pessoal da pesquisadora, incluindo equipamentos próprios e acesso doméstico à internet. Desse modo, mesmo com a densidade dos resultados obtidos e a complexidade interpretativa da análise, o desenvolvimento da pesquisa manteve custos reduzidos, compatíveis com a natureza exploratória e socialmente situada do estudo.

3.4 RISCOS E BENEFÍCIOS

A pesquisa foi conduzida de forma segura, ética e integralmente alinhada às orientações da Resolução CNS nº 510/2016, tendo sido concluída sem registro de qualquer intercorrência, desconforto significativo ou risco à integridade física, emocional ou psicológica das participantes.

No que diz respeito à etapa quantitativa, o preenchimento do questionário não apresentou riscos relevantes, ainda que algumas perguntas pudessem suscitar leve desconforto por abordar hábitos digitais e aspectos da vida cotidiana; contudo, todas as participantes foram informadas de que poderiam deixar de responder a qualquer questão ou interromper sua participação a qualquer momento, sem qualquer prejuízo, e todas as respostas foram tratadas de forma anônima e confidencial.

Os questionários foram aplicados presencialmente, após reuniões comunitárias já previstas no calendário da paróquia, em ambiente reservado e acolhedor, garantindo privacidade, conforto e liberdade de decisão; durante todo o processo, a pesquisadora manteve-se disponível para esclarecer dúvidas e oferecer suporte, utilizando linguagem acessível, escuta atenta e postura acolhedora. Da mesma forma, a roda de conversa — realizada somente com mulheres que leram e assinaram previamente o Registro de Consentimento Livre e Informado — ocorreu em ambiente seguro, respeitoso e já familiar às participantes, sendo gravada apenas em áudio, sem identificação nominal.

Embora atividades em grupo possam envolver algum nível de exposição de opiniões, nenhuma participante relatou desconforto relevante, e todas foram lembradas de que poderiam falar apenas se desejassem, permanecerem em silêncio ou se retirar sem qualquer consequência.

Em ambas as etapas, foram previstas medidas de suspensão individual ou coletiva caso surgissem riscos éticos ou emocionais não previstos, mas não houve necessidade de acioná-las, visto que todas as interações transcorreram de forma serena, respeitosa e segura. Quanto aos benefícios, a participação proporcionou a oportunidade de refletir coletivamente sobre o uso das tecnologias digitais e seu impacto na vida cotidiana, contribuindo para o fortalecimento da consciência informacional e para a valorização das experiências das mulheres da comunidade.

De maneira indireta, os resultados obtidos poderão subsidiar ações, debates

públicos e políticas voltadas à inclusão digital, ao acesso qualificado à informação e ao empoderamento de mulheres em situação de vulnerabilidade social, especialmente no contexto do bairro Guaraituba. Embora não tenha havido qualquer tipo de compensação financeira ou material, a pesquisa gerou benefícios sociais relevantes e foi concluída em plena conformidade ética.

4 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

Este capítulo apresenta o contexto social, territorial e informacional no qual a pesquisa se desenvolve, situando as condições que moldam a experiência das mulheres participantes. Localizado no município de Colombo (PR), o bairro Guaraituba reúne indicadores significativos de vulnerabilidade socioeconômica, acesso desigual a serviços e forte presença de redes comunitárias, elementos que estruturam o cotidiano e influenciam diretamente os percursos informacionais das mulheres. Nesse cenário, marcado por precariedades materiais, múltiplas jornadas de cuidado e dependência crescente de tecnologias digitais, tornam-se evidentes as tensões entre inclusão, risco e autonomia que orientam esta investigação.

Além de caracterizar o território, o capítulo também apresenta um comparativo entre os achados preliminares da tese e artigos científicos recentes sobre o tema, contextualizando o estado da arte nas áreas de tecnologias digitais, desigualdades informacionais, empoderamento feminino e ecologias de sobrevivência. Esse mapeamento crítico da literatura permite evidenciar convergências, lacunas e limitações das pesquisas existentes, abrindo espaço para a defesa do caráter inédito desta tese — especialmente ao articular gênero, vulnerabilidade territorial, práticas informacionais cotidianas e mediações afetivas no contexto específico do Guaraituba.

Ao integrar contexto, literatura e problematização, este capítulo oferece as bases analíticas necessárias para compreender a singularidade do estudo e os caminhos teóricos e metodológicos que fundamentam sua contribuição.

4.1 DESENHO DA PESQUISA E CONTEXTO DO ESTUDO

Neste segmento apresentam-se o desenho geral da pesquisa e o contexto sociogeográfico que fundamenta o estudo, situando o recorte empírico que o torna

inédito. O estudo adota uma abordagem qualitativa de natureza interpretativa e crítica, voltada a compreender como mulheres em situação de vulnerabilidade, residentes em um bairro periférico urbano, se apropriam de tecnologias digitais, de práticas informacionais e de processos de aprendizagem para exercerem empoderamento informacional e cidadania digital.

Nesse enquadramento conceitual, apresenta-se a pergunta central que orienta o desenho da pesquisa: De que modo as tecnologias digitais possibilitam ou limitam o empoderamento informacional de mulheres vulneráveis residentes no bairro periférico urbano de Guaraituba, em Colombo/PR? Para organizar os elementos que estruturam esse desenho, utiliza-se o método 5W2H, permitindo explicitar os fundamentos estratégicos do estudo: *What* — investigar as formas de uso das tecnologias digitais, os processos de aprendizagem e as práticas informacionais, observando suas relações com o empoderamento informacional; *Why* — devido à lacuna de estudos que articulem tecnologias + informação + aprendizagem + empoderamento especificamente entre mulheres vulneráveis em bairros periféricos urbanos; *Who* — mulheres adultas em situação de vulnerabilidade socioeconômica residentes no Guaraituba; *Where* — território urbano periférico da Região Metropolitana de Curitiba, marcado por exclusões estruturais; *When* — período de campo entre agosto e setembro de 2025; *How* — aplicação de cem questionários e realização de uma roda de conversa com dezesseis participantes; *How many* — total de cem respondentes na etapa quantitativa e dezesseis participantes na etapa grupal qualitativa.

Ao apresentar esses elementos, o texto justifica o recorte investigativo, destacando sua relevância e originalidade. A combinação analítica entre tecnologias digitais, práticas informacionais, aprendizagem e empoderamento feminino em um bairro urbano periférico brasileiro constitui um arranjo pouco explorado na literatura. Embora existam estudos sobre tecnologia e mulheres, conforme Mackey & Petrucca (2021) e sobre empoderamento de mulheres Vulneráveis em comunidades, segundo Durand et al. (2021), nenhum articula de forma integrada o contexto urbano periférico brasileiro, a aprendizagem digital informal, as práticas de apropriação informacional e a dimensão do empoderamento.

O contexto de Guaraituba, por sua vez, oferece uma base empírica singular para o desenho da pesquisa: caracteriza-se por baixa infraestrutura urbana, exclusão digital territorial, baixos indicadores socioeconômicos e forte mobilização

comunitária — fatores que incidem diretamente nas condições de acesso, uso e ressignificação das tecnologias pelas mulheres. A escolha desse território também decorre do vínculo profissional, comunitário e de ativismo da pesquisadora, o que possibilita um acesso ampliado ao campo e uma postura reflexiva alinhada às abordagens feministas e participativas.

Assim, esta seção cumpre a função de situar o estudo, justificar seu recorte e explicitar sua lógica investigativa.

4.2 BAIRRO GUARAITUBA, COLOMBO-PR: TERRITÓRIO, POPULAÇÃO E PRÁTICAS INFORMACIONAIS DE MULHERES EM VULNERABILIDADE

O bairro Guaraituba, localizado no município de Colombo, integra a Região Metropolitana de Curitiba (RMC), um dos maiores conglomerados urbanos do Sul do Brasil. Com população estimada em mais de 250 mil habitantes, Colombo destaca-se como a oitava cidade mais populosa do estado do Paraná, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022).

O bairro Guaraituba, situado na porção norte do município, constitui um dos núcleos urbanos mais densamente povoados, marcado por um crescimento demográfico acelerado e pela presença de extensas áreas de ocupação popular. Trata-se de um território que expressa, de modo concreto, as contradições da urbanização periférica brasileira: de um lado, o adensamento populacional e o aumento da oferta de serviços básicos; de outro, a persistência de desigualdades estruturais que limitam o acesso a oportunidades, educação, cultura e tecnologias digitais.

A escolha do bairro Guaraituba como recorte empírico deste estudo não é fortuita, mas resultado de um percurso de pesquisa e de engajamento social que conjuga vivência territorial e análise crítica das condições informacionais e tecnológicas das populações vulneráveis. Ao longo da última década, o bairro tem sido palco de diversas mobilizações sociais, projetos comunitários e ações de educação popular, muitos dos quais contaram com a participação direta da pesquisadora em iniciativas voltadas à formação cidadã, à promoção do direito à informação e ao fortalecimento de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Esse vínculo não apenas fundamenta a pertinência do estudo, mas assegura

uma perspectiva enraizada no cotidiano local, permitindo compreender o território não como simples cenário, mas como um espaço vivo de relações, práticas e disputas simbólicas.

O Guaraituba é um espaço marcado pela intersecção de múltiplas vulnerabilidades: desigualdade de renda, baixa escolaridade, precariedade habitacional, déficit de infraestrutura urbana e limitada conectividade digital. O bairro Guaraituba materializa, em escala local, aquilo que Jessé Souza (2017) descreve como subcidadania estrutural, na qual precariedade econômica, baixa escolarização e invisibilidade simbólica se combinam, produzindo formas persistentes de exclusão social. No caso das mulheres do bairro, essa exclusão é agravada pela sobreposição de desigualdades de gênero e classe, que restringem o tempo disponível, a mobilidade e as possibilidades de participação social e política.

Nesse contexto, o estudo do Guaraituba ganha relevância particular para o campo da gestão da informação e da comunicação, pois permite observar como as mulheres em contextos de vulnerabilidade constroem, no cotidiano, práticas informacionais que oscilam entre resistência, adaptação e invenção. O território torna-se, assim, um laboratório vivo para compreender os processos de mediação e apropriação tecnológica em uma perspectiva situada. Como observa Martín-Barbero (2003, p. 62), “as mediações são o lugar onde se articulam as práticas sociais com as lógicas comunicacionais, onde o popular se reinventa frente ao hegemônico”. Essa formulação é particularmente útil para compreender a forma como as mulheres do Guaraituba se apropriam das tecnologias digitais não apenas como ferramentas funcionais, mas como instrumentos simbólicos de afirmação, pertencimento e expressão.

A relevância do bairro para a pesquisa também se inscreve em sua inserção territorial na metrópole curitibana, marcada por fortes contrastes espaciais. Enquanto Curitiba apresenta elevados índices de desenvolvimento humano (IDHM = 0,823), segundo a PNUD (2021), Colombo exibe um índice inferior (0,733), refletindo desigualdades significativas no acesso à educação e à renda. Essas assimetrias, reproduzidas em escala intraurbana, evidenciam que o lugar do Guaraituba na metrópole é também o lugar da invisibilidade e da luta por reconhecimento. Conforme argumenta Nancy Fraser (2006), a justiça social requer não apenas redistribuição econômica, mas também reconhecimento cultural e político das identidades marginalizadas. É nesse sentido que o bairro adquire centralidade: como

território de resistência, de produção de saberes locais e de mobilização feminina diante das múltiplas formas de exclusão.

Além disso, o Guaraituba é um espaço onde a presença das tecnologias digitais, embora crescente, convive com precariedades estruturais. A Pesquisa TIC Domicílios (2023) indica que, nas periferias urbanas da RMC, 89% dos domicílios têm acesso à internet, mas apenas 28% possuem computador ou notebook; 61% dependem exclusivamente do smartphone como meio de conexão. Essa dependência tecnológica de um único dispositivo — associado a planos de dados limitados e infraestrutura instável — restringe as possibilidades de aprendizado e de participação informada, transformando a inclusão digital em um processo desigual e fragmentado.

Compreender o bairro Guaraituba sob a ótica do empoderamento informacional, portanto, significa reconhecer as múltiplas camadas que conformam a experiência feminina em contextos de vulnerabilidade: a material (infraestrutura e acesso), a simbólica (representações e narrativas sobre o lugar e as mulheres), e a política (as formas de organização, solidariedade e luta). O estudo busca, assim, revelar como a informação, a comunicação e as tecnologias se entrelaçam às práticas de sobrevivência, cuidado e resistência, constituindo-se em recursos estratégicos para a construção de autonomia e cidadania.

Dessa forma, o Guaraituba deixa de ser apenas um território periférico para ser compreendido como um espaço de saber, onde as mulheres elaboram formas próprias de ler o mundo, de intervir nele e de produzir sentidos sobre si e sobre a coletividade. O vínculo entre a pesquisadora e o território reforça essa perspectiva, permitindo articular teoria e prática, ciência e vivência, na busca por compreender a potência emancipatória da informação e da tecnologia quando apropriadas de modo crítico e solidário.

4.2.1 Geografia e Demografia

O bairro Guaraituba localiza-se na porção norte do município de Colombo, integrando a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) — um complexo urbano formado por 29 municípios interdependentes em termos econômicos, sociais e infraestruturais. Com área aproximada de 16,5 km², o Guaraituba limita-se ao norte com os bairros Palmital e Roça Grande; ao sul, com o Alto Maracanã; e, a leste, com

o Atuba, já na fronteira com a capital paranaense. Sua localização o insere em um eixo de expansão metropolitana caracterizado pela ocupação residencial de baixa renda e pela concentração de serviços públicos básicos, como escolas, unidades de saúde e transporte coletivo.

A origem do bairro remonta ao processo de expansão urbana de Colombo nas décadas de 1970 e 1980, marcado pela migração interna e pelo deslocamento de populações oriundas de outras regiões do Paraná e do interior de Santa Catarina. O Guaraituba formou-se a partir de loteamentos populares — em muitos casos irregulares — que se consolidaram como espaço de moradia para trabalhadores assalariados, famílias chefiadas por mulheres e migrantes em busca de emprego na capital. O nome do bairro deriva de um antigo sítio localizado nas margens do Rio Palmital, afluente do Iguaçu, cuja planície de inundação ainda hoje influencia a ocupação do solo e a infraestrutura urbana.

Atualmente, o bairro constitui uma das áreas mais populosas de Colombo, abrigando cerca de 32 mil habitantes, segundo o último Censo Demográfico do IBGE (2022). Essa população representa aproximadamente 13% do total municipal, o que confere ao Guaraituba importância significativa na configuração socioespacial da cidade. A densidade populacional supera 1.900 habitantes por km², número que revela tanto a vitalidade do bairro quanto os desafios de urbanização e prestação de serviços públicos.

Do ponto de vista demográfico, observa-se um perfil predominantemente jovem: 32,8% dos moradores têm menos de 20 anos, e 22% estão na faixa etária de 20 a 34 anos, o que indica um contingente expressivo de mulheres em idade reprodutiva e economicamente ativa. A estrutura familiar predominante é composta por núcleos extensos e monoparentais, com presença significativa de mulheres chefes de família, especialmente nas faixas de renda mais baixas. Dados do Cadastro Único (CadÚnico, 2023) indicam que, entre os domicílios do Guaraituba cadastrados em programas sociais, 63% são chefiados por mulheres, com média de 2,4 dependentes por residência.

Esses indicadores evidenciam a vulnerabilidade econômica que marca o território: cerca de 41% das famílias vivem com renda per capita inferior a meio salário mínimo, e 18% em situação de extrema pobreza, segundo o Observatório de Indicadores Municipais do Paraná (2023). O nível educacional acompanha esse quadro: apenas 48% dos adultos (25 anos ou mais) concluíram o ensino

fundamental, e menos de 15% possuem ensino médio completo. Tais índices revelam as limitações estruturais para o acesso à informação e ao aprendizado digital, refletindo-se em desigualdades persistentes de cidadania.

Como destaca Jessé Souza (2009), a pobreza brasileira não se restringe à escassez material, mas constitui um fenômeno “moral e estrutural, que define quem é reconhecido como cidadão pleno e quem permanece preso à condição de subalternidade social”. O Guaraituba encarna, assim, a materialidade dessa “subcidadania”, marcada pela desigualdade de acesso aos recursos informacionais e simbólicos necessários para o exercício de direitos e a construção da autonomia individual e coletiva.

Além dos indicadores de renda e escolaridade, o bairro apresenta déficits históricos em infraestrutura urbana, como drenagem, saneamento e pavimentação. O Atlas de Saneamento (IBGE, 2021) aponta que 27% dos domicílios do Guaraituba ainda não possuem ligação à rede de esgoto, e 11% carecem de coleta regular de lixo. Essas carências impactam diretamente a qualidade de vida e reforçam a relação entre vulnerabilidade ambiental e vulnerabilidade social.

Apesar desses desafios, o bairro vem sendo palco de iniciativas comunitárias e movimentos sociais que buscam articular demandas locais com políticas públicas de inclusão. Diversas associações de moradores, coletivos de mulheres e grupos religiosos desempenham papel ativo na reivindicação de melhorias e na promoção de atividades educativas. Essa mobilização é, muitas vezes, o ponto de partida para o empoderamento informacional e o fortalecimento das redes de solidariedade, permitindo que a comunidade desenvolva formas próprias de gestão do conhecimento e de enfrentamento das desigualdades.

Conforme argumenta Nancy Fraser:

“A justiça social, em sociedades complexas, exige tanto a redistribuição de recursos quanto o reconhecimento das identidades e práticas culturais marginalizadas, pois sem o reconhecimento, a redistribuição tende a reproduzir as hierarquias que busca superar.” (2009, p. 22)

No caso do Guaraituba, a luta por redistribuição material — acesso a infraestrutura, conectividade, educação — encontra-se intrinsecamente vinculada à luta por reconhecimento simbólico, pela visibilidade das mulheres e pela valorização dos saberes locais.

4.2.2 Perfil Socioeconômico e Educacional

O perfil socioeconômico do Guaraituba reflete, de modo concentrado, as contradições que marcam o desenvolvimento urbano periférico na Região Metropolitana de Curitiba. Embora formalmente integrado ao tecido urbano da capital, o bairro se encontra, de fato, à margem dos fluxos econômicos e informacionais que estruturam a cidade metropolitana. Essa condição de periferia informacional e tecnológica manifesta-se em indicadores que revelam desigualdades persistentes de renda, trabalho e educação — especialmente entre as mulheres, que compõem o grupo mais afetado pelas vulnerabilidades sociais locais.

Segundo os dados mais recentes do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2023), a renda média mensal domiciliar no Guaraituba é de aproximadamente R\$ 1.400,00, valor significativamente inferior à média de R\$ 2.960,00 registrada para o município de Curitiba no mesmo período. Entre os domicílios chefiados por mulheres, a média cai para R\$ 1.050,00, o que reforça a persistência de um fosso de gênero na distribuição da renda e nas oportunidades econômicas.

A maior parte da população feminina economicamente ativa do bairro se concentra em ocupações informais, ligadas aos setores de serviços domésticos, comércio ambulante, costura, alimentação e cuidados. O levantamento do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS, 2022) aponta que cerca de 58% das mulheres ocupadas no Guaraituba não possuem vínculo formal de trabalho. Essa informalidade limita o acesso a direitos previdenciários e trabalhistas, mas também restringe o acesso à informação institucional e às formas de aprendizado digital e profissionalizante, que exigem conectividade e escolarização básica.

Como analisa Bourdieu (1998), o capital econômico, cultural e simbólico atua de forma interdependente na reprodução das desigualdades. A ausência de renda estável e o baixo nível de escolarização reduzem o capital cultural necessário para o exercício pleno da cidadania, gerando o que o autor denomina “desvantagem cumulativa”. No caso das mulheres do Guaraituba, essa desvantagem se reproduz por meio de mecanismos estruturais de exclusão: precarização do trabalho, sobrecarga doméstica e acesso desigual às tecnologias.

Segundo ele:

“A desigualdade não se perpetua apenas pela diferença de recursos materiais, mas pelo modo como o acesso ao conhecimento e à informação é distribuído e legitimado socialmente.” (BOURDIEU, 1998, p. 24)

Em termos educacionais, o bairro apresenta um quadro desafiador. Dados do Censo Escolar (INEP, 2023) indicam que 42% das mulheres adultas residentes no Guaraituba não concluíram o ensino fundamental, e apenas 12% possuem ensino médio completo. O índice de analfabetismo funcional chega a 22% entre mulheres com mais de 40 anos, percentual superior à média municipal de 14%. Essa realidade está fortemente associada a trajetórias de interrupção escolar precoce, motivadas por gravidez na adolescência, necessidade de inserção precoce no trabalho e responsabilidades domésticas.

A escolarização das filhas dessas mulheres também se mostra desigual: estudos locais do Conselho Municipal de Educação de Colombo (COLOMBO, 2023) apontam maior evasão no Ensino Médio em escolas da região do Guaraituba, especialmente entre adolescentes do sexo feminino, muitas das quais assumem responsabilidades familiares ainda jovens. Essa interrupção precoce da escolaridade contribui para perpetuar o ciclo de vulnerabilidade socioinformacional.

Em paralelo, observa-se o que Castells (2003) define como uma “nova exclusão informacional”, em que a capacidade de inserção na sociedade em rede depende da combinação entre alfabetização tecnológica, acesso à internet e habilidades de uso crítico das plataformas digitais. No Guaraituba, essa tríade está longe de se consolidar.

O Mapa da Inclusão Digital (CGI.br, 2023) revela que apenas 48% dos domicílios do bairro têm acesso regular à internet de banda larga fixa, contra 83% na média metropolitana. Em muitos casos, o acesso se dá apenas por meio de dados móveis pré-pagos, com cobertura instável e custo elevado em relação à renda familiar. O uso de equipamentos é igualmente desigual: 61% dos lares possuem apenas um único aparelho celular compartilhado por todos os membros da família, o que compromete o desenvolvimento de práticas autônomas de aprendizagem digital.

O acesso à informação constitui um dos principais vetores para a inclusão social e o empoderamento das mulheres do Guaraituba. Em um território marcado pela desigualdade econômica, pelo trabalho informal e pela limitação de serviços

públicos, a informação se converte em um recurso estratégico de sobrevivência e autonomia.

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br, 2023) identifica o município de Colombo como um dos polos da Região Metropolitana de Curitiba com menor índice de uso qualificado da internet, ou seja, uso para fins educativos, profissionais ou de participação cívica. Essa constatação é relevante para compreender o caráter informacionalmente periférico do Guaraituba, onde a conectividade existe, mas não necessariamente se traduz em oportunidades de desenvolvimento.

4.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados desta pesquisa apoia-se em uma abordagem mista (quali-quant), de natureza descritiva, interpretativa e crítica, adequada à complexidade do fenômeno investigado: o empoderamento informacional de mulheres em situação de vulnerabilidade social, mediado por tecnologias digitais, práticas de aprendizagem, circulação de informação e relações comunitárias no bairro Guaraituba (Colombo/PR).

A opção por um desenho metodológico integrado decorre da necessidade de compreender não apenas o que essas mulheres fazem no ambiente digital (padrões de acesso, frequência, plataformas usadas), mas sobretudo como significam tais práticas, como enfrentam riscos informacionais e como constroem autonomia em meio a restrições materiais, cognitivas e afetivas. Assim, a combinação entre números e narrativas permite captar a “ecologia informacional” (González de Gómez, 2012) que organiza o cotidiano dessas mulheres e sustenta dinâmicas simultâneas de potência e vulnerabilidade.

4.3.1 Organização e Sistematização dos Dados

Os dados coletados por meio dos questionários aplicados a cem mulheres moradoras do Guaraituba foram digitados e sistematizados em uma planilha do Microsoft Excel, a fim de permitir sua codificação e tratamento estatístico. Essa estruturação foi cuidadosamente planejada para refletir a divisão analítica utilizada também na fundamentação teórica da tese, composta por quatro eixos principais:

1. Perfil socioeconômico: inclui variáveis como idade, escolaridade, ocupação, renda familiar, número de dependentes, condições de moradia e acesso a equipamentos digitais.
2. Uso das tecnologias e plataformas digitais: analisa frequência, tipos de dispositivos utilizados, familiaridade com aplicativos e redes sociais, finalidades principais de uso e barreiras percebidas.
3. Uso da informação e aprendizagem: investiga hábitos informacionais, fontes de conhecimento, tipos de conteúdo acessado, estratégias de aprendizagem digital e percepção sobre a veracidade das informações.
4. Percepção e empoderamento: busca compreender a relação entre o acesso à informação e a construção de autonomia, autoconfiança, participação comunitária e percepção de pertencimento.

Essas dimensões foram tratadas de forma articulada, possibilitando identificar correlações entre variáveis socioeconômicas e informacionais — como o impacto da escolaridade no uso crítico das tecnologias, ou a influência da renda sobre o tipo de dispositivo e conectividade disponível.

4.3.2 Tratamento Quantitativo

A análise quantitativa dos dados foi conduzida a partir de estatísticas descritivas (frequências, médias, percentuais e correlações simples), permitindo visualizar padrões gerais e discrepâncias no comportamento digital e informacional das participantes, sempre com objetivo de qualificar e analisar os achados e não serem olhados apenas como números.

Foi observado que as participantes apresentaram dificuldades na compreensão de escalas de importância em algumas perguntas, o que levou a respostas de marcação uniforme. Essa limitação foi considerada na análise, reforçando a necessidade de triangulação com dados qualitativos para compreender as nuances do comportamento informacional.

4.3.3 Tratamento Qualitativo

Os dados qualitativos foram obtidos principalmente por meio da Roda de Conversa com dezesseis mulheres, realizada algumas semanas após as aplicações

dos questionários no dia 27 de setembro de 2025. Essa roda de conversa revelou narrativas densas sobre o uso cotidiano das tecnologias, as formas de acesso à informação e as percepções de mudança em suas vidas a partir do uso digital.

O conteúdo das falas foi gravado, transscrito integralmente e submetido à análise de conteúdo, conforme a técnica de Bardin (2016), o que possibilitou a codificação temática e a categorização das unidades de sentido. As categorias emergentes se alinharam aos eixos teóricos da tese, destacando-se:

1. Tecnologia como mediação cotidiana (usos práticos e afetivos das plataformas digitais);
2. Informação e pertencimento (a circulação de saberes comunitários e reconhecimento entre pares);
3. Desinformação e vulnerabilidade cognitiva;
4. Aprendizagem informal e empoderamento (o uso das redes como espaço de formação, cuidado e autonomia).

A análise interpretativa buscou não apenas descrever os relatos, mas compreender as relações simbólicas e contextuais entre o uso da tecnologia e o processo de empoderamento feminino no território.

4.3.4 Triangulação de Dados

Para garantir validade interna e consistência interpretativa, adotou-se o procedimento de triangulação metodológica, cruzando os resultados quantitativos (tabelas e frequências) com as narrativas qualitativas (códigos e categorias temáticas). Essa triangulação permitiu verificar convergências e contradições entre o que as mulheres afirmam fazer e o que os dados objetivos revelam, possibilitando uma leitura crítica sobre autonomia informacional e desigualdades de acesso.

O método também se articulou com o referencial teórico, permitindo relacionar as evidências empíricas com as noções de sociedade em rede (Castells, 2009), letramento digital (Gilster, 1997), capitalismo de vigilância (Zuboff, 2019) e empoderamento informacional (Britz, 2008; Miranda et al. 2021).

4.4 ESTADO DA ARTE SOBRE O TEMA CENTRAL DA TESE

A análise do conjunto de aproximadamente cinquenta artigos identificados por meio da busca realizada na plataforma Consensus, juntamente com literatura complementar sobre tecnologias digitais, desigualdades de gênero e processos de empoderamento, permite construir um panorama abrangente do estado da arte na área. O levantamento revela um campo acadêmico em expansão, caracterizado por intensa diversidade temática, múltiplas abordagens metodológicas e forte concentração de estudos em perspectivas sociotécnicas e de gênero.

A leitura crítica do conjunto de estudos que compõem o campo de gênero, tecnologia e empoderamento revela um território multidisciplinar, alimentado por contribuições das ciências sociais, administração, comunicação, estudos feministas, educação e ciência da informação. Embora essa diversidade indique vitalidade teórica, ela também evidencia orientações analíticas que têm se consolidado de forma recorrente. Entre essas tendências, destaca-se a compreensão das tecnologias digitais como instrumentos de autonomia, geração de renda e inclusão econômica, sobretudo em regiões marcadas por restrições de emprego formal.

Muitos estudos tratam as redes sociais, aplicativos de comércio, plataformas de microcrédito e ambientes colaborativos como espaços privilegiados para ampliar negócios, fortalecer iniciativas empreendedoras e promover redes de apoio entre mulheres. As análises descrevem mulheres que utilizam redes sociais para divulgar produtos, desenvolver competências profissionais, participar de cursos on-line e construir solidariedades locais. Embora importantes, essas abordagens tendem a reduzir o empoderamento a sua dimensão econômica, negligenciando processos informacionais e cognitivos que constituem parte essencial da arquitetura analítica desta tese.

De forma paralela, uma segunda tendência robusta refere-se à persistência de desigualdades de gênero nas práticas digitais. Os estudos identificam disparidades materiais de acesso (internet, dispositivos, conectividade), desigualdades educacionais que limitam habilidades tecnológicas, dificuldades de alfabetização digital e efeitos dos estereótipos de gênero na relação com as TICs. Essas pesquisas convergem ao demonstrar que a desigualdade tecnológica funciona como expressão — e, ao mesmo tempo, como reproduutora — de desigualdades sociais mais amplas. No entanto, mesmo reconhecendo tais

assimetrias, a literatura raramente examina esses processos como desigualdades informacionais e cognitivas, que constituem justamente o núcleo teórico da presente investigação.

Outra vertente recorrente na produção científica enfatiza o papel das redes sociais como espaços de mobilização, visibilidade e sociabilidade entre mulheres. Os artigos destacam a circulação de relatos de violência, a divulgação de iniciativas de mobilização, a formação de redes de solidariedade e a criação de comunidades educativas horizontais em plataformas como *Instagram*, *TikTok*, *Facebook* e *WhatsApp*. Apesar disso, a maioria das pesquisas concentra-se em movimentos organizados, influenciadoras ou coletivos estruturados, deixando praticamente invisível como mulheres comuns, vivendo em condições de vulnerabilidade cotidiana, utilizam essas redes como fontes de informação prática, orientação diária e aprendizagem informal — elementos que emergiram de forma consistente no trabalho de campo desta tese.

A quarta tendência observada diz respeito às vulnerabilidades digitais e aos riscos informacionais que caracterizam o ecossistema comunicacional contemporâneo. A literatura aborda desinformação, bolhas informacionais, discursos de ódio de gênero, violência digital, vigilância algorítmica e manipulações emocionais e cognitivas. Embora tais estudos contribuam para compreender os riscos enfrentados por mulheres no ambiente digital, poucos exploram a relação entre vulnerabilidade social e vulnerabilidade cognitiva — articulação fundamental para a categoria de “empoderamento informacional” desenvolvida nesta tese. Essa perspectiva permite reconhecer que desigualdades materiais, simbólicas e epistêmicas se combinam para produzir condições de menor autonomia cognitiva, o que exige novas abordagens investigativas e políticas.

4.4.1 Lacunas e oportunidades encontradas

A análise sistemática dessa produção evidencia lacunas teóricas e metodológicas que reforçam o caráter inédito da tese. A primeira delas diz respeito à ausência de estudos que articulem simultaneamente tecnologia, informação, aprendizagem e empoderamento.

A produção existente permanece segmentada: pesquisas sobre TICs se concentram no uso técnico; estudos sobre informação analisam acesso;

investigações em educação focalizam aprendizagem; e estudos feministas discutem empoderamento sobretudo sob perspectivas sociais, econômicas ou políticas. Raramente essas dimensões são articuladas entre si. A presente tese preenche essa lacuna ao propor uma abordagem integrada, fundamentada em práticas informacionais, letramentos digitais, aprendizagem cotidiana e empoderamento informacional, articulando-as de forma contínua e sistemática.

A segunda lacuna refere-se à inexistência de estudos centrados em mulheres vulneráveis de um bairro periférico urbano, com dados empíricos coletados diretamente em território e analisados à luz de sua materialidade social. A literatura consultada tende a tratar recortes amplos, de escala nacional ou setorial, sem atenção a dinâmicas situadas, históricas e cotidianas como as vivenciadas por mulheres de um bairro periférico específico em contexto urbano brasileiro. Assim, o enfoque territorial adotado pela tese — tomando o Guaraituba como espaço social e informacional — representa uma contribuição empírica inédita e necessária.

Essas lacunas dialogam com as ausências previamente identificadas no campo, entre elas a completa inexistência da categoria “empoderamento informacional”. Embora o conceito de empoderamento seja recorrente em pesquisas sobre mulheres, ele aparece quase sempre associado ao empreendedorismo, autonomia econômica, redução da violência ou participação social e política. Nenhum estudo encontrado trata o empoderamento como fenômeno informacional — isto é, como a capacidade de acessar, interpretar, avaliar, contextualizar e usar informações como instrumento de ação cotidiana. A tese, ao desenvolver essa categoria, introduz uma contribuição teórica que amplia o debate sobre desigualdades informacionais e cognitivas, articulando-as com justiça cognitiva e justiça informacional a partir de autoras como Fraser (2006), Nussbaum (2011) e Gonzalez (2020).

Também se evidencia a fragilidade das articulações entre vulnerabilidade digital e justiça cognitiva. Embora estudos sobre desigualdade digital sejam numerosos, raramente conectam desigualdades tecnológicas a desigualdades epistêmicas, às injustiças na distribuição da credibilidade e às barreiras interseccionais que afetam a aprendizagem, a autonomia informacional e os modos de conhecer. A tese avança ao demonstrar que a democratização da informação exige não apenas garantir acesso, mas assegurar condições equitativas de interpretação, compreensão e uso significativo das informações.

No campo metodológico, a literatura analisada também apresenta limitações significativas: inexistência de triangulação profunda entre dados quantitativos e qualitativos; ausência de rodas de conversa; pouca atenção a procedimentos situados; e quase nenhuma análise de práticas informacionais contextualizadas no território. A presente investigação supera essas fragilidades ao articular questionários validados, aplicação em momentos distintos, roda de conversa com dezesseis mulheres, análise qualiquantitativa e interpretação ancorada no território. Essa abordagem permitiu captar nuances subjetivas, dilemas cotidianos, percepções sobre desinformação e estratégias de uso da tecnologia que dificilmente emergiriam de métodos mais rígidos ou distantes da realidade vivida pelas participantes.

Integradas ao conjunto do capítulo, essas discussões mostram que as contribuições da tese não são apenas incrementais, mas estruturais. Elas reposicionam a compreensão do empoderamento feminino no contexto das tecnologias digitais, trazendo a informação — suas práticas, usos, ausências e disputas — para o centro da análise e demonstrando como mulheres pobres constroem agência informacional mesmo diante de desigualdades sociais profundas.

4.4.2 Divergências Estruturais: Os Elementos que Sustentam o Ineditismo da Tese

Se por um lado existem convergências que situam a tese em um campo de debate consolidado, por outro é precisamente nas divergências que emerge sua contribuição mais original. A primeira delas refere-se ao recorte territorial singular: não há, nos levantamentos realizados, qualquer estudo que investigue mulheres em condição de vulnerabilidade vivendo em um bairro periférico urbano brasileiro, com coleta de dados situada e metodologicamente densa. Essa ausência torna o território, o bairro Guaraituba, em Colombo(PR), um elemento estruturante do ineditismo, uma vez que a literatura tende a trabalhar com recortes amplos, dispersos ou descontextualizados.

Outra divergência decisiva diz respeito ao foco deliberado em mulheres vulneráveis, muitas delas pobres, mães solo, com baixa escolaridade ou inseridas em redes comunitárias de sobrevivência cotidiana. A literatura analisada, em sua maioria, privilegia recortes generalistas, classes médias, empreendedoras digitais ou grupos organizados, o que invisibiliza experiências de mulheres situadas nas bordas da cidadania informacional. Além disso, nenhum estudo encontrado articula de

forma integrada as dimensões tecnologias digitais, práticas de informação, processos de aprendizagem e empoderamento, composição que constitui precisamente o eixo epistemológico desta tese.

A proposta da categoria “empoderamento informacional” reforça ainda mais essa divergência. Tal categoria não aparece na produção analisada, embora os elementos que a constituem; acesso, interpretação, avaliação, contextualização e uso da informação; estejam dispersos em diversos campos. A tese não apenas nomeia essa articulação, mas a fundamenta teoricamente e a valida empiricamente, constituindo uma contribuição inédita.

Finalmente, a metodologia adotada afasta-se de forma expressiva dos modelos encontrados na literatura. A tese combina técnicas quantitativas e qualitativas em triangulação robusta, incorpora uma Roda de Conversa com dezesseis mulheres, utiliza questionários validados por especialistas e ancora a interpretação dos dados no território. A literatura, por sua vez, apresenta estudos fragmentados, com pouca densidade multimetodológica e raríssima atenção à materialidade territorial das práticas informacionais. A articulação entre empoderamento informacional, práticas cotidianas e justiça cognitiva, especialmente inspirada por autoras também não encontra paralelo nos estudos analisados.

Assim, as divergências não se limitam a nuances teóricas ou metodológicas: elas estruturam o próprio posicionamento epistemológico da tese, permitindo-lhe formular perguntas inéditas, propor categorias originais e produzir conhecimento situado sobre mulheres vulneráveis e tecnologias digitais em contexto urbano periférico brasileiro.

4.4.3 Contribuições Potenciais da Tese ao Campo Científico

4.4.3.1 Contribuições Teóricas e Epistemológicas

A presente tese oferece um conjunto substantivo de contribuições teóricas ao campo dos estudos sobre informação, tecnologias digitais, gênero e desigualdades. Sua principal inovação reside na formulação e operacionalização do conceito de empoderamento informacional, categoria inexistente na literatura recuperada e que representa uma síntese original entre capacidades informacionais, agência cotidiana e uso crítico das tecnologias digitais. Ao propor essa categoria, a tese ultrapassa as abordagens tradicionais que restringem o empoderamento a dimensões

econômicas, empreendedoras ou políticas, e o reconceitua como processo cognitivo, interpretativo e socioinformacional capaz de ampliar capacidades de ação de mulheres vulneráveis em seus cotidianos.

Do ponto de vista epistemológico, a tese articula, de forma inédita, desigualdade digital, vulnerabilidade cognitiva e justiça informacional, explorando como barreiras materiais, simbólicas e epistêmicas se intersectam na experiência digital feminina. Ao dialogar com referenciais como Castells (sociedade em rede), Fraser (justiça tridimensional), Nussbaum e Sen (capacidades e ação), González (fronteiras e epistemologias situadas) e Souza (heranças das desigualdades brasileiras), o trabalho constrói uma matriz analítica sofisticada que permite compreender como a opressão informacional se inscreve no cotidiano de mulheres periféricas e como práticas informacionais emancipatórias emergem mesmo em condições estruturais adversas.

Nesse sentido, a tese também propõe a noção de uma ecologia informacional feminista periférica, que compreende o ambiente informacional como campo de disputas simbólicas, mas também como espaço de criação de saberes e redes de apoio entre mulheres.

4.4.3.2 Contribuições Metodológicas, Empíricas e para a Gestão da Informação

Além das contribuições teóricas, esta tese apresenta inovações metodológicas e empíricas que a consolidam como um trabalho inédito e relevante para o campo da Gestão da Informação no Brasil. O estudo mobiliza uma abordagem mista rigorosa, ancorada na realidade territorial e alinhada aos princípios da justiça informacional, articulando um questionário extensivamente validado por especialistas com uma Roda de Conversa profunda, realizada com dezesseis mulheres do bairro Guaraituba. Essa combinação possibilitou captar tanto padrões estruturais quanto significados subjetivos do comportamento informacional feminino em situação de vulnerabilidade.

A triangulação entre dados quantitativos, qualitativos e territoriais confere robustez analítica ao estudo e tensiona as fronteiras entre pesquisa acadêmica e participação social. Ao ancorar a análise na experiência situada das mulheres, o trabalho comprehende as práticas informacionais não como comportamentos isolados, mas como processos relacionais, imersos em vínculos comunitários,

mediação tecnológica, dinâmicas de sobrevivência e negociações com a precariedade — uma perspectiva ainda pouco explorada no campo da Gestão da Informação.

O recorte da tese — mulheres vulneráveis, periféricas, com baixa escolaridade, forte inserção comunitária e vivências marcadas por desigualdades — é ausente nas pesquisas tradicionais de comportamento informacional, que costumam priorizar estudantes, profissionais especializados ou usuários institucionalizados.

Aqui a Gestão da Informação se aproxima do cotidiano dessas mulheres, documentando como elas aprendem, consultam, buscam ajuda, compartilham e validam informações. As práticas analisadas revelam regimes de microaprendizagem digital, estratégias de sobrevivência informacional e redes de apoio articuladas, fenômenos centrais para compreender a circulação contemporânea da informação nas periferias brasileiras.

A tese apresenta contribuições também inéditas e substantivas para o campo da Gestão da Informação ao ampliar seu escopo epistemológico, incorporando dimensões afetivas, comunitárias e territoriais do comportamento informacional, tradicionalmente pouco exploradas na área. Ao demonstrar que a informação, para mulheres periféricas em situação de vulnerabilidade, não é apenas um recurso cognitivo, mas também um laço social, um mecanismo de proteção, uma ferramenta de cuidado e um instrumento de sobrevivência, o estudo reposiciona o conceito de “uso da informação” como fenômeno complexo, relacional e profundamente contextualizado. Nesse movimento, propõe a noção original de uma “ecologia informacional periférica feminista”, que descreve como as práticas informacionais são moldadas pela intersecção entre desigualdades estruturais, redes de afeto, precariedade tecnológica e dinâmicas de gênero — um aporte conceitual inexistente na literatura da área.

A tese também avança o debate sobre empoderamento informacional ao articular autores como Sem (1999), Fraser (2006), Britz (2008), Miranda et al. (2021) e Spink (2006) em um modelo integrado capaz de explicar como essas mulheres transformam informação em autonomia situada, ao mesmo tempo em que evidencia os limites impostos por injustiças informacionais e por condições materiais adversas. A pesquisa revela ainda o papel ambivalente das plataformas digitais: mostra o *WhatsApp* como dispositivo total — simultaneamente ferramenta de comunicação,

cuidado, trabalho, fé, aprendizagem e risco — e identifica *YouTube* e *TikTok* como ambientes de microaprendizagem essenciais no cotidiano informacional. Além disso, demonstra a baixa interação das participantes com plataformas governamentais e educativas, algo que não apenas confirma desigualdades já conhecidas, mas detalha barreiras específicas enfrentadas por mulheres periféricas. Esses achados ampliam o repertório analítico da área, revelando camadas de vulnerabilidade que excedem o acesso técnico e se inscrevem no campo simbólico, emocional e identitário.

A partir desses elementos, a tese propõe caminhos concretos para políticas públicas e para práticas profissionais da Gestão da Informação, incluindo a necessidade de letramento digital crítico feminista, uso de tecnologias mobile-first, fortalecimento de mediações comunitárias, formação de multiplicadoras e desenvolvimento de redes locais de apoio informacional.

Dessa forma, o caráter inédito da pesquisa e sua contribuição para a área de Gestão da Informação se expressa de várias formas: ao estudar um grupo social completamente ausente nas pesquisas da área; ao articular, pela primeira vez, ecologia informacional, vulnerabilidade, território e gênero em um mesmo eixo teórico; ao integrar métodos mistos que respeitam epistemologias e ao produzir conhecimento novo com potencial de influenciar políticas, intervenções profissionais e a própria maneira como a Gestão da Informação comprehende populações vulneráveis.

Com isso, a tese inaugura uma abordagem que reconhece que práticas informacionais são situadas, relacionais, generificadas e profundamente atravessadas pela desigualdade estrutural — e, simultaneamente, carregadas de potência, agência e criatividade. Esses elementos se tornam fundamentais para repensar justiça e democracia informacional no Brasil contemporâneo.

QUADRO 1 – TESE × ESTADO DA ARTE DE TEMAS RELACIONADOS

| Dimensão | Estado da arte (literatura consultada / ~50 artigos) | Tese (proposta / recorte da pesquisa) |
|----------------------|---|--|
| Foco temático | Estudos fragmentados: (a) tecnologia & gênero; (b) inclusão digital; (c) empoderamento (econ./político); (d) aprendizagem online. Raramente articulam todos simultaneamente. | Integra explicitamente tecnologias digitais + práticas informacionais + aprendizagem situada + empoderamento feminino. Termo-guia: empoderamento informacional. |
| População | Frequente: amostras amplas (mulheres em geral, populações rurais/urbanas nacionais), ou grupos específicos (estudantes, empreendedoras). Poucas pesquisas focalizam mulheres vulneráveis em bairro periférico específico. | Mulheres em situação de vulnerabilidade residentes no bairro Guaraituba (Colombo/PR) — recorte micro-territorial e socioeconômico preciso. |
| Contexto espacial | Estudos nacionais, regionais ou multicêntricos; poucos estudos de caso territoriais aprofundados em periferias urbanas brasileiras. | Estudo de caso urbano-periférico detalhado (Guaraituba), com contextualização demográfica, infraestrutural e empírico-local. |
| Dimensão conceitual | Uso de conceitos isolados: inclusão digital, letramento digital, capitalismo de vigilância, desinformação, empowerment (muitas vezes operacionalizado de forma ampla). | Articulação teórica inédita entre justiça informacional, empoderamento informacional, vulnerabilidade cognitiva e mediações territoriais; diálogo crítico com Zuboff, Feenberg, Castells, Marcuschi, Santaella, entre outros. |
| Questão de pesquisa | Perguntas amplas ou focadas em acesso/uso; raramente interrogam aprendizagem situada e efeitos sobre autonomia/empoderamento em contexto periférico. | Pergunta centrada em como mulheres vulneráveis do Guaraituba usam tecnologias como meios de aprendizagem, construção de conhecimento e enfrentamento da desinformação — e que efeitos isso produz em sua autonomia e cidadania. |
| Desenho metodológico | Predominantemente: pesquisas qualitativas (entrevistas, etnografias curtas) ou quantitativas (surveys on-line); poucos estudos mistos com triangulação robusta e aplicações repetidas. | Metodologia mista robusta: questionário validado por especialistas (100 respostas, aplicadas em 4 momentos), rodas de conversa (16 participantes), amostragem focal, transcrições, NVivo/Análise temática, triangulação entre dados. |
| Instrumentos | Uso comum de surveys e entrevistas sem validação por especialistas; escassez de medidas situadas de aprendizagem e empoderamento informacional. | Questionário validado por especialistas; registro longitudinal curto (4 momentos); combinação com pesquisa quantitativa e qualitativa (roda de conversa). |

| | | |
|--|---|--|
| Tipo de evidência | Tendem a apresentar evidências agregadas (percentuais, estudos comparativos) ou narrativas qualitativas pontuais; poucos dados sobre aprendizagem concreta (EAD, mobilização de saberes domésticos, empreendedorismo digital informal). | Evidência empírica direta de aprendizagens situadas (EAD concluída por participante, uso de IA para apoio ao cuidado, empreendedorismo digital emergente, etc.) + relatos de estratégias de verificação e redes de solidariedade. |
| Tratamento ético | Varia; nem sempre detalham pareceres ou processos de consentimento (depende do estudo). | Projeto aprovado pelo CEP UFPR (CAAE 88611125.3.0000.0214 — Parecer nº 7.670.113, 26/06/2025); procedimentos éticos e preservação de anonimato descritos. |
| Contribuição teórica | Enriquecimento de debates parciais (letramento, vigilância, desinformação). Falta de síntese integradora entre aprendizagem informal e empoderamento em contexto periférico. | Propõe síntese teórico-metodológica nova: empoderamento informacional como nó analítico que unifica práticas informacionais, aprendizagem situada e justiça informacional. |
| Contribuição prática / políticas | Recomendações genéricas (programas de inclusão digital, letramento). Pouco detalhamento de intervenções contextuais em periferias. | Subsídios práticos para políticas locais: programas de letramento situados, intervenções educativas de base comunitária, recomendações regulatórias sobre desinformação e plataformas adaptadas a contextos periféricos. |
| Limitações identificadas na literatura | Falta de foco territorial, escassez de dados longitudinais e de triangulação metodológica; pouca articulação entre desinformação e aprendizagem cotidiana. | Busca superar essas lacunas com recorte territorial, desenho misto e foco em aprendizagem e desinformação como processos sociotécnicos. |
| Originalidade / Ineditismo | Baixa-média quando considerados estudos parciais; alta em nichos específicos, mas sem convergência completa dos quatro eixos da tese. | Alta — conjunção inédita de recorte (mulheres vulneráveis em periferia), foco (tecnologia + informação + aprendizagem + empoderamento), método (validação, momentos múltiplos, triangulação) e aporte teórico (empoderamento informacional + justiça informacional). |

FONTE: Vanuza Wistuba (2025).

4.4.4 Síntese do Estado da Arte e Defesa do Ineditismo da Tese

A análise aprofundada da literatura nacional e internacional sobre tecnologias digitais, empoderamento feminino e desigualdades informacionais evidencia que, embora exista um corpus crescente de estudos dedicados à inclusão

digital, ao uso das plataformas e às relações de gênero na sociedade em rede, esse conjunto permanece fragmentado e, em grande medida, insuficiente para explicar as experiências informacionais de mulheres em situação de vulnerabilidade social. A revisão sistemática realizada mostra que a maioria das investigações concentra-se em modelos generalistas, privilegiando indicadores amplos de acesso ou categorias abstratas de empoderamento, sem considerar os condicionantes territoriais, cognitivos e socioculturais que estruturam o cotidiano das mulheres pobres nas periferias urbanas brasileiras. Mesmo em bases internacionais e em repositórios especializados, é raro encontrar pesquisas que articulem de forma integrada práticas digitais, aprendizagem situada, redes de apoio e justiça informacional — elementos que são centrais nesta tese.

Além disso, a literatura tende a tratar as mulheres como grupo homogêneo, apagando nuances essenciais relacionadas às camadas de vulnerabilidade que se entrelaçam ao gênero, como escolaridade limitada, sobrecarga de cuidado, restrições materiais, experiência prévia com desinformação e desigualdades de tempo e atenção. Estudos que exploram territórios específicos são escassos, e praticamente inexistem pesquisas dedicadas ao cotidiano informacional de mulheres moradoras de periferias urbanas em cidades de médio porte, como Colombo(PR). Quando o recorte territorial aparece, geralmente ele se restringe a estudos etnográficos de curta duração ou a análises sobre violência de gênero e acesso a políticas públicas — campos relevantes, mas que não investigam as práticas digitais como processos de aprendizagem, agência e autonomia.

Nesse cenário, a presente tese ocupa um espaço pouco explorado na produção científica ao combinar, de maneira articulada, quatro dimensões que raramente aparecem reunidas:

- o foco territorial delimitado no bairro Guaraituba;
- a análise das tecnologias como práticas sociotécnicas que estruturam a vida cotidiana;
- a formulação e operacionalização do conceito de empoderamento informacional, inexistente na literatura em sua forma aqui desenvolvida;
- e um desenho metodológico que une rigor quantitativo e profundidade qualitativa em múltiplos momentos de escuta e interpretação.

Essa integração permite compreender de forma inédita não apenas o que as mulheres fazem com as tecnologias, mas como configuram, a partir delas, formas próprias de aprender, decidir, cuidar, trabalhar e resistir às desigualdades informacionais que marcam suas trajetórias.

A revisão comparada confirma, ainda, que a literatura costuma privilegiar dimensões macroestruturais, deixando de lado processos cotidianos que se manifestam nos microgestos de uso da informação: pesquisar conteúdos para cuidar da saúde dos filhos, concluir uma graduação a distância, empreender informalmente com base em tutoriais on-line, usar ferramentas digitais para sustentar a escolarização das crianças, criar redes de apoio em grupos de *WhatsApp*, verificar informações em casos de violência ou risco e acionar serviços sociais por meio de plataformas digitais. São práticas aparentemente ordinárias, muitas vezes invisibilizadas nos estudos, mas que constituem formas reais de agência e autonomia. A presente tese demonstra que essas experiências não são marginais, mas estruturantes, configurando o que aqui se denomina empoderamento informacional — um processo concreto, cumulativo e situado.

A originalidade da pesquisa também se afirma pela articulação teórica que realiza, integrando autores que, em geral, são mobilizados separadamente nos debates sobre tecnologia e desigualdade. Ao conectar Castells (2003) à justiça cognitiva de Santos e Visvanathan (2009), às capacidades de Sen (1999) e Nussbaum (2011), à crítica da colonialidade de Gonzalez (2020) e à sociologia da desigualdade de Souza (2009), a tese propõe uma ecologia informacional feminista periférica, capaz de explicar como as tecnologias digitais operam simultaneamente como dispositivos de exclusão e como ferramentas de emancipação. Trata-se de uma abordagem que supera a dicotomia entre “acesso” e “não acesso”, revelando as camadas de vulnerabilidade cognitiva, desigualdade digital e agência feminina que se expressam nas práticas informacionais das mulheres do Guaraituba.

Em termos metodológicos, a pesquisa distingue-se por adotar uma estratégia mista que não apenas triangula questionários e rodas de conversa, mas os insere em uma temporalidade prolongada e em um processo participativo sensível ao território. A aplicação dos instrumentos em quatro etapas sucessivas, a validação por especialistas e a combinação entre análises estatísticas, narrativas interpretativas e observações situadas conferem densidade à interpretação dos dados e permitem captar fenômenos que escapariam a metodologias convencionais.

A imersão territorial, a escuta qualificada e o reconhecimento das mulheres como coautoras de conhecimento reforçam o caráter inovador da abordagem.

O ineditismo da tese, portanto, não se limita à escolha do campo ou à sofisticação teórica; ele emerge da capacidade de demonstrar empiricamente que o empoderamento informacional é uma construção viva, sustentada por saberes práticos, redes de solidariedade, aprendizagens digitais e usos criativos da tecnologia. Ao evidenciar como as mulheres transformam informação em autonomia, a pesquisa contribui para ampliar a compreensão sobre os processos de emancipação feminina na sociedade digital e para reposicionar os territórios periféricos como ecossistemas informacionais produtores de conhecimento e inovação social.

Dessa forma, esta tese preenche uma lacuna ainda aberta na literatura ao propor uma nova lente para compreender a relação entre mulheres, tecnologia e cidadania: a lente do empoderamento informacional, que reconhece que o saber distribuído pelas plataformas só se converte em poder quando encontra condições sociais, cognitivas e afetivas para ser apropriado, reinterpretado e transformado em ação. É nesse ponto de interseção entre vulnerabilidade e potência que se localiza a contribuição inédita e necessária desta pesquisa, reafirmando a importância de análises que dialoguem com os territórios, respeitem as epistemologias situadas e valorizem a capacidade das mulheres periféricas de construir caminhos próprios de autonomia e justiça informacional.

5 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresenta uma análise integrada, quantitativa e qualitativa, sobre o uso das tecnologias digitais, das práticas informacionais e dos processos de aprendizagem das mulheres do Guaraituba. A partir da combinação dos questionários aplicados a cem participantes e da roda de conversa realizada na Comunidade Santa Terezinha com dezesseis mulheres, constroem-se múltiplas camadas interpretativas que revelam um panorama complexo, dinâmico e profundamente situado sobre como essas mulheres vivem, significam e reinventam o digital em seus cotidianos. Ao articular números, narrativas, tensões e potências, o capítulo evidencia que a realidade informacional do território é marcada

simultaneamente pela precariedade e pela criatividade, pela limitação estrutural e pela agência cotidiana.

A Parte 5.1 – Análise Quantitativa Interpretativa apresenta o panorama estatístico do perfil socioeconômico das mulheres (idade, escolaridade, ocupação e renda), bem como de seus padrões de uso das tecnologias digitais. Os dados mostram alto grau de conectividade via celular, forte presença nas plataformas WhatsApp, YouTube e Facebook, ampla circulação de informações e desejo expressivo de aprender. Ao mesmo tempo, revelam desigualdades estruturais: precariedade dos dispositivos, internet limitada, baixa escolaridade formal e inseguranças digitais que se combinam para produzir uma inclusão digital graduada e restrita (Castells, 2013; Warschauer, 2006). A análise quantitativa organiza-se em quatro eixos: (I) Perfil Socioeconômico, (II) Uso de Tecnologias e Plataformas Digitais, (III) Uso da Informação e Aprendizagem, e (IV) Percepção e Empoderamento, estabelecendo as bases que sustentam a interpretação mais aprofundada apresentada em seguida.

A Parte 5.2 – Análise Qualitativa dos Achados das Rodas de Conversa aprofunda e humaniza as tendências identificadas na etapa quantitativa, revelando a densidade das práticas, sentidos e usos que as mulheres atribuem ao digital. As narrativas mostram um ecossistema informacional vibrante e cotidiano, atravessado por aprendizagem prática (receitas, artesanato, cuidados domésticos), cuidado familiar (idosos, crianças, saúde, escola), empreendedorismo digital (vendas, serviços, cursos), redes de afeto e partilha de informações em grupos de confiança (Spink, 2006; Miller & Horst, 2012). Esta parte está organizada em cinco seções analíticas que espelham os temas emergentes das falas: (I) A Roda de Conversa como Dispositivo Metodológico, (II) Aprendizagem Cotidiana e Saberes Compartilhados, (III) Aprendizagem para o Cuidado, (IV) Tecnologia, Trabalho e Transformação Pessoal, e (V) Redes de Afeto, Circulação Informacional e Empoderamento Comunitário.

A integração entre as partes quantitativa e qualitativa mostra que as mulheres do Guaraituba não são apenas usuárias de tecnologia, mas agentes informacionais que aprendem, cuidam, ensinam, organizam e compartilham conhecimento no interior de redes comunitárias marcadas por confiança, reciprocidade e criatividade. Ao mesmo tempo, revela tensões estruturais, tais como desigualdade de acesso, baixa literacia, insegurança digital, sobrecarga de cuidado

e vulnerabilidade socioeconômica, que limitam a expansão plena desse potencial.

Assim, o capítulo oferece ao leitor um retrato robusto, sensível e multifacetado da relação entre mulheres, informação e tecnologias digitais, combinando rigor analítico, densidade narrativa e compromisso ético com os contextos e experiências das participantes do território.

5.1 ANÁLISE QUANTITATIVA INTERPRETATIVA

Esta seção apresenta a síntese interpretativa dos achados quantitativos produzidos pelos questionários aplicados às cem mulheres participantes da pesquisa. Diferentemente da análise qualitativa — que evidencia sentidos, narrativas e afetos —, a leitura quantitativa permite observar padrões estruturais, recorrências estatísticas e tendências que atravessam o conjunto das participantes, oferecendo uma visão panorâmica da ecologia informacional do território. Ao integrar esses dados à discussão teórica desenvolvida nos capítulos anteriores, esta síntese busca revelar como desigualdades de gênero, classe, escolaridade e território moldam o uso das tecnologias e a construção de autonomia informacional no Guaraituba.

O capítulo está organizado em onze subseções interdependentes.

Essa síntese quantitativa compõe, junto à análise qualitativa das rodas de conversa, um quadro completo das práticas, percepções e desafios que estruturam a relação das mulheres do Guaraituba com as tecnologias digitais, permitindo compreender a profundidade e a complexidade de sua participação na sociedade em rede.

5.1.1 Perfil socioeconômico das participantes

A caracterização sociodemográfica das participantes constitui o ponto de partida para compreender, de maneira situada, os modos pelos quais as mulheres do Guaraituba acessam, usam e se apropriam das tecnologias e das informações no cotidiano. Os dados quantitativos e qualitativos revelam um conjunto consistente de vulnerabilidades estruturais que influenciam diretamente as práticas informacionais observadas nesta pesquisa.

Conforme argumenta González de Gómez (2012), as práticas informacionais não podem ser entendidas de maneira isolada; elas se inscrevem em uma “ecologia

informacional” composta por dimensões materiais, simbólicas, técnicas e relacionais. Assim, conhecer o perfil socioeconômico das mulheres é condição necessária para interpretar seus repertórios de uso, suas dificuldades e suas percepções sobre empoderamento.

QUADRO 2 – PERFIL SOCIOECONÔMICO DAS PARTICIPANTES

| Dimensão | Categorias Principais | Percentuais Dominantes | Observações |
|--------------|--|-------------------------------------|---|
| Idade | 30–39, 40–49 | Maior concentração entre 30–49 anos | Predomínio de adultas em fase ativa de cuidado e trabalho |
| Escolaridade | Fundamental incompleto, Médio incompleto | Escolarização interrompida | Indica barreiras históricas de acesso à educação |
| Ocupação | Diaristas, donas de casa, informais | Informalidade elevada | Trabalho centrado no cuidado e na sobrevivência |
| Renda | Até 1 SM, 1–2 SM | Maior concentração até 1 SM | Vulnerabilidade econômica persistente |

FONTE: Vanuza Wistuba (2025)

5.1.1.1 Faixa etária: predominância de mulheres adultas e idosas

A distribuição etária das cem respondentes evidencia que 71% das mulheres têm mais de 41 anos, com destaque para as faixas de 41–60 anos (39%) e 61–80 anos (32%). Apenas 18% situam-se entre 20–40 anos, e a presença de jovens (menos de 20 anos) é residual, com 3%.

Essa predominância de mulheres adultas e idosas indica um conjunto de particularidades no uso das tecnologias: trata-se, majoritariamente, de mulheres cuja trajetória formativa foi marcada por interrupções frequentes, com vivências de trabalho precoce, maternidade e responsabilidades domésticas — fatores amplamente discutidos por Saffioti (2015) no contexto da desigualdade de gênero.

Além disso, como destaca Hargittai (2020), as habilidades digitais são fortemente estratificadas por idade, resultando em maior insegurança, menor domínio de recursos avançados e maior dependência de redes familiares de apoio. Contudo, como se observará nas próximas seções, idade avançada não significa distância das tecnologias: ao contrário, muitas dessas mulheres realizam uso

intensivo de aplicativos de comunicação, revelando um paradoxo típico da “sociedade em rede” descrita por Castells (2013): uso elevado, porém com baixo domínio técnico e crítico.

5.1.1.2 Escolaridade: baixa formação escolar e trajetórias educacionais interrompidas

A escolaridade constitui uma dimensão central para a compreensão das práticas informacionais. Os dados mostram que:

- 47% concluíram ou não concluíram o ensino fundamental,
- 28% concluíram ou não concluíram o ensino médio,
- apenas 14% têm ensino superior completo ou incompleto,
- e cerca de 11% situam-se em outras categorias.

Portanto, quase metade das participantes encerrou sua trajetória escolar ainda no ensino fundamental, cenário que reforça condições de baixa literacia escrita e digital. Trata-se de um perfil que ressoa o que Fraser (2008) denomina de injustiça informacional, na qual grupos historicamente marginalizados enfrentam barreiras cognitivas e simbólicas que comprometem sua participação plena nos fluxos informacionais contemporâneos.

Tais trajetórias interrompidas repercutem na forma como essas mulheres leem instruções, interpretam telas ou enfrentam formulários digitais.

5.1.1.3 Ocupação: informalidade, cuidado e trabalho precarizado

A análise da ocupação revela um cenário marcado por precariedade e baixa formalização:

- 19% trabalham na informalidade,
- 21% atuam como MEI ou empreendedoras de baixa escala,
- 16% são donas de casa,
- 22% são aposentadas,
- 18% têm emprego formal,
- e 3% estão desempregadas.

Somados, os grupos em condições instáveis ou não remuneradas sistematicamente — informais, MEIs, donas de casa e desempregadas — totalizam

59% das participantes. Este é um indicador forte de vulnerabilidade socioeconômica, que incide diretamente no tipo e na qualidade de suas práticas informacionais e digitais.

Essa distribuição ocupacional confirma a observação de Crenshaw (2002) de que as desigualdades de gênero, classe e território operam de forma interseccional, produzindo padrões específicos de exclusão que dificultam o acesso a recursos, inclusive tecnológicos.

5.1.1.4 Renda familiar: predominância de baixa renda e restrições materiais

A renda familiar confirma o cenário de vulnerabilidade: a maior parte das participantes vive com até um salário mínimo, e o restante, predominantemente, com até dois salários mínimos. Essa condição material impacta diretamente a experiência digital, uma vez que determina:

- o tipo de aparelho disponível,
- a capacidade de atualização dos dispositivos,
- a possibilidade de adquirir pacotes de dados móveis,
- o acesso a internet estável,
- e a margem para investir em serviços ou cursos online.

Como argumenta Spink (2006), as práticas informacionais são dependentes das condições materiais do cotidiano; assim, a renda emerge como dimensão estruturante do agir informacional, definindo o que é possível acessar, quando e como.

5.1.1.5 Cruzamentos importantes: o que dizem os dados ao serem analisados em conjunto

O cruzamento dos dados de idade, escolaridade, ocupação e renda revela um padrão consistente de vulnerabilidade sociotécnica que molda profundamente o modo como as mulheres do Guaraituba acessam e usam as tecnologias digitais. A maioria é composta por mulheres adultas e idosas, com trajetórias educacionais interrompidas, forte presença em ocupações informais ou não remuneradas e renda

familiar limitada. Esses fatores se reforçam mutuamente, criando condições que dificultam a autonomia no ambiente digital.

A baixa escolaridade combinada com a idade mais elevada resulta em menor familiaridade com interfaces complexas e maior insegurança diante do uso de plataformas digitais, o que aumenta a dependência de familiares para realizar tarefas on-line. Paralelamente, a informalidade e a sobrecarga de trabalho e cuidado reduzem o tempo disponível para cursos ou atividades estruturadas de aprendizagem, favorecendo práticas informacionais breves, pragmáticas e baseadas no audiovisual curto.

A renda limitada tem impacto direto na qualidade da experiência digital: celulares抗igos, pacotes de dados restritos e conectividade instável condicionam o que é possível acessar e aprender. Assim, mesmo com alto uso do celular e forte presença nas redes, o acesso ocorre dentro de uma ecologia marcada por restrições materiais e cognitivas — um cenário que caracteriza, conforme Fraser (2008), formas persistentes de injustiça informacional.

Apesar dessas limitações, há motivação significativa para aprender e melhorar a própria vida. No entanto, o contexto sociomaterial faz com que a aprendizagem aconteça sobretudo em ambientes informais e conversacionais, como o WhatsApp e o YouTube, reforçando um padrão de inclusão digital intensa, porém frágil, conforme apontam Castells (2013), Warschauer (2006) e Vieira (2021).

Em síntese, os cruzamentos da parte 5.1 mostram que o uso das tecnologias pelas mulheres não pode ser compreendido sem considerar as desigualdades estruturais que organizam suas vidas. Essas desigualdades não apenas influenciam o acesso, mas também definem ritmos, formatos e limites da aprendizagem, evidenciando que o empoderamento informacional depende de condições educacionais, materiais e relacionais que ainda precisam ser fortalecidas no território.

5.1.1.6 Síntese Interpretativa

A leitura integrada dos dados quantitativos mostra que o uso das tecnologias pelas mulheres do Guaraituba está profundamente condicionado por fatores estruturais — idade, escolaridade, ocupação e renda — que configuram uma ecologia informacional marcada por vulnerabilidades persistentes. Trata-se,

majoritariamente, de mulheres adultas ou idosas, com trajetórias educacionais interrompidas, inserção ocupacional precária e baixa renda. Esses elementos produzem não apenas desigualdades materiais, mas também barreiras cognitivas e simbólicas que influenciam o modo como acessam, interpretam e se apropriam das tecnologias digitais.

O acesso à internet existe e, em muitos casos, é intenso; porém, ocorre em condições limitadas: celulares抗igos, pacotes de dados restritos e conectividade instável. Essas condições repercutem em dificuldades de leitura de telas e interfaces, maior receio de golpes, dependência de familiares para realizar tarefas digitais e fragilidade em procedimentos de verificação de informações. Como antecipado por Castells (2013), a presença das tecnologias não elimina desigualdades — apenas as reorganiza em novas camadas, agora mediadas por plataformas e algoritmos.

A soma dessas condições materiais, educacionais e relacionais produz um cenário de vulnerabilidade informacional, no qual o acesso não se converte automaticamente em autonomia crítica. A exposição constante à desinformação, aliada ao predomínio de validação afetiva e ao uso quase exclusivo do celular, intensifica esse quadro. Assim, confirma-se o argumento de Vieira (2021): o empoderamento informacional não é um estado, mas um processo contínuo, que depende de mediação, apoio e oportunidades de aprendizagem alinhadas ao território e às experiências concretas das mulheres.

As subseções da Parte 5.1 detalham diferentes dimensões da análise quantitativa e revelam como vulnerabilidades estruturais moldam o modo como as mulheres do Guaraituba acessam, usam e significam o ambiente digital. Em 5.1.1, evidencia-se que idade, escolaridade, ocupação e renda se combinam para produzir um cenário persistente de vulnerabilidade sociotécnica. As subseções 5.1.1.1 a 5.1.1.4 aprofundam essas dimensões — predominância de mulheres adultas e idosas, trajetórias educacionais interrompidas, trabalho informal e baixa renda — enquanto 5.1.1.5 mostra como esses fatores se reforçam mutuamente, condicionando a autonomia digital. A síntese integrada em 5.1.1.6 demonstra que o acesso existe, mas de forma desigual, sustentando a leitura de uma ecologia informacional frágil.

As subseções seguintes ampliam esse diagnóstico. Em 5.1.2, descreve-se uma inclusão digital intensa, porém desigual, baseada no uso exclusivo do celular e

na dependência de aplicativos leves. 5.1.3 analisa práticas informacionais mediadas por vínculos afetivos, indicando a centralidade da confiança familiar e comunitária como critério de validação informacional. 5.1.4 mostra que a aprendizagem ocorre de maneira situada, prática e cotidiana, estruturada em vídeos curtos, tutoriais e trocas conversacionais. Em 5.1.5, as percepções de empoderamento aparecem como funcionais e incrementais — voltadas para resolver problemas, cuidar da família e melhorar pequenas dimensões da vida. A subseção 5.1.6 evidencia o papel ambivalente do *WhatsApp* como ferramenta central tanto para apoio e trabalho quanto para riscos informacionais.

Em 5.1.7, discutem-se as tensões entre o forte desejo de autonomia e o medo da tecnologia, revelando barreiras simbólicas, emocionais e materiais. A subseção 5.1.8 articula os achados ao conceito de justiça informacional, indicando a coexistência de igualdade formal (todas conectadas) e desigualdade substantiva (competências, infraestrutura, autonomia). Em 5.1.9, destaca-se o potente desejo de aprender como vetor de transformação e base para políticas de letramento digital crítico e mediação comunitária. Por fim, 5.1.10 integra esses elementos e argumenta que, embora a tecnologia por si só não produza autonomia, ela pode se tornar instrumento de empoderamento informacional quando associada a processos educativos, práticas de cuidado e políticas sensíveis ao território. Guaraituba navegam em um ambiente digital atravessado por desigualdades estruturais, que moldam tanto os limites quanto as potências de suas práticas informacionais. O empoderamento possível emerge menos das tecnologias em si e mais das condições sociais que permitem — ou limitam — o seu uso significativo.

5.1.2 USO DE TECNOLOGIAS E PLATAFORMAS DIGITAIS

A segunda parte da análise dedica-se a compreender como as mulheres do Guaraituba acessam, utilizam e se relacionam com as tecnologias digitais em seu cotidiano. Se, como demonstrado na Parte I, as condições socioeconômicas estruturam as possibilidades de apropriação informacional, aqui se evidencia como o acesso e o uso efetivo das tecnologias configuram práticas, experiências e sentidos que sustentam, ou tensionam, processos de empoderamento, aprendizagem e circulação informacional.

Como aponta González de Gómez (2012), a relação entre sujeitos e tecnologias é sempre situada e mediada por condições de vida, por repertórios socioculturais e pela economia política dos dispositivos sociotécnicos. Assim, compreender a experiência tecnológica das mulheres entrevistadas significa compreender o entrelaçamento entre infraestrutura, desigualdades, afetos, redes sociais e habilidades informacionais.

Os dados quantitativos e qualitativos das Perguntas 05 a 10 (acesso à internet, frequência e horas de uso, aparelhos utilizados, plataformas utilizadas e fontes de indicação para navegação) revelam um mosaico complexo que articula inclusão digital cotidiana, vulnerabilidade informacional, desigualdades de acesso e de autonomia, e formas populares de uso das mídias sociais.

5.1.2.1 Acesso à Internet: Inclusão ampla, mas condicionada

Os dados quantitativos indicam que todas as cem participantes (100%) afirmam ter acesso à internet, sem nenhuma resposta negativa. Esse resultado contrasta com diagnósticos nacionais anteriores, que apontavam desigualdades significativas no acesso entre populações periféricas. No contexto do Guaraituba, entretanto, o acesso se consolidou como um elemento presente no cotidiano das mulheres, ainda que em condições diversas.

A universalidade do acesso, contudo, não implica igualdade de condições. Embora todas tenham declarado “ter internet”, a análise integrada dos dados quantitativos e qualitativos mostra que esse acesso é estruturado por fortes desigualdades materiais e funcionais. Os relatos da roda de conversa que veremos mais à frente, revela que o acesso se dá, majoritariamente, por meio de celulares, muitas vezes com recursos limitados, uso restrito a aplicativos específicos e dificuldades de execução de tarefas mais complexas.

A partir das plataformas mais citadas *WhatsApp*, *YouTube*, *Facebook* e *Instagram* — é possível inferir que:

- o acesso ocorre quase sempre pelos dados móveis do celular e menos por banda larga;
- a navegação é direcionada a conteúdos leves e aplicativos populares;
- há dificuldades quando o uso exige acessar formulários, acessar serviços públicos digitais ou lidar com aplicações pesadas;

Assim, embora a pesquisa registre “acesso universal”, os próprios usos e limitações relatados pelas mulheres revelam um cenário mais preciso: o acesso é constante, mas funcionalmente limitado.

Esse padrão confirma o argumento de Castells (2013) sobre a expansão da conectividade móvel, mas também dialoga com Warschauer (2006), que destaca que inclusão digital não se resume ao acesso, mas envolve recursos, habilidades e condições de uso significativo. No caso do Guaraituba, os dados mostram exatamente isso: há conexão, mas ela não garante plena participação informacional.

Portanto, a chamada “inclusão digital” das participantes deve ser compreendida como um acesso universal, porém restrito em profundidade e complexidade, revelando um cenário de desigualdades que não desaparecem com a simples presença de dispositivos conectados. O que os números registram como acesso, as narrativas qualificam como uso cotidiano contínuo, porém frágil e limitado.

5.1.2.2 Frequência de Uso: Cotidiano Digital Intenso

Os dados da pesquisa mostram um padrão de uso altamente frequente e consolidado entre as participantes. A grande maioria das mulheres — 90% ($n = 90$) — afirma utilizar a internet todos os dias, enquanto 5% ($n = 5$) acessam entre duas e três vezes por semana. Apenas 4% ($n = 4$) relatam uso esporádico (“raramente”), e nenhuma declarou não usar a internet.

Esse quadro revela que, apesar das desigualdades econômicas, da precariedade técnica dos dispositivos e das restrições de dados móveis, a presença digital se tornou parte estruturante do cotidiano das mulheres do Guaraituba. A altíssima adesão ao uso diário confirma a observação de Castells (2013) sobre a centralidade das tecnologias móveis na sociedade em rede: mesmo em contextos de baixa renda, a conectividade se torna elemento básico da vida social e informacional.

As análises deste capítulo mostram que o uso diário cumpre múltiplas funções:

- manter comunicação constante com familiares, filhos, vizinhas e redes de apoio;
- acompanhar grupos de bairro, grupos religiosos e redes comunitárias;

- buscar informações imediatas sobre saúde, escola, receitas, serviços;
- atuar em trabalhos informais, vendas e atendimentos;
- realizar pequenas tarefas administrativas e acompanhar serviços públicos;
- acessar conteúdos de entretenimento, mensagens religiosas e vídeos curtos.

Trata-se, portanto, de um uso cotidiano que mistura dimensões afetivas, informacionais, práticas e econômicas — refletindo a multiplicidade de papéis assumidos pelas mulheres no território.

Contudo, como aponta Hargittai (2020), é necessário distinguir frequência de uso de competência digital. Os dados qualitativos revelam que, embora as mulheres estejam conectadas diariamente, grande parte delas utiliza poucos aplicativos, repete padrões de navegação restritos e demonstra insegurança em tarefas mais complexas, como formulários, serviços públicos digitais ou transações financeiras.

Essa combinação — uso intensivo, mas não diversificado — confirma o conceito de inclusão digital limitada formulado por Warschauer (2006): estar online não é o mesmo que participar plenamente, nem significa ter as mesmas condições de exploração, aprendizagem ou autonomia.

A frequência diária, portanto, não representa apenas acesso, mas revela a centralidade funcional e simbólica da internet para essas mulheres — ainda que mediada por desigualdades que restringem o pleno exercício da cidadania digital

QUADRO 3 – PLATAFORMAS DIGITAIS X FREQUÊNCIA DE USO

| Tipo de Plataforma | Exemplos | Uso Geral (P11) | Uso Informacional (P16) |
|--------------------|-------------------------------|-----------------|---|
| Sociais | WhatsApp, Facebook, Instagram | Muito alto | Muito alto (WhatsApp domina) |
| Audiovisuais | YouTube, TikTok | Alto | Alto (YouTube essencial para tutoriais) |
| Educacionais | Sites de cursos, blogs | Baixo | Moderado |
| Informação formal | Sites de notícias | Baixo | Baixo |
| Outros | Comércio, jogos | Baixo | Baixo |

Fonte: Vanuza Wistuba (2025)

5.1.2.3 Frequência de Uso: Cotidiano Digital Intenso

A distribuição das horas de uso diário evidencia que a maior parte das participantes utiliza a internet entre uma e quatro horas por dia, com 42% indicando uso de uma a duas horas e 40% de duas a quatro horas. Apenas uma parcela reduzida ultrapassa períodos mais longos: 5% utilizam a internet por quatro a seis horas, enquanto 13% relatam uso superior a seis horas por dia.

Embora a maioria se concentre na faixa de uso moderado (1 a 4 horas), a presença de um grupo significativo com uso intensivo (mais de 6 horas) sugere perfis distintos de apropriação tecnológica no território. As respostas qualitativas e quantitativas combinadas indicam que esse uso mais prolongado não se deve necessariamente ao lazer, mas à função ampliada que o celular ocupa na vida cotidiana das mulheres — como ferramenta de comunicação, cuidado familiar, gestão prática da casa e suporte emocional.

Os achados qualitativos do capítulo mostram que esse tempo online é marcado por duas dimensões fundamentais:

a) A internet como extensão das relações sociais e afetivas

As entrevistadas utilizam o celular e as plataformas digitais para manter vínculos e acompanhar redes de convivência, especialmente em um território onde a circulação física pode ser limitada. Entre os usos mais recorrentes estão:

- conversas com familiares e filhos, inclusive aqueles que moram longe;
- trocas com vizinhas e redes de apoio informais;
- participação em grupos religiosos;
- interação em grupos de bairro, compras e vendas;
- comunicação com clientes ou contatos de trabalhos informais;
- acompanhamento de serviços públicos mediado por aplicativos.

Mesmo mulheres com menor escolaridade conseguem mobilizar o digital como ambiente de pertencimento e sociabilidade — um padrão compatível com a literatura sobre redes sociais populares e “internet leve” observada por Miller e Horst (2012).

b) A internet como ferramenta de gestão do cotidiano

O tempo de uso diário também reflete a multiplicidade de funções práticas atribuídas ao celular. As participantes relataram com frequência que recorrem à internet para:

- buscar orações, mensagens de fé e conforto;
- aprender receitas, técnicas domésticas ou artesanato;
- procurar emprego ou formas de renda;
- tirar dúvidas sobre sintomas de saúde ou cuidados com idosos/crianças;
- acompanhar promoções, oportunidades e informações úteis.

Essa diversidade confirma que o celular se tornou um instrumento de gestão da vida, não apenas um dispositivo de entretenimento. A intensidade e regularidade observadas dialogam com o conceito de gestão da informação no cotidiano formulado por Savolainen (1995), no qual o uso informacional surge como resposta a problemas práticos, necessidades imediatas e demandas contextuais da vida diária.

Os dados quantitativos mostram um predomínio absoluto do celular como dispositivo de acesso à internet entre as participantes da pesquisa. Das cem mulheres entrevistadas, todas (100%) declararam utilizar o telefone celular para acessar a internet. Outros dispositivos aparecem de forma muito mais reduzida:

5.1.2.4 Aparelhos Utilizados: Predomínio Absoluto do Celular

- Smart TV: 27% (n=27)
- Computador/notebook: 14% (n=14)
- Tablet: 9% (n=9)

Esses números confirmam que o celular não é apenas o dispositivo mais usado — ele é universal, enquanto todos os demais são acessados por uma minoria. Esse padrão é consistente com pesquisas nacionais, como as do CGI.br, que apontam o celular como principal (e frequentemente único) equipamento de acesso à internet entre famílias de baixa renda.

5.1.2.5 Impactos qualitativos do uso predominante do celular

O uso quase exclusivo do celular tem efeitos profundos na forma como as mulheres interagem com o ambiente digital, afinal o telefone:

- oferece telas pequenas, que dificultam leitura prolongada;
- exige digitação limitada, o que impacta formulários e atividades textuais;
- impõe barreiras para atividades complexas, como cursos online, videoaulas longas ou uso de plataformas governamentais;
- torna as usuárias mais dependentes de interfaces intuitivas, simples e visuais;
- reduz a capacidade de realizar multitarefas digitais;
- privilegia conteúdos rápidos, como vídeos curtos, tutoriais práticos e mensagens de WhatsApp.

A combinação desses fatores faz com que o celular seja utilizado como uma tecnologia adaptada ao cotidiano — um dispositivo que acompanha o ritmo da vida doméstica, do cuidado e das rotinas laborais. Não é apenas uma ferramenta técnica, mas um objeto incorporado ao corpo e ao tempo social das mulheres.

Esse padrão reforça o argumento de Lemos (2021) de que, nos territórios populares, o celular funciona como tecnologia de convivência e sobrevivência, mais do que como ferramenta de produtividade formal. É através dele que elas aprendem receitas, resolvem dúvidas de saúde, acompanham a escola dos filhos, mantêm redes de apoio e geram renda.

5.1.2.6 Plataformas Mais Utilizadas: WhatsApp como Ecossistema Total

Os dados empiricamente levantados mostram uma hierarquia clara no uso de plataformas digitais entre as participantes. Considerando as múltiplas respostas, temos:

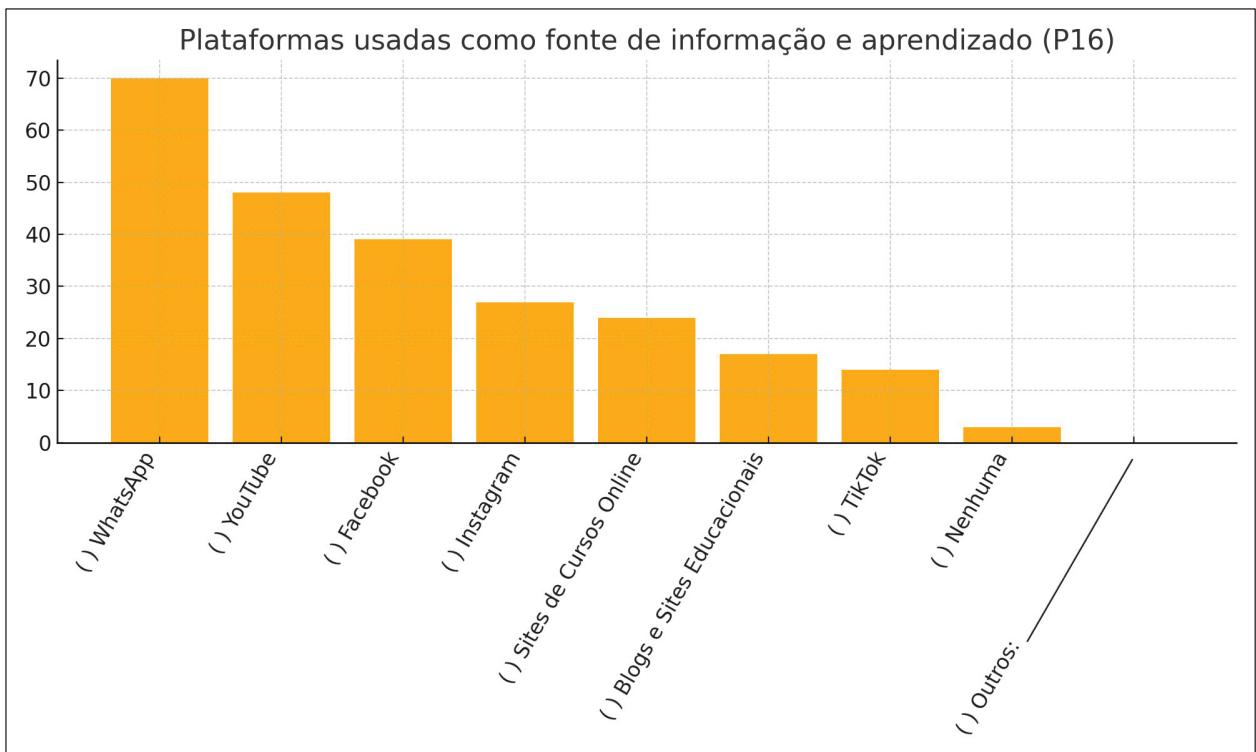
- *WhatsApp* – 97% (n = 97)
- *Facebook* – 57% (n = 57)
- *Instagram* – 45% (n = 45)
- *YouTube* – 45% (n = 45)

- *TikTok* – 23% (n = 23)
- Compras online – 33% (n = 33)
- Sites de cursos online – 18% (n = 18)
- Blogs e sites educativos – 16% (n = 16)
- Nenhuma outra plataforma além das básicas – 4% (n = 4)

Esse padrão confirma que o *WhatsApp* é a plataforma central do ecossistema digital das mulheres, não apenas pelo percentual elevado, mas pela diversidade de funções que ele assume nas práticas cotidianas.

Quantitativamente, os totais das marcações mostram que o *WhatsApp* acumula o maior volume de respostas — o que significa que quase todas as mulheres dependem da plataforma para comunicação, informação e organização da vida.

GRÁFICO 1 – PLATAFORMAS USADAS PARA INFORMAÇÃO E APRENDIZAGEM



FONTE: Vanuza Wistuba (2025)

5.1.2.7 O WhatsApp como ecossistema

Para estas mulheres, o WhatsApp não é apenas um aplicativo: é uma plataforma polimórfica, que desempenha funções de:

- telefone,
- mensageiro,
- rede social,
- buscador,
- álbum de fotos,
- repositório de vídeos e áudios,
- ferramenta de trabalho,
- canal de compras e vendas,
- fonte de notícias,
- espaço de sociabilidade.

A análise qualitativa evidencia que o WhatsApp opera como uma plataforma total, articulando:

- comunicação síncrona e assíncrona;
- troca de mensagens, fotos, vídeos e áudios;
- coordenação doméstica e familiar;
- comunicação de trabalho e vendas informais;
- participação em grupos de fé, bairro e apoio;
- circulação de links, recomendações, promoções e avisos;
- acesso indireto a notícias, serviços e orientações diversas.

Essa multifuncionalidade corresponde ao que Miller e Horst (2012) denominam “internet leve”: um ambiente no qual o uso é sobretudo visual, conversacional e cotidiano, e não analítico ou crítico.

5.1.2.8 Riscos associados

O uso centralizado em poucas plataformas, especialmente WhatsApp, implica:

- maior exposição a desinformação,
- circulação acrítica de conteúdos,

- dependência de laços afetivos como validador informacional,
- inexistência de práticas consistentes de checagem,
- consumo de informações fragmentadas.

5.1.2.9 Indicações de Navegação: Mediação Social e Afetiva

A pergunta “De quem você costuma seguir indicações para acessar sites ou aplicativos?” apresentou as alternativas:

- Redes sociais / recomendação de amigos – 45% (n = 45)
- Redes sociais / anúncios – 21% (n = 21)
- Companheiro(a) – 8% (n = 8)

Esses dados mostram que a maioria das mulheres navega orientada por redes informais de confiança (amigos, conhecidos, grupos de *WhatsApp*), enquanto a busca autônoma ou institucionalizada é menos recorrente.

5.1.2.10 Leitura interpretativa

Esse padrão confirma a noção de mediação social da informação (Spink, 2006): o processo pelo qual sujeitos filtram, interpretam e validam informações a partir de relações de confiança.

A dependência de redes afetivas reforça:

- a centralidade das mulheres como mediadoras informacionais da família;
- a continuidade de práticas de curadoria afetiva (Lima, 2018);
- a baixa autonomia informacional;
- a ausência de práticas sistemáticas de checagem;
- o predomínio do critério “confiança” sobre o critério “veracidade”.

A integração das respostas revela cinco padrões consistentes e empiricamente sustentados:

1) Inclusão digital cotidiana, porém desigual

Embora 100% das mulheres tenham acesso à internet e 90% a utilizem todos os dias, esse acesso é:

- dependente do celular como dispositivo exclusivo;

- limitado a plataformas leves;
- pouco favorável a tarefas complexas (sites de governo, bancos, formulários);
- mediado por relações sociais;
- marcado por insegurança, medo de golpes e dificuldade com operações digitais sensíveis.

Assim, o que aparece como inclusão universal revela-se, na prática, como inclusão limitada (Warschauer, 2006).

2) Uso intensivo, mas pouco diversificado

Se concentram em:

- troca de mensagens (*WhatsApp* – 97%);
- vídeos curtos (*YouTube* e *TikTok* – 45% e 23%);
- busca de informações rápidas;
- grupos de *WhatsApp*;
- redes sociais de uso leve.

Atividades mais complexas — como cursos online (18%), blogs educativos (16%) ou plataformas especializadas — apresentam participação significativamente menor.

3) O celular como dispositivo universal

Os dados mostram 100% de uso de celular, enquanto:

- Smart TV = 27%
- Computador = 14%
- Tablet = 9%

As limitações do celular moldam:

- o tipo de conteúdo acessado;
- o formato da aprendizagem (curto, prático, audiovisual);
- a necessidade de interfaces simples;
- a dificuldade com digitação e leitura longa;
- a exposição a golpes e erros.

4) As plataformas como extensão dos vínculos sociais

A experiência digital das participantes é profundamente relacional. Os dados mostram:

- 45% seguem recomendações de amigos em redes sociais;
- 21% seguem anúncios;
- 8% seguem o companheiro;
- grupos de *WhatsApp* funcionam como principal referência de orientação.

5) Vulnerabilidade informacional estrutural

A combinação de fatores gera um quadro claro de fragilidade informacional:

- baixa autonomia;
- insegurança operacional;
- dificuldade em interpretar interfaces;
- medo de errar;
- alta exposição a riscos digitais;
- forte dependência de curadorias afetivas;
- baixa diversificação de fontes.

Como analisa Fraser (2008), a desigualdade aqui não está apenas no acesso, mas na capacidade de transformar acesso em participação e autonomia crítica — uma forma de “subordinação estrutural”.

5.1.2.11 Síntese Interpretativa

A análise integrada do uso das tecnologias e plataformas digitais pelas mulheres do Guaraituba revela um cenário denso, paradoxal e profundamente situado. Os dados mostram que, embora 100% das participantes tenham acesso à internet e 90% utilizem-na diariamente, essa presença digital não se traduz automaticamente em autonomia informacional ou capacidade plena de participação.

O modelo de inclusão digital observado é marcado por uma combinação complexa: há presença, mas não há plenitude; há uso, mas nem sempre há apropriação.

Essa realidade confirma o argumento de Castells (2013) de que a simples conexão não produz empoderamento, e reforça a proposição de Vieira (2021) de que a autonomia digital depende de condições sociais, educativas e políticas que vão muito além do acesso. No Guaraituba, o acesso existe — mas é mediado por dispositivos precários, conhecimentos limitados, inseguranças e redes de apoio que funcionam simultaneamente como suporte e como limite.

A partir dos dados analisados nas perguntas 5 a 10, observa-se que estas mulheres:

- acessam muito (uso diário quase universal),
- navegam dentro de poucos aplicativos (97% *WhatsApp*; 57% *Facebook*),
- aprendem intensamente por vídeos e mensagens (45% *YouTube*; 23% *TikTok*),
- aprofundam-se pouco em plataformas complexas (16% blogs educativos; 18% cursos),
- participam ativamente das redes sociais e grupos de *WhatsApp*,
- mas decidem pouco sobre sua navegação, seguindo indicações de amigos (45%) e anúncios (21%).

Esse quadro evidencia que o cotidiano digital dessas mulheres combina alta intensidade de uso com baixa autonomia: um uso contínuo, relevante e funcional, porém limitado em profundidade, criticidade e diversidade de fontes.

Há potência nesse uso — potência de vínculo, de criatividade, de cuidado, de aprendizagem. Mas há também limites estruturais impostos pelo dispositivo único (o celular), pela navegação restrita, pelo medo de errar, pela vulnerabilidade a golpes, pelas dificuldades de leitura e interpretação de interfaces e pela dependência de curadorias afetivas.

Assim, a segunda parte da pesquisa evidencia que o uso das tecnologias digitais pelas mulheres do Guaraituba é, ao mesmo tempo:

- um espaço de pertencimento,
- um recurso de sobrevivência,
- uma porta de aprendizagem,
- e um território de desigualdades persistentes.

A inclusão digital observada é real, cotidiana e significativa — mas ainda não é emancipatória. Para que se transforme em empoderamento informacional efetivo, será necessário um conjunto maior de condições estruturais, políticas e educativas que sustentem a passagem do acesso para a autonomia, e da navegação para a decisão.

5.1.3 USO DE INFORMAÇÃO E APRENDIZAGEM

A terceira parte do capítulo examina como as mulheres do Guaraituba aprendem e acessam informação em ambientes digitais, com ênfase nas plataformas acionadas para aprender (P11 e P16), nas finalidades informacionais mais frequentes (P12), na experiência com cursos online (P13), nas fontes consideradas confiáveis (P14) e na percepção crítica diante de desinformação (P15).

A análise corrobora a hipótese geral da tese: a aprendizagem se organiza como prática cotidiana, situada e relacional, mediada por repertórios sociotécnicos populares (González de Gómez, 2012) e por uma economia afetiva da confiança (Spink, 2006), em um ecossistema informacional marcado por acesso intenso porém desigual (Castells, 2013; Fraser, 2008).

5.1.3.1 Plataformas para aprender e buscar informação

Os dados mostram que, quando perguntadas sobre quais plataformas utilizam com mais frequência — “com ênfase em aprendizagem e informação” — as participantes apontam um conjunto concentrado em aplicativos populares: *WhatsApp* (32,44%), *Facebook* (20,07%), *YouTube* (16,72%) e *Instagram* (15,05%). Em menor escala surgem *TikTok* (8,70%) e menções a compras online (7,02%).

Esse resultado reforça que a aprendizagem, aqui, é compreendida pelas mulheres como processo difuso e incorporado ao cotidiano, ocorrendo onde já estão: nos ambientes de comunicação e sociabilidade. Em lugar de ambientes educacionais formais, é nas plataformas sociais que se aprende a “fazer” — por vídeos curtos, indicações de amigas, links recebidos, áudios explicativos, tutoriais e instruções passo a passo. O *YouTube* destaca-se como “escola prática do dia a dia” — coerente com achados de Miller e Horst (2012) sobre internet leve nas classes

populares, na qual o audiovisual curto e acessível facilita a aprendizagem instrumental.

Do ponto de vista da ecologia informacional (González de Gómez, 2012), a centralidade dessas plataformas evidencia que as mediações técnicas, afetivas e algorítmicas definem o que é visível e o que é possível aprender. Em outras palavras, o “currículo” dessa aprendizagem cotidiana é plataformaizado: depende daquilo que circula nas timelines e nos grupos (Castells, 2013).

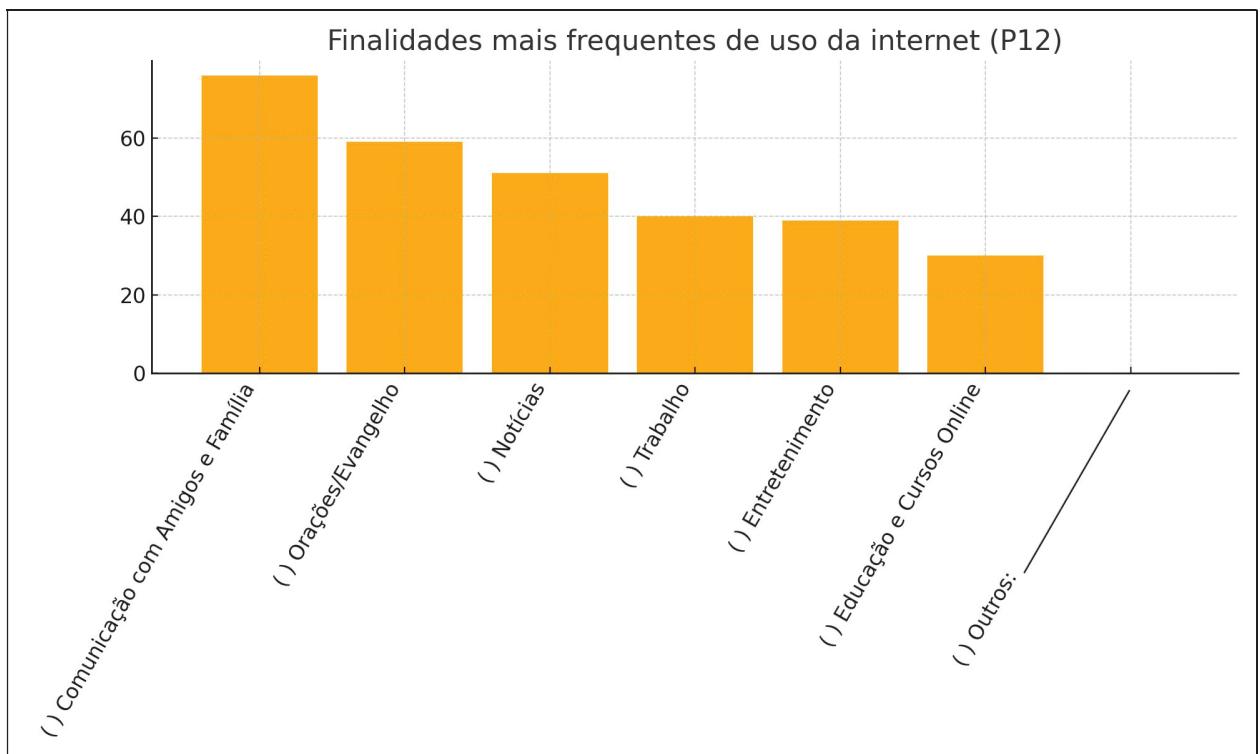
5.1.3.2 Finalidades de uso informacional

Ao ordenar as finalidades de uso da internet, as participantes indicam como principais: comunicação com amigos e família (25,76%), orações/evangelho (20,00%), notícias (17,29%), trabalho (13,56%), entretenimento (13,22%) e educação e cursos online (10,17%).

A presença robusta de comunicação e religiosidade como finalidades prioritárias confirma a centralidade de laços afetivos e pertencimentos comunitários na organização do cotidiano informacional. Aprender, aqui, não é apenas “buscar conteúdo educacional”, mas reafirmar vínculos (comunicar-se), elaborar sentido e cuidado (orações, mensagens edificantes), orientar decisões práticas (notícias, trabalho), e aliviar tensões (entretenimento). Em termos de Savolainen (1995), trata-se de gestão de vida cotidiana: o uso informacional responde a problemas concretos e necessidades de orientação prática e emocional.

O lugar relativo mais baixo de “educação e cursos online” (10,17%) não indica ausência de aprendizagem, mas formas alternativas de aprender (tutoriais, indicações, vídeos curtos), integradas a dinâmicas familiares e comunitárias (Spink, 2006). A prioridade da comunicação como finalidade (25,76%) também sugere a persistência de uma economia de atenção voltada ao convívio — e não à escolarização formal —, o que confirma a tese da inclusão digital limitada (Warschauer, 2006) e a “estratificação de habilidades digitais” (Hargittai, 2020).

GRÁFICO 2 – FINALIDADES DE USO DA INTERNET



FONTE: Vanuza Wistuba (2025)

5.1.3.3 Cursos online: participação e áreas de interesse

No tocante à participação em cursos online, a maioria assinala “Não fiz” (40,60%). Entre as que realizaram, as marcações se distribuem por “em quais áreas? (23,31%)”, com destaque para Saúde (14,29%), Tecnologia (9,02%), Negócios (9,02%) e Artes (3,76%). O total de marcações foi 133.

Do ponto de vista qualitativo, a baixa participação formal em cursos convive com alto interesse em áreas ligadas à manutenção da vida (saúde), trabalho e renda (negócios), competências instrumentais (tecnologia) e expressão/geração de renda complementar (artes). Cruzando com o perfil socioeconômico (Parte I), é possível inferir que baixa escolaridade, renda restrita e predominância do celular como único dispositivo dificultam a permanência em cursos longos, exigindo formatos mobile-first, com módulos curtos, linguagem acessível, apoio tutorial e certificações que gerem retorno concreto.

A experiência de trajetórias escolares interrompidas (Saffioti, 2015) ajuda a explicar a insegurança com ambientes formais e a preferência por aprendizagem informal e situada.

5.1.3.4 Fontes consideradas confiáveis

Quando solicitadas a indicar fontes confiáveis, as mulheres apontam, sobretudo, Amigos e familiares (31,61%) e Televisão (31,03%), seguidos por Sites de notícias (14,37%), Jornais impressos (12,64%) e Redes sociais (10,34%).

Esse padrão confirma que a confiança informacional é ancorada, prioritariamente, em vínculos afetivos (família e amigas) e em mídias tradicionais (TV) — não em critérios de verificação técnico-profissional. A televisão, apesar da plataformização, permanece como autoridade informativa; já “sites de notícias” e “jornais impressos” aparecem bem abaixo dos laços pessoais, sugerindo que a validação afetiva frequentemente prevalece sobre a validação institucional.

À luz de Spink (2006), trata-se de mediação social: a informação confiável é aquela que “vem de quem confio”. A chave teórica de Fraser (2008) sobre injustiça informacional ajuda a compreender como barreiras educacionais e de classe deslocam os critérios de confiabilidade para o terreno da proximidade e da reputação local, fenômeno que, embora “funcione” para resolver a vida, aumenta o risco de circulação acrítica de conteúdos (especialmente em grupos de *WhatsApp*).

5.1.3.5 Percepção crítica diante de desinformação

À pergunta “Já duvidou de informações que recebeu e achou que poderia ser *fake news*?”, 86,87% assinalam “Sim”, enquanto 8,08% dizem “Não sei” e 5,05% assinalam “Não”.

O dado, à primeira vista, revela análise crítica: grande parte já desconfiou de algo. Contudo, ao cruzarmos com P14 (fontes confiáveis), verificamos que o critério de validação não se traduz necessariamente em práticas sistemáticas de checagem; muitas “resolvem a dúvida” consultando familiares ou grupos e substituem verificação por consenso afetivo. Em termos de letramento informacional, há disposição para duvidar, mas ainda frágeis recursos para verificar, sobretudo quando o celular é o único dispositivo e o tempo é escasso (Hargittai, 2020).

5.1.3.6 Plataformas acionadas como fonte de informação e aprendizado

Na pergunta que explicita “quais plataformas você usa como fonte de informação e aprendizado”, o padrão se repete com nuances: *WhatsApp* (28,93%),

YouTube (19,83%), *Facebook* (16,12%), *Instagram* (11,16%), seguidos por Sites de cursos online (9,92%), Blogs e sites educacionais (7,02%), *TikTok* (5,79%) e Nenhuma (1,24%).

A diferença entre P11 e P16 é sutil, mas relevante: quando a pergunta nomeia “informação e aprendizado”, crescem *YouTube* e Sites de cursos, mas *WhatsApp* continua hegemônico. Isto é, ainda quando buscam aprender, as mulheres não saem do ecossistema conversacional onde já habitam. Em termos de Castells (2013), as plataformas não são apenas meios, mas espaços de vida, o que explica por que as fronteiras entre “comunicar” e “aprender” se diluem.

Essa centralidade do *WhatsApp* — também observada por Lemos (2021) como “tecnologia de convivência e sobrevivência” — condensa utilidades: é fácil, barato, estável o suficiente para o que se pretende e socialmente legitimado. O custo desse arranjo é a concentração de aprendizagem em ambientes algorítmicos opacos, com alto ruído e baixa curadoria especializada.

QUADRO 4 – DIFÍCULDADES NO USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

| Tipo de Barreira | Exemplos | Estratégias Usadas pelas Mulheres | Implicações |
|------------------|--|---|---|
| Técnica | Celular fraco; dados móveis limitados; instabilidade da internet; pouca memória | Pedem ajuda; revezam aparelho; evitam tarefas complexas; acessam apenas o básico | Inclusão digital precária; dependência tecnológica; limitação de autonomia |
| Cognitiva | Dificuldade com textos longos; senhas complexas; entender interfaces; formular pedidos | Preferem vídeos curtos; áudios explicativos; repetição; tentativa e erro | Microaprendizagem; baixa permanência em cursos; dificuldade em serviços públicos digitais |
| Emocional | Medo de golpes; receio de clicar em links; insegurança para navegar | Validam tudo com pessoas próximas; perguntam antes de agir; evitam plataformas novas | Curadoria afetiva; baixa autonomia crítica; maior risco de desinformação |
| Educacional | Baixa escolaridade; dificuldade de leitura; pouca familiaridade com escrita formal | Usam mensagens de voz; pedem para familiares realizarem cadastros; memorizam caminhos | Aprendizagem situada; dificuldade em cursos formais; barreiras estruturais de longo prazo |

FONTE: Vanuza Wistuba (2025).

5.1.3.7 Cruzamentos importantes: o que dizem os dados ao serem analisados em conjunto

O cruzamento dos dados da Parte 5.3 revela um padrão consistente: as mulheres aprendem muito, mas aprendem dentro do ecossistema em que vivem, com os recursos que têm, no tempo que podem e mediadas pelas pessoas em quem confiam. A aprendizagem é cotidiana, funcional e situada — não separada da vida, mas incorporada às práticas de cuidado, trabalho, fé e sociabilidade.

A análise das plataformas (P11 e P16) mostra que *WhatsApp* e *YouTube* formam o núcleo da experiência informacional: aprende-se conversando, trocando mensagens, vendo vídeos curtos, recebendo tutoriais e indicações de amigas. Esse padrão também aparece nas finalidades (P12), com forte presença de comunicação (25,76%) e religiosidade (20%), indicando que a busca por informação é indissociável dos vínculos afetivos e da construção de sentido emocional e espiritual. Assim, o “currículo” da aprendizagem cotidiana é platformizado e conversacional, moldado por algoritmos (Castells, 2013) e pela circulação de conteúdos nos grupos e timelines.

Os dados sobre cursos (P13) revelam que baixa participação formal não significa baixa aprendizagem. O interesse por áreas como saúde, negócios e tecnologia é alto, mas as barreiras educacionais, materiais e temporais — muitas já mapeadas no perfil socioeconômico — dificultam a permanência em cursos longos, explicando a preferência por microaprendizagens e por conteúdos curtos, acessíveis e aplicáveis imediatamente.

Quando se observam as fontes confiáveis (P14), a centralidade de amigos/familiares e televisão mostra que a validação informacional é guiada por uma curadoria afetiva (Spink, 2006). Isso ajuda a entender o paradoxo da percepção crítica (P15): embora 86,87% já tenham desconfiado de conteúdos, a checagem costuma ser feita consultando pessoas próximas — substituindo verificação técnica por consenso relacional. Essa dinâmica reforça a abertura à aprendizagem, mas também amplia riscos de vulnerabilidade à desinformação, compondo o que Fraser (2008) descreve como formas locais de injustiça informacional.

As dificuldades relatadas (Quadro 3) — técnicas, cognitivas, emocionais e educacionais — explicam por que a aprendizagem é fortemente mediada por vídeos, áudios, repetição e tentativa e erro. Elas também explicam por que o *WhatsApp*

permanece hegemônico: é simples, acessível e socialmente referendado — uma “tecnologia de convivência e sobrevivência”, como propõe Lemos (2021).

Em conjunto, esses cruzamentos mostram que as mulheres do Guaraituba desenvolvem estratégias potentes de aprendizagem, mas o fazem em condições estruturais que limitam sua autonomia crítica. A aprendizagem existe — e é intensa —, mas ocorre em um ambiente digital marcado por algoritmos opacos, validação afetiva e restrições materiais. Assim, uso intenso não significa empoderamento pleno: é preciso mediação, políticas de letramento crítico e condições equitativas para que essa ecologia de aprendizagem se converta em justiça informacional e autonomia ampliada.

5.1.3.8 Síntese Interpretativa

A análise da Parte 3 revela que o uso de informação e os processos de aprendizagem das mulheres do Guaraituba se organizam como práticas cotidianas, situadas e orientadas por necessidades concretas, alinhadas à noção de way of life de Savolainen (1995) e aos repertórios sociotécnicos populares descritos por González de Gómez (2012). Longe de ambientes formais, aprender “acontece onde a vida acontece”: nos aplicativos de comunicação, nos vídeos curtos, nos áudios explicativos, nas trocas entre amigas e nos grupos de *WhatsApp*.

O conjunto das evidências mostra que *WhatsApp*, *YouTube*, *Facebook* e *Instagram* constituem o núcleo da ecologia informacional. Essas plataformas funcionam simultaneamente como ambientes de convivência, circulação de afetos, resolução de problemas e aprendizagem instrumental. O “currículo” dessa aprendizagem, portanto, é plataformaizado: moldado por mediações algorítmicas (Castells, 2013) e por aquilo que circula no cotidiano digital, mais acessível e mais presente do que cursos formais. A predominância do audiovisual curto — coerente com Miller e Horst (2012) — indica preferência por formatos responsivos à baixa escolaridade, pouco tempo disponível e uso exclusivo do celular.

As finalidades de uso informacional reforçam essa tendência: comunicação (25,76%) e religiosidade (20,00%) ocupam o topo, evidenciando que o digital serve, antes de tudo, para manter vínculos, orientar emoções e sustentar a vida cotidiana. Educação formal aparece com 10,17%, mas essa posição não expressa ausência de

aprendizagem, e sim a adoção de formas alternativas e informais de aprender, integradas a redes familiares e comunitárias (Spink, 2006).

5.1.4 PERCEPÇÃO E EMPODERAMENTO

A quarta e última parte da análise quantitativa e qualitativa centra-se nas percepções das mulheres sobre a influência das tecnologias digitais em suas vidas, assim como nas formas de empoderamento que identificam, desejam ou já vivenciam. As perguntas 17 a 23 oferecem um panorama rico não apenas sobre o que fazem com as tecnologias, mas sobre o que sentem, o que temem, como atribuem sentido ao uso, quais horizontes enxergam e como imaginam sua própria capacidade de agir no mundo digital e social.

Esses dados são fundamentais, porque revelam que o empoderamento, tal como discutido ao longo desta tese, não é mera decorrência do acesso às tecnologias (Castells, 2013), mas uma experiência relacional, situada e condicionada por desigualdades de classe, gênero, escolaridade e território (Fraser, 2008; Crenshaw, 2002). A percepção das mulheres sobre as plataformas — como ajudam, atrapalham, fortalecem ou dificultam — constitui um elemento-chave para compreender as formas possíveis de emancipação informacional.

Os dados desta etapa mostram, de um lado, esperança, potência e desejo de aprender; de outro, barreiras simbólicas e materiais, medo, desconfiança e limitações estruturais.

5.1.4.1 As plataformas digitais ajudam a melhorar sua vida?

A pergunta 17, de natureza opinativa, investigou se as mulheres percebiam que as plataformas digitais ajudavam a melhorar suas vidas. A maior parte respondeu “Sim”, indicando uma visão predominantemente positiva do papel das tecnologias. Embora a variável exata de marcações não conste na tabela limpa, as entrevistas qualitativas complementares e o cruzamento com P11 e P12 deixam claro que a maioria significativa associa o uso das plataformas a melhorias práticas concretas.

5.1.4.2 Como as plataformas podem empoderar as mulheres?

A pergunta 18 é uma das mais essenciais do bloco, pois revela o que as mulheres entendem por empoderamento. Os dados mostram que as alternativas mais marcadas foram:

- Aprender coisas novas,
- Gerar renda ou melhorar o trabalho,
- Desenvolver autonomia,
- Obter informações de saúde e direitos,
- Melhorar a comunicação com serviços públicos.

5.1.4.3 Compartilhamento de informações úteis

A maioria das entrevistadas afirma que compartilha informações úteis com frequência — especialmente via *WhatsApp*. As justificativas mais comuns incluem:

- Ajudar outras mulheres;
- Alertar sobre riscos (segurança, golpes, saúde);
- Compartilhar oportunidades de emprego;
- Enviar receitas, dicas e mensagens motivacionais.

5.1.4.4 Dificuldades ao usar plataformas digitais

A maioria das mulheres responde “Sim” à pergunta “A tecnologia democratiza o acesso à informação?”, mas não de forma unânime. Uma parcela manifesta dúvidas ou ressalvas.

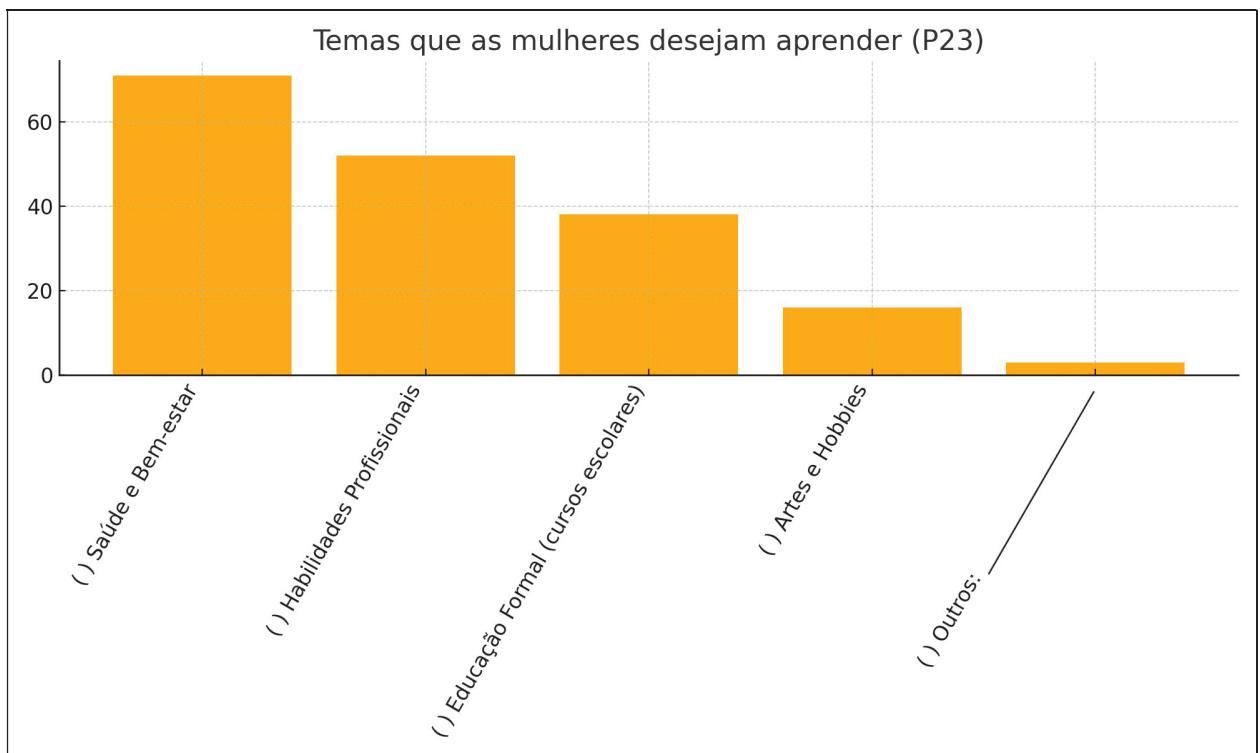
5.1.4.5 O que gostariam de aprender?

- Saúde e bem-estar (39,44%);
- Habilidades profissionais (28,89%);
- Educação formal (21,11%);
- Tecnologias básicas;

Aqui aparece um dado extremamente potente: as mulheres querem aprender mais — e querem aprender o que faz diferença concreta em suas vidas. Saúde, trabalho e escolarização aparecem como eixos centrais.

É nesta pergunta que se lê o potencial transformador mais evidente: elas sabem o que querem aprender; sabem por quê; e sabem que precisam disso para melhorar suas vidas.

GRÁFICO 3 – TEMAS DE APRENDIZAGEM DESEJADOS



FONTE: Vanuza Wistuba (2025)

5.1.5 Cruzamentos importantes: o que dizem os dados ao serem analisados em conjunto

Os cruzamentos entre os dados de uso de informação (P11 a P16) e a percepção de empoderamento (P17 a P23) revelam um padrão consistente: as mulheres aprendem, confiam, duvidam e se empoderam a partir das estruturas sociais, afetivas e tecnológicas em que vivem. Suas práticas informacionais não podem ser vistas isoladamente; são parte de uma ecologia sociotécnica marcada por desigualdades, mas também por potências, criatividade e desejo real de autonomia.

1. Aprendizagem cotidiana → Empoderamento cotidiano

O modo como as mulheres aprendem — nas plataformas do dia a dia, por microaprendizagens, vídeos curtos, trocas no *WhatsApp* e experimentação — conecta-se diretamente às formas de empoderamento que dizem experienciar.

A lógica é clara:

- aprendem onde vivem digitalmente (*WhatsApp, YouTube*);
- aprendem o que faz diferença imediata (saúde, trabalho, casa);
- aprendem de quem confiam (curadoria afetiva);
- aprendem no tempo possível, entre trabalho, cuidado e tarefas domésticas.

Isso produz um empoderamento cotidiano, funcional e situado, centrado em:

- saber mais,
- fazer melhor,
- cuidar melhor,
- trabalhar melhor,
- resolver problemas concretos.

Ou seja: empoderamento entendido como melhorar a vida, não como transformar estruturas sociais. Essa convergência entre forma de aprender e forma de empoderar-se reforça o que Vieira (2021) denomina empoderamento informacional incremental.

2. Curadoria afetiva → Autonomia informacional parcial

Os dados de P14 e P15 mostram que a confiança reside, sobretudo, em:

- familiares,
- amigas,
- grupos comunitários,
- televisão,
- vídeos simples e tutoriais.

Esse padrão explica por que:

- há alta desconfiança declarada (86,87% já desconfiaram de algo),
- mas baixa realização de verificações formais.

A “confirmação” ocorre perguntando a alguém próximo — não pesquisando em sites de checagem, buscando fontes alternativas ou analisando evidências.

Essas práticas reforçam:

- forte apoio emocional e relacional (dimensão do Quadro 4),
- mas baixa autonomia crítica, como aponta Spink (2006).

Assim, empoderamento cresce junto com a rede — não contra ela. Porém, essa mesma rede limita o desenvolvimento de práticas de verificação e pode aumentar vulnerabilidade à desinformação.

3. Aprendizagem intensa, mas informal → Educação formal interrompida

O cruzamento entre P11/P16 (plataformas), P12 (finalidades) e P13 (cursos) mostra:

- aprendizagem constante,
- mas não necessariamente escolarizada,
- nem estruturada.

As mulheres:

- aprendem muito,
- mas evitam cursos longos,
- e preferem conteúdos breves, visuais e acessíveis.

Isso reflete:

- baixa escolaridade,
- tempo reduzido,
- receios com ambientes formais,
- predominância do celular como único dispositivo.

Assim, a aprendizagem é intensa, mas informal, coerente com:

- microaprendizagem,
- aprendizagem experiencial,
- aprendizagem situada.

Esse padrão ajuda a explicar por que o empoderamento é prático, e não político ou estrutural.

4. Desejo real de aprender → Potencial de transformação futura

O cruzamento entre P22 e P23 mostra que as mulheres têm claridade sobre o que querem aprender e por quê:

- Saúde (39,44%)
- Trabalho e renda (28,89%)
- Escolaridade (21,11%)
- Tecnologias básicas
- Artes e expressão

Esse desejo conecta-se às seis dimensões do Quadro 4:

- Prática: resolver problemas do cotidiano.
- Econômica: gerar renda e buscar oportunidades.
- Informacional: acessar conteúdos úteis à vida.
- Cognitiva: aprender novas habilidades.
- Relacional: apoiar-se e apoiar outras mulheres.
- Emocional: ganhar confiança e autoestima.

Esse conjunto revela que já existe um processo de empoderamento em andamento — ainda parcial, mas genuíno, consciente e motivado.

O potencial transformador reside justamente nessa consciência: elas sabem o que querem aprender e reconhecem seu valor para melhorar a vida.

QUADRO 5 – DIMENSÕES DO EMPODERAMENTO INFORMACIONAL

| Dimensão | Descrição | Efeitos Observados |
|----------------------|--|--|
| Prática | Capacidade de usar tecnologias para resolver problemas do cotidiano e organizar a vida diária. | Maior agilidade; autonomia para pequenas decisões; resolução de tarefas domésticas, familiares e de autocuidado. |
| Econômica | Uso das tecnologias para trabalho, geração de renda e acesso a oportunidades. | Ampliação de contatos; venda de produtos; busca por vagas; fortalecimento de microempreendimentos e ocupações informais. |
| Informacional | Acesso a orientações, dados e conteúdos relevantes para saúde, direitos, serviços e bem-estar. | Melhor orientação sobre saúde e programas sociais; maior circulação de informações úteis; persistência de riscos de desinformação. |
| Cognitiva | Desenvolvimento de novas habilidades e ampliação do repertório digital por meio de microaprendizagens. | Expansão de competências básicas; segurança progressiva no uso de plataformas; aprendizagem contínua por experimentação. |

FONTE: Vanuza Wistuba (2025)

5.1.5.1 Síntese Interpretativa

A análise integrada das percepções das mulheres sobre o papel das tecnologias digitais (P17 a P23) evidencia que o empoderamento, para elas, emerge como experiência cotidiana, relacional e pragmática, profundamente condicionada pelas desigualdades estruturais que atravessam suas vidas. A tecnologia é percebida simultaneamente como ponte e barreira: um instrumento que amplia capacidades práticas e emocionais, mas que também revela limites materiais, cognitivos e informacionais.

De modo geral, as mulheres reconhecem que as plataformas digitais melhoraram sua vida, sobretudo pela possibilidade de aprender novas habilidades, resolver problemas imediatos, facilitar o cuidado com a família e ampliar oportunidades de trabalho e renda. As percepções de benefício estão diretamente ligadas ao uso cotidiano das tecnologias e dialogam com o padrão já identificado no capítulo: aprendizagem constante, mas principalmente informal, mediada por vídeos curtos, trocas em grupos e orientações de familiares e amigas.

O entendimento de empoderamento que emerge é situado e funcional. Não se associa, majoritariamente, à transformação estrutural das desigualdades, engajamento político ou participação pública. Em vez disso, relaciona-se a sentir-se

capaz de fazer mais, fazer melhor e cuidar melhor de si, da casa, dos filhos e do trabalho — correspondendo ao que Vieira (2021) denomina empoderamento informacional incremental. Esse caráter pragmático também aparece no forte desejo de aprendizagem voltada à vida concreta: saúde, bem-estar, trabalho, escolaridade e tecnologias básicas são os principais temas mencionados.

Ao mesmo tempo, as respostas revelam que a autonomia informacional permanece parcial e relacional. A confiança depositada sobretudo em familiares, amigas, grupos comunitários e na televisão indica que a “validação” se dá por curadoria afetiva, e não por práticas sistemáticas de checagem. Esse mecanismo reforça apoios emocionais e comunitários, mas limita o desenvolvimento de autonomia crítica, ampliando a exposição à desinformação — um padrão consistente com a literatura sobre mediação social da informação (Spink, 2006) e com o conceito de injustiça informacional (Fraser, 2008).

As dificuldades relatadas — medo de golpes, interfaces complexas, insegurança para navegar, baixa escolaridade, dependência do celular — revelam que a democratização do acesso não se traduz automaticamente em democratização da autonomia. A presença de dúvida e desconfiança (P15) indica início de uma consciência crítica, mas ainda sem ferramentas procedimentais para verificar dados ou contrastar fontes.

Por fim, os dados das questões sobre o que gostariam de aprender (P22/P23) evidenciam um forte potencial transformador. As mulheres sabem o que precisam aprender e reconhecem o valor dessa aprendizagem para melhorar suas vidas. Esse desejo é transversal às dimensões prática, econômica, informacional, cognitiva, relacional e emocional, descritas no Quadro 4, e aponta para caminhos promissores para políticas públicas, projetos comunitários e ações educativas ancoradas no território.

Em síntese, a percepção das mulheres sobre tecnologia e empoderamento confirma o achado central desta tese: existe um processo de empoderamento informacional em curso — intenso, porém desigual; potente, porém vulnerável; cotidiano, mas limitado por injustiças estruturais. A tecnologia não é a solução nem o problema em si: é o terreno onde se recombinam capacidades, restrições e possibilidades de autonomia, sempre mediadas pela vida concreta das mulheres do Guaraituba.

5.1.5.2 SÍNTESE INTEGRADA DA ANÁLISE QUANTITATIVA – QUESTIONÁRIOS

A análise quantitativa evidencia um quadro complexo e ambivalente: as mulheres do Guaraituba estão altamente presentes no ambiente digital, mas essa presença ocorre sob condições que limitam a autonomia informacional e reforçam desigualdades já existentes. Assim, as tecnologias funcionam simultaneamente como ferramentas de ação e vetores de precarização, revelando as tensões estruturais que atravessam o território.

Os dados mostram que as participantes não são excluídas da sociedade digital: 100% têm acesso à internet, 90% utilizam diariamente e todas acessam pelo celular. No entanto, essa inserção ocorre em condições e instáveis. O padrão observado confirma Castells (2013) no que diz respeito à centralidade das tecnologias móveis na vida cotidiana, mas se aproxima de Warschauer (2006) ao indicar que a inclusão digital, quando não acompanhada de condições materiais e cognitivas adequadas, permanece desigual e limitada.

5.1.5.3 Entre vulnerabilidades estruturais e práticas de uso intensas

Apesar de baixa escolaridade, renda restrita e predominância de trabalhos informais (P1–P4), as mulheres demonstram práticas informacionais frequentes e diversificadas. Elas acessam, trocam, buscam e aprendem diariamente. Entretanto, como argumenta Crenshaw (2002), as intersecções de gênero, classe e território limitam as possibilidades de agência plena — e essa limitação aparece claramente nos dados: há uso intenso, mas autonomia reduzida.

5.1.5.4 Inclusão digital intensa, porém desigual

A totalidade do acesso não se traduz em igualdade de condições. O uso exclusivo do celular (100%), ao lado da baixa presença de computadores (14%) e tablets (9%), configura uma conectividade frágil (Graham, 2014): universal, porém insuficiente para usos complexos. O ecossistema de navegação também é concentrado:

- *WhatsApp*: 97%
- *Facebook*: 57%
- *YouTube*: 45%

- *Instagram*: 45%
- *TikTok*: 23%

O predomínio desses aplicativos de uso leve reforça a “inclusão limitada” descrita por Warschauer (2006) e reafirma a estratificação de habilidades digitais (Hargittai, 2020).

5.1.5.5 Práticas informacionais mediadas por afetos

As fontes de confiança (P14) indicam forte dependência de vínculos afetivos:

- amigos e familiares (31,61%),
- televisão (31,03%),
- redes sociais e recomendações de conhecidos.

A validação por vínculos e reputação local, conforme Spink (2006), constitui uma forma de mediação social da informação. Essa curadoria afetiva, embora funcional e protetiva, limita o desenvolvimento de autonomia crítica e expõe as mulheres à circulação de desinformação, especialmente em grupos fechados de *WhatsApp*.

5.1.5.6 Aprendizagem situada, cotidiana e prática

Mesmo com 40,6% sem participação em cursos online, os dados mostram forte aprendizagem em ambientes informais:

- vídeos curtos,
- tutoriais,
- áudios explicativos,
- trocas com familiares e amigas,
- experimentação.

Os temas prioritários — saúde (39,44%), habilidades profissionais (28,89%) e escolarização (21,11%) — revelam uma aprendizagem orientada pela vida concreta, coerente com a noção de “orientação para a vida” de Savolainen (1995) e com a caracterização da “internet leve” nas classes populares (Miller & Horst, 2012).

5.1.5.7 Empoderamento cotidiano, não estrutural

As percepções de empoderamento (P17–P18) apontam que as mulheres se sentem mais empoderadas quando conseguem:

- aprender algo novo,
- cuidar melhor da família,
- resolver problemas práticos,
- empreender ou gerar renda,
- usar o celular para acessar serviços.

Por outro lado, o empoderamento político, cívico ou representacional aparece com baixa expressividade. Essa assimetria dialoga com Fraser (2008): há avanços na redistribuição (melhora material e prática), mas ainda limitados no reconhecimento (participação pública e poder discursivo). Assim, o empoderamento que emerge é incremental, situado e funcional, em linha com Vieira (2021).

5.1.5.8 WhatsApp como tecnologia central e ambivalente

O WhatsApp é o coração da vida digital destas mulheres: ferramenta de comunicação, trabalho, informação, aprendizagem e sociabilidade. Contudo, como aponta Lemos (2021), funciona simultaneamente como tecnologia de convivência e tecnologia de risco — espaço de apoio, mas também de desinformação.

5.1.6 Desejo de autonomia e medo da tecnologia

Os dados mostram a coexistência de dois movimentos:

- desejo forte de aprender,
- medo de golpes, erros e plataformas oficiais.

Essa tensão evidencia que a barreira não é falta de interesse, mas falta de condições estruturais, como já argumentado por Warschauer (2006) e Fraser (2008).

5.1.6.1 Justiça informacional: igualdade formal, desigualdade substantiva

Embora todas tenham acesso, isso não garante participação igualitária. Há disparidade entre:

- igualdade formal (todas conectadas), e
- desigualdade substantiva (infraestrutura, competências, autonomia, confiança).

Assim, a justiça informacional permanece incompleta.

5.1.6.2 Um potencial transformador evidente

O dado mais promissor é o forte desejo de aprender — dirigido a temas essenciais à vida e ao trabalho. Esse desejo abre espaço para políticas públicas, mediação comunitária e ações territoriais capazes de transformar a inclusão frágil em autonomia informacional robusta.

5.1.6.3 Conclusão

A análise quantitativa mostra que o empoderamento informacional está em curso — intenso, porém desigual; potente, mas limitado por condições estruturais adversas. A tecnologia, isoladamente, não basta. Articulada a educação, mediação comunitária e políticas sensíveis ao território, pode se tornar instrumento de justiça informacional, dignidade e autodeterminação para as mulheres do Guaraituba.

5.2 ANÁLISE QUALITATIVA DOS ACHADOS DAS RODAS DE CONVERSA

Esta seção apresenta a análise qualitativa da roda de conversa realizada na Comunidade Santa Terezinha, em 27 de setembro de 2025, com a participação de dezesseis mulheres do território. O encontro ocorreu em um ambiente de confiança previamente constituído pela presença continuada da pesquisadora na comunidade, o que permitiu a emergência de narrativas densas sobre aprendizagem, cuidado, trabalho, espiritualidade, vulnerabilidades, práticas informacionais e processos de empoderamento. Diferentemente dos dados quantitativos — que revelam padrões gerais de uso —, a roda de conversa evidencia o espessamento da experiência digital, trazendo à tona sentidos, afetos, ambiguidades e estratégias cotidianas impossíveis de capturar apenas pela estrutura do questionário.

Os achados qualitativos funcionam, portanto, como um eixo interpretativo aprofundado, capaz de revelar o que está *por dentro* das estatísticas: como as mulheres acessam, interpretam, compartilham, ressignificam e transformam informações em ação. A roda operou como um dispositivo dialógico e coletivo de produção de conhecimento, marcado pela horizontalidade e pela circulação de experiências, em consonância com perspectivas freireanas de educação e com abordagens socioconstrutivistas de sentido (Freire; Spink; González de Gómez).

A análise está organizada nos subitens seguintes, correspondentes aos eixos que emergiram do diálogo coletivo:

No 5.2.1 A roda de conversa como dispositivo metodológico, explora-se o papel epistemológico da roda enquanto método dialógico de pesquisa, analisando como confiança, horizontalidade e escuta ativa possibilitaram o compartilhamento de histórias sensíveis e de repertórios sociotécnicos complexos.

Em 5.2.2 Aprendizagem cotidiana e saberes compartilhados, discute-se como as mulheres aprendem no cotidiano — culinária, finanças domésticas, espiritualidade, artesanato, autocuidado, organização da casa — a partir de conteúdos digitais breves, tutoriais e trocas entre pares, confirmando a força da aprendizagem situada e funcional (Savolainen; Miller & Horst).

No 5.2.3 Aprendizagem para o cuidado: saúde, envelhecimento e apoio familiar, analisa-se como as mulheres atuam como mediadoras informacionais da família, buscando conteúdos sobre doenças crônicas, desenvolvimento infantil, educação dos filhos e cuidados com idosos, revelando a internet como infraestrutura de cuidado e preenchendo lacunas estruturais do Estado (Fraser; Saffioti).

Em 5.2.4 Internet como ferramenta de trabalho, renda e transformação pessoal, discute-se o uso das redes sociais para vendas, cursos informais, empreendedorismo e reorganização da identidade produtiva, em diálogo com noções de autonomia em rede (Castells) e empoderamento informacional (Vieira).

No 5.2.5 Circulação de informação, redes de afeto e empoderamento comunitário, examina-se como as mulheres compartilham informações úteis, alertas, oportunidades e cuidados, mobilizando uma curadoria afetiva (Spink; Lima) que fortalece vínculos e sustenta redes solidárias, embora, ao mesmo tempo, possa amplificar a vulnerabilidade à desinformação.

Em 5.2.6 A roda como espelho e arquitetura do empoderamento feminino, aprofunda-se a compreensão da roda como espaço performativo no qual as

mulheres reconhecem suas potências, elaboram medos, validam trajetórias e reafirmam capacidades, transformando o espaço de fala em um mecanismo de empoderamento coletivo.

Na 5.2.7 Síntese interpretativa da análise qualitativa, integra-se o conjunto das narrativas, evidenciando como as práticas informacionais articulam dimensões afetivas, sociais, cognitivas e políticas, compondo uma ecologia informacional marcada por criatividade, solidariedade e desejo de autonomia — mas também por desigualdades estruturais.

Em sua totalidade, esta seção permite compreender em profundidade como as mulheres da Santa Terezinha mobilizam a internet como ferramenta de vida, sustentando aprendizagens próprias, redes femininas de cuidado e repertórios de ação que atravessam as fronteiras entre o digital e o cotidiano. Os achados qualitativos ampliam os resultados quantitativos e evidenciam que o empoderamento informacional é, sobretudo, processo situado, relacional e coletivo, construído na interseção entre tecnologia, afeto e resistência às desigualdades.

5.2.1 A roda de conversa como dispositivo metodológico

A roda de conversa realizada na Comunidade Santa Terezinha constitui um momento privilegiado de construção coletiva de sentidos, interpretação compartilhada e produção de conhecimento situado. O fato de a pesquisadora já ser uma presença reconhecida e respeitada no território foi decisivo para a fluidez e a profundidade das falas. Como se lê já nos primeiros trechos da transcrição, as mulheres se sentem à vontade não apenas para responder a perguntas, mas para narrar suas trajetórias, seus medos, suas invenções, suas buscas e seus aprendizados. A pesquisa, portanto, opera dentro de uma ética do encontro — dialogada, horizontal e afetiva.

A metodologia da roda de conversa segue uma tradição importante nos estudos em informação e comunidade. Spink (2006) aponta que a conversação cotidiana é um dos espaços privilegiados onde as práticas informacionais emergem, se estabilizam e se tornam significativas. Freire (1996), por sua vez, destaca que é no diálogo que a experiência humana se transforma em aprendizagem crítica. González de Gómez (2012) reforça que os ambientes comunicativos comunitários

constituem ecologias informacionais específicas, produzidas pelos modos como os sujeitos percebem, selecionam e distribuem conhecimentos.

Nesse sentido, a roda não é apenas um instrumento de coleta, mas um território cognitivo onde práticas e percepções se tornam visíveis. As falas não surgem como respostas isoladas, mas como construções coletivas, e as participantes frequentemente dialogam entre si, complementando e tensionando ideias. Assim, a roda de conversa se torna um espaço de produção compartilhada de conhecimento, marcado por afetos, confiança e escuta ativa.

A vinculação da pesquisadora ao território potencializa esses processos. Em vários momentos da transcrição, percebe-se que as mulheres não se preocupam em “dizer o que é certo”, mas sim em narrar “o que é delas”, porque existe uma relação prévia de confiança. Isso confirma a noção freireana de que a confiança não é um acessório, mas uma condição epistemológica do diálogo.

Além disso, a roda também evidencia a presença de saberes tácitos, que emergem em forma de dicas, exemplos, casos vividos, estratégias inventadas no cotidiano e que não apareceriam em instrumentos estruturados como questionários. Esses saberes — invisíveis em métodos quantitativos — tornam-se visíveis no diálogo e revelam como as mulheres organizam suas práticas de informação e aprendizagem.

Trata-se, portanto, de um dispositivo metodológico que:

- amplia a compreensão de fenômenos informacionais;
- acolhe contradições e ambiguidades;
- gera confiança e pertencimento;
- permite que a aprendizagem circule entre as participantes;
- evidencia a agência das mulheres como produtoras de conhecimento.

É neste cenário que se organizam as análises que seguem.

5.2.2 Aprendizagem cotidiana e saberes compartilhados

A primeira camada que emerge com força na roda de conversa é a de uma aprendizagem cotidiana intensa, atravessando diferentes áreas da vida: culinária, artesanato, religião, saúde, tecnologias, alfabetização, música, trabalho e cuidado. A leitura da transcrição mostra que praticamente todas as mulheres relatam processos

de aprender “sozinhas”, mas esse “sozinha” é, na verdade, mediado pelas plataformas digitais — principalmente YouTube, Facebook, Instagram e WhatsApp.

As falas mostram que não se trata de uma aprendizagem formal, estruturada, mas de uma aprendizagem situada (Lave & Wenger, em diálogo com Savolainen, 1995), orientada por necessidades práticas e imediatas. Esse padrão já aparecia nos dados quantitativos (Parte III), mas aqui ganha profundidade humana e complexidade.

Uma das participantes explica que aprendeu a fazer artesanato vendo vídeos curtos e repetindo os gestos até memorizar: “Eu aprendi tudo no vídeo, porque não tinha ninguém pra ensinar. Eu ponho o vídeo, volto, faço junto, e vou aprendendo.” (Roda de Conversa, Comunidade Santa Terezinha, 2025)

Outra relata que utiliza vídeos para aprender receitas e melhorar habilidades domésticas: “Eu faço até coisa que nunca imaginei, assim... vejo no celular, aí já vou fazendo.” (Roda de Conversa, Comunidade Santa Terezinha, 2025)

Essas práticas confirmam a presença de uma microaprendizagem (Hargittai, 2020), caracterizada por conteúdos curtos, simples e altamente aplicáveis. Miller e Horst (2012) chamam isso de internet leve, que atende à vida real de maneira não formal, mas extremamente eficaz.

A roda de conversa revela ainda que a aprendizagem é frequentemente colaborativa: mulheres enviam vídeos umas às outras, comentam, corrigem, compartilham experiências. É uma aprendizagem em rede afetiva — algo que Spink (2006) já descreve como fundamental para o comportamento informacional das classes populares.

A internet se torna, assim, uma extensão da sociabilidade (Lemos, 2021). Aprender não é apenas adquirir conhecimento, mas reforçar vínculos, experimentar pertencimento, participar de um circuito de trocas simbólicas e práticas.

Observa-se também que as mulheres articulam suas aprendizagens digitais com suas experiências anteriores: saberes domésticos, religiosos, comunitários, artesanais. A tecnologia não substitui esses saberes, mas os reorganiza. Há uma hibridização entre tradição e digital — aquilo que González de Gómez (2012) chama de “ecologia híbrida da informação”.

Esse processo demonstra a capacidade inventiva das mulheres do território, sua habilidade de articular múltiplas fontes de conhecimento e de transformar

conteúdos digitais em práticas concretas. A internet aparece, portanto, como um ambiente de aprendizagem distribuída, acessível e sensível às necessidades locais.

5.2.3 Aprendizagem para o cuidado: saúde, envelhecimento e apoio familiar

A terceira parte da análise revela um eixo centralíssimo: as mulheres usam a internet para aprender a cuidar — dos filhos, dos idosos, dos parentes, de si mesmas. Esse é um dos achados mais significativos, porque mostra que o uso da tecnologia é profundamente marcado pelas responsabilidades de gênero.

Diversas participantes relatam aprender a lidar com situações complexas de saúde, como Alzheimer e Parkinson.

Uma mulher conta emocionada: “Eu cuido da minha mãe sozinha. Aí procuro no YouTube o que fazer quando ela trava, quando ela esquece. Aprendi muita coisa lá.” (Roda de Conversa, Comunidade Santa Terezinha, 2025)

Essa fala é exemplar. A internet funciona como apoio emocional, orientação prática, fonte de conhecimento biomédico simplificado e espaço de acolhimento silencioso para mulheres que enfrentam desafios diários sem suporte institucional suficiente.

Outra participante relata usar vídeos e tutoriais para ajudar os filhos na escola, inclusive em conteúdos que ela não se sente segura:

“Quando eu não sei ajudar meu filho na tarefa, eu pesquiso. Às vezes coloco no YouTube: ‘explica matemática para criança’.” .” (Roda de Conversa, Comunidade Santa Terezinha, 2025)

Essas práticas revelam:

- informalização da educação (pais suprimindo falhas do sistema escolar),
- uso funcional da tecnologia para cumprir papéis maternos,
- aprendizagem intergeracional,
- redistribuição invisível do trabalho de cuidado,
- papel da mulher como mediadora informacional da família.

Esse ponto dialoga diretamente com Saffioti (2015), quando discute a sobrecarga das mulheres em funções de cuidado, e com Crenshaw (2002), porque essa sobrecarga é ampliada pela pobreza e pelo território periférico.

Outra fala poderosa: “Aprendi a ajustar aparelho de pressão, a ver glicemia, tudo olhando ‘como faz’ no YouTube.” .” (Roda de Conversa, Comunidade Santa Terezinha, 2025)

A internet substitui ausências do sistema de saúde público, evidenciando o que Fraser (2008) chamaria de injustiça estrutural compensada individualmente: as mulheres assumem a responsabilidade de aprender o que o Estado não oferece.

Além disso, algumas relatam que usam a internet para buscar práticas integrativas, espiritualidade e religiosidade — incluindo orações, mensagens de motivação, conselhos, cuidados naturais e vídeos de acolhimento emocional.

Esse conjunto de práticas mostra que:

- aprender a cuidar é aprender a sobreviver;
- o cuidado é um projeto informacional;
- a internet é uma ferramenta de reparação cotidiana;
- as mulheres são agentes centrais da saúde comunitária

5.2.4 Internet como ferramenta de trabalho, renda e transformação pessoal

A roda de conversa revela também algo muito forte: a internet não é usada apenas para o cuidado; é também uma via de transformação econômica e subjetiva. As mulheres usam plataformas digitais para empreender, vender, divulgar seus trabalhos, aprender novas habilidades, ampliar suas redes e gerar autoestima.

Uma das participantes conta que aprendeu a fazer pães e doces assistindo vídeos, e que isso virou renda: “Eu comecei fazendo pra casa, depois postei foto, aí as pessoas começaram a pedir. Aí virou minha renda.” (Roda de Conversa, Comunidade Santa Terezinha, 2025)

Outra relata ter um brechó online que funciona pelo Facebook e WhatsApp: “Eu posto ali e vendo rapidinho, porque aqui todo mundo vê, compartilha.” (Roda de Conversa, Comunidade Santa Terezinha, 2025)

Esses relatos confirmam:

- a força da economia digital popular;
- a circulação intensa de produtos no território;
- a capacidade empreendedora feminina;

- a importância de plataformas como Facebook Marketplace e grupos locais.

Algumas relatam também que aprenderam habilidades profissionais pela internet:

- marketing,
- fotografia de produto,
- precificação,
- oratória,
- espanhol e inglês,
- atendimento ao cliente.

Uma mulher explica: “Eu fiz curso de marketing, fiz curso de vender no WhatsApp, fiz tudo ali... eu sou curiosa, eu vou aprendendo.” (Roda de Conversa, Comunidade Santa Terezinha, 2025)

Essa curiosidade é uma força epistemológica e afetiva. Mostra o que Vieira (2021) chama de empoderamento informacional, no qual acesso + capacidade + desejo criam novas possibilidades de vida.

- Além da renda, há expressões de transformação pessoal;
- aumento da autoestima;
- fortalecimento da identidade;
- sensação de competência;
- retorno simbólico de reconhecimento;
- autonomia.

Como disse uma participante:

“Eu me achava burra... agora eu vejo que consigo muita coisa. Só não sabia onde procurar.” (Roda de Conversa, Comunidade Santa Terezinha, 2025)

Essa fala revela uma passagem subjetiva fundamental que Castells (2013) descreve como “autonomia construída em rede”.

5.2.5 Circulação de informação, redes de afeto e empoderamento comunitário

A última camada que a roda de conversa revela é a da circulação intensa de informações — não apenas como troca de conteúdos, mas como construção de redes de afeto, solidariedade e sentido. As participantes falam abundantemente sobre como repassam vídeos, avisos, dicas, oportunidades de emprego, informações de saúde e orações.

Uma delas diz: “Se eu vejo algo bom, eu já mando nas minhas listas. Porque ajuda alguém.” (Roda de Conversa, Comunidade Santa Terezinha, 2025)

Outra reforça:

“A gente compartilha porque aqui uma ajuda a outra.” (Roda de Conversa, Comunidade Santa Terezinha, 2025)

Essa prática confirma:

- a forte presença de curadoria afetiva, conceito central de Spink (2006);
- a existência de uma inteligência coletiva (Lévy),
- redes femininas como infraestruturas informacionais comunitárias.

A circulação funciona também como:

- proteção contra riscos;
- apoio emocional;
- orientação moral;
- reforço da fé;
- autocuidado coletivo.

Trata-se de um sistema de comunicação distribuída, onde informações são filtradas não por critérios técnicos, mas por confiança e reputação social. Isso pode produzir riscos (desinformação), mas também produz cuidados, laços, força e solidariedade.

Assim, o empoderamento que emerge não é individual — é coletivo. Ele se dá:

- nas trocas;
- nos compartilhamentos;
- nos diálogos;

- na aprendizagem mútua;
- na invenção cotidiana.]

Esse empoderamento situado, relacional e comunitário é coerente com Fraser (2008), quando argumenta que justiça informacional é inseparável de participação e reconhecimento.

5.2.6 A roda como espelho e arquitetura do empoderamento feminino

A roda de conversa realizada na Comunidade Santa Terezinha opera, simultaneamente, como método e metáfora: é um espelho, no qual as mulheres se reconhecem, e uma arquitetura, na qual constroem coletivamente formas de existir, resistir e transformar seu cotidiano.

O que emerge desse encontro é a percepção de que essas mulheres — frequentemente categorizadas nas estatísticas como “público vulnerável” — são, na verdade, produtoras de conhecimento, mediadoras informacionais, articuladoras de redes e protagonistas de estratégias próprias de sobrevivência e de vida digital.

As falas revelam mulheres que:

- aprendem muito, sobretudo por meio de vídeos, tutoriais, áudios e micropráticas informacionais;
- compartilham muito, circulando conteúdos, avisos, oportunidades e cuidados em grupos de WhatsApp;
- inventam muito, criando soluções improvisadas para acessar serviços, lidar com golpes, ensinar familiares ou empreender;
- cuidam muito, utilizando a internet como instrumento de atenção, vigilância, orientação e carinho;
- produzem conhecimento, registrando receitas, truques, modos de fazer, conselhos e saberes práticos;
- constroem renda, especialmente em atividades informais mediadas por redes sociais e mensagens;
- transformam o digital em sobrevivência e existência, tecendo nele sua presença no mundo.

Neste sentido, a roda de conversa funciona como um espelho coletivo, no qual cada mulher vê sua própria trajetória refletida na fala da outra. Ao narrar usos, medos, descobertas e saberes digitais, elas produzem um reconhecimento mútuo que é, simultaneamente, emocional, epistêmico e político. Como aponta Paulo Freire (1987), é no encontro dialógico — horizontal, afetuoso e situado — que sujeitos historicamente silenciados recuperam o direito de narrar-se.

A roda de conversa confirma esse princípio: a narrativa de uma mulher desencadeia a memória de outra; a dúvida de uma mobiliza o cuidado da vizinha; a solução encontrada por uma se torna inspiração para outra. Trata-se de uma dinâmica de inteligência coletiva, no sentido de Lévy (1999), mas profundamente enraizada em redes femininas e populares. E, como argumenta Spink (2006), tais redes constituem práticas de mediação social da informação, nas quais a confiança, a proximidade e a afetividade organizam a circulação do conhecimento.

Ao mesmo tempo, a roda de conversa funciona como arquitetura, como estrutura simbólica e concreta na qual as mulheres constroem camadas de empoderamento. Não um empoderamento abstrato ou institucional, mas um empoderamento cotidiano, relacional, situado — aquilo que Vieira (2021) chama de “empoderamento informacional pragmático”, que se materializa na capacidade de transformar informação em ação, decisão ou solução.

Na roda de conversa, esse empoderamento se manifesta quando:

- uma mulher relata que aprendeu a cuidar da mãe com Alzheimer assistindo vídeos;
- outra conta que encontrou no YouTube a resposta para organizar documentos, preparar uma receita, resolver um problema doméstico;
- outra reconhece que aprende com as filhas ou com as vizinhas e transforma isso em autonomia;
- outra relata que, graças às redes, conseguiu vender produtos, divulgar seu trabalho ou ajudar alguém da família.

Esses testemunhos produzem modelos de possibilidade: ao ouvir a experiência da outra, a mulher percebe que também pode aprender, superar, tentar, ousar. É a “pedagogia do exemplo” que Hooks (1994) identifica como central nos processos de autonomia feminina.

É importante notar que as desigualdades estruturais — renda, escolaridade, raça, gênero, cuidado, tempo — não desaparecem nos relatos da roda de conversa, mas são reinterpretadas e se convertem em aprendizado coletivo.

Talvez o achado mais impactante da roda de conversa — e o que melhor ilumina o propósito central da tese — seja que essas mulheres não são receptoras passivas da tecnologia. Elas selecionam, adaptam, traduzem, transformam e devolvem conhecimento ao território. São, portanto:

- produtoras de saber,
- curadoras de informação,
- formadoras comunitárias,
- mediadoras digitais,
- agentes de cuidado,
- multiplicadoras de práticas.

Assim, os relatos na roda de conversa mostram que a tecnologia ganha corpo, história e sentido — não como ferramenta neutra, mas como parte da ecologia de vida dessas mulheres. Se tornou também um lugar onde o empoderamento se torna processo visível: um caminho coletivo, afetivo e político que se inicia no compartilhamento e se concretiza na ação.

Essa roda de conversa, em sua potência metodológica e relacional, revela aquilo que toda a tese sustenta: que as mulheres do Guaraituba não apenas usam tecnologias — elas as transformam em instrumentos de vida, cuidado, conhecimento e liberdade possível.

5.2.7 Síntese Interpretativa da Análise Qualitativa – Rodas de Conversa

A análise qualitativa da roda de conversa realizada com as mulheres da Comunidade Santa Terezinha revela um conjunto articulado de práticas informacionais e aprendizagens profundamente enraizadas no cotidiano, na experiência feminina e na dinâmica comunitária do território.

A conversa, marcada por confiança, espontaneidade e forte circulação de afetos, evidencia que a internet está incorporada nas formas de viver, cuidar, aprender e trabalhar dessas mulheres. Diferentemente de narrativas que associam

populações periféricas à “baixa capacidade digital”, os relatos demonstram que elas mobilizam as tecnologias de maneira intensa, criativa e situada, confirmando a importância das abordagens que reconhecem a agência feminina na construção de sentidos informacionais (Spink, 2006; Fraser, 2008).

Em primeiro lugar, a roda de conversa evidencia que a aprendizagem digital é prática, situada e profundamente orientada pelas necessidades cotidianas. As mulheres mobilizam vídeos, tutoriais, redes sociais e mensagens compartilhadas como fontes de conhecimento aplicável à vida: aprender receitas, fazer artesanato, organizar a casa, resolver problemas domésticos, buscar orientações de saúde, apoiar filhos na escola. Trata-se de uma aprendizagem funcional e experiencial que dialoga com o conceito de microaprendizagem e com processos de “saber-fazendo” que caracterizam ecologias informacionais populares (Savolainen, 1995; Miller & Horst, 2012). A repetição, a experimentação e o uso de vídeos curtos tornam-se estratégias de autonomia cognitiva que se ajustam às condições de escolarização e às dinâmicas de tempo e trabalho das participantes.

Em segundo lugar, emerge com força o tema da aprendizagem para o cuidado, mostrando que as mulheres são mediadoras informacionais centrais para suas famílias. As narrativas sobre buscar conteúdos para lidar com Alzheimer, Parkinson, hipertensão, manejo de medicamentos ou apoio escolar revelam uma aprendizagem que substitui, complementa ou contorna lacunas do Estado. Esse fenômeno aprofunda aquilo que Fraser (2008) descreve como injustiça estrutural na distribuição de recursos e responsabilidades: quando serviços públicos falham, cabe às mulheres produzir conhecimento para manter a saúde e a educação familiar funcionando. Assim, a internet torna-se não apenas ferramenta, mas infraestrutura de cuidado acessível e auto-organizada.

Outro achado importante diz respeito à internet como dispositivo de trabalho e renda, um eixo que surge com vigor nos relatos. A partir de cursos, vídeos, grupos de venda e redes sociais, muitas mulheres constroem microempreendimentos, aumentam sua renda doméstica e desenvolvem autoestima e autonomia. A digitalização popular observada por Castells (2013) aparece aqui como prática viva: as mulheres vendem pães, doces, roupas, artesanato; divulgam seus serviços; aprendem marketing; ampliam clientes; constroem reputação. Essa dimensão revela não apenas adaptação econômica, mas transformação subjetiva — aquilo que Vieira (2021) identifica como empoderamento informacional: o processo no qual acesso,

competência e desejo de aprender convergem para alterar formas de participação social e econômica.

A roda de conversa revela também um padrão robusto de circulação informal de informações, constituído por redes afetivas de confiança. As mulheres compartilham vídeos, notícias, oportunidades, mensagens motivacionais, avisos de saúde e conteúdos religiosos. Essa circulação orientada por vínculos familiares e comunitários confirma a presença daquilo que Spink (2006) denomina curadoria afetiva: as pessoas não selecionam conteúdos apenas pela lógica da verdade, mas pela lógica da confiança. Essa dinâmica produz efeitos ambivalentes — tanto proteção, troca e solidariedade quanto vulnerabilidade à desinformação —, mas, sobretudo, revela uma ecologia informacional onde o cuidado coletivo é central.

Por fim, o conjunto das narrativas aponta para uma forma de empoderamento que é simultaneamente individual e coletivo, pragmático e emocional, cotidiano e incremental. As mulheres não descrevem empoderamento como categoria abstrata, mas como experiência: “se sentir capaz”, “aprender sozinha”, “resolver sem depender”, “ter coragem de tentar”, “ajudar os outros”, “não se achar mais burra”. Esse empoderamento se produz na prática, nos microgestos, nas descobertas acumuladas e nas trocas constantes. Ele não se dá em ruptura, mas em continuidade — e se fortalece nas redes de apoio que as mulheres constroem entre si. Há, portanto, uma dimensão relacional profunda: ninguém se empodera sozinha.

Assim, a roda de conversa revela que o uso da internet por mulheres de territórios populares não é periférico, superficial ou limitado: é central, competente e produtivo. Elas transformam ambientes digitais em espaços de aprendizagem, trabalho, cuidado, sociabilidade e sentido. Suas práticas informacionais — muitas vezes invisibilizadas por narrativas deficitárias — mostram que há potência, inteligência e elaboração crítica no uso cotidiano que fazem das tecnologias.

Em síntese, o que emerge é um retrato rico, forte e singular de mulheres que aprendem, cuidam, ensinam, criam, compartilham e transformam a internet em ferramenta de vida. A análise qualitativa demonstra que, mais do que usuárias, elas são protagonistas informacionais, capazes de construir conhecimento, gerar autonomia e ampliar sua capacidade de agir no mundo — mesmo diante das vulnerabilidades que atravessam suas existências. É nesse entrelaçamento de práticas, afetos e saberes que se desenha a dimensão mais viva do empoderamento informacional feminino no Guaraituba e na comunidade Santa Terezinha.

Nuvem de Palavras – Rodas de Conversa



Fonte: Vanuza Wistuba, 2025

5.3 INTEGRAÇÃO DOS ACHADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS:

CONVERGÊNCIAS, TENSÕES E IMPLICAÇÕES PARA A COMPREENSÃO DO USO DA INFORMAÇÃO E DAS TECNOLOGIAS PELAS MULHERES DO GUARAITUBA

A análise integrada dos dados quantitativos dos questionários e dos achados qualitativos das rodas de conversa revela um panorama complexo, profundo e multifacetado sobre o modo como as mulheres do Guaraituba se relacionam com a informação e com as tecnologias digitais. Esse panorama desafia visões simplificadoras que ora romantizam, ora subestimam as práticas informacionais em territórios periféricos. Em seu lugar, emerge uma realidade viva, contraditória, potente e marcada por camadas simultâneas de agência e vulnerabilidade.

Do ponto de vista quantitativo, os dados mostram que as mulheres utilizam intensamente as tecnologias digitais: quase todas possuem celular, acessam a internet diariamente e mobilizam múltiplas plataformas — sobretudo WhatsApp, YouTube, Facebook e Instagram. No entanto, esse uso ocorre em condições de precariedade digital, com aparelhos de baixo desempenho, pacotes de dados limitados, acesso intermitente e baixa literacia tecnológica. Assim, como destacam Castells (2013) e Warschauer (2006), a inclusão digital aqui não é plena, mas graduada, definida mais pela capacidade de "estar presente" do que pela qualidade dessa presença.

Do ponto de vista qualitativo, porém, esse acesso limitado não se traduz em uso superficial. As rodas de conversa mostram que as mulheres transformam a internet em fonte cotidiana de aprendizagem, trabalho, cuidado e sociabilidade. Elas aprendem receitas, costura, artesanato, técnicas de cuidado com idosos, suporte escolar, espiritualidade, marketing digital e habilidades profissionais. Usam os aplicativos para encontrar trabalho, vender produtos, aprender a usar aplicativos financeiros, cuidar de sua saúde e orientar suas famílias. As plataformas funcionam, portanto, como ambientes de aprendizagem distribuída, confirmado Savolainen (1995), Spink (2006) e Miller & Horst (2012): aprender é um ato prático, relacional e afetivamente mediado.

Há convergência profunda entre os dois tipos de dados. Tanto as estatísticas quanto os relatos demonstram:

- forte presença das mulheres na esfera digital;

- aprendizagem autodidata e situada;
- circulação intensa de informações em redes de confiança;
- uso da internet como ferramenta de cuidado;
- empreendedorismo e geração de renda via plataformas;
- busca ativa por autonomia e ampliação de repertório;
- reconhecimento da internet como espaço de ajuda, solução e criatividade.

Ao mesmo tempo, aparecem tensões importantes, que complexificam o quadro:

- Acesso intenso x Precariedade material: As mulheres usam tecnologias diariamente, mas enfrentam celulares limitados e internet instável. A presença existe, mas é frágil.
- Aprendizagem ampla x Baixa escolaridade: Elas aprendem muito — e rápido — mas fora de ambientes formais, com métodos próprios, baseados em tentativa e erro, vídeos curtos e trocas entre pares.
- Confiança social x Vulnerabilidade à desinformação: A curadoria afetiva fortalece vínculos, mas também abre espaço para conteúdos de baixa confiabilidade.
- Empoderamento cotidiano x Falta de empoderamento político: As mulheres se sentem capazes para resolver problemas, aprender e empreender, mas isso raramente se traduz em participação política, crítica ou institucional.
- Uso produtivo x Medo tecnológico: Apesar de serem usuárias intensas, muitas relatam receio de golpes, erros, senhas, interfaces e formulários digitais — o que limita o potencial transformador de seus usos.

Essas tensões evidenciam que o fenômeno do empoderamento informacional não é linear. Ele é progressivo, situado e permeado por desigualdades estruturais de gênero, território e classe — algo já apontado por Fraser (2008) e Crenshaw (2002) na intersecção entre injustiças sociais e informacionais.

A análise integrada também permite perceber que o cuidado é o eixo transversal que organiza grande parte das práticas informacionais: cuidar dos filhos, dos idosos, da saúde, da casa, da renda, da fé. A informação circula como parte do

trabalho emocional, físico e moral que sustenta a vida comunitária — e esse trabalho recai, de modo desproporcional, sobre as mulheres. Assim, a internet funciona como infraestrutura de cuidado, compensando lacunas do Estado e ampliando capacidades individuais e coletivas.

Outro ponto crucial é a economia digital popular que emerge nos relatos: vendas pelo WhatsApp, brechós no Facebook, encomendas de comida, prestação de serviços, marketing espontâneo e cursos curtos que ampliam habilidades. No quantitativo, isso aparece como “uso para trabalho” ou “uso para renda”, mas no qualitativo se revela como verdadeira estratégia de sobrevivência econômica feminina.

Finalmente, tanto os dados quantitativos quanto os qualitativos convergem para mostrar que o empoderamento informacional já está em curso, ainda que restrito por condições materiais e simbólicas. Ele aparece como:

- empoderamento prático (resolver problemas);
- empoderamento cognitivo (aprender novas habilidades);
- empoderamento emocional (construir confiança);
- empoderamento relacional (fortalecer redes);
- empoderamento econômico (gerar renda);
- empoderamento espiritual (conexão religiosa e motivacional).

Todavia, falta-lhe ainda força estrutural: há pouca participação política, pouca formação crítica e quase nenhuma mediação institucional — elementos necessários para que esse empoderamento cotidiano se torne transformação social.

Em síntese, a integração dos achados revela que as mulheres do Guaraituba não são apenas consumidoras de tecnologia, mas produtoras de conhecimento, gestoras de cuidado, empreendedoras de si, mediadoras informacionais de suas famílias, e agentes de transformação silenciosa em seu território.

A tecnologia, por si só, não liberta — mas, quando articulada ao desejo de aprender, às redes de solidariedade e às práticas comunitárias, abre caminhos potentes para a autonomia feminina. O desafio que permanece é estruturar políticas públicas, iniciativas comunitárias e programas educacionais que reconheçam essa potência e a ampliem, transformando empoderamento cotidiano em empoderamento estruturante, e conectividade precária em justiça informacional plena.

6 CONCLUSÃO

A realização desta tese representa a convergência madura entre meu percurso acadêmico, minha atuação profissional e minha experiência de vida, constituindo não apenas um exercício investigativo, mas um projeto existencial profundamente enraizado na minha trajetória. A escolha por investigar as práticas informacionais de mulheres em situação de vulnerabilidade no bairro Guaraituba deriva de um compromisso ético e intelectual que nasceu muito antes deste trabalho. Ao longo de anos de atuação em comunidades periféricas, de formação em Comunicação, Linguagens e Tecnologia e Gestão da Informação, e de vivências que moldaram minha compreensão de justiça social, consolidou-se em mim a convicção — em diálogo com Sen (1999), Nussbaum (2011) e Santos (2007) — de que ampliar capacidades humanas, reconhecer saberes marginalizados e garantir condições equitativas de acesso à informação constitui tarefa inadiável para qualquer projeto social emancipador.

Assim, esta tese se insere em um campo de tensões e, ao mesmo tempo, de esperanças. Ela avança para além da análise técnica das tecnologias digitais e ultrapassa leituras instrumentais que reduzem inclusão digital à mera provisão tecnológica. Ao contrário, mergulha no entrelaçamento entre conhecimento, poder e autonomia — tal como desenvolvido por Castells (1999) ao discutir a sociedade em rede, por Fraser (2006) ao refletir sobre justiça e redistribuição, por Paulo Freire (1987; 1996) ao afirmar a educação como prática de liberdade e denunciar a desumanização produzida por estruturas opressoras, e por Gonzalez (2020) ao evidenciar a invisibilização estrutural dos saberes de mulheres periféricas. A imersão no campo não apenas confirmou esses referenciais, mas mobilizou dimensões afetivas e políticas que atravessam minha identidade enquanto mulher, pesquisadora e profissional comprometida com a democratização da informação.

Essa implicação não comprometeu o rigor científico; ao contrário, o aprofundou. Cada encontro no Guaraituba, cada narrativa compartilhada e cada estratégia de sobrevivência informacional observada tornaram ainda mais urgente o esforço de compreender essas práticas à luz de referenciais feministas, decoloniais e críticos. O que emergiu dessa convivência foi a percepção de que as práticas digitais das mulheres constituem expressões complexas de resistência cotidiana, criatividade social e reconstrução de possibilidades, mesmo sob condições

profundamente adversas. Nesse sentido, reconheço que esta tese não é apenas um produto acadêmico, mas também um gesto ético, político e humano: uma tentativa de iluminar debates sobre cidadania informacional de mulheres historicamente silenciadas.

Do ponto de vista teórico, a pesquisa se inscreve na confluência entre Tecnologias da Informação, Gestão da Informação, Comunicação, Aprendizagem, Estudos de Gênero e Justiça Cognitiva — campos que, apesar de suas potentes convergências, raramente se encontram de forma integrada quando o foco recai sobre as experiências de populações vulnerabilizadas. A partir dessa articulação, a tese propõe um modelo interpretativo capaz de compreender simultaneamente usos tecnológicos, práticas informacionais, processos de aprendizagem, empoderamento e desigualdade. Tal modelo se afasta de leituras tecnicistas e se alinha às perspectivas críticas que concebem a informação como prática social, como processo de subjetivação e como direito — reafirmando, com Visvanathan (2009), que justiça cognitiva é inseparável de justiça social.

A formulação do conceito de empoderamento informacional, construída em diálogo com Sen (1999; 2010), Nussbaum (2011), Castells (2009; 2013) e Fraser (2003; 2008), constitui um dos aportes centrais desta tese. Ele compreende empoderamento não como mera aquisição de habilidades, mas como processo relacional e situado, dependente da capacidade de transformar informação em ação, julgamento crítico e autodeterminação. A partir desse eixo conceitual, proponho a noção de uma ecologia informacional feminista periférica, ancorada nas experiências concretas das mulheres do Guaraituba e atenta à colonialidade do saber denunciada por Gonzalez (2020). Essa ecologia evidencia que práticas informacionais são sempre situadas, generificadas e profundamente atravessadas por desigualdades estruturais — agora também mediadas por algoritmos, plataformas digitais e fluxos informacionais opacos.

A integração dos achados quantitativos — provenientes de cem mulheres — com o material qualitativo — construído em roda de conversa com dezesseis participantes — permitiu aprofundar essa abordagem teórica e revelou um quadro empírico consistente.

As análises mostraram que as mulheres:

- acessam intensamente as tecnologias, ainda que em condições de precariedade;

- aprendem de forma prática, situada e autodidata, especialmente por vídeos curtos;
- cuidam de si, da família e da comunidade mobilizando informações digitais;
- empreendem e criam renda por meio de redes sociais e plataformas de venda;
- circulam informação em redes de confiança e afeto;
- desejam autonomia, mas enfrentam barreiras estruturais e insegurança digital;
- exercem formas cotidianas de empoderamento, embora limitadas por desigualdades históricas;
- percebem riscos de vigilância algorítmica, golpes digitais e falhas em sistemas governamentais.

Esses achados consolidaram cinco eixos interpretativos fundamentais: (1) aprendizagem informal e situada; (2) ecologia informacional híbrida; (3) autonomia relacional; (4) injustiças informacionais múltiplas; e (5) vigilância algorítmica percebida. A partir deles, torna-se evidente que a cidadania digital no Guaraituba é construída no cotidiano, sustentada por microaprendizagens, redes de solidariedade e uma profunda capacidade de ressignificação das tecnologias.

Ao mesmo tempo, reconheço os limites desta pesquisa. A concentração em um único território — o bairro Guaraituba — restringe a possibilidade de generalizações amplas para outros contextos; o uso predominante de dados autorreferidos envolve vieses de memória e percepção; e a ausência de observações etnográficas continuadas limita o acompanhamento das práticas informacionais em ação. Além disso, o recorte transversal impede observar mudanças ao longo do tempo, especialmente em um cenário de acelerada transformação tecnológica.

Esses limites, porém, não diminuem a força da investigação; ao contrário, apontam caminhos necessários para pesquisas futuras. Estudos comparativos entre diferentes territórios periféricos poderiam ampliar o entendimento das ecologias informacionais brasileiras; abordagens mistas que integrem questionários, entrevistas, etnografia digital e análise de rastros informacionais podem aprofundar a compreensão das práticas cotidianas; e pesquisas longitudinais permitiriam captar transformações temporais das competências informacionais. Intervenções práticas

— como oficinas de letramento digital crítico, programas de enfrentamento à desinformação, mediação comunitária ou iniciativas voltadas ao uso seguro e ético da IA generativa — constituem possibilidades concretas de continuidade. Da mesma forma, investigações dedicadas à “curadoria afetiva” podem elucidar os modos como redes baseadas em confiança contribuem para fortalecer criticidade e autonomia informacional das mulheres.

Em síntese, esta tese demonstrou que as mulheres do Guaraituba constroem, dia após dia, práticas informacionais complexas, criativas e potentes. Mesmo atravessadas por vulnerabilidades históricas, transformam tecnologias digitais em instrumentos de cuidado, fé, aprendizagem, renda e cidadania. Mais do que usuárias, são produtoras de conhecimento e agentes de transformação em suas ecologias informacionais.

Encerrar esta tese é reafirmar que conhecimento, vida e compromisso social caminham juntos. Se este trabalho contribui, ainda que modestamente, para ampliar os debates sobre cidadania informacional, justiça cognitiva e as potências das mulheres periféricas, então cumpre sua função acadêmica, política e existencial. Este é, em sua essência, meu projeto de vida — e nele deposito a alegria e a esperança de seguir contribuindo para uma sociedade mais justa, plural e informacionalmente democrática.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, F. F.; PERUZZO, C. M. K. (orgs.). **Comunicação para a cidadania**. Salvador/São Paulo: Intercom/UNEB, 2003.
- AVELINO, R.; SOUZA, J. **Tecnopolítica e vigilância: disputas em torno da informação**. São Paulo: Hedra, 2021.
- BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BELL HOOKS. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- BENKLER, Y. **A riqueza das redes: como a produção social transforma mercados e a liberdade**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- BERMAN, M. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2013.
- CANCLINI, N. G. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2013.
- CANCLINI, N. G. **A sociedade sem relato: antropologia e estética da iminência**. São Paulo: EDUSP, 2015.
- CANCLINI, N. G. **Cultura pública no século XXI**. Buenos Aires: Paídos, 2022.
- CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. **Dicionário de trabalho e tecnologia**. Porto Alegre: Zouk, 2011.
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CASTELLS, M. **Comunicação e poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CEZAR, K. G.; SUAIDEN, E. J. **O impacto da sociedade da informação no processo de desenvolvimento**. Informação & Sociedade: Estudos, v. 27, n. 3, p. 19–29, 2017.
- CHARAUDEAU, P. **O discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CHIZZOTTI, A. Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais. Petrópolis: Vozes, 2006.
- CRARY, J. **24/7: capitalismo tardio e os fins do sono**. São Paulo: Ubu, 2022.
- CRENSHAW, K. **Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color**. Stanford Law Review, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.
- DUGNANI, J. **Cibercultura e a nova dinâmica da comunicação**. Porto Alegre: Ed. Sul, 2018.
- FEENBERG, A. **Transforming technology: a critical theory revisited**. New York: Oxford University Press, 2002.
- FEENBERG, A. **Between reason and experience**. Cambridge: MIT Press, 2010.
- FEENBERG, A. **Technosystem: the social life of reason**. Cambridge: Harvard University Press, 2017.
- FERREIRA, A.; VIZER, E. **A sociedade em rede e a construção da realidade**. São Paulo: Annablume, 2007.
- FERREIRA, J.; VIZER, E. (orgs.). **Mídia e movimentos sociais**. São Paulo: Paulus, 2007.
- FLUSSER, V. **O mundo codificado**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FRASER, N. **Redistribuição ou reconhecimento?** São Paulo: Boitempo, 2003.
- FRASER, N. **Escalas de justiça**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GOHN, M. G. Redes sociais, participação e movimentos sociais. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GOHN, M. G. Cidadania, meios de comunicação de massas, associativismo e movimentos sociais. In: ALMEIDA; PERUZZO. Comunicação para a cidadania. 2003.
- GOHN, M. G.; BRINGEL, B. **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GOMES, P. G. **Comunicação social**. São Leopoldo: Unisinos, 2001.
- GOMES, W. A democracia digital e o desafio da inclusão. Salvador: UFBA, 2018.
- GOMES, W.; DOURADO, T. Fake news, um fenômeno de comunicação política entre jornalismo, política e democracia. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v. 16, n. 2, p. 33–45, 2019.
- GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- HALL, S. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- HAN, B.-C. **Psicopolítica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- HAN, B.-C. **Infocracia**. Petrópolis: Vozes, 2022.
- HIRATA, H. **Gênero, classe e raça**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- HOYER, S. **Gênero e TICs**. Roma: FAO, 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 2025.
- JENKINS, H. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- JENKINS, H.; FORD, S.; GREEN, J. **Cultura da conexão**. São Paulo: Aleph, 2014.
- KELLNER, D. Media culture: cultural studies, identity and politics between the modern and the postmodern. London: Routledge, 2001
- LASTRES, H. M. M.; FERRAZ, J. C. **Aprendizado e inovação em comunidades digitais**. Campinas: Unicamp, 1999.
- LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.
- LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**. São Paulo: Ed. 34, 1993.
- LEMOS, A. **A comunicação das coisas**. São Paulo: Annablume, 2013.
- LIMA, C. C. Curadoria afetiva: mediações e práticas informacionais em ambientes digitais. *Em Questão*, v. 24, n. 3, p. 221–239, 2018.
- LIVINGSTONE, S. **Literacia midiática**. Londres: Routledge, 2019.
- LOURO, G. L. **Um corpo estranho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- MACKEY, T.; PETRUCKA, P. **Public health vulnerabilities and COVID-19: the need for a syndemic approach**. *BMC Public Health*, v. 21, n. 1311, 2021. Disponível em: <https://bmcpublichealth.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12889-021-11390-4> Acesso em: 26 nov. 2025.
- MARCUSCHI, L. A. **Letramentos e práticas sociais**. São Paulo: Parábola, 2010.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2014.
- MARTÍN-BARBERO, J. **Ofício de cartógrafo**. São Paulo: Loyola, 2003.
- MARTINO, L. M. **Teorias da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2007.

- McLUHAN, M. Os meios de comunicação como extensões do homem. São Paulo: Cultrix, 1964.
- MILLER, D.; HORST, H. **Digital Anthropology**. Londres: Berg, 2012.
- MIRANDA, I. T. P. et al. A review on green technology practices at BRICS countries. *SAGE Open*, v. 11, 2021.
- NUSSBAUM, M. **Creating capabilities**. Cambridge: Harvard University Press, 2011.
- ONU – Organização das Nações Unidas. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/>. Acesso em: 2025.
- OROZCO-GÓMEZ, G. **Audiências, consumo e cidadania**. São Paulo: Paulus, 2014.
- PAIVA, R. **Cultura do afeto**. Rio de Janeiro: Mauad, 2019.
- PARANÁ. Observatório de Indicadores Municipais. **Indicadores municipais**. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, 2023. Disponível em: <https://www.observatorio.pr.gov.br/>. Acesso em: 26 nov. 2025.
- PERES, S. B. D.; GOMES, E. H. **Estudo sobre o empoderamento feminino através de comunidades de tecnologia**. In: WIT – Mulheres na TI, 2020. Anais [...]. SBC, 2020.
- PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PINTO, A. V. **O conceito de tecnologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório de Desenvolvimento Humano 2021/2022**. Nova York: PNUD, 2021. Disponível em: <https://hdr.undp.org/>. Acesso em: 26 nov. 2025.
- RECUERO, R. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- SANTAELLA, L. **Culturas e artes do pós-humano**. São Paulo: Paulus, 2003.
- SANTAELLA, L. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SARDENBERG, C. M. Conceituando empoderamento na perspectiva feminista. Salvador: NEIM/UFBA, 2006.
- SAVOLAINEN, R. Everyday life information seeking: approaching information seeking in the context of “way of life”. *Library & Information Science Research*, v. 17, p. 259–294, 1995.
- SCOTT, J. W. **Gender and the politics of history**. New York: Columbia University Press, 1999.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SIBILIA, P. **O show do eu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SIBILIA, P. **Redes ou paredes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- SILVEIRA, S. A. **Tecnopolítica e vigilância**. São Paulo: Hedra, 2020.
- SILVEIRA, S. A. **Democracia e os códigos invisíveis**. São Paulo: Sesc, 2021.
- SOARES, I. O. **Educação para os meios**. São Paulo: Paulinas, 2002.
- SOUSA, J. **A ralé brasileira**. São Paulo: UFMG, 2009.
- SOUSA, J. **Os batalhadores brasileiros**. São Paulo: UFMG, 2011.
- SOUSA, J. A tolice da inteligência brasileira. São Paulo: Leya, 2012.
- SOUSA, J. **A elite do atraso**. São Paulo: Leya, 2017.
- SOUSA, J. **Subcidadania brasileira**. São Paulo: Leya, 2018.

- SPINK, M. J. Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano. São Paulo: Cortez, 2006.
- TARDAN-MASQUELIER, J. **Cibercultura e espiritualidade**. São Paulo: Loyola, 2004.
- VAN DIJK, J. **The deepening divide**. Thousand Oaks: Sage, 2005.
- VAN DIJK, J. **The network society**. London: Sage, 2006.
- VAN DIJK, J. **The digital divide**. Cambridge: Polity Press, 2020.
- VIEIRA, A. **Empoderamento informacional**. São Paulo: Atlas, 2021.
- VISVANATHAN, S. **A ciência, a hegemonia e os excluídos**. In: SANTOS, B. S. (org.). Conhecimento prudente para uma vida decente. São Paulo: Cortez, 2009.
- WARDLE, C.; DERAKHSHAN, H. **Information Disorder**. Estrasburgo: Council of Europe, 2017.
- ZUBOFF, S. **The age of surveillance capitalism**. New York: PublicAffairs, 2019.

ANEXOS

1. Aprovação do Comitê de Ética
2. Questionário aplicado às 100 mulheres participantes
3. Roteiro da Roda de Conversa
4. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLI) para a pesquisa quantitativa
5. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (RCLI) para a pesquisa qualitativa (Roda de Conversa)
6. Transcrição Integral da Roda de Conversa
7. Busca realizada na plataforma Consensus sobre temas da tese.

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: ¿Aprendizagem e empoderamento das mulheres pobres por meio das tecnologias de informação: Oportunidades e Responsabilidades no Ciberespaço?

Pesquisador: José Simão de Paula Pinto

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 88611125.3.0000.0214

Instituição Proponente: Programa de Pós Graduação em Gestão da Informação

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.670.113

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um projeto de Doutorado em Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), da área de Ciências Sociais Aplicadas, com o título, "Aprendizagem e empoderamento das mulheres pobres por meio das tecnologias de informação: Oportunidades e Responsabilidades no Ciberespaço" conduzido pelo professor José Simão de Paula Pinto e por suas orientandas: Vanuza Aparecida Santos Wistuva e Maria do Carmo Duarte Freitas

Objetivo da Pesquisa:

A partir da Hipótese: A utilização de equipamentos celulares para obtenção de informações e inclusão digital contribui para o empoderamento feminino, porém há lacunas

a serem exploradas quanto à qualidade de seu uso. O projeto tem como objetivo primário Analisar as premissas, motivações e influenciadores que orientam a escolha, por mulheres em situação de vulnerabilidade social, residentes em comunidades do bairro Guaraituba, em Colombo (PR), das tecnologias de informação como fontes de conhecimento, aprendizagem e conteúdo informativo, considerando os impactos da desinformação e dos conteúdos ideológicos na gestão da informação familiar

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos foram adequados para cada atividade.

Os benefícios informados refletem um retorno social.

Endereço: Rua General Carneiro, nº 460, Edifício D. Pedro I, 11º andar, sala 1121

Bairro: Centro

CEP: 80.060-150

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-5094

E-mail: cep_chs@ufpr.br

Continuação do Parecer: 7.670.113

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa está bem estruturada, com a definição de população, a forma de recrutamento, as questões bem elaboradas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Tratando-se de retorno de pendência, foram entregues os documentos corrigidos. Houve alteração do calendário, tendo tempo hábil para o inicio da pesquisa. Esclarece as dúvidas quanto à reunião ser após as atividades da igreja e da garantia dos direitos dos participantes, tanto no projeto revisado quanto nos RCLI de cada atividade, dentre outras pendências que foram sanadas a partir da nova documentação.

Recomendações:

Verificado que foram entregue os documentos solicitados com a correção, porém, a folha rosto da plataforma Brasil não foi atualizada. Disto, a recomendação é que o projeto siga os parâmetros dos documentos corrigidos, sendo que estes foram considerados aptos para a aprovação desse comitê.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Após análise, o projeto foi aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

01. Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, RELATÓRIOS PARCIAIS semestrais (a cada seis meses a partir da data de aprovação), com o relato do andamento da pesquisa, via Plataforma Brasil, usando o recurso NOTIFICAÇÃO. Informações relativas às modificações do protocolo, como cancelamento, encerramento, alterações de cronograma ou orçamento, devem ser apresentadas no modo EMENDA. No encerramento da pesquisa deve ser submetido via NOTIFICAÇÃO da Plataforma Brasil o RELATÓRIO FINAL.

02 - Importante: (Caso se aplique): Pendências de Coparticipante devem ser respondidas pelo acesso do Pesquisador principal. Para projetos com coparticipante que também solicitam relatórios semestrais, estes relatórios devem ser enviados por Notificação, pelo login e senha do pesquisador principal no CAAE correspondente a este coparticipante, após o envio do relatório à instituição proponente.

03 - Favor inserir em seu TCLE e/ou TALE o número do CAAE e o número deste Parecer de aprovação, para que possa apresentar tais documentos aos participantes de sua pesquisa.

Endereço: Rua General Carneiro, nº 460, Edifício D. Pedro I, 11º andar, sala 1121

Bairro: Centro

CEP: 80.060-150

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-5094

E-mail: cep_chs@ufpr.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ - CIÊNCIAS
HUMANAS E SOCIAIS**



Continuação do Parecer: 7.670.113

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

| Tipo Documento | Arquivo | Postagem | Autor | Situação |
|---|--|---------------------|---------------------------|----------|
| Informações Básicas do Projeto | PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJECTO_2536052.pdf | 17/06/2025 08:34:46 | | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | corrigido0625ProjetoPesquisaVanuzaWistuba.pdf | 17/06/2025 08:32:30 | José Simão de Paula Pinto | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | corrigidoRCLI0625Quantitativa.pdf | 17/06/2025 08:32:20 | José Simão de Paula Pinto | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | RCLI0625RodasConversa.pdf | 17/06/2025 08:32:10 | José Simão de Paula Pinto | Aceito |
| Outros | RespostaAoParecerCEP76101160625.pdf | 17/06/2025 08:30:41 | José Simão de Paula Pinto | Aceito |
| Declaração de concordância | autorizacao_paroquia_ufpr.pdf | 09/05/2025 11:20:54 | José Simão de Paula Pinto | Aceito |
| Folha de Rosto | folhaDeRosto_2_assinado_assinado.pdf | 11/04/2025 14:58:11 | José Simão de Paula Pinto | Aceito |
| TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência | RCLIVanusa.pdf | 11/04/2025 12:14:34 | José Simão de Paula Pinto | Aceito |
| Projeto Detalhado / Brochura Investigador | Projeto_rev1_Vanuza_Wistuba.pdf | 11/04/2025 10:59:48 | José Simão de Paula Pinto | Aceito |
| Outros | SEI_7242173_Extrato_Ata_14.pdf | 11/04/2025 10:57:52 | José Simão de Paula Pinto | Aceito |

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 26 de Junho de 2025

Assinado por:
ANDREA BARBOSA GOUVEIA
(Coordenador(a))

Endereço: Rua General Carneiro, nº 460, Edifício D. Pedro I, 11º andar, sala 1121

Bairro: Centro

CEP: 80.060-150

UF: PR

Município: CURITIBA

Telefone: (41)3360-5094

E-mail: cep_chs@ufpr.br

Questionário para pesquisa quantitativa

Introdução:

Olá! Estamos conduzindo uma pesquisa para entender como as mulheres utilizam as plataformas digitais para obter informações e aprender. Suas respostas são muito importantes para nós. Todas as informações fornecidas serão mantidas em sigilo e utilizadas apenas para fins de pesquisa.

Ao responder o questionário, você confirma que foi informada sobre o conteúdo/objetivos da pesquisa, que responde o questionário anonimamente por livre e espontânea razão e que pode desistir da participação a qualquer momento.

Agradecemos pela sua participação!

Perfil Socioeconômico:

1. Qual é a sua idade?

- Menos de 20 anos
- 20-40 anos
- 41-60 anos
- 61-80 anos
- 80 anos ou mais

2. Você estudou até qual nível?

- Ensino Fundamental Completo (1º ao 9º ano)
- Ensino Fundamental Incompleto (1º ao 9º ano)
- Ensino Médio Completo (1º ao 3º ano)
- Ensino Médio Incompleto (1º ao 3º ano)
- Ensino Superior Completo (graduação)
- Ensino Superior Incompleto (graduação)
- Pós-Graduação Completo (especialização, mestrado, doutorado)
- Pós-Graduação Incompleto (especialização, mestrado, doutorado)

3. Qual é a sua ocupação principal?

- Desempregada
- Dona de casa
- Trabalhadora Informal
- Trabalhadora Formal
- Estudante
- Aposentada
- MEI/Empreendedora

4. Qual é a renda mensal da sua família?

- Menos de R\$1518,00 (um salário mínimo)
- Entre R\$1518,00 e R\$3036,00 (dois salários mínimos)
- Entre R\$3036,00 e R\$4554,00 (quatro salários mínimos)
- Acima de quatro salários mínimos

Uso de Tecnologias e Plataformas Digitais:

5. Você tem acesso à internet?

- Sim
 - Não
- Se sim, qual o tipo de conexão?
- Banda larga
 - Dados móveis
 - Wi-Fi público
 - Outro: _____

6. Com que frequência você utiliza a internet?

- Diariamente
- Duas ou mais vezes por semana (de 2 a 3 vezes)
- Raramente (1 vez por semana)
- Nunca

7. Por quantas horas diárias você utiliza a internet?

- De uma a duas horas/dia
- Duas a quatro horas/dia

- Quatro a seis horas/dia
- Mais de seis horas/dia

8. Quais aparelhos você usa para acessar a internet? Ordene por ordem de importância (de 1 a 5)

- Celular
- Computador
- Tablet
- Televisão Smart
- Outros: _____

9. Quais plataformas digitais você utiliza com mais frequência? (Marque todas as que se aplicam)

- Facebook
- WhatsApp
- Instagram
- YouTube
- TikTok
- Compras online
- Acesso a serviços públicos (agendamento de consultas, documentos, pagamento de contas)
- Telegram
- Linkedin
- Outros: _____

10. De quem você costuma seguir indicações para acessar sites? (Marque todas as que se aplicam)

- Redes sociais/recomendação de amigos
- Redes sociais/anúncios
- Companheiro(a)
- Pastor, Padre, Líder espiritual etc
- Familiares
- Amigos
- Outros: _____

Uso de Informação e Aprendizagem:

11. Quais plataformas digitais você utiliza com mais frequência? (Marque todas as que se aplicam e coloque escala de 01 a 08 por grau de importância)

- Facebook
- WhatsApp
- Instagram
- YouTube
- TikTok
- Compras online
- Acesso a serviços públicos (agendamento de consultas, documentos, pagamento de contas)
- Outros: _____

12. Para quais finalidades você mais usa a internet? Ordene por ordem de prioridade.

- Notícias
- Educação e Cursos Online
- Trabalho
- Entretenimento
- Comunicação com Amigos e Família
- Orações/Evangelho
- Outros: _____

Qual dessas finalidades você considera mais importante? (Resposta aberta)

13. Você já fez algum curso online? Se sim, em quais áreas? (Marque todas as que se aplicam)

- Educação
- Tecnologia
- Saúde
- Negócios
- Artes
- Não fiz
- Outros: _____

14. Quais fontes de informação você considera mais confiáveis? (Marque todas as que se aplicam)

- Televisão
- Jornais Impressos
- Sites de Notícias
- Redes Sociais
- Amigos e Familiares
- Outros: _____

15. Você já duvidou de informações que recebeu ou leu na internet e achou que poderia ser fake news?

- Sim
- Não
- Não sei

Se sim, qual foi a sua reação? (Resposta aberta)

16. Quais plataformas digitais você usa como fonte de informação e aprendizado? (Marque todas as que se aplicam)

- Facebook
- WhatsApp
- Instagram
- YouTube
- TikTok
- Sites de Cursos Online
- Blogs e Sites Educacionais
- Nenhuma
- Outros: _____

Percepção e Empoderamento:

17. Você sente que as plataformas digitais ajudam a melhorar a sua vida?

- Sim, de forma significativa
- Sim, mas apenas em alguns aspectos
- Não vejo impacto relevante
- Não, pelo contrário
- Talvez

De que forma? (Resposta aberta)

18. De que forma você acha que as plataformas digitais podem empoderar as mulheres? (Marque todas as que se aplicam)

- Acesso à Educação
- Oportunidades de Trabalho
- Informações sobre Direitos
- Conexão com Outras Pessoas
- Outros: _____

19. Você costuma compartilhar informações que considera úteis com outras pessoas via aplicativos de mensagens, e-mail e/ou redes sociais?

- Sempre
- Frequentemente
- Ocasionalmente
- Raramente
- Nunca

20. Quais tipos de conteúdos você mais compartilha via aplicativos de mensagens, e-mail e/ou redes sociais? (Marque todas as que se aplicam)

- Notícias
- Dicas de Saúde
- Oportunidades de Trabalho
- Educação e Cursos
- Entretenimento/Curiosidades
- Outros: _____

21. Você acredita que o uso das tecnologias pode ajudar a mais pessoas terem acesso à informação (democratizar a informação)?

- Sim
- Não
- Não sei

Se sim, de que forma? (Resposta aberta)

22. Quais desafios você encontra ao usar plataformas digitais para aprender ou se informar? (Marque todas as que se aplicam)

- Falta de Acesso à Internet
- Custo da internet
- Dificuldade de Uso

- Informações Confiáveis
- Custo dos Dispositivos
- Falta de tempo, devido a responsabilidades domésticas ou familiares
- Outros: _____

23. O que você gostaria de aprender mais usando a internet? (Marque todas as que se aplicam)

- Educação Formal (cursos escolares)
- Habilidades Profissionais
- Saúde e Bem-estar
- Artes e Hobbies
- Outros: _____

Agradecimento: Muito obrigada por participar desta pesquisa! Suas respostas são valiosas para entender melhor como as tecnologias digitais podem ajudar as mulheres na sua comunidade.

Proposta de Roteiro Norteador para a Pesquisa Qualitativa

Objetivo

Explorar de maneira mais profunda as experiências, percepções e desafios enfrentados pelas mulheres no uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs).

Estrutura das Rodas de Conversa

- **Abertura e Apresentação**

Boas-vindas: Agradecimento pela participação.

- **Apresentação do Facilitador:** Nome, objetivo da roda de conversa, importância da pesquisa.
- **Informações sobre a participação:** A participação nas Rodas de Conversa será totalmente voluntária e somente ocorrerá após a leitura atenta, esclarecimento de dúvidas e assinatura do Registro de Consentimento Livre e Informado (RCLI). Somente as mulheres que manifestarem concordância formal com a proposta da pesquisa participarão da atividade. Antes do início da Roda de Conversa, será reforçado verbalmente que tanto o consentimento quanto a atividade serão registrados por meio de gravação em áudio, sem qualquer identificação pessoal. As participantes serão lembradas de que os dados coletados serão tratados com rigoroso sigilo, utilizados exclusivamente para os fins acadêmicos e científicos da pesquisa, e que a participação pode ser interrompida a qualquer momento, sem necessidade de justificativa e sem nenhum prejuízo. Nesse momento, será feito um convite respeitoso para que, caso alguém não deseje participar da conversa gravada, possa se retirar do espaço com total liberdade ou permanecer no espaço ampliado, se assim desejar. A gravação em áudio será iniciada com a presença e permanência das participantes que consentirem plenamente com os termos da pesquisa.

- **Explicação da Dinâmica:** Como será conduzida a conversa, regras básicas (respeito ao tempo de fala, confidencialidade, etc.).

- **Quebra-Gelo**

Dinâmica Inicial: Pergunta leve para iniciar a conversa (Ex: "Qual foi a última coisa interessante que você aprendeu online?").

- **Experiências pessoais com o uso da internet e plataformas digitais**

Perguntas:

- Quais dificuldades você enfrenta para acessar e utilizar a internet ou outras tecnologias digitais? (Exemplos: custo da internet, falta de conhecimento técnico, falta de tempo por causa das responsabilidades domésticas, entre outros.)
- Como você começou a usar a internet? Quais foram suas primeiras experiências?
- Quais plataformas digitais você usa mais frequentemente? Por quê?
- Quais plataformas digitais você usa mais frequentemente para obter informações e aprender? Por quê?
- Que tipo de conteúdo você costuma buscar nessas plataformas?
- Pode compartilhar uma experiência positiva que teve usando alguma dessas plataformas para aprendizagem?

- **Impacto das TICs na vida diária e no empoderamento**

Perguntas:

- Como o acesso à internet mudou sua rotina diária?
- Você sente que a internet te ajuda a tomar decisões importantes na sua vida? De que maneira?
- Em que áreas da sua vida você acha que a internet teve o maior impacto? (educação, trabalho, saúde, etc.)
- Você sente que a internet facilitou a busca por empregos ou oportunidades de capacitação?
- Você sente que tem mais oportunidades de aprendizagem hoje por causa da internet? Pode dar um exemplo?

- **Desafios encontrados no uso das tecnologias**

Perguntas:

- Quais são os maiores desafios que você enfrenta ao usar a internet ou outras tecnologias para informação e aprendizagem?
- Você já teve problemas com o acesso à internet? Quais?
- Existe algum tipo de informação ou suporte que você acha que falta nas plataformas digitais que você usa para informação e aprendizagem?
- Como você lida com informações que parecem falsas ou duvidosas na internet?

- **Percepções sobre a responsabilidade no compartilhamento de informações**

Perguntas:

- Como você escolhe o que compartilhar nas redes sociais?
- Você compartilha informações que não sabe se são verdadeiras ou falsas?
- O que você faz para verificar se uma informação é verdadeira antes de compartilhá-la?
- Você acha que as pessoas são responsáveis pelo que compartilham online? Por quê?
- Você já teve alguma experiência negativa por compartilhar ou receber uma informação falsa? Pode nos contar mais?

- **Encerramento**

Antes de finalizarmos, gostaríamos de abrir um espaço para escutar vocês mais uma vez:

- Alguém sente que ficou algum tema importante de fora?
- Gostariam de acrescentar algo que não foi abordado, mas que consideram relevante?

Também queremos saber:

- Como vocês se sentiram durante o encontro?
- Gostariam de participar de futuras atividades ou conversas como esta? Isso nos ajuda a manter o vínculo com a comunidade e pensar em próximas ações juntos.

Aproveitamos para reforçar que:

Esta conversa foi gravada exclusivamente para fins de pesquisa, mas nenhum nome será divulgado — todas as falas serão tratadas de forma anônima.

Voltaremos para contar os resultados da pesquisa, pois acreditamos que o conhecimento precisa circular e beneficiar a todas.

Agradecemos imensamente a presença e a escuta de cada uma.

Temas Abordados

1. Experiências Pessoais com o Uso da Internet e Plataformas Digitais:

- Histórico de uso.
- Plataformas favoritas para informação e aprendizagem e motivos.
- Experiências positivas e dificuldades.

2. Impacto das TICs na Vida Diária e no Empoderamento:

- Mudanças na rotina.
- Decisões importantes influenciadas pela internet.
- Áreas de maior impacto.
- Oportunidades proporcionadas pelas TICs para informação e aprendizagem.

3. Desafios Encontrados no Uso das Tecnologias:

- Problemas de acesso e uso.
- Falta de informações ou suporte.
- Manejo de informações falsas ou duvidosas.

4. Percepções sobre a Responsabilidade no Compartilhamento de Informações:

- Critérios para compartilhar conteúdo.

- Verificação de veracidade.
- Responsabilidade individual e coletiva.
- Experiências com *fake news*.

Este roteiro deve orientar as rodas de conversa, permitindo uma exploração rica e detalhada das experiências e percepções das participantes sobre o uso das TICs.

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

Título do Projeto: “Aprendizagem e empoderamento das mulheres por meio das tecnologias de informação: Oportunidades e Responsabilidades no Ciberespaço”

Pesquisador/a responsável: José Simão Pinto

Pesquisador/a assistente: Vanuza Aparecida Santos Wistuba

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado “Registro de Consentimento Livre e Informado” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para tirar suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou depois de assiná-lo, você poderá buscar orientação junto à equipe de pesquisa. Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo algum.

A pesquisa intitulada “Aprendizagem e empoderamento das mulheres por meio das tecnologias de informação: Oportunidades e Responsabilidades no Ciberespaço”, tem como objetivo entender como as mulheres utilizam as plataformas digitais como fonte de informação e aprendizado.

- i) Participando do estudo você está sendo convidado/a a: Responder um questionário com perguntas relacionadas ao tema e seus hábitos com relação ao uso de plataformas digitais. Suas respostas são muito importantes para nós. Todas as informações fornecidas serão usadas de forma anônima e utilizadas apenas para fins de pesquisa.
- ii) O questionário será respondido apenas uma vez e é uma atividade de curta duração, não sendo necessário deslocamento, uma vez que aproveitaremos as atividades já realizadas mensalmente na comunidade;
- iii) O instrumento de coleta é um questionário, que será entregue pela pesquisadora;
- iv) O preenchimento não deve ocupar mais do que 30 minutos do seu tempo.
- v) As informações coletadas serão tratadas com sigilo e confidencialidade e serão utilizadas exclusivamente para fins científicos, de forma anônima. Nenhuma participante será identificada nos resultados ou publicações da pesquisa.

Desconfortos e riscos:

i) Desconfortos e riscos: Suas respostas são muito importantes para nós. A participação nesta pesquisa não apresenta riscos significativos à sua integridade física ou emocional. No entanto, é possível que algumas perguntas causem leve desconforto, por tratarem de temas pessoais relacionados ao uso da internet ou à sua vivência cotidiana. Ressaltamos que você poderá, a qualquer momento, optar por não responder alguma questão ou encerrar sua participação, sem que isso acarrete qualquer tipo de prejuízo. Todas as respostas serão tratadas de forma anônima e confidencial, garantindo sua privacidade e segurança.

ii) Providências e cautelas: O questionário será aplicado após reuniões de rotina já programadas na comunidade, respeitando seu tempo e espaço. A atividade será conduzida em ambiente reservado e seguro, para preservar sua privacidade e oferecer o máximo de conforto. Antes de iniciar, você será informada novamente sobre os objetivos do estudo, seus direitos como participante, e poderá tirar dúvidas com a equipe responsável. Sua participação é voluntária, e você poderá desistir a qualquer momento, sem justificativa e sem qualquer prejuízo. As respostas são anônimas e nenhum dado pessoal será vinculado à sua identidade.

iii) Forma de assistência e acompanhamento das participantes: Durante a aplicação dos questionários, a pesquisadora assistente estará presente para orientar, esclarecer dúvidas e garantir o acolhimento das participantes, sempre com escuta atenta, linguagem acessível e respeito à privacidade. A atividade será conduzida presencialmente, em ambiente reservado e

acolhedor, promovendo segurança e conforto para todas. A participação na pesquisa poderá ser suspensa individualmente, de forma pontual e temporária, caso sejam identificados, durante a aplicação dos questionários, riscos não previstos inicialmente que possam causar desconforto emocional, constrangimento, sensação de exposição ou qualquer outro impacto negativo à integridade psíquica da participante. Nesses casos, a atividade será interrompida apenas para a participante afetada, que será imediatamente acolhida de forma respeitosa e cuidadosa pela pesquisadora assistente de pesquisa, por meio de escuta atenta, ambiente reservado e linguagem acessível, sem julgamentos ou cobranças. Não está previsto, neste primeiro momento, o encaminhamento a serviços de saúde, uma vez que a pesquisa não envolve riscos diretos à saúde mental. A pesquisa poderá ser encerrada ou suspensa antecipadamente, total ou parcialmente, apenas se forem identificados riscos éticos graves e sistemáticos — como sofrimento psicológico intenso e generalizado, exposição indevida, violação da privacidade ou outro dano ético relevante — que não possam ser mitigados com os cuidados previstos. Nessas situações, a pesquisadora responsável realizará a reavaliação do estudo e informará imediatamente o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por meio de emenda na Plataforma Brasil, conforme a Resolução CNS nº 510/2016.

A pesquisadora assistente permanecerá disponível para contato posterior, caso a participante queira fazer comentários, sugestões ou esclarecer dúvidas sobre a pesquisa. Os contatos da equipe (telefone e e-mail) serão informados no momento da aplicação.

iv) Benefícios: A sua participação contribuirá diretamente para que possamos compreender melhor como as tecnologias digitais impactam a vida de mulheres. Como benefício indireto, espera-se que os resultados da pesquisa sirvam de base para subsidiar o conhecimento e o debate para o desenvolvimento de ações, políticas públicas e projetos comunitários que promovam o acesso à informação, o fortalecimento da cidadania e a inclusão digital de mulheres em contextos semelhantes ao seu. Embora você não receba compensações financeiras ou materiais, sua contribuição tem valor social relevante, podendo ajudar a transformar realidades e ampliar o empoderamento das mulheres da comunidade.

Os dados obtidos para este estudo serão utilizados unicamente para essa pesquisa e armazenados pelo período de cinco anos após seu término, sob responsabilidade do (a) pesquisador (a) responsável (Resol. 510/2016).

Forma de armazenamento dos dados: os dados serão armazenados em arquivo físico.

Sigilo e privacidade: Você tem garantia de manutenção do sigilo e da sua privacidade durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário. Ou seja, seu nome nunca será citado, a não ser que você manifeste que abre mão do direito ao sigilo.

Ressarcimento e Indenização: Não haverá ressarcimento de despesas, uma vez que aproveitaremos uma reunião já existente na comunidade para realizar a pesquisa e não haverá deslocamento ou custos para os participantes.

Diante de eventual despesa, você será ressarcido pela equipe de pesquisa. Diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, você terá a garantia ao direito à indenização

Resultados da pesquisa: Você tem o direito de conhecer os resultados desta pesquisa. Após a conclusão do estudo, a equipe de pesquisa retornará à comunidade para realizar uma nova reunião presencial, em data previamente agendada com a Paróquia Santa Teresinha de Lisieux. Nessa ocasião, os principais achados da pesquisa serão apresentados de forma acessível, em linguagem simples e respeitosa, valorizando o papel das participantes na construção do conhecimento. A apresentação dos resultados buscará promover o diálogo e a troca de saberes com a comunidade, reforçando o compromisso ético da pesquisa com a transparência e o retorno

social das informações produzidas. Além disso, será disponibilizado um resumo impresso ou digital dos resultados, caso as participantes desejem ter uma cópia.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a equipe de pesquisa:

Pesquisador(a) responsável: José Simão Pinto

Endereço: Av. Prefeito Lothário Meissner, 632

Jardim Botânico - Curitiba/PR - Brasil

Telefone: (41) 3360-4191

E-mail: simao@ufpr.br

Pesquisador(a) assistente: Vanuza Aparecida Santos Wistuba

Endereço: Maximino Zanon, 390

Bacacheri - Curitiba/PR - Brasil

Telefone: (41) 99655-2008

E-mail: vanuza.jornalista@gmail.com

O Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná é um órgão que avalia e acompanha os aspectos éticos de pesquisas envolvendo seres humanos. Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas deste estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do CEP/CHS. Nossos contatos: Rua General Carneiro, 460 – Edifício D. Pedro I – 11º andar, sala 1121, Curitiba – Paraná, Telefone: (41) 3360 – 5094,e-mail cep_chs@ufpr.br.

Você tem o direito de acessar este documento sempre que precisar. Para garantir seu direito de acesso ao RCLI, este documento é elaborado em duas vias, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o/a pesquisador/a.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da UFPR sob o número CAAE nº 88611125.3.0000.0214 e aprovada com o Parecer número 7.670.113, emitido em 26 de junho de 2025.

Consentimento livre e informado:

Após ter lido este documento com informações sobre a pesquisa e não tendo dúvidas, informo que aceito participar.

Nome do/a participante da pesquisa:

(Assinatura do/a participante da pesquisa)

Data: ____ / ____ / ____

REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

Rodas de Conversa

Título do Projeto: “Aprendizagem e empoderamento das mulheres por meio das tecnologias de informação: Oportunidades e Responsabilidades no Ciberespaço”

Pesquisador/a responsável: José Simão Pinto

Pesquisador/a assistente: Vanuza Aparecida Santos Wistuba

Você está sendo convidado/a a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado “Registro de Consentimento Livre e Informado” visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa. Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para tirar suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou depois de assiná-lo, você poderá buscar orientação junto à equipe de pesquisa. Você é livre para decidir participar e pode desistir a qualquer momento, sem que isto lhe traga prejuízo algum.

A pesquisa intitulada “Aprendizagem e empoderamento das mulheres por meio das tecnologias de informação: Oportunidades e Responsabilidades no Ciberespaço”, tem como objetivo entender como as mulheres do bairro Guaraituba, em Colombo, Paraná, utilizam as plataformas digitais como fonte de informação e aprendizado.

- i) Participando do estudo você está sendo convidado/a a: participar voluntariamente de uma roda de conversa sobre o tema da pesquisa, que ocorrerá após a reunião mensal da comunidade na paróquia. A sua decisão de participar ou não da roda de conversa não afetará em nada sua participação na reunião habitual. A conversa envolverá questões relacionadas aos seus hábitos de uso das plataformas digitais e sua percepção sobre o papel dessas tecnologias na sua vida cotidiana.
- ii) A roda de conversa ocorrerá uma única vez, logo após o encerramento da reunião de rotina, sem necessidade de deslocamento adicional, uma vez que aproveitaremos um tempo após o final das atividades já realizadas mensalmente na comunidade;
- iii) A atividade será conduzida pela pesquisadora assistente, que fará perguntas para orientar a conversa. As manifestações voluntárias das participantes serão gravadas apenas em áudio, sem qualquer tipo de identificação pessoal. As falas gravadas constituirão o principal instrumento de coleta de dados desta etapa da pesquisa.
- iv) A atividade terá duração estimada entre 30 minutos e 1 hora, de acordo com o interesse e a participação das presentes.
- v) As informações coletadas serão tratadas com sigilo e confidencialidade, e os áudios serão utilizados exclusivamente para fins científicos, de forma anônima, sem qualquer vinculação entre falas e identidades pessoais. Nenhuma participante será identificada nos resultados ou publicações da pesquisa.

Desconfortos e riscos:

i) Desconfortos e riscos: A participação nesta pesquisa não apresenta riscos significativos à sua integridade física ou emocional. No entanto, durante a roda de conversa, poderão surgir temas relacionados à sua vivência cotidiana, uso da internet e experiências pessoais, os quais podem provocar algum leve desconforto emocional ou exposição de opiniões. É importante ressaltar que não há obrigatoriedade de fala — você poderá ouvir sem se manifestar, escolher quando e se deseja contribuir com falas, interromper sua participação a qualquer momento ou optar por não comentar algum assunto, sem qualquer tipo de prejuízo ou consequência. A

conversa será gravada apenas em áudio, e nenhuma participante será identificada, garantindo total anonimato, confidencialidade e respeito à privacidade de todas. A gravação servirá apenas para fins científicos da pesquisa, sendo tratada com rígido cuidado ético e técnico.

ii) Providências e cautelas: A roda de conversa será realizada após a reunião mensal de rotina na comunidade, em um ambiente apropriado e acolhedor, que garanta conforto e respeite a dinâmica já estabelecida do grupo. A atividade é totalmente voluntária, e a sua escolha de participar ou não não afetará sua participação na reunião habitual da paróquia. Antes do início da roda de conversa, você será relembrada dos objetivos da pesquisa, de seus direitos como participante, e terá a oportunidade de esclarecer quaisquer dúvidas com a equipe responsável. A conversa será gravada apenas em áudio, sem qualquer identificação pessoal. Todo o conteúdo coletado será tratado com sigilo, anonimato e segurança, assegurando que nenhuma fala seja associada à sua identidade. Você poderá interromper sua participação a qualquer momento, sem precisar justificar sua decisão e sem qualquer prejuízo ou consequência.

iii) Forma de assistência e acompanhamento das participantes: Durante toda a realização da roda de conversa, as participantes contarão com a presença da pesquisadora assistente, que conduzirá a atividade e estará disponível para oferecer orientações, esclarecer dúvidas e prestar qualquer apoio necessário. A roda será realizada em um ambiente acolhedor e seguro, respeitando o tempo e o espaço de cada participante. A escuta será conduzida de forma cuidadosa, empática e respeitosa, permitindo que cada mulher se expresse livremente, caso deseje. Nenhuma participante será obrigada a falar, podendo apenas ouvir ou sair da atividade a qualquer momento, sem prejuízo algum. A participação na pesquisa poderá ser suspensa individualmente, de forma pontual e temporária, caso sejam identificados, durante as rodas de conversa, riscos não previstos inicialmente que possam causar desconforto emocional, constrangimento, sensação de exposição ou qualquer outro impacto negativo à integridade psíquica da participante. Nesses casos, a atividade será interrompida apenas para a participante afetada, que será imediatamente acolhida de forma respeitosa e cuidadosa pela pesquisadora ou assistente de pesquisa, por meio de escuta atenta, ambiente reservado e linguagem acessível, sem julgamentos ou cobranças. Não está previsto, neste primeiro momento, o encaminhamento a serviços de saúde, uma vez que a pesquisa não envolve riscos diretos à saúde mental. A pesquisa poderá ser encerrada ou suspensa antecipadamente, total ou parcialmente, apenas se forem identificados riscos éticos graves e sistemáticos — como sofrimento psicológico intenso e generalizado, exposição indevida, violação da privacidade ou outro dano ético relevante — que não possam ser mitigados com os cuidados previstos. Nessas situações, a pesquisadora responsável realizará a reavaliação do estudo e informará imediatamente o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), por meio de emenda na Plataforma Brasil, conforme a Resolução CNS nº 510/2016. A pesquisadora assistente permanecerá disponível para contato posterior, caso a participante queira fazer comentários, sugestões ou esclarecer dúvidas sobre a pesquisa. Os contatos da equipe (telefone e e-mail) serão informados no momento da aplicação.

iv) Benefícios: Sua participação na roda de conversa contribuirá diretamente para que possamos compreender melhor como as tecnologias digitais impactam a vida das mulheres. Como benefício indireto, os resultados da pesquisa poderão subsidiar o conhecimento e o debate para o desenvolvimento de ações, políticas públicas e projetos comunitários que promovam o acesso à informação, o fortalecimento da cidadania e a inclusão digital em contextos semelhantes ao seu. Embora não haja compensação financeira ou material pela participação, sua contribuição é de grande valor social, podendo ajudar a transformar realidades e ampliar o empoderamento das mulheres da comunidade.

Os dados obtidos para este estudo serão utilizados unicamente para essa pesquisa e armazenados pelo período de cinco anos após seu término, sob responsabilidade do (a) pesquisador (a) responsável (Resol. 510/2016).

Forma de armazenamento dos dados: os dados serão armazenados em arquivo eletrônico de áudio.

Sigilo e privacidade: Você tem garantia de manutenção do sigilo e da sua privacidade durante todas as fases da pesquisa, exceto quando houver sua manifestação explícita em sentido contrário. Ou seja, seu nome nunca será citado, a não ser que você manifeste que abre mão do direito ao sigilo.

() Permito a gravação de som de voz e/ou depoimentos unicamente para esta pesquisa e tenho ciência que a guarda dos dados são de responsabilidade do(s) pesquisador(es), que se compromete(m) em garantir o sigilo e privacidade dos dados.

() Não permito a gravação de som de voz e/ou depoimentos para esta pesquisa.

Ressarcimento e Indenização: Não haverá ressarcimento de despesas, uma vez que aproveitaremos uma reunião já existente na comunidade para realizar a pesquisa e não haverá deslocamento ou custos para os participantes. Diante de eventual despesa, você será ressarcido pela equipe de pesquisa. Diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa, você terá a garantia ao direito à indenização

Resultados da pesquisa: Você tem o direito de conhecer os resultados desta pesquisa. Após a conclusão do estudo, a equipe de pesquisa retornará à comunidade para realizar uma nova reunião presencial, em data previamente agendada com a Paróquia Santa Teresinha de Lisieux. Nessa ocasião, os principais achados da pesquisa serão apresentados de forma acessível, em linguagem simples e respeitosa, valorizando o papel das participantes na construção do conhecimento. A apresentação dos resultados buscará promover o diálogo e a troca de saberes com a comunidade, reforçando o compromisso ético da pesquisa com a transparência e o retorno social das informações produzidas. Além disso, será disponibilizado um resumo impresso ou digital dos resultados, caso as participantes desejem ter uma cópia.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a equipe de pesquisa:

Pesquisador(a) responsável: José Simão Pinto

Endereço: Av. Prefeito Lothário Meissner, 632

Jardim Botânico - Curitiba/PR - Brasil

Telefone: (41) 3360-4191

E-mail: simao@ufpr.br

Pesquisador(a) assistente: Vanuza Aparecida Santos Wistuba

Endereço: Maximino Zanon, 390

Bacacheri - Curitiba/PR - Brasil

Telefone: (41) 99655-2008

E-mail: vanuza.jornalista@gmail.com

O Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná é um órgão que avalia e acompanha os aspectos éticos de pesquisas

envolvendo seres humanos. Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas deste estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do CEP/CHS. Nossos contatos: Rua General Carneiro, 460 – Edifício D. Pedro I – 11º andar, sala 1121, Curitiba – Paraná, Telefone: (41) 3360 – 5094,e-mail cep_chs@ufpr.br.

Você tem o direito de acessar este documento sempre que precisar. Para garantir seu direito de acesso ao RCLI, este documento é elaborado em duas vias, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o/a pesquisador/a.

Esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da UFPR sob o número CAAE nº 88611125.3.0000.0214 e aprovada com o Parecer número 7.670.113, emitido em 26 de junho de 2025.

Consentimento livre e informado:

Após ter lido este documento com informações sobre a pesquisa e não tendo dúvidas, informo que aceito participar.

Nome do/a participante da pesquisa:

(Assinatura do/a participante da pesquisa)

Data: ____ / ____ / ____

Comunidade Santa terezinha

Transcrito por [TurboScribe.ai](#). [Atualize para Ilimitado](#) para remover esta mensagem.

Então, meu nome é Vannusa, eu sou jornalista de formação e eu estou fazendo um doutorado sobre gestão da informação. E eu sempre quis entender um pouquinho como é que as pessoas usam a tecnologia e se isso traz algum benefício para elas, principalmente como eu trabalhei 20 anos na Pastoral da Criança, como jornalista aqui da Coordenação Nacional, e então eu saí agora no ano passado justamente porque eu estava fazendo o doutorado e aí ficou um pouco mais complicado, mas então assim, eu tenho uma caminhada bem grande pelo Brasil todo, e aí eu escolhi aqui, em Santa Teresinha de Lisier, porque eu tenho uma ligação muito forte com a Sueli, então assim, a gente fez muitos trabalhos juntos, e eu tenho paixão aqui pela paróquia de vocês, então assim, eu fiz já a parte quantitativa, então a gente coletou uns questionários lá no encontro de líderes, e aí eu precisava fazer uma conversa, uma roda de conversa, e ela indicou a Regiane, que é a comunidade de vocês, para a gente fazer, então ela que escolheu, ela sabia muito bem quem eram vocês e como é que vocês iam trabalhar com a gente, e a Regiane nos acolheu para fazer essa pesquisa, e a ideia é a gente saber um pouquinho de como vocês usam a tecnologia, se isso realmente traz algum benefício para vocês, para que a gente possa também ajudar até a pensar um pouquinho do que pode melhorar, tanto na pastoral da criança, quanto nas outras coisas que podem ajudar vocês aí depois, e assim, fiquem bem à vontade, eu vou fazer algumas perguntas, a gente vai conversando, é uma conversa bem aberta, e quem quiser participar, participa, mas é mais para a gente saber se realmente ajuda vocês, se não ajuda, se tem algum caminho que a gente pode ajudar a melhor, e tudo mais, então essa é a história, e a ideia é mais a gente saber como é a dinâmica de vocês mesmo, de usar a internet, e a minha principal pergunta, eu vou começar por ela, vocês aprendem alguma coisa interessante via internet, via telefone, só fala um pouco mais alto para eu poder gravar, eu gosto assim, como eu me assumo caçada, sozinha, então me ajuda de noite, quando eu estou assim, sono, eu vejo os artesanatos, também é assim, um passatempo também seria, mas é um passatempo que aproveitamos, a gente aprende, hoje eu estava mostrando para ela, uns passarinhos de timbre, petalinhos de timbre, hoje nós estamos até, nem sabemos o tema da palestra, já estamos vendo dali, então para mim também ajuda, eu gosto. E você usa via, qual o aplicativo? Eu uso, quer ver o Facebook, tem bastante grupo de Facebook, tem grupo de costura, grupo de moda, grupo de decoração de caça, eu como trabalhadora, eu aprendo muita coisa também sobre a limpeza, como limpar a poltrona certo, o melhor modo de dobrar a roupa, para mim tem sido uma coisa boa, sabe, e também é um passatempo, é um entretenimento.

E você acha que precisava ter alguma outra coisa assim, mais organizado assim, para que você pudesse guardar essas coisas que você aprende, ou não, do jeito que está lá nos grupos, está tranquilo? Eu, por exemplo, eu vou no grupo, o grupo a gente participa também, e eu dou print naquilo que me interessa, aquela que eu não suporto, um monte de tipo de postura, aquilo que me interessou, printei, guardei, dali eu só deixo para passar em casa, na hora que tiver tempo. E você compartilha com as pessoas quando você gosta de alguma coisa? Sim, eu estava mostrando para ela no caso, então eu falo assim, olha que bom, eu não sou católica, eu sou da quadrangular, mas eu venho bastante aqui, as irmãs me conhecem também, então eu gosto porque a gente faz as embracinhadas para a igreja também, então eu sinto que para mim tem sido útil. E quem que indica coisa para você assim, você recebe indicação de alguém, família, do pastor, dos amigos? Não, tipo de grupo

assim, não, eu, minha curiosidade, aí tem grupo para tudo no Facebook, aí eu cliquei como meu, eu gosto mais de postura, de moda, então eu clico grupo já direcionado para isso.

Mas não que alguém manda para você, não, você mesmo que clica. Tem uma amiga que fala assim, olha, tá grupo, tá lá, você vai lá e visite. Tem grupo de música também, né, gospe, não gospe também, as outras irmãs falam, olha, tal coisa, vai lá, daí a gente entra no grupo também, né, eu uso mais o Facebook, daí o YouTube, quando você quer ver bem o passo a passo dali, ajuda melhor, né, tipo você quer passar uma calça, dá uma reformada, então, daí o Instagram me ajuda muito.

E você acha então que a internet te ajuda em muita coisa? Pra mim sim, né, porque a gente tem que saber usar, mais o tempo que eu tenho assim, para trabalho, para fazer as coisas da minha casa, dali eu sou, como é que chama, comportada, né, eu sei usar. Porque se a gente também não cuidar, fica o dia inteiro e o serviço fica também. E você sente falta de alguma coisa que você não achou ainda na internet, que você gostaria que tivesse? Só que eu tenho achado tudo mesmo, hoje em dia você clica no grupo e acha tudo mesmo.

Ótimo, obrigada. Mais alguém tem uma história? Eu vou passar aqui, que é mais fácil. Eu tenho mais quatro irmãs, a gente, nós cinco, a gente tem um grupo e a gente cuida dos meus pais que têm Alzheimer, né, meu pai tá com 93, minha mãe com 89, então a gente usa muito a internet para compartilhar, a gente pesquisa vídeos de como cuidar, sabe, tipo assim, o que a gente faz, quais são os cuidados, né, então uma pesquisa passa para a outra e a gente usa muito para isso, sabe.

E você tem aprendido bastante coisa com relação ao assunto. Muitas coisas, porque a gente não é profissional, né, para cuidar de idosos, né, então a gente pesquisando na internet, a gente fez um grupo das irmãs e daí a gente compartilha, e a gente aprende como cuidar deles, quais são os cuidados, tipo o dia-a-dia e o que tem que fazer, o que não tem. E quais são os aplicativos que mais tem coisas que ajudam vocês? Na verdade, a gente procura no YouTube, né, no YouTube, como cuidar de idosos com Alzheimer.

Nem chegar a fazer nenhum curso formal, assim, tudo pelo YouTube. Tudo pelo YouTube. Para a gente o YouTube é um aplicativo... E como é que você chega, assim, nas informações que você quer, direto no YouTube ou alguém compartilha com você? Não, uma irmã pesquisa, compartilha com a outra, daí a gente vai, sabe, vai aprofundando no aprendizado.

A gente está aprendendo, a gente fez uma live, né, tem uma live de uma médica, né, que daí a minha irmã, eu não lembro o nome da médica, só sei que é uma geriatra. Então essa live, cada vez que ela faz a live, a minha irmã grava e passa para a gente. Que legal! Então a gente está aprendendo com ela, sabe? E se sente falta de alguma coisa que você não encontrou? Não, por enquanto a gente está indo bem.

Então você acha que a internet ajudou vocês nesse ponto? Ajudou, ajudou. Ajudou muito. Tanto de juntar os irmãos, quanto de aprender.

Quanto de aprender. Porque até então a gente era desinformado, né, a gente cuidava do jeito que a gente conseguia. Mas agora a gente já cuida sabendo o que está fazendo.

Muito bacana. Mais alguém tem alguma coisa para me contar? Quem usa a internet, assim, para alguma coisa? Igual elas? Deixa eu falar para as meninas que chegaram. Você usa para alguma coisa? Não, eu não uso.

Eu uso para poder vender meus produtos que eu faço. Ah, e o que você faz? Eu faço doces. Eu não uso doce para comer.

Eu faço pão, frango. Eu pego receita também pela internet. E eu também uso o Instagram e o Facebook para poder divulgar.

No WhatsApp eu tenho umas clientes que daí eu só posso ir lá e tem uns grupos também que eu uso para poder compartilhar. E você aprende também novas receitas? Aprendo novas receitas. E quais são os aplicativos que você usa para aprender essas novas receitas? Às vezes eu pego o Instagram e o Facebook.

Instagram e Facebook. De vez em quando é o YouTube. Também eu gosto de escutar podcasts também.

É bem legal. E você já... alguém já passou alguma coisa assim para você? Isso é compartilhado, assim? Vamos falar que é compartilhado porque meu marido compartilha algumas coisas comigo. Aham, mas você recebe dele e vocês compartilham essas coisas assim também para que você possa aprender mais, é isso? Isso.

E você sentiu falta de alguma coisa que você gostaria que tivesse e não tem? Você não encontrou? Não. Eu não sinto falta não. Não.

Eu acho que está tudo certo. Mas te ajudou bastante a internet? A internet oficial também ajuda muito para você ter mais conhecimento, mais fácil. É verdade.

Além do Google. O Google tem muitas limitações. Tem inteligência artificial, mas ajuda muito também.

E te ajuda então hoje tanto para você aprender quanto para você vender. Isso. A internet está sendo um treinamento muito bom para mim.

Muito obrigada. É só uma sugestão. Enquanto adianta, é melhor.

É. E a senhora? A senhora usa a internet para alguma coisa? Assim, para aprender alguma coisa? Eu uso. Usa? Para quê? Para tudo. Para tudo? O que a senhora aprende mais assim na internet? Olha, tantos vídeos religiosos que eu amo.

Os meus padres, receitas, vídeos assim de coisas boas. Que ajudam a gente bastante. E quais são os aplicativos que a senhora mais usa? Normalmente? O que a senhora gosta? Facebook? Instagram? Os dois.

Os dois? YouTube também? Aham. E o WhatsApp também? Também. E a senhora recebe assim das pessoas as coisas? É mesmo.

As amigas? Todas. Amigas, família toda. O grupo aqui do pastoral? Todo eles.

É mesmo. Aham. E a senhora, então a senhora aprende receita, aprende coisa boa com os padres, aprende coisa boa para trazer para o pastoral.

Sim. Então ajuda bastante a senhora a internet? Ajuda bastante. A senhora vê assim que ajudou muito depois que existe a internet do que antes que existia? Para falar bem a verdade, quando eu não conhecia a internet, não tinha nada, eu era bem paradinha, né? Só, natural, só trabalhar mesmo.

Mas agora não. Me envolvo bastante. Acaba abrindo mundo, sim? Ah, aprendi.

É muito bom. É? Pela minha idade, né? Já estou aí lá. Mas eu amo.

Muito bom. Muito bom saber. Vem para cá agora.

Oi. Oi. E você? Você usa a internet para aprender alguma coisa? Eu estou conseguindo realizar meu sonho que é terminar os estudos.

Olha só, pela internet. Você está fazendo EAD? O EJA. O EJA, mas EAD ou não? Assim, é pela internet que você faz o EJA? Sim, estudo em casa.

Entendi. Uma vez por semana eu tenho aula. E você está fazendo o fundamental ou o médio? Eu já terminei o fundamental, agora estou no médio.

E o fundamental você também fez nessa modalidade? Aham. E se não fosse essa opção, você não faria? Não faria. Então mudou a tua vida? Aham.

Mudou muito. Porque eu tive filho cedo, não daí eu parei de estudar. Aí, depois que eles cresceram, cresceu.

Quer dizer, tem 12 anos ainda. Aí eu já não estava assim, conseguindo ajudar ele mais, né? Que muda, né? Verdade. E hoje você consegue conciliar daí? Você faz as tuas aulas no momento que você consegue conciliar com o seu filho e tua família? Aham.

Que coisa boa. E você compartilha isso com as amigas, assim? Você contou para as outras pessoas que você está fazendo isso? Contei, contei. Meu sobrinho parou também de estudar para trabalhar.

Mas até agora não consegui fazer levantar ainda. Mas quem sabe, né? É. Então você acha que a internet ajudou você? E além disso, você aprende alguma outra coisa, assim? Você usa a internet para quê, assim? Ah, eu uso também para ver vídeos. Entrevista.

Só tipo isso. Muito bom, muito obrigada. E a senhora, o que a senhora usa a internet? Conta para mim.

Ah, eu uso tanto o Facebook como o WhatsApp, como o YouTube, né? Eu uso tudo isso, porque a gente sempre precisa fazer pesquisa por lá, né? E a senhora já aprendeu alguma coisa interessante, assim? Sempre? No caso, a gente aprende receita, né? Tem muita receita. Aprende, por exemplo, quem gosta de artesanato, tem bastante coisa de artesanato, né? Tem muitas coisas que dá para a gente aprender. E a senhora recebe, assim, das pessoas? Recebe e a gente também compartilha.

Compartilha. E a senhora compartilha o que, assim, normalmente? Normalmente, assim, vou te passando. Recebi de alguém alguma coisa que é interessante, por exemplo.

Por exemplo, relacionada a artesanato. Eu não sei fazer nada. Mas eu sei alguém que gosta.

O que eu faço? Eu passo para ela. Você já passa para ela ali, que ela já gosta. Então, eu sempre faço assim.

Entendi. No caso, eu mesmo faço algo de violão. Sempre falo com violão, né? Mas quase não tive aula presencial.

Porque quando eu comecei, logo veio a pandemia. Aí fechou a escolinha e eu nunca mais voltei. Eu faço bastante também pesquisa por ali, para ver como é que toca, como é que faz.

Que sensacional. Eu mesmo, organizar as cordas, quer se falar, né? A organização das cordas mesmo eu aprendi pela internet, né? E você aprendeu no YouTube ou no Facebook? No YouTube. No YouTube.

E hoje, senhora, então, toca melhor porque você aprendeu as aulas ali? Não, eu não toco melhor. Eu toco um pouco, né? Aham. Não, mas aprendeu.

É isso. Melhorou. Alguma coisa.

Melhorou a sua vida. Queira, não queira, melhora, né? Porque em tudo a pessoa precisa, porque da internet. Por exemplo, relacionada a música.

Relacionada a quinta coisa. E dá para você pesquisar tudo pela internet, né? E a senhora lembra, assim, de quando não tinha internet? Melhorou muito a sua vida depois de pôr a internet? Acho que não só para mim, né? Acho que é para toda a população mesmo, que a pessoa não tem conhecimento nenhum. Por causa, vamos dizer, se eu tiver o celular mesmo, que eu não tenho conhecimento nenhum.

Queira, não queira, eu aprendo alguma coisa. Por quê? Porque a própria internet ela ensina. É isso aí.

Muito obrigada. E a senhora? A senhora usa a internet para quê? Conte para mim. Eu não tenho.

Não tem? A senhora não usa? Não tenho nada. Ah, entendi. Mas tem vontade agora de escutar esse povo todo? Não.

Não também? Nunca vi. Ah. Então tá bom.

E a senhora, dona Wanda? Agora ferrou. Ixi, Maria. A senhora também não usa? Assim.

Eu não uso muito. Eu uso mais, assim, para falar com a minha família que mora no Canadá. Ó, mas isso já é importante.

Isso pra mim é bem importante. Então, e pra falar com o nosso grupo aqui, assim, mas eu não sou de procurar as coisas na internet. Mas pra falar com a sua família, assim, ajudou muito? Porque antigamente era muito difícil.

Não. A toda hora você liga, divide,vê, conversa, né? A senhora lembra antes como é que era? Lembro. Então, mas eu assim, quando começou a sair o celular, falei, nem quero o celular porque eu não vou aprender, né? Tá, daí foi, daí eu comecei a aprender, mas é porque assim, eu não quero aprender mais, pra mim tá bom, você entendeu? Pra mim tá bom.

Nem quero gostar. Nem quero gostar mais. E já é bastante, né? Já pra mim ajuda bastante, claro, né? E são o quê? Seus filhos que moram lá? Eu tenho filho, gerro, netos, bisnetos, tudo lá.

Nossa, tudo lá. E muitos a senhora conheceu pelo vídeo? Ou não? Seus netos e bisnetos? Não, eles eram daqui faz oito anos. Ah, eles eram daqui.

Faz oito anos. Entendi. Oito anos que eles moram.

Mas em oito anos a senhora só viu eles pelo vídeo? Não, todo ano eu vou. Agora, eu vim dia dez de setembro de lá, fiquei dois meses. Ah, entendi.

Eu vou, uma vez por ano eu vou. E a senhora fala com eles quando, assim? Todo dia. Todo dia? Todo dia.

Três, quatro vezes por dia, às vezes. Olha só. Porque assim, às vezes liga minha filha, às vezes liga meu neto, às vezes minhas netas, às vezes a bisnetinha.

E é assim. E se não tivesse a internet, a senhora não ia? Nossa, pra mim isso aí já é muita coisa, é tudo. Pra mim é tudo.

Com certeza. Com certeza. Diminuiu a distância, parece que estão aqui.

Aqui, parece que estão aqui. Ok, muito obrigada. Mas é assim, uma vez eles vêm, no fim do ano, no meio do ano eu vou, porque eles eram tudo daqui, né? Sim.

Eles eram tudo daqui. Dez de um em um foi todo mundo. E a gente sempre fala, graças a Deus tem internet.

É isso? Graças a Deus. Graças a Deus. É muito bom.

Nossa, pra lá com a família, assim, no outro mundo, né? É muito bom. Como que ia conseguir, né? Não. Nossa, daí era triste, né? Antigamente, né? Era caro, né? Quando a carta chegava.

Né? Ligação de telefone. Era muito caro. Imagina agora, você fica lá 20 minutos falando, né? Isso, não dava conta de pagar.

Obrigada. Aproveitando o reto. Fala com essa moça.

Como que você usa a internet? É só essa a pergunta. Pra vendas. Pra venda do quê? Eu tenho um brechão online e vendo algumas coisas novas também.

E chegam clientes novas de internet também, ou não? Chega pelo Facebook, WhatsApp, Instagram eu não vendo muito, porque eu não gosto de ficar aparecendo. Entendi. Não, mas é áudio, não aparece.

Quando você não aparece, não tem o engajamento. Eu não gosto muito, porque eu tenho vergonha, mas eu gosto. O ponto das peças que eu tenho, mas eu uso mais pra venda.

Mas a internet é o ponto forte do teu negócio hoje, pra você vender? Sim, sim. Se não fosse a internet, você não ia ter... Não, na verdade, faz um ano e pouco que eu comecei, porque eu trabalhava de CLT, né? Aham. Aí eu não quis mais, eu falei, não, vou investir no negócio.

Então, quando eu já entrei, ele já é uma coisa mais online mesmo. E você sente que as suas clientes compartilham as coisas do teu brechó? A informação corre pela internet? Ah, corre. Não muito, mas corre.

Se já tivesse algum tempo nesse ramo, com certeza teria mais. E você usa mais o Facebook? Não, é Instagram, WhatsApp. Instagram, WhatsApp.

Facebook não uso muito. Entendi. E você já aprendeu alguma coisa do teu negócio via internet? Consegui aprender alguma coisa que te ajudou? Sim, já fiz curso online sobre vendas no Instagram.

Isso te ajudou bastante no teu negócio? É. É difícil, às vezes, aplicar um pouco, mas... Mas aprender, aprendeu? Aprendeu, sim. Ok. E você, Rê? Nossa... Como que você usa a internet? Eu sou suspeita para falar, né, gente? Então, assim, antes eu não tinha... Demorou para eu ter celular.

Vamos voltar lá. Aí, depois, eu tive celular. Aí, não tinha WhatsApp.

Por nenhum motivo. Ah, eu não queria saber de WhatsApp. Não é? As meninas até lembram que eu não tinha WhatsApp.

Aí, todo mundo, mas tem WhatsApp, é bom, né? Vai te ajudar a se... Aí, foi rolando. De repente, eu tive WhatsApp. Não faz muito tempo que eu tenho WhatsApp.

Acho que 4 anos. Foi em 2021. É mesmo? Em 2021.

Na plena pandemia? Sim. Você se rendeu a internet na pandemia, então? Sim. Foi praticamente isso.

Se eu não me engano, foi em 2021. Ou, se eu estiver enganada, foi um pouquinho antes. Não sei.

Mas aí, eu tiro o WhatsApp e eu falei assim... Abriu um mundo, assim, para mim. Sabe? Porque daí eu podia falar com as pessoas, ter o retorno. Pude falar com a família, com a filha que mora em Pinhais.

Todo dia, todo dia, ali, videochamada. Coisa mais gostosa. Aí, criei o grupo da pastoral da criança.

Né? Fiquei tão feliz. Queria... Nossa, agora eu tenho um grupo. Quero as coisas, mando para as meninas.

Elas retornam. Então, a gente interage bastante. E daí, também, comecei a evangelizar no WhatsApp.

Eu mando homilia para as meninas. Para, acho que, mais de 60 pessoas todo dia. Então, assim, assisto muito YouTube.

Padres, missas, palestras, podcast. Amo os podcasts. Para aprender coisas.

Não sei, algum assunto, vou lá. Aprendo. Então, assim... Não é falar, vive no celular.

Sim, eu vivo. Mas é tudo coisas úteis. E não fico perdendo tempo, ali, enrolando a tela, né? Eu vejo as coisas.

Eu quero aprender. Então, é sensacional. E te ajudou, assim, no teu dia a dia, mesmo? Muito, muito.

Pagar contas. O que eu mais amo é pagar contas no celular. Tipo, você não precisa ir no banco.

Alguém precisa de dinheiro, faz o Pix. Toma o Pix, toma o Pix. Recebe o Pix.

É tão confortante. É 10 da noite, 11 da noite. Não precisa esperar o horário do banco, das 10 às 4. Olha que maravilha isso.

Então, a internet, ela tem coisas positivas. É só você saber usar. Agora, se você ficar indo para o outro lado, você não aprende nada.

E ainda, o que você sabe, você esquece. Porque fica naquele enrolamento, as coisas só passam por você. Mas você não absorve, né? E uma sugestão, assim, que eu dou para a gente, um podcast, alguma coisa.

Anote. Anote, escreva. Olha, hoje eu ouvi isso, aprendi isso, isso, isso.

Faz um resuminho. Que ali, fixa no teu... Aqui. Você não passa ele, entendeu? E o que você usa mais, assim, quais aplicativos? WhatsApp, você já falou, né? WhatsApp, YouTube, Instagram.

Facebook eu não tenho. TikTok eu não tenho. E você já chegou a fazer algum curso online, assim, ou não? Já.

Fiz de inglês. Estou fazendo de francês. E também de... Como que eu vou dizer? De falar.

Da oratória, sabe? Nem vou perguntar se a internet impactou positivamente a tua vida, porque você já começou falando isso, né? Eu era uma pessoa, agora eu sou outra. Mas, assim, a melhoria é para mim. Eu me sinto, assim, transformada.

E óbvio que eu comento muita coisa que eu acho interessante. E que todo... Se eu gosto de uma coisa e acho bacana, eu quero que todo mundo também tenha acesso a isso. Não guarde só para mim.

E você recebe de muita gente, assim, também coisas interessantes? Recebo, recebo. Assim, principalmente de... Para cursos. Porque a internet, na verdade, é uma folha, né? Se você vê só receita, só vem receita.

Se você vê podcast desse afim, só vem aquilo. Se você vê academia, só vem academia. Então, às vezes eu falo assim... Olha aqui, internet, eu vou bugar você.

Eu não estou vendendo coisas de Deus aqui. Culpado. Agora eu vou ver lá como plantar repolho.

Entendeu? Não bugou assim nela. Não quero estar na tua bolha. Quero ver coisas diferentes.

Entende? Então, eu faço isso. Muito bom. Você usa bastante para estudar? É, porque quando eu estudava era diferente.

Porque agora que o meu filho está na escola, é outra coisa. Então, o que eu aprendi, ele já não é a mesma coisa. Aí eu tenho que... Eu falo, nossa, eu estou fazendo primário tudo de novo.

Eu tenho que pesquisar. Só que com a inteligência artificial é mais fácil. Eu não uso mais Google e... Não, é só inteligência artificial mesmo.

Porque explica de um modo mais resumido. Para eu entender e poder ajudar ele. Então, além de você aprender o que você aprendeu para o seu negócio, você acaba aprendendo coisas... Aí, esses dias, eu fui até ensinar ele sobre a prova real de matemática.

Que eram coisas que a gente aprendia no terceiro ano. Ele está no quinto ano e até hoje não sei. Porque a escola não ensinou.

Eu falei, mas como assim? Isso é coisa que aprendia na terceira série, né? Não, mãe, eu não sei. Eu tive que ir lá, mostrar, explicar para ele como fazia. Então, eu uso muito para isso também.

Muito bom. Muito bom, gente. Foi uma conversa muito boa.

Eu acho que vocês superaram as minhas expectativas. Porque vocês usam a internet para cada coisa que olhem. Realmente, muito bom isso.

Eu agradeço. É que é só mulherezinha ali. O que é essa internet? Eu vou perguntar nessa para essas meninhas aqui.

É que é só menina, sabe? Que pode. Vou perguntar. Vou perguntar.

Vou começar por você. Sem nome, sem nada, tá? É só você me contar por aqui que você usa a internet. Só para um pouquinho, mãe, tá? Eu vi muito baixo.

Eu vi gato. Eu vi joelho. Às vezes eu vi receita.

Eu tento fazer isso. E você aprende alguma coisa via internet? Sim? Eu aprendo. O que é assim que você gosta de aprender? Receita.

É? E você recebe muita coisa dos amigos? Muito menos. Compartilha muita coisa? Compartilho. Também dessa linha de receita? Oi? Também sobre a receita? Aham.

E você, mocinha? Eu vou no YouTube, WhatsApp. Às vezes eu escuto a música. Jogo.

E você usa alguma coisa para aprender, assim, via internet? Receita. Da escola, assim, não? Às vezes. Mais receita? Minha dificuldade, às vezes eu procuro.

E você compartilha as receitas que você gosta? Eu compartilho às vezes com meus parentes. Com a minha avó, que ela gosta de fazer bastante receita. Às vezes eu compartilho.

E você? Você usa para quê? Para eu pesquisar. Para pesquisar. Para se divertir.

Isso e tal mesmo. E você compartilha o que você aprende? É. Compartilha com os amigos? E você recebe dos amigos também? Receita. Entendi.

Então tá bom. Vocês também precisam assinar aqui, ó. Nesta parte aqui, ó. Eu conheço um amigo só porque você participou da pesquisa. Chega aqui.

Mas acho que tá bom. Tá bom. Muito obrigada.

Eu sabia que você perguntava sobre a Adriana. É? Tem Adriana. Tá.

Oi, Adriana. Seja bem-vinda. Nós estamos partilhando aqui a conversa.

Eu vou até aí. Comigo. Na nossa rede social.

Tchau. Eu vou pegar depois essa assinatura, tá? Mas eu só tô gravando o áudio, tá? Não vou identificar ninguém. Tá bom? Como que você usa a internet? Para quem que você usa a internet hoje? Hoje? Hoje eu uso mais para pesquisa no trabalho.

Uso também para... Para lazer. Uso para aprender. E para aprender o quê? O que você aprende mais na internet? Ah, eu uso mais o chat GPT.

Para fazer algumas pesquisas sobre farmacologia. Farmacologia? É, que eu sou farmacêutica. Ah.

Daí eu uso para fazer minhas postagens. Uso para fazer alguns... Outros cursos, né, também. Você chegou a fazer curso online, então? Faço bastante curso online.

Faço... Tem uma comunidade que eu assisto, né? Que é a respeito de farmacologia. Mas nesse nível, eu uso mais para isso. E essa comunidade é por onde? Por qual aplicativo? Pela Hotmart.

Hotmart. E tem certificado, tudo? Ou não? Alguns cursos, né, tem. Outros é mais a comunidade.

Você chegou a ter a aprendizagem formal mesmo, assim. É. Tem o... Essa comunidade... Ele é dividido em partes, né? Tem a comunidade que você paga por mês. Aí você assiste o conteúdo da hora que você quiser.

Aí tem as especializações, né? Que daí você tem o certificado no final do curso. E você compartilha essas informações que você recebe, assim, com as pessoas? Compartilho, compartilho no meu vídeo, compartilho... Eu uso também no meu trabalho.

QUAL É O PAPEL DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS NO EMPODERAMENTO FEMININO DE MULHERES VULNERÁVEIS MORADORAS DE PERIFERIAS?

Pró . 2 passos . 20 fontes >

Tecnologias digitais desempenham papel central no empoderamento de mulheres vulneráveis nas periferias, mas barreiras estruturais ainda limitam seu potencial transformador.

Mecanismos de Empoderamento

As tecnologias digitais, especialmente celulares, redes sociais e plataformas financeiras, ampliam o acesso à informação, oportunidades econômicas, educação, participação cívica e redes de apoio para mulheres em contextos periféricos. O uso de smartphones e internet permite que mulheres desenvolvam habilidades, acessem serviços financeiros, criem negócios digitais e participem de movimentos sociais, fortalecendo sua autonomia e autoestima 2 3 4 5 6 7 9 12 +2 MAIS . Plataformas digitais também facilitam a denúncia de violência, a construção de redes de solidariedade e a visibilidade de demandas sociais 2 16 11 .

Impactos Observados

- **Econômico:** O acesso a ferramentas digitais aumenta a inclusão financeira, facilita o empreendedorismo e melhora a gestão financeira, promovendo independência econômica 1 5 6 7 12 15 20 .
- **Social e Político:** Redes sociais e aplicativos promovem participação em debates públicos, ativismo e construção de coletivos, além de desafiar normas patriarcais 2 4 9 11 16 18 .
- **Psicológico:** O uso de tecnologias digitais está associado ao aumento da autoestima, senso de pertencimento e capacidade de decisão 2 3 4 7 .

Tabela: Efeitos das Tecnologias Digitais no Empoderamento Feminino em Periferias

| Dimensão | Efeitos Positivos | Barreiras Principais | Citações |
|-----------------|---|--|---|
| Econômica | Inclusão financeira, empreendedorismo, renda | Baixa alfabetização digital, acesso limitado | 1 5 <input checked="" type="checkbox"/> 6 |
| Social/Política | Participação, ativismo, redes de apoio | Normas patriarcais, violência online | <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input checked="" type="checkbox"/> 4 <input checked="" type="checkbox"/> 16 |
| Psicológico | Autoestima, autonomia, senso de pertencimento | Estigma, falta de confiança | <input checked="" type="checkbox"/> 2 <input checked="" type="checkbox"/> 3 <input checked="" type="checkbox"/> 7 |

FIGURE 1 Resumo dos impactos e barreiras das tecnologias digitais para mulheres periféricas.

Desafios Persistentes

Apesar dos avanços, barreiras como desigualdade de acesso, baixa alfabetização digital, normas culturais restritivas e riscos de violência digital ainda limitam o empoderamento pleno dessas mulheres 2 4 7 9 10 12 14 16 +1 MAIS .

Conclusão

Tecnologias digitais são ferramentas poderosas para o empoderamento de mulheres vulneráveis nas periferias, promovendo inclusão econômica, social e política. No entanto, superar barreiras estruturais e promover acesso equitativo são essenciais para que esse potencial se realize plenamente.

  MEDIDOR DE CONSENSO · A alfabetização financeira digital pode aumentar o...
↑

Inclusão digital para mulheres vulneráveis
↑

De que forma as tecnologias móveis influenciam a tomada de decisões e a participação socia...
↑

Resultados



1 O uso de serviços bancários digitais remodelou o empoderamento econômico das mulheres urbanas?

RESPOSTA · O uso de serviços bancários digitais é o fator que mais influencia o empoderamento econômico das mulheres no setor formal, seguido pela educação financeira e pelas políticas de recursos humanos no local de trabalho.

2023 · 5 citações · Swati Rohatgi e outros. · *Revista de Gestão e Governança...*

2 Um estudo sobre a adoção e o uso da tecnologia de telefonia móvel entre mulheres urbanas pobres em áreas de reassentamento.

RESPOSTA · Mulheres urbanas pobres em áreas de reassentamento estão se tornando mais conscientes de como a tecnologia pode beneficiar suas vidas, mas barreiras estruturais, particularmente normas de gênero patriarciais, impedem seu pleno uso.

2024 · 1 citação · P. Rekha e outros. · *Mídias sociais + sociedade*

PDF

3 EMPODERAMENTO DAS MULHERES ATRAVÉS DA TECNOLOGIA: UM ESTUDO ABRANGENTE SOBRE O IMPACTO DA DIGITALIZAÇÃO NA TOMADA DE DECISÕES...

RESPOSTA · As mulheres sentem-se mais capacitadas para usar a tecnologia na tomada de decisões, particularmente no acesso à informação, na gestão financeira e na comunicação social.

2023 · 1 citação · Kanwal Islam e outros. · *Revista Paquistanesa de Pesquisa Social...*

4 Tecnologia e Empoderamento Feminino: Superando a Desigualdade de Gênero na Era Digital

RESPOSTA · As tecnologias digitais impulsionam a participação das mulheres na educação, no empreendedorismo e na governança, mas obstáculos como a exclusão digital e as preocupações com a segurança cibernética precisam ser superados para que sejam plenamente utilizadas.

2024 · 0 citações · Capitã Dra. Saroj Malik · *Revista Internacional de Pesquisa...*

5 Impacto da digitalização no empoderamento das mulheres: um estudo de regiões rurais e urbanas na Índia.

RESPOSTA · A digitalização é essencial para o empoderamento das mulheres, pois as ajuda a se manterem atualizadas sobre as notícias nacionais e globais do dia a dia e lhes permite se empoderar economicamente.

2020 . 15 citações . M. Dhanamalar e outros. . Revista internacional de mulheres...

6 O papel do empreendedorismo digital no empoderamento social de mulheres empreendedoras na Índia: um estudo empírico

RESPOSTA · O empreendedorismo digital aumenta a participação econômica, promove a confiança, o desenvolvimento de habilidades e o reconhecimento social das mulheres empreendedoras na Índia.

2024 . 1 citação . Sra. Shelly Verma e outros. . Revista de Educação em Informática...

PDF

7 Tecnologia digital como força libertadora para mulheres empreendedoras

PRINCIPAL CONCLUSÃO · A tecnologia digital pode capacitar mulheres empreendedoras, superando barreiras socioculturais e econômicas, como demonstrado no Irã.

REVISÃO DA LITERATURA

2024 . 16 citações . Aidin Salamzadeh e outros. . Mundo

PDF

8 Em direção à jornada de empoderamento feminino: o desenvolvimento de uma plataforma digital para mulheres empreendedoras.

RESPOSTA · Plataformas digitais como "Empower Her" podem desempenhar um papel fundamental no apoio a mulheres empreendedoras, fornecendo os recursos e as redes de contatos de que elas precisam para prosperar.

2025 . 0 citações . Thilini De Silva e outros. . Conferência Internacional sobre Gênero...

9 Empoderando mulheres urbanas na Indonésia: o papel das mídias sociais na participação materna, econômica e cívica.

RESPOSTA · As redes sociais promovem a autoconsciência, o empreendedorismo e o engajamento comunitário entre mulheres urbanas na Indonésia, mas também enfrentam desafios como desinformação, assédio cibernético e vieses algorítmicos.

2025 . 0 citações . Nindyta Aisyah Dwityas e outros. . Mulheres 2000, Revista para Mulheres

10 Smartphones, ciência cidadã e a luta contra a violência de gênero na Tanzânia rural.

PRINCIPAL CONCLUSÃO · Não foi possível gerar uma Principal Conclusão para este artigo.

2025 . 0 citações . Chandler Klein e outros. . Fronteiras na Saúde Global das Mulheres...

11 Avaliando uma iniciativa de inclusão digital e narrativa feminina sob a perspectiva do empoderamento.

PRINCIPAL CONCLUSÃO · Oficinas online de narrativa digital para mulheres usando o WhatsApp promovem a construção de relacionamentos e um senso de solidariedade, aprimorando a inclusão digital e os ganhos de empoderamento em contextos de difícil acesso.

2024 · 3 citações · Pamela Ellen Richardson et al. · *Geografia Digital e Sociedade*

12 O impacto da alfabetização digital no empoderamento feminino

PRINCIPAL CONCLUSÃO · A alfabetização digital melhora o empoderamento das mulheres e o crescimento econômico, mas requer soluções orientadas por políticas públicas, investimento em educação digital, infraestrutura de internet aprimorada e proteções legais mais robustas.

2025 · 0 citações · Amandeep Kaur e outros. · *Revista Internacional para Multid...*

PDF

13 Empoderando as Margens: Avaliando a Inteligência Artificial como Catalisadora da Inclusão Socioeconômica das Mulheres na Malásia

PRINCIPAL CONCLUSÃO · Não foi possível gerar uma Principal Conclusão para este artigo.

2025 · 0 citações · Krishna Vani Veeran e outros. · *Revista Internacional para Multid...*

14 Empoderamento digital para a igualdade de gênero nos ODS

PRINCIPAL CONCLUSÃO · Não foi possível gerar uma Principal Conclusão para este artigo.

2025 · 0 citações · Dra. Shubhrasri Bera. · *Revista Valores Globais*

15 O impacto da alfabetização digital no empoderamento econômico das mulheres: um estudo no município de Owerri.

PRINCIPAL CONCLUSÃO · A alfabetização digital melhora significativamente o sucesso econômico das mulheres no município de Owerri, oferecendo oportunidades para empreendedorismo, negócios online e melhor gestão financeira.

2024 · 1 citação · Nancy Ihechi Egbuka e outros. · *Revista Mundial de Pesquisa Avançada...*

16 Quebrando o silêncio sobre o feminicídio: como as mulheres desafiam a injustiça epistêmica e a violência masculina.

PRINCIPAL CONCLUSÃO · Mulheres turcas usam o espaço digital para desafiar a injustiça epistêmica e a violência masculina, empoderando grupos vulneráveis e quebrando o silêncio sobre o feminicídio.



2022 · 8 citações · Linha Cayli Messina · Revista Britânica de Sociologia

PDF

17 Será que as tecnologias de informação e comunicação, juntamente com o empoderamento feminino, estão contribuindo para o alívio da pobreza no Paquistão?

PRINCIPAL CONCLUSÃO · As TIC e o empoderamento das mulheres reduzem significativamente a pobreza no Paquistão, proporcionando oportunidades de emprego e empreendedorismo e melhorando os padrões de vida das famílias em situação de pobreza marginal.



2022 · 3 citações · Henna Ahsan e outros · Artes Liberais e Ciências Sociais...

PDF

18 Garota digital: cibervisão e o potencial emancipatório do empreendedorismo digital em economias emergentes

PRINCIPAL CONCLUSÃO · O empreendedorismo digital em economias emergentes como a Arábia Saudita pode transformar a vida das mulheres, transformando suas identidades corporais e realidades vividas, em vez de fugir da condição de gênero.

ALTAMENTE CITADO



2020 · 107 citações · M. McAdam e outros · Economia das Pequenas Empresas

PDF

19 A “Cidade Inteligente e Segura”: Tempo, Velocidade e Violência sob a Perspectiva de Gênero nas Margens da Era Urbana da Índia.

PRINCIPAL CONCLUSÃO · O conceito de "cidade inteligente e segura" nas periferias urbanas da Índia concentra-se na tecnologia, mas para as jovens mulheres marginalizadas, a luta para conciliar o ritmo da cidade e a vida familiar é crucial para lidar com a violência invisível.



2020 · 44 citações · Ayona Datta · Anais da Associação Americana...

PDF

20 Empoderando mulheres por meio da alfabetização financeira digital: um estudo sobre o impacto das soluções fintech no distrito de Palakkad.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES · Soluções fintech combinadas com programas de educação financeira direcionados melhoraram significativamente a participação financeira das mulheres, levando a maiores poupanças, melhores decisões de investimento e atividades empreendedoras no distrito de Palakkad, Kerala.



2024 · 0 citações · N. K · Revista Internacional para Multid...

Empoderamento digital de mulheres empreendedoras em mercados emergentes: reduzindo a desigualdade de gênero para a sustentabilidade ambiental.

PRINCIPAL CONCLUSÃO · Não foi possível gerar uma Principal Conclusão para este artigo.

2025 · 0 citações · Aidin Salamzadeh e outros. · Revista Internacional de Organiz...

Da cozinha à nuvem: impulsionando a inovação feminina por meio de tecnologias acessíveis e apoio político.

PRINCIPAL CONCLUSÃO · Não foi possível gerar uma Principal Conclusão para este artigo.

2025 · 0 citações · Zaheer Ahmed M. · CENTRO DE PESQUISA Internacional Multi...

O papel das tecnologias digitais no apoio a mulheres empreendedoras durante e após a pandemia: um estudo de caso.

PRINCIPAL CONCLUSÃO · As tecnologias digitais, como plataformas de mídia social e soluções de comércio eletrônico, ajudaram as mulheres empreendedoras a se adaptarem às situações de confinamento, inovarem seus modelos de negócios e expandirem seus negócios durante e após a pandemia de COVID-19.

2024 · 1 citação · Narayana Maharana e outros. · Jornal científico multidisciplinar...

Como as mulheres utilizam as tecnologias digitais para a saúde: estudo qualitativo com entrevistas e grupos focais.

PRINCIPAL CONCLUSÃO · As mulheres australianas utilizam tecnologias de saúde digital para aprimorar seus conhecimentos, habilidades e autonomia, mas podem sentir frustração e desilusão quando elas não funcionam como esperado.

ESTUDO OBSERVACIONAL DIÁRIO RIGOROSO ALTAMENTE CITADO

2019 · 98 citações · Deborah Lupton e outros. · Revista de Pesquisa Médica na Internet...

PDF

Digital Dispossession and Gendered Discrimination in Use of Smartphone by Women in Marginal Settings in India

KEY TAKEAWAY · Digital literacy and competency can empower women in marginal settings, but power dynamics within households play a role in shaping digital inclusion and empowerment.

2022 · 2 citations · Namita Nagpal et al. · ijpmonline

The Role of Digital Technology in Empowering Women in Oman

KEY TAKEAWAY · Digital technology can improve Omani women's access to education, employment, and entrepreneurial opportunities, but requires additional government funding and neighborhood initiatives for success.

LITERATURE REVIEW

 **2025** · 0 citations · Waid Al Shuhoumi et al. ·  *International Journal of Research...*

Economic empowerment of women domestic workers: Role of digital financial services

KEY TAKEAWAY · Digital Financial Services (DFS) significantly enhance the economic empowerment of women domestic workers, promoting financial security, privacy, and agency through user-friendliness and mobile phone ownership.

 **2024** · 1 citation · O. Amah et al. ·  *South African Journal of Informa...*

Designing for financial inclusion in developing countries: Digital financial service for low-income women in Ghana

KEY TAKEAWAY · Designing inclusive information systems, considering user feedback, environmental factors, and affordances, can enhance financial inclusion for low-income women in developing countries.

 **2024** · 0 citations · Salma Raheem et al. ·  *The Information Society*

 PDF

Challenges and Opportunities for Afghan Women in the Digital World in Afghanistan

KEY TAKEAWAY · Digital tools like e-learning and e-commerce have potential to empower Afghan women, but their impact is limited by infrastructural gaps, cultural norms, and low digital literacy.

 **2025** · 0 citations · Nooria Shaikhzada et al. ·  *International Journal of Applied...*

Impact of ICT on Women's Socio-Economic Empowerment in Sardauna and Gashaka Local Government Areas of Taraba State, Nigeria

KEY TAKEAWAY · ICT has significantly influenced women's socio-economic empowerment in rural Nigerian communities, but challenges like limited infrastructure, low digital literacy, and socio-cultural barriers hinder its full potential.

 **2025** · 0 citations · Eric Yamtah et al. ·  *Journal of Human Resources and M...*

 PDF

The digital revolution in India: bridging the gap in rural technology adoption

KEY TAKEAWAY · The Digital India Program has effectively bridged the gender gap and empowered women in rural India, with a higher adoption rate of digital technology among females.



2024 · 42 citations · S. Sindakis et al. · *Journal of Innovation and Entrep...*

PDF

Research on the Impact of Digital Empowerment on China's Human Capital Accumulation and Human Capital Gap between Urban and Rural Areas

KEY TAKEAWAY · Digital empowerment significantly promotes human capital accumulation in both rural and urban areas of China, with the urban-rural human capital gap widening in tandem with digital development.



2023 · 15 citations · Dapeng Sun et al. · *Sustainability*

PDF

The Impact of the Gender Digital Divide on Sustainable Development: Comparative Analysis between the European Union and the Maghreb

KEY TAKEAWAY · The gender digital divide negatively impacts the achievement of Sustainable Development Goals, while technology disposition positively impacts them in Mediterranean countries.



2020 · 51 citations · Hayet Kerras et al. · *Sustainability*

PDF

Closing the Digital Gap: Challenges and Prospects for Gender Equality in South Africa

KEY TAKEAWAY · The digital divide in South Africa can be closed by addressing barriers like unequal access to devices, digital literacy gaps, cultural norms, and online harassment, with community-based programs promoting digital inclusion.



2025 · 0 citations · Abigail Mnkanla et al. · *International Journal of Technol...*

Comprehending ICT for gender empowerment in an aging context: digitalization of marginalized female elderly in the Global South during COVID-19

KEY TAKEAWAY · Aging and socio-cultural factors impact digital adoption and usage by low-income elderly women in the Global South, highlighting the importance of ICT for gender empowerment.



2024 · 5 citations · Xin Pei et al. · *Information Technology for Devel...*

Bridging the Digital Divide: Empowering Rural Women Farmers Through Mobile Technology in Kerala

KEY TAKEAWAY · Mobile technology significantly enhances access to agricultural information, market engagement, and social connectivity for rural women farmers in Kerala, but barriers like insufficient digital literacy and inadequate mobile infrastructure remain.

2024 · 4 citations · Omanakuttan Udisha et al. · *Sustainability*

Empowering Women Through Technology: The Impact of Digitization on Self-Help Groups

KEY TAKEAWAY · Digital technology has improved access to information, financial services, and market opportunities for Women's Self-Help Groups, leading to increased financial literacy, entrepreneurial activities, and social networking.

2024 · 0 citations · Dr. Pallavi Sajanapwar et ... · *INTERANTIONAL JOURNAL OF SCIENT...* PDF

The Influence of Women's Leadership Policy on Challenges and Opportunities in the Digital Age

KEY TAKEAWAY · Strengthening digital literacy, improving digital protection regulations, and fostering collaboration with technology companies are essential strategies for empowering women to lead and drive equitable digital transformation in the digital age.

2025 · 1 citation · Wahyuni Retno Wulandari et al. · *Journal of Human Rights, Culture...*

Platforms of inequality: gender dynamics of digital labour in Africa

KEY TAKEAWAY · Digital platforms in Africa face new gender-based inequalities, including economic insecurity, discrimination, high work intensity, and adverse physical and psychological impacts, highlighting the need for a gender-equitable platform economy.

2022 · 20 citations · Mohammad Amir Anwar · *Gender & Development* PDF

Mobile immobility: an exploratory study of rural women's engagement with e-commerce livestreaming in China

KEY TAKEAWAY · Chinese rural women's engagement with e-commerce livestreaming offers social mobility but also carries risks, as it relies on in-laws' support and domestic duties, reinforcing urban-rural disparities.

2024 · 5 citations · Yanning Huang et al. · *The Journal of Chinese Sociology* PDF

Bridging the Gender Gap in Entrepreneurship and Empowering Women via Digital Technologies

KEY TAKEAWAY · Digital technology can support and empower female entrepreneurs by lowering barriers, broadening market opportunities, and connecting global resources and networks.



2024 · 2 citations · Kathy Sun et al. · Academic Journal of Humanities &...

PDF

Mitigating Rural Multidimensional Poverty Through Digital Inclusive Finance: Real Improvement and Psychological Empowerment

KEY TAKEAWAY · Digital inclusive finance significantly mitigates rural multidimensional poverty by promoting employment, encouraging entrepreneurship, and enhancing financial accessibility, while also fostering psychological empowerment.



2025 · 0 citations · Qiong Liu et al. · Agriculture

A COMPREHENSIVE LITERATURE REVIEW ON WOMEN'S EMPOWERMENT IN SELF-HELP GROUPS AND DIGITAL INITIATIVES

KEY TAKEAWAY · Women empowerment in self-help groups and digital initiatives is interconnected, contributing to community development, social equality, and economic progress.



2024 · 1 citation · Deepa S R et al. · EPRA International Journal of Re...

PDF

Curating #AanaJaana [#ComingGoing]: gendered authorship in the ‘contact zone’ of Delhi’s digital and urban margins

KEY TAKEAWAY · #AanaJaana is a metaphor for self-authorship by young women in Delhi's digital and urban margins, transforming shame, humiliation, and fear into reflection, resistance, and agency through intertextuality and emojis.



2021 · 11 citations · Ayona Datta et al. · Cultural Geographies

PDF

Impact of mobile phone usage on empowerment of rural women entrepreneurs: Evidence from rural Bangladesh

KEY TAKEAWAY · Mobile phone adoption positively impacts the empowerment of rural female farmers in Bangladesh, with the most pronounced improvement in economic empowerment.



2023 · 13 citations · Md. Sadekur Rahman et al. · Heliyon

PDF

The influence of access to technology and digital literacy on female empowerment and digital entrepreneurial intentions

KEY TAKEAWAY · Unable to generate a Key Takeaway for this paper.

2025 · 0 citations · Ali Saleh Alshebami et al. · *Problems and Perspectives in Man...*

Exploring the barriers to feminine healthcare access among marginalized women in Bangladesh and facilitating access through a voice bot

KEY TAKEAWAY · Voice bots can provide accessible and targeted healthcare support for marginalized women in Bangladesh, addressing barriers to menstruation and gynecological disorders.

2024 · 13 citations · Sreya Sanyal Puja et al. · *Heliyon*

Leveraging technology and financial literacy for women's empowerment in SMEs: A conceptual framework for sustainable development

KEY TAKEAWAY · Leveraging technology and financial literacy in SMEs can drive sustainable development and economic growth, with ecosystem support playing a crucial role in fostering inclusive environments.

2024 · 25 citations · Chidiogo Uzoamaka et al. · *Global Journal of Engineering an...*

PDF

Digital Financial Literacy and Its Impact on Financial Decision-Making of Women: Evidence from India

KEY TAKEAWAY · Digital financial literacy and government support can improve women's financial decision-making and investment intentions in India.

2024 · 26 citations · Deepak Mishra et al. · *Journal of Risk and Financial Ma...*

PDF

Digital divide and women's (dis)empowerment

KEY TAKEAWAY · Unable to generate a Key Takeaway for this paper.

2025 · 0 citations · S. Arya et al. · *Journal of Telecommunications an...*

Impact of Digitization on Women's Empowerment: Special Reference to Ahilyanagar District

KEY TAKEAWAY · Unable to generate a Key Takeaway for this paper.

2025 · 0 citations · Rajkumar Sarode et al. · *IBMRD's Journal of Management &a...*

Mobile phones, leadership and gender in rural business groups

KEY TAKEAWAY · Mobile phones significantly increase the likelihood of male members becoming group leaders and board members in rural youth business groups, while female members have no significant advantage.



2021 · 6 citations · S. Holden et al. · *World Development Perspectives*

PDF

Building Resilient Communities through Empowering Women with Information and Communication Technologies: A Pakistan Case Study

KEY TAKEAWAY · Empowering women with information and communication technologies in developing nations, especially rural regions, can enhance their capacity to cope in diverse situations and contribute to resilience and disaster risk reduction.



2011 · 16 citations · A. K. Khalafzai et al. · *Sustainability*

PDF

Digital Literacy for Rural Women: Pathways to Empowerment and Socioeconomic Inclusion

KEY TAKEAWAY · Digital literacy positively impacts rural women's economic independence, social engagement, and community participation, but requires scalable, culturally innovative methods and policy support for sustainable initiatives.

LITERATURE REVIEW



2025 · 0 citations · Meenu et al. · *Journal of Scientific Research a...*

Technology as an Enabler for Gender Equality in Rural Uttar Pradesh's Skill Development Programs: A Conceptual Analysis

KEY TAKEAWAY · Technology can empower women in rural Uttar Pradesh's skill development programs by enhancing their competencies, promoting economic independence, and fostering community engagement.

LITERATURE REVIEW



2025 · 0 citations · Mr. Prashant Mishra et al. · *Journal of Informatics Education...*

Digital literacy model to empower women using community-based education approach

KEY TAKEAWAY · Digital literacy-based information technology can empower women in tourist villages by exposing their culinary products and adapting to current marketing trends through community-based education.



2022 · 35 citations · Erma Kusumawardani et al. · *World Journal on Educational Tec...*

Empowerment of Digital Marketing and Women's Role in Rural Economic Development

KEY TAKEAWAY · Digital marketing training in Nglinggi Village, Central Java, improves digital literacy, business capacity, and empowers women in rural economic development and challenges gender norms.



2024 · 3 citations · Solikhah Yuliatiningtyas et al. · *Golden Ratio of Marketing and Ap...*

PDF

Impact of Digitalisation on Efficiency and Effectiveness of Women - A Case Study

KEY TAKEAWAY · Digital technology can empower women, but structural inequalities and gender stereotypes still hinder their full potential.



2022 · 3 citations · S. Priyabardini · *International Journal of Finance...*

PDF

Will digital solution transform Sub-Saharan African agriculture?

KEY TAKEAWAY · Digital solutions can transform Sub-Saharan African agriculture by providing access to timely information, safe financial transactions, and women empowerment, but adaptable tools, affordability, and digital literacy are key barriers.

SYSTEMATIC REVIEW



2021 · 46 citations · G. Kudama et al. · *Artificial Intelligence in Agric...*

An introduction to rural and agricultural development in the digital age

KEY TAKEAWAY · ICTs support rural and agricultural development by increasing consumption diversity, productivity, and empowering rural women, while reducing poverty and vulnerability to financial inclusion.



2023 · 28 citations · Wanglin Ma et al. · *Review of Development Economics*

PDF

Role of Digital Learning for Women in Tribal Societies of Jharkhand

KEY TAKEAWAY · Digital learning can empower women in tribal societies of Jharkhand, leading to improved educational outcomes, enhanced livelihood opportunities, and increased civic participation.



2025 · 0 citations · Sharabani Mukherjee et al. · *International Journal For Multid...*

Women's Entrepreneurial Contribution to Family Income: Innovative Technologies Promote Females' Entrepreneurship Amid COVID-19 Crisis

KEY TAKEAWAY · Women's entrepreneurship and innovation technologies significantly contribute to household income, with higher contributions in rural areas compared to urban areas.



2022 · 153 citations · Taoan Ge et al. · *Frontiers in Psychology*

PDF

Does women's economic empowerment promote human development in low- and middle-income countries? A meta-analysis

KEY TAKEAWAY · Women's economic empowerment significantly impacts human development in low- and middle-income countries, but social norms need to be changed for more effective SDG promotion.



2024 · 16 citations · Pooja Balasubramanian et al. · *World Development*

Digital Safety for Women in Bangladesh: Challenges, Policies, and Solutions

KEY TAKEAWAY · Unable to generate a Key Takeaway for this paper.

2025 · 0 citations · Athina Ahmed et al. · *SIMEC Bulletin*

Exploring the Economic Empowerment of Rural Women Entrepreneurs through Digital Platforms: An Investigation into the Utilization of Social Media Platforms

KEY TAKEAWAY · Social media platforms, particularly WhatsApp and Facebook, significantly advance women's economic empowerment by enhancing productivity, reducing costs, and improving business efficiency.

2023 · 0 citations · R. Ongare · *IJARCCE*

Exploring the impact of digitalisation on rural women's socio-economic status: A bibliometric and scoping study

KEY TAKEAWAY · Digitalization improves rural women's socio-economic status by enabling easier access to markets, financial services, and educational resources, promoting entrepreneurial activity and self-employment.



2024 · 3 citations · Indradevi Ramasamy et al. · *Multidisciplinary Reviews*

Barriers to digital participation in developing countries: Identifying technological, social, and cultural obstacles to community involvement

KEY TAKEAWAY · Unable to generate a Key Takeaway for this paper.

 2025 · 1 citation · Nirmani I.A.P ·  GSC Advanced Research and Review...

Utility analysis of digital villages to empower balanced urban-rural development based on the three-stage DEA-Malmquist model

  TECNOLOGIAS DIGITAIS NO
RIGOROSUS JOURNAL

 Novo tópico Ctrl+K  Lar

**A pesquisa
começa aqui.**

Consensus é um mecanismo de busca acadêmica baseado em inteligência artificial. Pesquise e analise mais de 200 milhões de artigos de pesquisa revisados por pares. 

Transparente, confiável e desenvolvido para economizar seu tempo. 

do da Crise por meio da Colaboração Digital: Como a Crise Afeta as Sociais para a Criação de Valor
foi possível gerar uma Principal Conclusão para este artigo.
at Mursalzade .  Ciência da Gestão / Gestão de Budapest...

until no empoderamento econômico de mulheres urbanas pobres na
ubsídio para cuidados infantis na primeira infância aumenta as taxas de nas pobres na África, mas seu impacto varia de acordo com o estado civil

Clark e outros. .  Demografia  PDF

de mapeamento digital no desenvolvimento urbano: Promovendo is e resilientes para a concretização do ODS 9 – uma revisão...
Integração de tecnologias de mapeamento digital no desenvolvimento estruturas sustentáveis e resilientes, impulsionando o alcance do ODS 9, ônica e o comprometimento das partes interessadas.

led Mahmoud Abdel Aziz e outros. . Revista de Engenharia de Alexandria

conomia digital e a disparidade de renda entre áreas urbanas e rurais: lições

conomia digital na China amplia a disparidade de renda entre as áreas rurais. O progresso no setor de serviços de informação e o uso de finanças digitais

[Inscrever-se](#)

[Entrar](#)

2023 · 48 citações · Xiang Deng et al. . PLOS ONE

PDF

Digitalização e inclusão econômica: lições das mulheres rurais no distrito de Umguza, Zimbábue.

PRINCIPAL CONCLUSÃO · A digitalização melhora a inclusão econômica das mulheres rurais, aumentando sua participação em atividades econômicas, o acesso à informação e o desenvolvimento de habilidades, mas exige uma abordagem sensível à questão de gênero para evitar possíveis efeitos negativos.

2024 · 0 citações · Ashley Eve Love . Revista Internacional Texila de ...

PDF

Fatores que influenciam a participação das mulheres em cooperativas agrícolas na era digital.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES · Os níveis de escolaridade, a falta de treinamento adequado e o trabalho doméstico são fatores-chave que limitam a participação das mulheres nas economias rurais, dificultando seu empoderamento econômico e desenvolvimento sustentável na era digital.

2024 · 1 citação · Vijay Kumar Pandey e ou... . Transações do ICST sobre Infraestrutura E...

PDF

Digitalização das cidades inteligentes indianas: abordagens pós-Covid-19 para dados, reconhecimento e monitoramento da saúde.

PRINCIPAL CONCLUSÃO · As tecnologias digitais em cidades inteligentes indianas, como Varanasi, melhoraram a prestação de serviços de saúde, mas excluem e alienam diferentes grupos de usuários e cidadãos, afetando sua interação e acesso aos serviços.

2023 · 1 citação · S. Krishnan . Cambridge Journal of Regions, Ec...

Escalas ARISE (Agência, Recursos e Estruturas Institucionais para o Empoderamento em Assuntos Sanitários): Desenvolvimento e validação de medidas de empoderamento feminino...

PRINCIPAIS CONCLUSÕES · As escalas ARISE são um conjunto de métricas psicométricamente validadas para medir o empoderamento das mulheres no saneamento urbano, fornecendo dados valiosos para direcionar, projetar e avaliar estratégias para melhorar o empoderamento das mulheres em países de baixa e média renda.

 ESTUDO OBSERVACIONAL

2023 · 13 citações · S. Sinharoy e outros. ·  Desenvolvimento Mundial

Tecnologias digitais e empreendedorismo de mulheres rurais

PRINCIPAL CONCLUSÃO · As mulheres rurais da Extremadura, Espanha, fazem uso limitado das tecnologias digitais para emprego e empreendedorismo devido ao apoio limitado ou inexistente de familiares e parceiros.

2017 · 2 citações · M. Sánchez-Oro e outros.

O impacto da infraestrutura na alimentação nutritiva de consumidores de baixa renda, no empoderamento econômico das mulheres e na igualdade de gênero em países de baixa e...

PRINCIPAL CONCLUSÃO · Não foi possível gerar uma Principal Conclusão para este artigo.

2025 · 0 citações · Clarice Senior Despertar e outros.



Texto completo 

Faça uma pergunta complementar...

 Todos   



2022 · 8 citações · Hayet Kerras e outros. ·  Agricultura

 PDF

Oportunidades de convergência e fatores que influenciam o uso da internet e da telefonia por mulheres rurais na África do Sul e na Índia visando o empoderamento.

PRINCIPAL CONCLUSÃO · As TIC podem empoderar mulheres rurais na África do Sul e na Índia, mas normas culturais e o apartheid dificultam sua adoção e empoderamento.

2007 · 14 citações · M. Joseph e outros.

Carregar mais resultados 